

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo



Dissertação

A cidade cemiterial:

Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (1855-1976)

Anderson Pires Aires

Pelotas, 2018.

Anderson Pires Aires

A cidade cemiterial:

Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (1855-1976)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo (História da Arquitetura e da Cidade).

Orientadora: Profa. Dra. Ester Judite Bendjouya Gutierrez

Pelotas, 2018.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

A298c Aires, Anderson Pires

A cidade cemiterial : cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (1855-1976) / Anderson Pires Aires ; Ester Judite Bendjouya Gutierrez, orientadora. — Pelotas, 2018.

227 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Arquitetura e urbanismo. 2. História. 3. Cemitério. 4. Pelotas. 5. Santa Casa de Misericórdia. I. Gutierrez, Ester Judite Bendjouya, orient. II. Título.

CDD : 720

Anderson Pires Aires

A cidade cemiterial:
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (1855-1976)

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 26 de março de 2018

Banca examinadora:

Profa. Dra. Ester Judite Bendjouya Gutierrez (Orientadora)
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Ana Lúcia Costa de Oliveira
Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Aline Montagna da Silveira
Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Santos
Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia

Dedico este trabalho àqueles que são invisíveis aos nossos olhos, mas são presentes por suas vibrações e energias, e que sempre me auxiliaram nos momentos anteriores e durante o desenvolvimento da dissertação.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por ter financiado minha pesquisa durante os dois anos do mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (PROGRAU-UFPel), por ter possibilitado meu ingresso no mestrado e o desenvolvimento da minha dissertação.

À minha orientadora Ester Gutierrez, pela ajuda, paciência, dedicação, disponibilidade e pelas correções e ensinamentos durante os últimos dois anos.

À minha família, por sempre compreender meus momentos de ausência, confiar e acreditar em mim.

À funcionária Tânia, que foi responsável pelo Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas durante os quase dois anos da minha pesquisa e que me auxiliou sempre com cordialidade e respeito.

À arquiteta e urbanista, amiga e futura mestra, Carolina Ritter, por me auxiliar com levantamentos e organização de dados coletados junto ao cemitério.

À arquiteta e urbanista, amiga, futura mestra e atualmente professora substituta, Luana Detoni, por me convidar para ministrar aulas para suas turmas e, com isso, me incentivar a escrever e desenvolver a dissertação.

Ao arquiteto e urbanista e amigo Max Mendes, por me auxiliar nos levantamentos documentais em Porto Alegre.

À acadêmica em arquitetura e urbanismo Valéria Almeida, por me auxiliar no levantamento documental em Pelotas.

À Biblioteca Pública Pelotense, ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e ao Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, por terem possibilitado a consulta aos seus acervos.

À Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, por ter permitido meu acesso e a coleta de dados junto ao cemitério.

Às professoras Aline Montagna da Silveira e Ana Lúcia Costa de Oliveira, que compuseram a banca de qualificação da dissertação, por auxiliarem no desenvolvimento da pesquisa. E ao professor Carlos Alberto Ávila Santos por ter contribuído, juntamente com a Aline e a Ana, na banca de defesa da dissertação.

Àqueles que contribuíram direta ou indiretamente para o desenvolvimento desta dissertação.

Resumo

AIRES, Anderson Pires. **A cidade cemiterial**: Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (1855-1976). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

As formas de inumar os corpos daqueles que haviam falecido apresentou diversas transformações com o passar dos séculos. Iniciando com covas cobertas de paus e pedras na pré-história, os enterramentos foram realizados em construções monumentais feitas para apenas uma pessoa na Antiguidade. Com o tempo, os mortos foram colocados em cemitérios longe das cidades e retornaram às urbes após suas expansões, além de serem inumados no interior de templos religiosos. Essas mudanças geralmente criavam uma separação entre pessoas de diferentes classes sociais, religiões e culturas. A partir do século XVIII os mortos passaram a ser vistos como uma ameaça aos vivos e isso resultou na separação entre eles. O distanciamento foi mais severo no século XIX, quando o perigo da propagação de doenças resultou na criação de novas regras para a instalação dos cemitérios municipais longe dos centros urbanos. Foi nesse contexto que surgiu a cidade cemiterial, um local dedicado apenas aos defuntos. Como a necrópole era uma representação da urbe, a pesquisa comparou as estruturas urbanas e arquitetônicas a fim de comprovar que o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia simulou a cidade de Pelotas. Com isso, pôde-se identificar que a disposição de avenidas, travessas, quadras e bairros, além de situações que lembravam a organização político-administrativa da cidade, aproximaram a malha urbana do campo santo à de Pelotas. Além disso, a edificação tumular compreendeu distintas tipologias, linguagens arquitetônicas, detalhes construtivos e representações de cultura e religiosidade. Assim, a cidade cemiterial da Santa Casa de Misericórdia resultou em uma urbe semelhante a Pelotas, aproximando o espaço àquele ocupado pelos vivos.

Palavras-chave: Arquitetura e Urbanismo; História; Cemitério; Pelotas; Santa Casa de Misericórdia.

Abstract

AIRES, Anderson Pires. **The cemiterial city:** Cemetery of Santa Casa de Misericórdia of Pelotas (1855-1976). Dissertation (Master Degree in Architecture and Urban Planning) – Postgraduate Program in Architecture and Urbanism, Faculty of Architecture and Urbanism, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2018.

The ways of bury the bodies of those who had died had undergone several transformations over the centuries. Beginning with coves covered with sticks and stones in prehistory, burials were made in monumental buildings made for only one person in antiquity. Over time, the dead were placed in cemeteries far from the cities and returned to the cities after their expansions, as well as being buried within religious temples. These changes generally created a separation between people of different social classes, religions, and cultures. From the eighteenth century the dead came to be seen as a threat to the living and this resulted in the separation between them. The distancing was more severe in the nineteenth century, when the danger of disease spread resulted in the creation of new rules for the installation of municipal cemeteries far from urban centers. It was in this context that the city came into being, a place dedicated only to the deceased. As the necropolis was a representation of the city, the research compared the urban and architectural structures in order to prove that the Cemetery of Santa Casa de Misericórdia simulated the city of Pelotas. With this, it was possible to identify that the layout of avenues, crossroads, blocks and neighborhoods, besides situations that resembled the political-administrative organization of the city, approached the urban mesh of the holy field to the one of Pelotas. In addition, the tomb building comprised different typologies, architectural languages, constructive details and representations of culture and religiosity. Thus, the cemiterial city of Santa Casa de Misericórdia resulted in a city similar to Pelotas, approaching space to that occupied by the living.

Key-words: Architecture and urbanism; History; Cemetery; Pelotas; Santa Casa de Misericórdia.

Lista de Figuras

Figura 1: Pirâmides de Gizé. Egito. 2016.	10
Figura 2: Mastaba, túmulo dos altos oficiais. Egito. 2006.	11
Figura 3: Pirâmide de mastabas em Saqqara. Egito. 2016.	11
Figura 4: Mausoléu de Halicarnasso (Modelo 3D). Turquia. s.d.	12
Figura 5: Lei das 12 Tábuas (Ilustração). Roma. s.d.	13
Figura 6: Cemitério <i>Père-Lachaise</i> . França. 2014.	16
Figura 7: Cemitério <i>Highgate</i> Inglaterra. 2014.	17
Figura 8: Sambaqui.	19
Figura 9: Ritual primitivo de sepultamento indígena em cova no chão.	19
Figura 10: Capela do Cemitério dos Aflitos – Primeira necrópole pública de São Paulo. Brasil. s.d.	22
Figura 11: Covas abaixo do assoalho da Catedral Metropolitana de Florianópolis. Brasil. 2010.	23
Figura 12: Imagem de Nossa Senhora da Luz. Pelotas. Brasil. 2018.	29
Figura 13: A cólera. França. 1912.	36
Figura 14: Planta da Capela de São Francisco de Paula.	40
Figura 15: Planta da Freguesia de São Francisco de Paula (1815).	41
Figura 16: Crescimento populacional da freguesia de São Francisco de Paula (1811-1830).	42
Figura 17: Planta da cidade de Pelotas (1835).	43
Figura 18: Expansões do 2º loteamento – Bairro da Luz (ao norte) e Bairro da Várzea (a leste).	44
Figura 19: Cemitérios de Pelotas até 1823.	48
Figura 20: Cemitério de Pelotas até 1825.	50
Figura 21: Cemitérios de Pelotas até 1835.	52
Figura 22: Brasão da Irmandade do Santíssimo Sacramento.	55
Figura 23: Sepultamentos no Cemitério da Santa Cruz entre os anos de 1814 e 1819.	56
Figura 24: Tributo de gratidão à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, junto às catacumbas do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (1917).	58
Figura 25: Primeiras opções para o novo cemitério.	62
Figura 26: Terreno de Thomáz José Xavier e Logradouro Público.	64

Figura 27: Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, junto à Estrada Manoel Alves e afastado do centro urbano da cidade de Pelotas.	69
Figura 28: Catacumbas provisórias no arraial cemiterial.	72
Figura 29: Capela de Nosso Senhor do Bonfim (1880).	74
Figura 30: Freguesia cemiterial, após a ereção da capela em 1880.....	76
Figura 31: Vila cemiterial, após a construção da secretaria em 1888.	77
Figura 32: Cidade cemiterial, após a instalação do bairro judeu em 1922.....	79
Figura 33: Cidade cemiterial, após 121 anos de expansões.	80
Figura 34: Ruas do Quadro Velho no povoado cemiterial.	83
Figura 35: Carruagens fúnebres.....	83
Figura 36: Expansão de vias em 1859.	85
Figura 37: Expansão de vias a partir de 1880.	85
Figura 38: Expansão de vias até 1922.	86
Figura 39: Avenida no Cemitério Israelita.....	87
Figura 40: Cortejos fúnebres. Pelotas. 1923.	88
Figura 41: Travessas no Quadro Velho, formadas após a construção dos túmulos.	89
Figura 42: Lotes delimitando travessas em 1976.	90
Figura 43: Quarteirões do Quadro Velho.....	93
Figura 44: Quarteirões do Cemitério Protestante.	94
Figura 45: Quarteirões alongados (1859).	95
Figura 46: Quarteirões da vila cemiterial.	96
Figura 47: Quarteirões da cidade cemiterial.	98
Figura 48: Quadro Velho e Cemitério Protestante.	101
Figura 49: Avenida de acesso à Capela de Nosso Senhor do Bonfim.....	103
Figura 50: Túmulos no Cemitério das Elites.....	103
Figura 51: Sepulturas do Cemitério Protestante.....	104
Figura 52: Cabeceiras proeminentes em túmulos alemães.	104
Figura 53: Quadro Novo, Cemitério de Chão e Cemitério Israelita, juntamente aos demais.	105
Figura 54: Sepulturas no Quadro Velho (em primeiro plano) e no Quadro Novo (ao fundo).....	106
Figura 55: Quadro de Chão, o bairro dos pobres.	107
Figura 56: Cruz para práticas religiosas afrodescendentes.	108

Figura 57: Cemitério Israelita.	109
Figura 58: Catacumba e catacumba unitária	112
Figura 59: Sepultura rasa.....	113
Figura 60: Ossário e ossário casa.....	113
Figura 61: Carneira judaica	114
Figura 62: Jazigo capela	115
Figura 63: Jazigo oratório.....	115
Figura 64: Sepultura torre e sua variação	116
Figura 65: Sepultura sacra e sepultura oratório.....	117
Figura 66: Jazigo ossuário – Irmandade de São Miguel e Almas (1950) (E) e Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1932) (D).	119
Figura 67: Torre e torre sacra	119
Figura 68: Obelisco e torre oratório	120
Figura 69: Mausoléu capela, casa e templo	122
Figura 70: Monumentos funerários.....	123
Figura 71: Coroas nobiliárquicas e túmulo do Visconde de Jaguari	124
Figura 72: Mausoléus templo com linguagem neoclássica.....	125
Figura 73: Colunas dóricas e coríntia.....	126
Figura 74: Arquitrave contínua com inscrição e placa de identificação em arquitrave seccionada.....	127
Figura 75: Frontões com coroa nobiliárquica e laços e elementos florais.....	127
Figura 76: Escola Eliseu Maciel em linguagem neoclássica (1833). Pelotas.	128
Figura 77: Igreja do Redentor (1909). Pelotas.....	129
Figura 78: Arcos góticos.	129
Figura 79: Arcos neogóticos tumulares	130
Figura 80: Elementos da arquitetura gótica.....	130
Figura 81: Torre oratório e sepultura oratório em linguagem neogótica.	131
Figura 82: Neobarroco em capelas sobre os túmulos e no mausoléu casa da família de Fernando Rodrigues da Cruz	132
Figura 83: Neopersa e Neoindiano tumulares.	132
Figura 84: Túmulos em linguagem eclética	133
Figura 85: Residência de Francisco Antunes Maciel e antiga sede do Banco do Brasil.....	134

Figura 86: Cruz <i>art nouveau</i> envolvida com flores e sobre uma pedra.....	135
Figura 87: Cruzes representado árvores, através da casca e do galho cortado.	135
Figura 88: Floreira <i>art nouveau</i> , com folhas na base e envolvendo o objeto	135
Figura 89: Mercado Central de Pelotas. Reformado em 1912 com linguagem <i>Art Nouveau</i>	136
Figura 90: Linguagem <i>Art Déco</i> tumular (1944).....	137
Figura 91: Catálogo <i>Grabschmuck</i> , com exemplos de estátuas, letras e objetos...	138
Figura 92: Sepultura rasa e sua porta na face posterior	139
Figura 93: Ossário e sua porta em uma das faces laterais.....	139
Figura 94: Ossário casa e sua porta em uma das faces laterais	140
Figura 95: Torre e sua porta na face posterior	140
Figura 96: Fachada principal do sepulcro e sua porta com ornamentações e fechadura.....	141
Figura 97: Portas de mausoléus.....	141
Figura 98: Janelas de mausoléus.....	142
Figura 99: Mausoléu com um degrau e um degrau e uma plataforma.	143
Figura 100: Torre, torre oratório e monumento funerário.....	144
Figura 101: Gradis em tipologias ossário, torre sacra e torre oratório	144
Figura 102: Identificação dos mortos em campas, faces laterais e placas fixadas .	145
Figura 103: Cruz com ramo de palma, videira e rosas	148
Figura 104: Cruz em baixo relevo na campa e em alto relevo na floreira	148
Figura 105: Escultura de Jesus Cristo, de anjo maior e de anjo menor	148
Figura 106: X e P presentes em uma cruz e uma porta	149
Figura 107: Estrela de Davi em baixo relevo e em alto relevo e pintada com fotografia e em alto relevo, contendo o Castiçal de Sete Braços ao centro	150
Figura 108: Lápides com escritas apenas em <i>idish</i> e com o uso do português	151
Figura 109: Lápides com escritas em alemão	152
Figura 110: Escrita em francês no túmulo: na campa de dois ossários	152
Figura 111: Símbolos maçônicos	153
Figura 112: Agulhas sobre as torres da Igreja de Santa Elisabeth, Mamburgo, Alemanha.....	181
Figura 113: Arco do Triunfo, Paris, França.....	181
Figura 114: Arquitrave.....	182

Figura 115: Base representada em uma fachada.....	182
Figura 116: Campa sobre o túmulo de Zeferina Gonçalves da Cunha.	183
Figura 117: Capitéis.	183
Figura 118: Chatri.	184
Figura 119: Cogulho.....	184
Figura 120: Coroamento representado em uma fachada.	185
Figura 121: Corpo representado em uma fachada.	185
Figura 122: Datas de terra.	186
Figura 123: Flecha. Catedral de São Patrício, Melbourne, Austrália.	186
Figura 124: Frontão.....	187
Figura 125: Pináculo.	187
Figura 126: Rendilhado.	188
Figura 127: Rosácea. Catedral de Chartres, Paris, França.	188
Figura 128: Stupa.	189
Figura 129: Tímpano ornamentado.	189

Lista de Abreviaturas e Siglas

AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
A-MU	Autoridades Municipais
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
BPP	Biblioteca Pública Pelotense
CDOV	Centro de Documentação e Obras Valiosas
CMP	Câmara Municipal de Pelotas
CPAB	Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia
IRM.	Irmão
N. S.	Nossa Senhora
PMP	Prefeitura Municipal de Pelotas
SMGCMU	Secretaria Municipal de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana de Pelotas

Sumário

INTRODUÇÃO	1
1 MUDANÇAS PERANTE A MORTE.....	9
1.1 Práticas mortuárias na história	9
1.2 Sepultamentos no Brasil	18
1.3 Irmandades religiosas	26
1.4 Cemitérios municipais no Brasil do século XIX.....	34
2 PELOTAS E SEUS CAMPOS SANTOS.....	39
2.1 Cidade de Pelotas	39
2.2 Primeiros cemitérios urbanos	47
2.3 Irmandades e os campos santos.....	54
2.4 Instalação da Cidade Cemiterial.....	60
3 URBANISMO NA CIDADE CEMITERIAL	71
3.1 De arraial a cidade	71
3.2 Dimensão setorial	81
3.3 Dimensão urbana.....	92
3.4 Dimensão territorial	100
4 ARQUITETURA DA CIDADE CEMITERIAL	111
4.1 Tipologias tumulares	111
4.2 Linguagens arquitetônicas	124
4.3 Detalhes construtivos	138
4.4 Religiosidade e cultura	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS	164
GLOSSÁRIO	181
ANEXOS.....	190
Anexo A – Quadro demonstrativo das irmandades religiosas na cidade de Pelotas em 1900	191

Anexo B – Lei nº 816, de 30 de outubro de 1872 – Regulamento para o Cemitério Geral o cargo da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas	192
Anexo C – Benção da capela do cemitério.....	202
APÊNDICES	203
Apêndice A – Composição das irmandades de Pelotas por raça e gênero	204
Apêndice B – Figura 42: Lotes delimitando travessas em 1976.	205
Apêndice C – Quadro resumo das tipologias arquitetônicas.	206
Apêndice D – Quadro resumo das linguagens arquitetônicas.	209
Apêndice E – Quadro resumo dos detalhes construtivos.	210
Apêndice F – Quadro resumo de representações de religiosidade e cultura.....	211

INTRODUÇÃO

Falar sobre a morte não é um assunto que atraia a atenção de qualquer pessoa. Para muitas delas, o término da vida é encarado como uma situação negativa. É algo que não merece ser lembrado. Um dos motivos pode estar relacionado ao sentimento de dor ao perder alguém com quem se possuía afinidade. A perda de um parente ou um amigo pode despertar maus sentimentos como tristeza e raiva. Mas nem todos possuem a mesma opinião ao encararem a morte. Para alguns, é um ato natural da vida. Um momento pelo qual estão condicionados a passar cedo ou tarde. Por isso não deve ser tratado com indiferença.

Para outros é apenas uma passagem. O fim de um ciclo e o início de outro. O término do período em um corpo físico e a continuidade em outro espiritual. Mas o assunto não fica condicionado apenas às conversas e aos pensamentos das pessoas. A ficção aproveitou as discussões em torno da temática para produzir filmes, séries e livros a respeito da morte e dos mortos. Um exemplo de produção cinematográfica é um clássico dos anos 80 intitulado **A Volta dos Mortos Vivos**. O filme, que possui como autores John A. Russo, Russell Streiner e Rudy Ricci, foi lançado em 1985 e conta a história de um experimento militar que acabou liberando um gás e trouxe os mortos de volta à vida, na forma de zumbis.

Ao despertar dos mortos, a cidade onde o experimento ocorreu de forma danosa se viu envolta em perseguições e assassinatos por parte dos cadáveres até que um grupo de moradores conseguiu reverter o efeito do gás e fez com que os zumbis voltassem à condição de defuntos. A produção cinematográfica contou com continuações em anos seguintes devido ao sucesso que foi tratar da morte nos cinemas. Além da sétima arte, o tema foi utilizado para a ficção. Na literatura também houve exemplos disso.

Érico Veríssimo no ano de 1971 publicou a primeira edição do livro **Incidente em Antares**. Na trama, o autor retrata a história de uma greve de coveiros que impediu que sete moradores da cidade de Antares fossem enterrados. Como não puderam chegar à sua última morada e tiveram seus caixões deixados na calçada do cemitério, os defuntos voltaram à vida. Os personagens da matriarca D. Quitéria Campolargo, do advogado dr. Cícero Branco, do sapateiro Barcelona, do maestro Menandro, da prostituta Erotildes, do agitador político João Paz e do bêbado Pudim de Cachaça levantam-se de seus esquifes e retornam à praça central da cidade.

Enquanto a greve não chega ao seu fim, os defuntos acabam provocando grande desordem na cidade e se veem em meio a um jogo de acusações e revelações de segredos que nunca haviam sido ditos por eles em vida. Ao término da paralisação dos coveiros, os mortos retornam aos seus caixões e têm suas inumações realizadas. Esses são apenas dois possíveis exemplos que abordaram a morte de maneira fictícia. Mas não foi só a literatura e o cinema que contemplaram esse estágio da vida.

O mundo científico-acadêmico também despertou seu interesse pelos estudos cemiteriais. O foco esteve presente em diversas áreas do conhecimento e em variados períodos da história. Philippe Ariès foi um historiador francês que teve diversas publicações sobre os estudos da morte no mundo. Ele abordou as diversas manifestações que os ritos mortuários cumpriram e como foram adotados em diversos períodos da história. Suas obras mais significativas foram **História da morte no ocidente** e **O homem diante da morte**. Também publicou a coleção **História da vida privada** (organizada juntamente com o historiador francês Georges Duby), onde o autor discorre sobre os ritos mortuários dos romanos da antiguidade.

Nas três obras, Ariès discorre sobre como os ritos mortuários alteraram-se no decorrer dos séculos, qual a visão das sociedades frente aos sepultamentos, como a igreja católica abordou o tema, até dialogar sobre o período da história mortuária no qual os mortos foram removidos de perto dos vivos. Seus estudos focados no Velho Mundo permitiram que diversos pesquisadores abordassem o tema em outros continentes. Foi o que fez o historiador Harry Rodrigues Bellomo no Brasil. E isso resultou em uma publicação sobre as necrópoles gaúchas.

No Livro **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**, Bellomo, juntamente com outros autores, abordou as diferentes maneiras como a morte foi tratada no estado. Desde representações de religiosidades até perpetuação de culturas. Foi a partir da iniciativa de Bellomo em estudar os assuntos relacionados aos mortos que um grupo de estudiosos fundaram a Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais. Ela reúne pesquisadores de diversas áreas do conhecimento.

Seus trabalhos são dedicados a investigações que buscam entender como a maneira de morrer e de sepultar os mortos transcorreu e evoluiu no Brasil. História, Artes Plásticas, Filosofia, Sociologia, Arquitetura e tantas outras áreas de estudo divulgam suas dissertações de mestrado, teses de doutorado, monografias de

especialização e demais estudos focando a morte. Um trabalho que proporciona a relação entre a arquitetura e a morte é o livro **Cidade dos Vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo**.

Na obra, Renato Cymbalista realiza estudo sobre os cemitérios do estado de São Paulo e resgata a história da separação entre vivos e mortos no século XIX. Além disso, o autor apresenta um variado acervo fotográfico sobre diferentes arquiteturas tumulares nos campos santos estudados. Mas a obra não contemplou uma característica importante e pouco tratada nos estudos cemiteriais. Os cemitérios são representações dos núcleos urbanos que os vivos habitam e que foram erigidos para serem ocupados pelos mortos.

Duas das cidades fictícias pertencentes ao império do conquistador mongol Kublai Khan, conhecidas através da narrativa do viajante Marco Polo no livro **As Cidades Invisíveis**, possuem essas peculiaridades. A Eusápia dos mortos, uma cópia da Eusápia dos vivos, e a Laudômia dos mortos, com ruas ladeadas por edifícios como a Laudômia dos vivos (CALVINO, 1990), são locais que reproduzem as cidades nas quais os campos santos foram construídos. Seja nas abordagens da sétima arte ou dos estudos técnico-científicos, as investigações estão ligadas às posturas que as pessoas assumem diante da morte.

Didi-Huberman (1998) identificou duas possibilidades. Uma foi a tautológica, na qual vislumbrar um túmulo resulta em uma representação de que naquele espaço não há nada. É apenas um vazio com inscrições. A outra opção é a melancólica, na qual o crente aceita que seu ente querido está em outro lugar e não no esquife sob o solo. Embora as pessoas possam ser acometidas das duas alternativas, para Didi-Huberman (1998) as representações da morte estariam relacionadas à melancolia, resultando em tradições que se perpetuaram nas necrópoles, visto que:

O homem da crença prefere esvaziar os túmulos de suas carnes putrescentes, desesperadamente informes, para enchê-los de imagens corporais sublimes, depuradas, feitas para confortar e informar – ou seja, fixar – nossas memórias, nossos temores e nossos desejos (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 48).

E essa fé resultou em representações das cidades nos campos santos oitocentistas. Tanto espaciais como construtivas. A partir da possível relação entre a arquitetura e o urbanismo das cidades dos vivos e dos mortos a presente dissertação começou a ser desenvolvida. Para isso, duas metodologias foram

adotadas no estudo. Uma relacionada à coleta, à análise e à organização dos dados. A outra para converter as informações obtidas em representações gráficas que auxiliassem no entendimento do estudo.

A primeira foi a metodologia histórica definida por Aróstegui (2006). A partir da definição da hipótese de que os cemitérios representam uma cidade dedicada aos mortos, buscou-se averiguar como surgiram os campos santos e como as formas de sepultamento influenciaram na sua conformação com o passar dos séculos. Iniciou-se por literaturas que abordassem as formas de enterramentos realizadas durante a história e como elas se transformaram com o transcorrer do tempo. A abrangência da observação resultou na análise de diversas culturas e costumes.

Mas as investigações não se detiveram apenas a publicações cuja abordagem era a história. Sociologia e religião também foram temas que tiveram de ser aprofundados para que certas inquietações e dúvidas fossem sanadas e proporcionassem uma melhor compreensão da história mortuária. Além disso, auxiliaram no melhor desenvolvimento das páginas iniciais do trabalho. Na abrangência generalizada da averiguação referindo-se aos acontecimentos transcorridos no mundo, as realidades de investigações levaram ao aprofundamento de referências bibliográficas que abordassem diversos períodos do século XIX.

Um estudo mais direcionado ao Brasil levou à análise de literaturas contemporâneas, mas também foi necessário estudar publicações do século XVI, quando havia começado a colonização do país pelos portugueses e sua administração estava muito ligada à Igreja (o que permaneceu durante o Império). Em ambos os casos, fontes não seriadas¹, mas que são possíveis de serem seriadas, foram analisadas para permitir um panorama sobre as manifestações da forma de sepultamentos no decorrer do período abordado. Elas compreendem a análise de diferentes autores que relatam períodos diversos, os quais puderam ser ordenados após a classificação dos dados coletados.

Para um foco mais específico sobre a cidade de Pelotas e o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, além de fontes não seriadas, houve a utilização de fontes seriadas. Isso permitiu um resgate da história dos acontecimentos relacionados aos cemitérios que existiram no primeiro distrito do

¹ As fontes não seriadas são aquelas representadas por documentos que não possuem uma ordem cronológica, mas que podem ser organizadas para auxiliarem em uma investigação. Já as fontes seriadas são aquelas que possuem uma ordem cronológica e não necessitam ser organizadas no espaço e no tempo (ARÓSTEGUI, 2006).

município, desde o tempo em que era uma freguesia, passando pela classificação de vila e chegando a ser uma cidade. As fontes não seriadas seguiram o mesmo parâmetro das investigações no âmbito mundial. Publicações com variada ordenação de datas e acontecimentos foram classificadas de modo que facilitassem a análise.

Outras fontes não seriadas foram utilizadas em razão da sua importância para o desenvolvimento da pesquisa. Correspondências, manuscritos, leis, decretos e processos judiciais, por exemplo, foram classificados e ordenados para auxiliarem na elucidação dos fatos. As fontes seriadas referem-se a documentos como atas de reuniões e publicações de relatórios que proporcionaram um maior e melhor conhecimento sobre a história mortuária. Dentre essa variedade de materiais que foram utilizados para o desenvolvimento dos dois primeiros capítulos da dissertação, ainda foi possível identificar como transcorreu a evolução urbana e arquitetônica da cidade cemiterial administrada pela Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.

Coletados os dados sobre as mudanças que ocorreram na cidade e no cemitério, foi possível aplicar a segunda metodologia adotada na pesquisa. A produção de Modelos Espaço-Temporais. Ela refere-se à representação de fenômenos que variaram no espaço e no tempo de modo que possam ser vislumbrados através de representações computacionais adequadas (DIAS; CÂMARA; DAVIS JR., 2005). Isso permitiu a produção de mapas georreferenciados dos diferentes campos santos existentes em Pelotas entre 1812 e 1855 e das variações que houveram no que passou a receber os defuntos após a chegada da cólera no município.

A reprodução da história em mapas foi possível porque espaço e tempo se misturam ao se descrever uma realidade (KAVOURAS, 2001). Além disso, as características espaciais (formas geométricas e localização) e não espaciais (atributos alfanuméricos) de um geo-objeto² podem sofrer variações ao longo do tempo (DIAS; CÂMARA; DAVIS JR., 2005). Assim, a partir da ordenação de um tempo ramificado e a escolha do Sistema de Georreferenciamento adequado (Sirgas 2000) (DIAS; CÂMARA; DAVIS JR., 2005), a organização dos acontecimentos auxiliou a demonstrar graficamente a história mortuária em Pelotas e no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia nos capítulos da dissertação.

² Trata-se de um elemento que apresenta atributos não-espaciais associados à variadas localizações geográficas (DIAS; CÂMARA; DAVIS JR., 2005).

O estudo contemplou o período entre os anos de 1855, quando ocorreu a instalação da cidade cemiterial, e 1976, que assinala a ocupação da faixa de acesso do terreno por outro empreendimento cemiterial, e abrangeu os cinco quadros de sepultamentos. A partir da avaliação dos dados históricos coletados e da análise de mapas produzidos, foram desenvolvidos os capítulos que complementaram o estudo. Assim, foi possível validar a hipótese admitida inicialmente de que os cemitérios representam uma cidade dedicada aos mortos. A dissertação está organizada em quatro capítulos, sendo os dois primeiros dedicados à revisão sobre as formas de sepultamento e os dois últimos à análise comparativa do urbanismo e da arquitetura da cidade dos mortos com os da cidade dos vivos.

O primeiro capítulo recebeu o título “Mudanças perante a morte”. Nele foram abordadas as diferentes manifestações pelas quais as formas de sepultamentos aconteceram no decorrer da história mortuária no mundo, iniciando na pré-história, e no Brasil, antes da colonização portuguesa. Após foi contemplado o estudo sobre as irmandades religiosas e sobre como as políticas higienistas do século XIX provocaram a separação entre vivos e mortos e a construção dos cemitérios municipais.

Alguns autores tiveram suas obras estudadas como base teórica para o desenvolvimento da primeira seção da dissertação. Entre eles estão Edward Adamsom Hoebel – ***El hombre en el mundo primitivo***, Philippe Ariès – **História da morte no ocidente e O homem diante da morte**, João José Reis – **A morte é uma festa**, Harry Rodrigues Bellomo – **Cemitérios do Rio Grande do Sul**, e Cláudia Rodrigues - **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**. Aliadas a outras publicações, elas auxiliaram na contemplação da evolução dos ritos mortuários.

O segundo capítulo recebeu como título “Pelotas e seus campos santos”. Nele foi abordada um pouco da história da cidade para poder contextualizar a localização do objeto de estudo e os diferentes cemitérios que existiram no primeiro distrito do município durante o século XIX. Além disso, foi feita uma analogia entre as irmandades que existiram em Pelotas e suas relações com os locais de sepultamentos da cidade. Para finalizar o capítulo, foi desenvolvida uma análise sobre como ocorreu a instalação da cidade cemiterial no terreno que pertenceu ao dr. Thomáz José Xavier.

Também foram apreciados os acontecimentos vivenciados na cidade desde a decisão de fechar o Cemitério da Rua do Passeio, hoje Avenida Bento Gonçalves,

até a abertura do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, localizado na atual Avenida Duque de Caxias. A base se desenvolveu principalmente sobre os manuscritos que Alberto Coelho da Cunha deixou sobre diferentes estudos realizados no município. Além disso, atas da Câmara Municipal de Pelotas, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas e correspondências trocadas com a Presidência da Província foram utilizadas.

A terceira seção do trabalho, intitulada “Urbanismo na cidade cemiterial”, abordou a evolução urbana da necrópole. Inicialmente foram comparadas características que as cidades brasileiras apresentaram ao serem instalados povoados, freguesias, vilas e cidades aos acontecimentos ocorridos no campo santo. Posteriormente, tomando como base as definições de Lamas (2000) no livro **Morfologia Urbana e desenho da cidade**, algumas foram escolhidas para possibilitar a comparação entre cemitério e cidade. Foram elas a dimensão setorial, abrangendo a rua e o edifício; a dimensão urbana, contemplando o quarteirão e as áreas verdes; e a dimensão territorial, apresentada através dos bairros.

Para isso, foram utilizados mapas produzidos a partir de materiais coletados junto às bibliografias consultadas. Uma local com fontes que auxiliariam muito na produção desses materiais cartográficos é o acervo da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Cláudia Tomaschewski sabia da importância de tal acervo e declarou isso em sua dissertação. Segundo a autora, “[...] os arquivos das Misericórdias guardam muitos registros que não interessam apenas aos historiadores da assistência ou do associativismo, mas também aos que se interessam pela [...] morte e outros temas [...]” (TOMACHEWSKI, 2007, p. 42-43)³.

Contudo, a provedoria em exercício entre os anos de 2016 e 2018 não concedeu acesso aos arquivos da irmandade, o que dificultou a pesquisa. O único acesso concedido foi ao material existente no cemitério, o qual não possui informações que auxiliassem no desenvolvimento do trabalho. Mesmo assim, outros elementos como fotografias, imagens de satélite, mapas urbanos e plantas de diferentes períodos da história de Pelotas auxiliaram na produção do material cartográfico.

³ Além de Tomaschewski (2007), que abordou o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas sob a temática histórica em uma dissertação sobre a Irmandade que controla o campo santo, outros autores como Carvalho (2005) e Lucas (2006) desenvolveram monografias com foco no patrimônio cultural e conservação de artefatos e Costa (2015) desenvolveu sua dissertação com foco na memória social e no patrimônio cultural. Nenhum dos trabalhos focados na arquitetura e no urbanismo.

O quarto capítulo, “Arquitetura da cidade cemiterial”, tratou das mudanças na arquitetura tumular e buscou a comparação entre essa e a que foi desenvolvida na cidade dos vivos, Pelotas. Através das classificações de Grassi (2005) em **A necrópole como reflexo da polis: um estudo sobre a arquitetura tumular do Cemitério Municipal São Francisco de Paula**, aliadas às identificadas por Cymbalista (2002) e Bellomo (2008a), sobre sete tipos construtivos identificados pela autora na arquitetura cemiterial foram utilizados para o levantamento das tipologias⁴ existentes na cidade cemiterial de Pelotas.

Com a análise, foi possível identificar que as categorias existentes não contemplavam as variações construtivas erigidas no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas durante os 121 anos estudados. Com isso, as tipologias foram ampliadas para 20, permitindo uma melhor abordagem da arquitetura cemiterial. Após isso, foi possível comparar as edificações presentes no cemitério e verificar a presença de características construtivas que se assemelharam às existentes na cidade de Pelotas.

A partir dessa análise verificou-se que os túmulos experimentaram distintas linguagens arquitetônicas, bem como o uso de detalhes construtivos e a representação de religiosidades e culturas em suas construções. Assim, o estudo permitiu validar a hipótese inicial de que o cemitério oitocentista representou uma cidade dedicada aos mortos. Além disso, corroborou para novas abordagens quanto à arquitetura e ao urbanismo cemiterial possam ser desenvolvidas em futuros trabalhos relacionados ao tema focado.

⁴ Objetos com características comuns em uma unidade arquitetônica, considerando a forma (o objeto no todo), os elementos construtivos e os elementos decorativos (ARGAN, 2001). Contudo, tais composições mudam com o desenvolvimento histórico da cultura visto que o tipo um modo de organização do espaço e da pré-figuração da forma, admite-se que (ARGAN, 1966). Diante disso, os elementos construtivos não foram abordados na classificação da arquitetura tumular. Assim, a obra no todo e seus elementos decorativos auxiliaram na identificação das diferentes edificações presentes na necrópole.

1 MUDANÇAS PERANTE A MORTE

1.1 Práticas mortuárias na história

Se pudesse ser dividida em fases, a vida humana acolheria cinco etapas. Ela compreenderia nascer, crescer, reproduzir, envelhecer e morrer. Durante as quatro primeiras, o ser humano experimentou vivências e transformações que estiveram vinculadas às localidades onde ele habitou, as quais geralmente, nos últimos tempos, foram as cidades. Ao chegarem à última etapa do ciclo de vida humano, a morte, as pessoas passaram a ocupar um novo lugar dentro da configuração urbana perante àqueles que estavam vivos. Esse local era a necrópole, a cidade dos mortos, e que conformou uma parcela urbana representada pelo cemitério.

Mesmo que esse espaço onde os cadáveres passaram a ser sepultados tenha se tornado o destino mais comum e tradicional entre os habitantes das cidades, a história mostrou que nem sempre foi assim. As práticas mortuárias passaram por modificações desde a pré-história até o século XIX, quando os cemitérios foram removidos dos centros urbanos frente ao perigo que os corpos em decomposição apresentavam de propagarem doenças. As primeiras manifestações que a literatura possui sobre o assunto refletem a pré-história. Nesse período não havia uma preocupação na forma como um corpo seria sepultado e isso implicava na escolha de locais aleatórios para as inumações.

Hoebel (1961) debruçou-se sobre essa questão ao falar que na pré-história os locais de sepultamentos não possuíam identificação. Mas essa questão não remete ao fato de que o defunto era esquecido em um lugar qualquer. O que ocorria é que uma sepultura não recebia uma nomenclatura ou uma numeração como aconteceu posteriormente. Ainda segundo o autor, os corpos sepultados eram colocados em covas no chão e cobertos com paus e pedras. Isso pode estar vinculado ao fato de que as civilizações paleolíticas eram nômades.

Portanto, elas não estavam ligadas a algum aglomerado urbano. Povos deslocavam-se entre diferentes regiões em busca de alimentos. Não era possível criar um vínculo à sepultura e ela era deixada em um lugar qualquer. Mesmo assim, possivelmente algum tipo de cerimônia ou ritual era realizado durante o enterramento. Com o tempo, a maneira como o morto era visto e as formas como seria inumado sofreriam alterações em comparação ao que houve na pré-história. Um exemplo dessas mudanças ocorreu na Antiguidade.

Azara (1999) diz que existiam duas tumbas monumentais entre as sete maravilhas do mundo antigo. Eram elas as pirâmides de Gizé e o mausoléu de Halicarnasso. Às margens do Rio Nilo uma nova maneira de ver a morte desenvolveu-se. A construção das grandes pirâmides (Figura 1) no platô de Gizé marcou uma grande diferenciação em relação aos sepultamentos. De simples covas cobertas por paus e pedras como se deu na pré-história, grandes construções de pedra passaram a fazer parte da história mortuária.



Figura 1: Pirâmides de Gizé. Egito. 2016.

Fonte: Foto de Ricardo Liberato. Disponível em:

<<http://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2016/08/armadilha-bloqueava-entrada-de-invasores-na-piramide-de-gize.html>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

As pirâmides foram erigidas por três faraós que reinaram no Egito Antigo e tiveram seu auge na quarta dinastia. Eram eles Quéops, seu filho Quéfren e seu neto Miquerinos (COLE, 2013). Porém, essas construções mortuárias não eram dedicadas a qualquer habitante do império egípcio. Apenas os faraós podiam ser sepultados nelas. Isso fez com que outros locais próximos às pirâmides fossem edificadas para a inumação daqueles que estavam socialmente abaixo do faraó, como o cemitério de mastabas (Figura 2). Ele ficava a oeste das três edificações e era destinado aos altos oficiais. A diferença social existente durante a vida era perpetuada através da separação e seria praticada posteriormente em outras culturas.

Além dos monumentos construídos para os três faraós, a civilização egípcia também foi responsável por dedicar uma cidade primitiva a apenas um morto. A Saqqara foi construída pelo arquiteto e médico Imhopeh para o faraó Djoser. Idêntica à cidade de Menfis (AZARA, 1999), que era habitada por vivos, a Saqqara

foi a primeira pirâmide do mundo egípcio (Figura 3) e possuía uma câmara mortuária resultante da sobreposição de mastabas em forma de degraus (GLANCEY, 2012). Essa era uma cidade cemiterial diferente das que surgiriam no século XIX, mas que diferenciava os defuntos através dos túmulos como se verificaria futuramente.



Figura 2: Mastaba, túmulo dos altos oficiais. Egito. 2006.

Fonte: Foto de Alex Hunger. Disponível em: <<http://www.megalithic.co.uk/article.php?sid=13894>>. Acesso em: 24 jan. 2017.



Figura 3: Pirâmide de mastabas em Saqqara. Egito. 2016.

Fonte: Foto de Diana Civitillo. Disponível em: <<http://www.thehistorytemple.com/antico-egitto/djoser-e-la-iii-dinastia/>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

A outra tumba monumental citada por Azara (1999) pertenceu a outro império. O mausoléu⁵ de Halicarnasso (Figura 4) foi construído na Grécia por Artemísia e dedicado ao seu marido, o rei Mausolo de Cária (GLANCEY, 2012). A obra foi mais

⁵ Sepultura de grandes dimensões cujo nome originou-se da tumba feita para o rei Mausolo (GLANCEY, 2012).

um exemplo de monumentalidade e exclusão. Isso porque suas grandes dimensões não foram dedicadas ao recebimento de vários corpos. Assim como na Saqqara, a edificação destinou-se a abrigar os restos mortais de apenas uma pessoa. A individualidade que os túmulos da Antiguidade representavam tornaria a ocorrer séculos depois dentro das igrejas e nos cemitérios.



Figura 4: Mausoléu de Halicarnasso (Modelo 3D). Turquia. s.d.

Fonte: Autor não identificado. Disponível em: <<http://egort.comunidades.net/sete-maravilhas-do-mundo-contra-monumentos-moderno>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

Mesmo que as pirâmides do Egito e o mausoléu de Halicarnasso tenham sido construídas para apontar a importância do morto para futuras gerações e para preservar sua imagem (BELLOMO, 2008a), elas representavam as primeiras diferenciações de classes na hora dos sepultamentos. Aqueles que possuíam grande importância ou uma elevada posição social teriam destaque em relação aos menos abastados. Ainda na Antiguidade, outras manifestações na forma de sepultar os mortos mereceram destaque.

Na Antiguidade pagã, os mortos e os vivos deveriam ficar separados. Em Roma, a Lei das Doze Tábuas (Figura 5) proibiu os enterramentos dentro das cidades (ARIÈS, 2012). Com essa determinação houve um afastamento entre a aglomeração urbana e os cemitérios. Dessa forma, o contato entre os defuntos e os habitantes da urbe deixou de acontecer por um tempo. Com o crescimento e a expansão das cidades, o distanciamento determinado pela legislação ficou comprometido. A partir da implantação dos bairros periféricos, as cidades daquele período tornaram a abraçar os campos santos (ARIÈS, 2012). As localidades extra

urbes, como aquelas onde foram instalados os cemitérios, quando da expansão das cidades, tornaram-se novamente parte do cotidiano urbano.



Figura 5: Lei das 12 Tábuas (Ilustração). Roma. s.d.

Fonte: Autor não identificado. Disponível em: <<http://www.megatimes.com.br/2014/06/lei-das-doze-tabuas.html>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

Diante dessas expansões, novas medidas foram adotadas. Uma delas foi a utilização de catacumbas, que eram locais subterrâneos de sepultamentos judaico-cristãos, cujo termo significava “sob a cruz” (REIMER, 2010). Diferentemente das construções egípcias e gregas, as catacumbas eram destinadas ao enterramento de diversas pessoas. Além disso, serviam como locais de culto cristão (GONZÁLES, 1995). Elas foram amplamente utilizadas entre os séculos II e IV d.C. para sepultamentos dos católicos, passando a ser consideradas santuários a partir do século V (BARUFFA, 1996). Séculos depois, o termo catacumbas passou a designar construções feitas no entorno dos campos santos e destinados aos sepultamentos de associados das irmandades religiosas.

Passadas algumas centenas de anos, novas experimentações quanto às práticas de inumações seriam vividas pela população europeia. Isso aconteceria na França do século VI. Um fato transcorrido na cidade de Amiens iniciou um costume que foi repetido por muitas centúrias e transpôs o continente europeu, atingindo suas colônias na América. Foi nesse período que tiveram início os sepultamentos dentro dos templos religiosos. Com a morte do bispo Saint Vaast, foi permitido que seu corpo recebesse como última morada o interior da igreja local (ARIÈS, 2012). Além disso, outra transformação ocorreu.

Aliado ao crescimento urbano que as cidades experimentavam no século VI, os cemitérios passaram a ocupar um local junto às igrejas e os sepultamentos a

serem feitos ali (ARIÈS, 2012). Aquela separação que havia sido definida na Roma pagã deixou de existir. Teve início uma nova prática de inumações. Os mortos foram inseridos às igrejas e seus corpos estariam presentes nos acontecimentos que viessem a acontecer na urbe. Com o passar de mais algumas centúrias, mais mudanças ocorreriam. Dessa vez elas refletiriam não mais as organizações espaciais, mas sim o individualismo das pessoas de forma diferenciada da verificada na Antiguidade.

Ariès (2012) discorre sobre um fato que teve início no século XIII e estendeu-se até o século XVIII. Os testamentos começaram a ser utilizados como documentos representativos da maneira como as pessoas gostariam de ser tratadas após a sua morte. Através desse registro, eram ditadas as regras de onde o defunto deveria ser sepultado, como sua fortuna seria dividida e como o seu lugar seria garantido junto ao Paraíso. Era uma mentalidade que propagava o individualismo das pessoas. A preocupação se dava com a alma do falecido e não mais com o local onde seria inumado. Não seriam mais necessárias grandes construções como o que ocorreu no Egito e na Grécia.

O cuidado com o espírito foi uma questão que apareceu ainda nos povos pré-históricos, e não havia mais sido manifestada até aquele momento. Segundo Hoebel (1961), os funerais tinham cinco funções básicas⁶ e uma delas era separar o corpo da alma e assim garantir uma segurança na transição para a eternidade. Atendida a preocupação em perpetuar a alma e permitir sua entrada no Paraíso cristão, não haveria a necessidade de identificar o local de sepultamento do corpo. Mas não foi o que aconteceu. Nesse período, colocaram objetos fixados nas paredes e nos pilares das igrejas e que continham os testamentos gravados neles (ARIÈS, 2012).

A finalidade dessas placas poderia ter sido a de identificar o local do sepultamento para que a família do falecido soubesse o lugar exato onde ele estava. Mas essa parece mais ser uma forma de garantir que aquilo que havia sido escrito no testamento fosse cumprido. Assim, quem estivesse na presença dessas peças saberia se a vontade do morto estava satisfeita. Elas possuíam diferença nas suas inserções em função do local que tinha sido escolhido para a inumação. Estariam

⁶ Hoebel (1961) identificou que as cinco funções básicas dos funerais eram: promover a participação coletiva para mostrar a crença na imortalidade; separar o corpo da alma para garantir uma transição segura até a eternidade; reajustar a sociedade e regularizar as perturbações emocionais; iniciar a redistribuição de riquezas; e demonstrar o esplendor da vida mesmo na presença da morte.

nos pilares se o enterro fosse realizado dentro da igreja ou nas paredes se fossem feitos dentro, mas principalmente, fora das ermidas, nos cemitérios intramuros.

A prática de inumações dentro das igrejas estava ligada aos sepultamentos *ad sanctos* (“perto dos santos”) que iniciaram na Idade Média. Ou seja, os corpos seriam colocados em locais mais ou menos próximos das imagens dos santos que existiam dentro das ermidas. Isso tudo se realizava no *coemeterium*, um espaço que compreendia a igreja e seu entorno, os pátios, o *atrium* e os claustros. Enquanto os mais ricos deixavam escrito nos testamentos o quão próximo dos altares e paredes das igrejas gostariam de ser sepultados, os mais pobres eram inumados em locais circunvizinhos às ermidas e conhecidos como claustros, onde se instalaram os cemitérios intramuros (ARIÈS, 2012).

No século XVII uma mudança nas ermidas na França fez com que o local de enterramentos passasse por transformações em Paris. Nesse período ocorreram ampliações em igrejas e os claustros passaram a receber construções. Com isso, os cemitérios que existiam nessa parte do *coemeterium* tiveram que ser removidos. Eles foram instalados em terrenos afastados e o contato físico entre cemitério e igreja deixou de existir (ARIÈS, 2012). Mais uma vez vivos e mortos seriam separados na organização dos aglomerados urbanos.

A mudança permitiu uma nova alteração na história mortuária. O modelo de cemitério extramuros surgiria e passaria a ser utilizado com mais frequência nas próximas centúrias. A separação entre os vivos e os mortos, entre igreja e campos santos seria a precursora da ereção de cidades dedicadas aos mortos a partir do século XIX. Diferentes da Saqqara, teriam a mesma finalidade de abrigar mais de uma pessoa que havia falecido. Além disso, o afastamento do cemitério permitiu que pessoas excomungadas, pecadoras, não católicas, suicidas e outras sem autorização para sepultamentos em campos santos católicos pudessem ser enterradas nos cemitérios extramuros (ARIÈS, 2012).

A partir do século XVIII novas transformações passaram a ocorrer no que se refere aos locais de sepultamento. Nesse período os corpos em decomposição junto às igrejas deixaram de ser bem vistos pelos vivos. Além disso, os familiares passaram a desejar um local identificado de onde estavam os restos mortais do defunto e onde pudessem visitá-los quando desejassem. Frente a essas transformações é que surgiram os cemitérios públicos franceses (ARIÈS, 2012). De

certa forma parte desse desejo havia sido atendida quando os cemitérios foram afastados dos templos religiosos. Mas perpetuaram as inumações dentro de igrejas.

Assim, teria que ser feita uma total cisão entre vivos e mortos. O medo das pessoas estava ligado às possíveis doenças que os corpos putrefatos poderiam ocasionar. Na França esse processo de separação iniciou em 1776. Contudo, isso aconteceria apenas quando fosse possível. O que só ocorreu na primeira década do século XIX, quando foi fundado o cemitério de *Père-Lachaise* (Figura 6) em 1803 e publicado um decreto em 1804 proibindo definitivamente as inumações dentro das igrejas e perto dos centros urbanos (REIS, 1991).

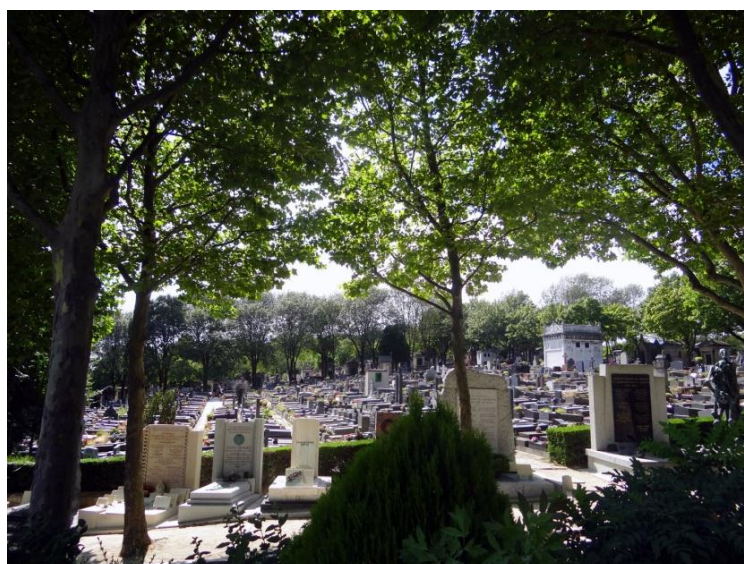


Figura 6: Cemitério *Père-Lachaise*. França. 2014.

Fonte: Foto de Renata Rocha Inforzato. Disponível em: <<http://diretodeparis.com/pere-lachaise-o-cemiterio-mais-famoso-do-mundo/>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

O outro desejo que os familiares buscavam era a identificação dos locais exatos onde os mortos haviam sido inumados. Mesmo que as placas fixadas nos pilares e nas paredes das igrejas permitissem uma identificação aproximada, a precisão não existia. Com a instalação dos cemitérios, dois elementos foram associados para identificar os defuntos e deram origem a uma nova tipologia mortuária. A “pedra sepulcral” foi disposta horizontalmente, marcando o local exato onde estava o corpo do falecido, e a “pedra fundamental” foi colocada verticalmente sobre aquela, auxiliando na marcação e trazendo a identificação com as palavras “aqui jaz” (ARIÈS, 2012).

A instalação do cemitério de *Père-Lachaise* na França, foi resultado também de outra modificação nos costumes mortuários. Propagaram-se Políticas Higienistas que, além de outras medidas, proibiam o contato entre os vivos e os mortos devido à

possibilidade de propagação de doenças a partir dos corpos em decomposição (MORENO, 2008). Na Inglaterra essas novas medidas puderam ser observadas em meados da década de 1830, quando o cemitério *Highgate* (Figura 7) foi construído “considerando os padrões de higiene pública da época” (REIS, 1991). Essas determinações também foram responsáveis pela criação de cidades cemiteriais no século XIX no Brasil.



Figura 7: Cemitério *Highgate* Inglaterra. 2014.

Fonte: Autor não identificado. Disponível em: <<http://www.oksana-frewer.com/haunted-london-highgate-cemetery-west/>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

Paulatinamente, as práticas mortuárias das civilizações passaram por diversas transformações. Iniciaram por sepultamentos com paus e pedras na pré-história, passando por grandes construções de pedra na Antiguidade do Egito e da Grécia. Chegaram a sepultamentos junto à igreja e em campos santos próximos ou afastados dos centros urbanos na Europa entre os séculos VI e XVIII. Até que no século XIX foram criados cemitérios distantes das cidades devido ao medo de contágio de doenças por parte dos corpos em decomposição.

Todas essas mudanças fizeram com que os costumes se modificassem no continente europeu e também nas colônias que foram criadas no continente americano. No Brasil muitas dessas alterações se fizeram presentes por alguns centenários tanto em cidades maiores e mais próximas do litoral, como em outras mais afastadas ou menores. Assim, o país experimentou várias práticas mortuárias até o século XIX, quando os defuntos também foram expulsos dos centros urbanos e as cidades cemiteriais começaram a ser erigidas.

1.2 Sepultamentos no Brasil

A partir do final do século XV as grandes navegações permitiram a ampliação dos impérios europeus por outros continentes. Um deles foi o americano, que recebeu conquistadores, sobretudo, portugueses, espanhóis e ingleses. Uma das colônias instaladas na América foi o Brasil, conquistado e colonizado por Portugal. Os lusos trouxeram costumes de cunho social, político, religioso e também o mortuário. Mas as práticas pós-morte não principiaram com a colonização lusitana.

O sítio arqueológico Toca da Janela da Barra do Antonião, em São Raimundo Nonato, no Piauí, demonstrou que havia sepultamentos desde a pré-história nas terras conquistadas pelos portugueses. Durante escavações realizadas em julho de 1990 foram encontrados restos do esqueleto de uma mulher dentro de uma das cavernas do sítio, com datação superior a 9.000 anos (GUERIN *et al*, 2002). O local utilizado para a inumação da habitante dessa região, assim como outras cavernas, pode ter servido como cemitério a outras pessoas. Os nativos faziam uso de um espaço parecido muito tempo depois. Dessa vez seriam utilizadas outras formações naturais ou construídas por eles.

Antes da chegada dos europeus, as aglomerações humanas da pré-história brasileira possuíam uma forma de sepultamento característica de suas tradições. Após a civilização nômade ter se fixado, ela começou a desenvolver novos hábitos. Diferentemente dos enterramentos com paus e pedras realizados na Europa, na América foram utilizadas formações naturais. Um exemplo foi o uso de sambaquis (Figura 8) como local de moradia e sepultamento. Também conhecidos como casqueiros, ostreiras e concheiros, os sambaquis eram montes resultantes do acúmulo de conchas, areia ou terra próximo às encostas (LIMA, 2006).

Os espaços oriundos desse depósito de materiais eram utilizados pelos indígenas para se protegerem de intempéries, animais e grupos rivais. E quando era preciso inumar algum membro da tribo, faziam uso desses mesmos locais. Nem sempre os sambaquis utilizados eram aqueles que se formavam naturalmente. Alguns eram construídos quando fossem necessários para os rituais funerários e, posteriormente, receber os corpos dos mortos. Além disso, os casqueiros localizados em pontos mais altos do relevo recebiam uma maior concentração de sepultamentos do que aqueles que ficavam em níveis mais baixos (PROUS, 2007).

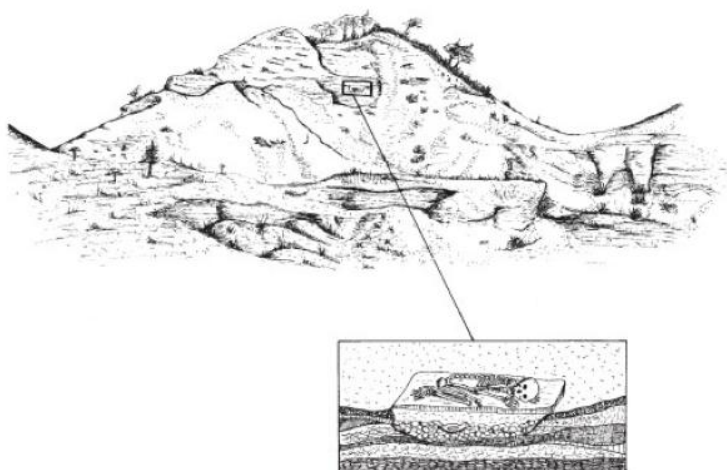


Figura 8: Sambaqui.
Fonte: Prous (2007, p. 25).

Apesar de serem construções rudimentares e, de certa forma, lembrarem aquelas que foram feitas na Antiguidade europeia para receber as inumações, os sambaquis não representaram as únicas formas de sepultamento presentes no período pré-histórico do Brasil. Os índios também cavavam covas para inumar seus mortos (Figura 9). Dentro delas podiam ser colocadas junto ao corpo panelas de cerâmica com comida, armas e outros objetos, tanto de adultos como de crianças (MARTIN, 2006). O sepultamento no chão prevaleceu ao dos sambaquis. Além disso, passou a ter rituais que podiam ser simples ou complexos (PESSIS, 2006).



Figura 9: Ritual primitivo de sepultamento indígena em cova no chão⁷.
Fonte: Litogravura aquarelada de Johann Moritz Rugendas. Disponível em:
<<http://baraoemfoco.com.br/barao/portal/cultura/fotografia/Moritz-Rugendas/moritz-rugendas-6.htm>>.
Acesso em: 24 jan. 2017.

⁷ A obra, feita no século XIX, se encontra no acervo do Museu da Casa Brasileira, em São Paulo.

Os cerimoniais indígenas do atual território brasileiro acabaram apresentando diferenças em relação aos europeus. As formas de inumar os corpos se realizavam de duas maneiras. Os enterramentos primários aconteciam logo após a morte do membro da tribo. Ele era colocado em covas diretamente no chão ou dentro de urnas de cerâmica, em posição fetal (MARTIN, 2006). Segundo Maranca (1976), o uso de urnas funerárias estava ligado à importância do índio, representando as diferenças sociais dentro das tribos. Igual ao que houve na Antiguidade no Egito.

Os sepultamentos secundários aconteciam após o corpo estar decomposto e restarem apenas os ossos (MARTIN, 1994). Estes eram colocados em urnas funerárias ou fossas individuais ou coletivas e os ossos longos e o crânio recebiam uma pintura na cor ocre vermelho (MARTIN, 2006). O ritual indígena de inumação era mais complexo dos que ocorreram na Europa. Isso devido à organização dos índios em tribos e sua fixação. A mesma diferenciação nos enterramentos apresentada pelos nativos se repetiria por muito tempo nas terras do Brasil de hoje.

Igualmente ao que se verificou no Velho Mundo, desde a pré-história até os centenários anteriores ao início do povoamento do Brasil, a colônia portuguesa experimentou, gradativamente, algumas transformações na maneira como inumava seus mortos. Tais mudanças são decorrentes da troca de tradições entre Europa e América e com os índios que habitavam as terras conquistadas. Entre os portugueses e seus descendentes, uma das primeiras manifestações que ocorreu na colônia foi a que esteve presente nas igrejas europeias desde o século VI.

A vida religiosa estava presente entre os habitantes do Brasil no início de sua colonização e isso perdurou por muito tempo. A igreja não era apenas um local de reza ou de qualquer outro culto religioso. Nela também transcorriam atividades diversas, como registros de nascimentos, óbitos, casamentos e batismos. Por isso as inumações no interior das ermidas eram importantes. Segundo Reis (1991), os sepultamentos dentro das igrejas eram uma forma de manter o contato do morto com o mundo dos vivos e para estes não se esquecerem dos falecidos durante as orações.

Os enterramentos possuíam dupla função quando eram realizados dentro das igrejas. Se por um lado o contato entre vivos e mortos estava garantido, por outro existia certa imposição por parte do falecido de que seus familiares e amigos rezassem por ele sempre que fossem ao templo religioso. Dessa forma, a ideia que há muito existiu na história mortuária de que era preciso garantir a entrada do morto

no Paraíso cristão seria atendida. Uma preocupação individualista que se fez presente séculos antes no Egito, na Grécia e nos povos europeus passava a se repetir no Brasil.

Além dessas duas funções, os sepultamentos dentro das igrejas atendiam outra premissa na colônia portuguesa e de períodos anteriores. No continente europeu, desde a Idade Média a morte tinha um papel importante nas relações sociais dos grupos, sejam elas as comunidades da igreja, as famílias ou as organizações religiosas. O tratamento que os defuntos recebiam era uma reprodução das práticas de costumes das comunidades (LE GOFF e SCHMITT, 2002). Uma atitude que proporcionava o contato de vivos e mortos antes e depois do falecimento.

Mas a escolha pelo sepultamento nas ermidas não ocorria por acaso. Um dos fatores que determinava tal realização era a proteção que o defunto teria ao ser inumado. A igreja era considerada um local sagrado, permitindo aos mortos uma proteção daquilo que era profano e uma maior proximidade a Deus, aos santos e à entrada do Paraíso (MORENO, 2008). Outro fator também determinava que o sepultamento acontecesse no interior do templo religioso. A importância social do defunto e a riqueza que ele possuía para poder comprar um espaço para seu sepultamento eram determinantes.

Os lugares de destino eram o corpo e o adro da igreja. Sendo este na parte externa e aquele na parte interna. Pessoas com melhores condições financeiras iam para o interior da igreja. Os escravos e pobres tinham como destino o adro (REIS, 1991). Mas podiam ter como última morada outro espaço. Foi o que ocorreu na cidade de São Paulo. Juntamente com negros, indigentes e justicados (GUEDES, 1986), cativos e pobres passaram a ser enterrados fora dos muros da igreja, em terrenos que formariam os cemitérios públicos, como o Cemitério dos Aflitos (Figura 10), em São Paulo, após alguns anos (MORENO, 2008).

O fato de algumas pessoas serem financeiramente mais providas em relação a outras não significava que elas comprariam um local para seu sepultamento. Se essa ideia representasse a mentalidade existente entre os habitantes da colônia, seria o mesmo que dizer que o morto teria comprado um lugar no Paraíso para sua alma, pois era isso que se buscava com as inumações dentro das igrejas. Para evitar esse tipo de concepção outra atitude era adotada entre aqueles que procuravam ser sepultados no interior dos templos religiosos.



Figura 10: Capela do Cemitério dos Aflitos – Primeira necrópole pública de São Paulo. Brasil. s.d.
 Fonte: Autor não identificado. Disponível em: <<http://leiturasdahistoria.uol.com.br/lendas-urbanas-de-sao-paulo/capela-dos-aflitos/>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia [CPAB] (VIDE, 2011) determinavam que esmolas fossem oferecidas em troca de um espaço no interior da ermida para que os sepultamentos fossem ali realizados. Frente a isso, o falecido não teria comprado um local para seu corpo. Ele seria agraciado com uma benfeitoria por parte da igreja em troca da generosidade que havia demonstrado no ato de sua morte. Essa doação ficava determinada em testamentos deixados e que, entre outras coisas, estipulava os valores a serem oferecidos às Irmandades que existiam. Quanto maior a esmola, maior era o “ato de devoção” e melhor seria sua localização dentro da igreja (SOARES, 2000).

Mas as doações não eram exclusividade daqueles que possuíam uma situação financeira melhor. Como as CPAB (VIDE, 2011) consideravam os templos e seus adros como locais privilegiados para o sepultamento, havia casos em que negros e pobres também eram sepultados dentro das igrejas. Segundo Reis (1991), essas pessoas juntavam dinheiro durante a sua vida para garantir uma inumação igual à dos ricos. Mesmo sendo mais incomum, o deslumbre dos menos afortunados e a vontade de tentar diminuir as segregações sociais às quais estavam expostos diariamente levava a esse tipo de decisão.

O processo de sepultamento dentro das igrejas (Figura 11) possuía um protocolo que era seguido. O morto era levado à ermida onde as tábuas do piso da igreja eram removidas. Após uma cova era feita para que o corpo pudesse ser

colocado nela. Como o espaço abaixo das igrejas possuía outros cadáveres, o defunto era misturado aos restos dos demais ali presentes. Então as tábuas eram recolocadas em seus locais e os santuários passavam a receber novamente as atividades que aconteciam ali (MORSE, 1954).



Figura 11: Covas abaixo do assoalho da Catedral Metropolitana de Florianópolis. Brasil. 2010.

Fonte: Foto de Charles Guerra. Disponível em:

<http://ofsriocompridorj.blogspot.com.br/2010_10_01_archive.html>. Acesso em: 26 jan. 2017.

Isso era possível graças a uma peculiaridade que existia nas igrejas, que eram desprovidas de bancos. As pessoas assistiam às missas de pé ou ajoelhadas (REIS, 1991). Tudo ocorria sobre as mesmas tábuas que foram removidas anteriormente para que o espaço abaixo das igrejas pudesse receber os corpos daqueles que há pouco ou muito tempo haviam falecido. Mesmo que tenha sido repetido por muitos anos no Brasil, o costume de sepultar os mortos dentro da igreja pode ter sido uma experiência desagradável àqueles que frequentavam as atividades lá oferecidas.

Os corpos em decomposição exalavam maus odores que ficavam impregnados nos ambientes dos templos religiosos. Toda vez que alguém entrasse nas igrejas, sentiria o cheiro da putrefação que ali habitava. A morte se fazia presente através de odores fétidos que poderiam ser antigos ou novos. Não havia opção aos vivos. Eles estavam condicionados a conviver com os mortos fisicamente, visto que os corpos estavam abaixo do piso da ermida, e através de seus cheiros, resultantes da ação do tempo e dos vermes sobre os cadáveres.

Kidder e Fletcher (1941) discorrem melhor sobre esse assunto quando relatam que os enterramentos abaixo dos assoalhos das igrejas não trariam

“irreverência para a população”. A finalidade de abrigar os restos mortais dos defuntos em lugares sagrados representava um perigo às pessoas, pois as igrejas se tornavam focos de pestes e não possuíam nenhuma preocupação com a higiene. Esse foi um cenário da história mortuária do Brasil que acabou provocando novas mudanças nas formas de enterramentos. Com o tempo haveria uma separação entre vivos e mortos.

A prática de sepultamentos no interior e no entorno das igrejas perdurou por muito tempo no país. Além do poder aquisitivo das pessoas definir os locais onde elas seriam inumadas, suas vontades eram garantidas através dos testamentos, pelos ricos, e por declarações orais feitas em vida, pelos pobres (REIS, 1997). Mas o cenário mortuário na colônia portuguesa mudou no início do século XIX. Através de uma carta régia de 14 de janeiro de 1801, o príncipe regente de Portugal ordenou a proibição dos sepultamentos nas igrejas e mandou construir cemitérios fora da cidade do Rio de Janeiro (ANAIIS..., 1944).

As determinações do documento destinado ao vice-rei e capitão general do Estado do Brasil deveriam ser aplicadas em todas as cidades do país, que escolheriam um terreno para construir o cemitério. Este precisaria ficar afastado dos centros urbanos e assim garantir que “os miasmas pútridos que exalavam os mortos” não entrassem em contato com os vivos (LOUREIRO, 1976). Tal atitude provocou uma mudança muito grande nos hábitos e costumes. Toda a tradição de sepultamentos dentro dos templos sagrados, somada à ideia de que o defunto teria seu lugar garantido junto ao Paraíso cristão seria perdida.

Mas essa não seria a única mudança que adviria com a determinação do príncipe regente de Portugal. As diferenciações sociais que estavam garantidas com a separação dos enterramentos no interior e no adro das igrejas deixariam de existir. Ricos, pobres, indigentes, justicados, cativos e livres passariam a fazer parte de um mesmo grupo. Todos teriam o mesmo fim em terrenos que seriam divididos igualmente. A política mortuária estabelecida há séculos, e que definia a “geografia social dos mortos” (REIS, 1991), seria imediatamente alterada com as novas determinações.

De fato, isso não aconteceu. Quando os cemitérios foram criados, em locais afastados das cidades, as diferenciações sociais perduraram na distribuição físico-espacial. Tanto nas áreas dos vivos, quanto nas dos mortos, os ricos não se misturaram com os pobres. Tão pouco com os trabalhadores escravizados, os

indigentes, os justicados, os africanos e seus descendentes. Cada um teve seu local devidamente identificado. A morte nunca havia sido e nem se tornou igualitária. Assim como ocorreu por séculos no interior e exterior das igrejas, as pessoas continuaram a ser sepultadas em locais distintos nos cemitérios (REIS, 1997).

A separação cemitério-igreja não se processou de forma rápida. A Corte da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, foi experimentar essa nova condição apenas em 1850, após um surto de febre amarela (RODRIGUES, 1997). Essas mudanças resultaram das mesmas políticas higienistas que haviam sido manifestadas na Europa e propagaram-se pelo mundo. Elas determinaram a expulsão dos mortos do contato com os vivos nos centros urbanos devido às doenças que poderiam ser transmitidas pelos corpos em decomposição.

A nova morada dos mortos permitiu que ocorressem diversas mudanças na história da morte no Brasil. Novos espaços foram criados e ocupados, e outras relações sociais foram instauradas e as antigas se perpetuaram. Os costumes sepulcrais tomaram novos rumos. Mas antes de entender melhor como ocorreu essa separação e as transformações resultantes dela, é preciso conhecer um pouco das instituições que estiveram ligadas à igreja e que desempenharam um papel importante na morte brasileira. São as Ordens Religiosas conhecidas como Confrarias, e que se dividiam em Irmandades e Ordens Terceiras (REIS, 1991).

A diferença entre elas estava no fato de a primeira ser um tipo de associação que apresentava uma devoção organizada, e que estava sujeita à jurisdição eclesiástica, e a segunda ser um tipo de associação que buscava a perfeição da vida cristã dos seus membros, e se vinculava a uma ordem religiosa (BOSCHI, 1986). De fato, na história mortuária as irmandades estiveram mais ativamente presentes e possuíam maior destaque nos cortejos fúnebres e nas atividades realizadas em vida pelos irmãos. Por isso elas foram tão importantes para as transformações que ocorreram nas atitudes perante a morte.

1.3 Irmandades religiosas

Durante muitas centúrias a morte esteve ligada à igreja católica e à devoção a alguma entidade religiosa. Um exemplo foi o desejo dos falecidos de garantirem um lugar no paraíso cristão e de serem sepultados junto aos santos, como ocorreu entre os séculos XIII e XVIII. Além dessa prática, uma figura importante nos ritos mortuários emergiu na Idade Média. Eram as Irmandades. Essas instituições ligadas aos templos religiosos seriam responsáveis por acolher pessoas diversas, conforme seus compromissos e futuramente estariam envolvidas no processo de separação definitiva entre igreja e cemitério.

Segundo Huizinga (1924), as irmandades tiveram sua origem, em um período no qual houve a propagação de doenças e outras dificuldades enfrentadas pela população, e que fizeram com que as pessoas dedicassem suas devoções a vários santos. Assim, as confrarias facilitariam a ocorrência dessas práticas religiosas ao se organizarem como associações fraternais. Frente à fragilidade e aos momentos de dificuldade as irmandades seriam uma forma de auxílio a ser experimentado por muito tempo.

Surgidas na transição da Idade Média para a moderna, eram associações de ajuda espiritual e material, que permitiam um contato maior com Deus através das imagens dos santos que davam nome às ordens religiosas (TAVARES, 2007). Calcadas em princípios de solidariedade e de ajuda ao próximo, essas associações poderiam ter sido uma forma de minimizar as diferenciações sociais que existiam naquele período. O auxílio poderia ser oferecido àquele que era pobre e necessitava de algo, ou àquele que possuía uma boa colocação social e teve problemas. Contudo, não foi assim que a história das irmandades se desenvolveu.

Mesmo que tenham se organizado em uma relação na qual as pessoas entravam em contato para a troca de ideias e serviços e para se auxiliarem (GUARINELLO, 2004), as irmandades carregaram consigo princípios de diferenciação entre os cidadãos. Ricos e pobres, brancos e negros, livres e escravizados não eram vistos de uma mesma forma. A caridade tinha destino certo. Duas pessoas em situação de necessidade semelhante recebiam tratamentos diferentes. O princípio de auxílio das irmandades seria praticado apenas junto àqueles que tinham algum tipo de mérito.

Isso soa estranho, considerando que fugia do que parecia ser a base assistencial das confrarias. Mas o fato da distinção foi observado na Veneza da

Idade Média. Ele se apresentou de forma seletiva e segregativa. Não possuía um caráter igualitário. Comida, dinheiro e roupas eram oferecidos aos pobres que possuíam boa índole. As prostitutas e os criminosos, por exemplo, não desfrutavam da solidariedade das associações religiosas (DAVIS, 1990). Os laços de caridade que as irmandades defendiam aparentemente não eram verdadeiros.

Eles existiam, mas eram ofertados apenas aos irmãos, às pessoas que se associavam às irmandades. Fato é que muitas dessas ordens religiosas cobrariam altos valores para permitir a participação de uma pessoa alguns centenários depois. A organização das irmandades representou uma possibilidade de os leigos possuírem uma vida próxima da religiosidade, pois estavam organizadas em um modelo de prática de auxílio mútuo e de garantia de funerais aos mortos. Isso vinculado à solidariedade entre os irmãos (VAUCHEZ, 1995).

Os princípios de caridade existiam, mas na maioria das vezes apenas para os que faziam parte da ordem religiosa. As confrarias se desenvolveram nos países europeus e chegaram às colônias fora daquele continente. As ordens religiosas estavam presentes em Portugal desde século XV e emergiram em meio a um movimento de confrarias europeias sustentado por Corporações de Ofícios, que permitiam somente aos homens ocuparem cargos de poder (CÔRREA, 2008). Como dito anteriormente, elas dividiam-se em Ordens Terceiras ou Irmandades, sendo estas as mais comuns, dedicavam-se a obras de caridade voltadas aos seus próprios membros ou pessoas carentes não associadas (REIS, 1991).

Para se organizarem, as irmandades possuíam um regimento que ditava as regras a serem seguidas pelos membros e determinava outras providências. Esse documento era o Compromisso. Ele definia as normas da organização religiosa, previa como se realizaria o funcionamento da confraria, qual seria o santo a ser cultuado, quem poderia associar-se, qual era o valor da mensalidade a ser pago pelos irmãos e outras determinações (TAVARES, 2004). O Compromisso era muito importante para os membros das ordens religiosas, pois a partir dele, sempre que alguém se associasse à irmandade saberia como se portar frente aos irmãos, às demais associações e àqueles que não faziam parte da confraria.

Esses documentos eram um fator essencial para que as irmandades pudessem funcionar de maneira correta, sem que houvesse dúvidas quanto às suas regras e normas de conduta. Diante disso, eles deveriam ser escritos e aprovados quando as irmandades fossem criadas. Se isso não ocorresse no mesmo dia,

deveria ser em tempo próximo. Não era dessa forma que acontecia. Mesmo que o compromisso fosse feito antes da criação da ordem religiosa e apresentado no dia em que a mesma foi criada, ele precisava da aprovação de um representante da igreja.

Como a aceitação do compromisso era um ato jurídico, ele demorava a ser oficializado. Isso provocava uma diferença de tempo entre a organização da irmandade e a aprovação do documento (BOSCHI, 1986). Esse ato poderia demorar de alguns meses a até anos. Isso dependeria da distância que existia entre a localidade onde estava instalada a irmandade e onde ficava o mais próximo representante da igreja que possuía qualificação eclesiástica para aceitar o documento e declará-lo válido.

O tempo de aprovação era maior no período colonial brasileiro. Os compromissos teriam que ser enviados a Portugal para serem aprovados (OLIVEIRA, 1995). Isso demonstrava o motivo do distanciamento temporal entre a criação da ordem religiosa e a validação do compromisso. Cidades mais afastadas de Portugal teriam que esperar mais e cidades mais próximas esperariam menos. A distância era somada às dificuldades de deslocamentos que existiam. Além disso, poderia ocorrer de o documento não ser aceito devido a erros que teriam de ser corrigidos.

Se tal fato sucedesse, o compromisso era devolvido à cidade onde estava locada a irmandade, as alterações eram feitas e o documento era reenviado a Portugal. E isso acarretaria em um maior tempo decorrido. Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil no século XIX, as aprovações passaram a ser feitas no território nacional. Isso se manteve até 1828, quando o Ministério da Justiça passou a deliberar sobre a aprovação (OLIVEIRA, 1995). Com a mudança, a distância a ser percorrida passou a ser menor e o tempo dedicado à aceitação diminuiu.

As irmandades não esperavam esse trâmite jurídico suceder para começarem a funcionar. A partir do momento no qual se formavam elas passavam a exercer suas atividades. Sua organização estava fundamentada na escolha de um santo ao qual os irmãos seriam devotos (TAVARES, 2007). Após essa decisão, a ordem religiosa passaria a ter uma denominação diferente. Seria a “Irmandade de” seguida do nome do santo que havia sido escolhido. Assim surgiram diversas confrarias com nomes específicos. Como exemplos existiram as irmandades de Nossa Senhora do Rosário, de Nossa Senhora da Luz (Figura 12), entre outras.



Figura 12: Imagem de Nossa Senhora da Luz. Pelotas. Brasil. 2018.
Fonte: Foto de Anderson Pires Aires. 2018.

O fato de uma irmandade ter escolhido devotar suas preces a um determinado santo não impedia que outras ordens também fizessem o mesmo. E essa era uma prática comum de ocorrer. Duas ou mais irmandades poderiam possuir a mesma nomenclatura. E isso não estava condicionado a acontecer em lugares distantes. Uma província ou uma cidade podiam ter mais de uma ordem com o mesmo santo. O que sucedia para diferenciá-las era a sua instalação em ermidas diferentes (REIS, 1991).

Mesmo que os compromissos ainda não tivessem sido aprovados, desde o início as associações religiosas organizavam suas atividades administrativas para melhor conduzirem as tarefas a serem desempenhadas pela confraria. Elas eram comandadas por uma mesa composta por pessoas que desempenhavam as funções de juízes, presidentes, provedores, tesoureiros, mordomos e outras (REIS, 1991). Todos eram irmãos da confraria. Não haveria a possibilidade de uma pessoa que não pertencesse à irmandade desempenhar alguma dessas funções.

Após terem seus cargos definidos, os irmãos precisavam de um local para realizar suas atividades religiosas e colocar o santo de devoção. Existiam duas possibilidades. Uma era em igreja própria. A outra eram altares dentro de igrejas existentes. Para construir seus próprios templos era necessária uma autorização. O Arcebispado da Bahia era responsável por permitir tal ato. Por isso, por exemplo, a

Irmandade de São Pedro dos Clérigos pediu para erigir sua capela e teve sua autorização no dia 15 de janeiro de 1709, quando pôde construir a Igreja de São Pedro Novo, em Salvador, na Bahia (VIDE, 2011).

Mas havia situações em que a ereção de uma ermida não podia ser feita. Um dos motivos que levava a essa condição era a falta de recursos por parte da irmandade que tencionava tal feito. Dessa forma, era necessário que um dos fundamentos das confrarias fosse colocado em prática. A caridade seria agora presenciada entre as ordens religiosas. Aquelas que não possuíam sua própria sede acabavam ocupando espaços em igrejas existentes, onde utilizavam os altares laterais para venerar seus santos (REIS, 1991).

Embora as irmandades fossem instituições que tinham como ideia básica a perpetuação da solidariedade entre as pessoas, elas proporcionavam diferenciações entre os cidadãos. Segundo Tavares (2007), as confrarias se formavam considerando a cor da pele e a origem social dos irmãos. Por isso existiram várias dessas organizações pelo Brasil. Algumas eram frequentadas por brancos, outras por negros ou pardos. Algumas por ricos, outras por pobres. As diferenças definiam a ordem religiosa.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento era uma que possuía distinção das demais quanto aos seus membros. Ela estava presente nos principais centros urbanos e era composta por figuras destacadas da elite no período colonial no Brasil (AZZI, 1974). Dessa forma, as decisões não fugiriam dos padrões determinados, onde a sociedade era comandada por homens e as mulheres não possuíam oportunidade de expressar suas opiniões e torná-las válidas. Há também o fato de a elite do período colonial ser de homens brancos e não de homens negros. Dessa forma, os interesses escravistas também seriam atendidos e não haveria mistura entre pessoas diferentes.

É possível que o surgimento das irmandades e até mesmo o seu desenvolvimento durante anos tenha seguido esse padrão de membros homens e brancos, mas isso gerou descontentamentos no decorrer do tempo. Outras categorias da sociedade passaram a ver essas associações e suas decisões como algo, se não prejudicial, não benéfico a todos. Os interesses de alguns estariam garantidos e seriam colocados em prática. Os de outros seriam sufocados e desconsiderados. Para que mulheres, negros e pobres tivessem o direito de tomar algum tipo de decisão outras ordens foram criadas.

Esse foi o caso da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte. Ela era composta de pessoas negras e existia espalhada pelo território brasileiro (CÔRREA, 2008). Fugindo ao que acontecia na Irmandade do Santíssimo Sacramento, a da Boa Morte não tinha suas decisões tomadas pela elite e sim por pessoas que eram libertas e pobres. Mas a Nossa Senhora da Boa Morte não apresentava como diferença das demais apenas o fato de possuir negros entre os irmãos. Ela também era composta por mulheres afrodescendentes. E elas eram livres e conhecidas como Iyás do Candomblé (CÔRREA, 2008). Essa associação apresentou duas grandes diferenças das demais irmandades católicas.

Elas permitiram que os cargos políticos da associação fossem ocupados por negros e mulheres em um período no qual as decisões das irmandades católicas eram tomadas por brancos e homens. Essas confrarias de negros, e que também podiam ser compostas de pardos e alguns brancos, auxiliaram na compra de alforrias e na realização de cortejos e sepultamentos de negros em campos santos (AL-ALAM, AVILA e SILVA, 2014). Segundo Corrêa (2008), a Nossa Senhora da Boa Morte se destacava das demais irmandades negras porque estas eram compostas por homens e permitiam que mulheres se associassem, mas sem que possuíssem poderes políticos e desempenhando funções subalternas.

Outro fato de destaque das Nossa Senhora da Boa Morte é a maneira como realizavam os rituais de sepultamento. Para garantir que seus irmãos fossem aceitos em campos santos católicos, elas realizavam a cerimônia funerária durante três dias. Como exemplo da irmandade que foi fundada em Salvador e passou a exercer suas atividades na cidade de Cachoeira, na Bahia, o ritual principiava após o falecimento do irmão. O corpo era levado da Igreja da Ajuda até a sede da irmandade. Durante a procissão, os membros da sociedade usavam roupas brancas em homenagem à Virgem Maria e ao orixá Oxalá (CORRÊA, 2008).

Mais do que uma maneira de demonstrar à sociedade que a irmandade havia sido fundada e praticava as orientações da igreja Católica, o primeiro dia do cortejo anunciava as bases da religiosidade afro-brasileira. No segundo dia a vestimenta mudava de cor. Segundo Corrêa (2008), a Beca branca e preta fazia referência à Nossa Senhora da Boa Morte, mas estava ligada à presença do orixá Nanã, responsável pela não putrefação do corpo, e de Olodumare, força da natureza resultante da mistura de água e terra.

A procissão passava pelas ruas da cidade e representava a “Vida na Morte”, além de fazer referência ao passado do defunto, de seus ancestrais e da religiosidade expressa pelo Candomblé (CORRÊA, 2008). Essa cultura religiosa chegou até o Brasil devido ao tráfico de cativos e ganhou espaço no cenário mortuário com o passar dos anos. Com isso, as irmandades compostas por negros puderam enterrar seus irmãos em campos santos comandados por ordens religiosas católicas sem que perdessem a sua tradição de sepultamentos. Todas essas diferenciações que ocorriam entre as irmandades eram oriundas dos compromissos que elas organizavam e aprovavam.

Eles acabavam propiciando as diferenciações sociais, de cor da pele, de gênero, etc. Para evitar abuso por parte das confrarias com relação a essas distinções, o Título 50 das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia dedicou-se a definir resoluções quanto aos compromissos. Alegando que as entidades religiosas foram criadas para servir a Deus e possibilitar a veneração de santos, os Estatutos e os Compromissos das irmandades não deveriam exigir pensões de alto valor e nem obrigar que os Confrades e os Irmãos fizessem algum tipo de juramento que estivesse em desacordo com as regras da igreja (VIDE, 2011).

Ainda segundo Vide (2011), a fim de garantir que as determinações fossem seguidas, o Arcebispado solicitou que as confrarias existentes enviassem seus compromissos para conferência e possíveis adequações e as novas que atentassem a essa determinação. Já aquelas mais antigas, e que foram criadas sem a autorização do Arcebispado, receberiam os visitantes para verificar os Estatutos e Compromissos e criar emendas quando necessárias.

Mesmo que a intenção fosse diminuir todas as exclusões que eram provocadas pelos compromissos, não havia garantias de que isso realmente fosse acontecer. Estando muitas das irmandades longe da Bahia e do Arcebispado, não seria fácil garantir que as determinações fossem seguidas. As segregações quanto à possibilidade de pertencer a uma ou outra irmandade prevaleceram. Afinal, “[...] as irmandades tinham [...] a função implícita de representar socialmente [...] os diversos grupos sociais [...]” (REIS, 1991, p. 53).

Outra diferenciação que existia entre as irmandades era quanto à sua importância em algum cortejo. Apesar de serem associações religiosas com intuito fraternal, existiam disputas e desentendimentos entre elas, representando uma

competitividade quanto aos seus locais nas procissões (TAVARES, 2007). Como a precedência era “um privilégio disputadíssimo” (NASCIMENTO, 2006), as irmandades tencionavam ser a primeira ou uma das primeiras. Como atenta Priore (2002), esse era um momento de “festa dentro da festa”.

Mas havia uma ordem a ser seguida pelas confrarias, conforme o Título 46 das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. A primeira a acompanhar o cortejo era a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Ela teria destaque entre as demais. Seguindo-a viriam as Confrarias e Irmandades que fossem mais antigas (VIDE, 2011). Essa definição quanto ao tempo de existência de cada irmandade estava relacionada à data de aprovação dos compromissos. Mesmo sendo uma determinação quanto ao posicionamento de cada ordem dentro de um cortejo, provavelmente decorriam descontentamentos entre aquelas que ficavam mais afastadas do início da procissão.

Segundo Ariès (2014), uma das diretrizes que as irmandades possuíam era a de garantir o sepultamento aos seus irmãos. Por isso essas associações religiosas fizeram parte da história mortuária. Elas eram encarregadas de organizar os cortejos fúnebres, as missas e todas as outras atividades relacionadas às inumações. Como possuíam suas igrejas ou altares laterais em outros templos religiosos, eram as irmandades as responsáveis pelos enterramentos *ad sanctos* que foram praticados até o século XIX.

Mesmo com a separação que aconteceu ainda nessa centúria entre os mortos e os vivos, e a proibição de inumações em igrejas e cemitérios junto a elas, as irmandades continuaram desempenhando funções sepulcrais. Isso porque “[...] as práticas fúnebres e todos os encargos relativos à morte sempre foram disposições ligadas e confiadas às irmandades religiosas [...]” (TAVARES, 2007, p. 201). Assim, com a instalação de cemitérios afastados dos centros urbanos, as irmandades continuariam desempenhando atividades da história mortuária, sendo que a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas se destacaria mais uma vez em relação às demais confrarias do lugar.

1.4 Cemitérios municipais no Brasil do século XIX

Durante muito tempo as práticas de inumações estiveram condicionadas a espaços internos das igrejas e a cemitérios junto a elas. Mas o aumento no número de cadáveres, assim como mudanças na maneira de as pessoas verem os locais onde os mortos eram sepultados, acarretou novas transformações. Os campos santos saíram da proximidade das ermidas e começaram a ocupar um local dentro da área urbana. Passaram a existir os cemitérios municipais.

Mas isso não se verificou de imediato. Foram necessárias algumas mudanças, imposições e recomendações para que os vivos e os mortos não dividissem mais o interior das igrejas. Um local seria destinado a estes e aqueles só frequentariam a nova morada dos mortos em ocasiões como os sepultamentos. As primeiras alterações começaram no início da primeira metade do século XIX, com a carta régia de 1801 enviada pelo príncipe regente de Portugal ao vice-rei e capitão general do Estado do Brasil, D. Fernando José de Portugal.

O documento instruía que os campos santos fossem criados em todos os lugares e que deveriam ficar afastados para evitar que os “miasmas pútridos” resultantes da decomposição dos mortos não afetassem a saúde dos vivos (LOUREIRO, 1976). Esse medo de contaminações era decorrente da teoria miasmática, criada no século XVIII e amplamente seguida no século XIX (MASTROMAURO, 2010). O assunto virou pauta entre as discussões de médicos, visto os perigos que poderia acarretar.

O médico polonês Pedro Luiz Napoleão Chernoviz publicou no **Dicionário de Medicina Popular** uma definição sobre o que seriam os miasmas. No geral, eram emanções que contaminavam o ar e acometiam o corpo humano. Provinham de locais como pântanos, terrenos alagados por enchentes, margens de rios, plantações, indústrias, ruas e estradas com lamas. Além disso, respiração, excreção, decomposição de corpos, latrinas, matadouros, navios, cemitérios, hospitais, prisões e quarteis também seriam focos dos miasmas (CHERNOVIZ, 1851).

Os locais que poderiam representar um perigo à saúde dos habitantes das cidades eram variados. Todos deveriam ser evitados. A necrópole também. Tanto que o médico enfatiza em seu dicionário o perigo que o homem causa ao citar que “[...] entre os **focos de infecção**, um dos **mais perigosos** para o homem é mesmo o homem vivo ou **morto**” (CHERNOVIZ, 1851, grifo nosso). Foi com base nesses tipos de afirmações que a teoria miasmática se desenvolveu. Ela consistiu basicamente

em garantir a limpeza do espaço urbano para evitar que o ar fosse contaminado por emanções e odores provenientes dos locais considerados como focos da propagação dos miasmas (MASTROMAURO, 2010).

Embora a discussão fosse comum no início do século XIX, ela não foi persuasiva o bastante para mudar o cenário das inumações nas cidades. Se a teoria miasmática e a recomendação do príncipe regente tivessem sido acatadas, a partir daquele momento, não existiriam mais sepultamentos no interior das igrejas. Além disso, os corpos em decomposição não iriam mais dividir espaço com os vivos durante a realização de alguma atividade no templo religioso. Mas isso não ocorreu. As inumações continuaram a ser realizadas abaixo dos assoalhos por vários anos.

A partir de 1830 a Sociedade de Medicina passou a condenar os sepultamentos dentro das igrejas. Provavelmente tomando como base a teoria miasmática. Isso se deu através da Comissão de Salubridade Geral e, juntamente com outras decisões, buscava evitar a propagação de doenças (REIS, 1997). Agora, uma entidade com algum tipo de conhecimento mais específico sobre os malefícios que os corpos em decomposição poderiam proporcionar aos vivos se manifestava negativamente com relação às inumações em ermidas.

Há muito se sabia que os corpos sepultados dentro das igrejas provocavam um mau odor dentro dos recintos e isso acabava sendo um incômodo àqueles que frequentavam as missas e outras atividades realizadas nas igrejas. As tradições que há tempos eram perpetuadas não possuíam mais espaço na sociedade do século XIX. Era preciso que fosse tomada uma atitude com relação a isso e que um novo espaço fosse destinado aos mortos. Mas desde 1828 havia uma determinação quanto a isso.

A Lei de 1º de outubro de 1828, que criou as Câmaras Municipais nas cidades e vilas, definiu como uma das atribuições desse órgão que os cemitérios fossem estabelecidos fora das igrejas (COLEÇÃO..., 1878). Mas a tradição de inumações junto às ermidas não deu espaço à legislação. Mesmo com a lei e a declaração da Sociedade de Medicina, as inumações continuaram a ser realizadas junto aos espaços frequentados por vivos. A influência de acontecimentos vindos da Europa auxiliaria nessas mudanças no Brasil.

No ano de 1832, a cidade de Paris foi acometida por uma doença conhecida como cólera (Figura 13) (RODRIGUES, 1997). A enfermidade surgiu nas margens do Rio Ganges, na Ásia, e se propagou pelos demais continentes, chegando até o

Brasil (AIRES e GUTIERREZ, 2016). Ela provocou muitas mortes onde foi presenciada e fez com que os legisladores mudassem suas atitudes frente às novas ocorrências. Segundo Reis (1991, p. 24), eles seguiram os doutores na procura de uma nova reordenação do espaço que o morto ocupava na geografia urbana.



Figura 13: A cólera. França. 1912.

Fonte: Le Petit Journal Illustre. 1912.

Disponível em: <<http://www.sciencephoto.com/media/300519/view>>. Acesso em 26 jan. 2018.

A chegada dessa doença era uma forte razão para que a tradição fosse deixada de lado. Os mortos deveriam sair do contato com os vivos e ir para longe. Dessa forma as doenças não se propagariam. Foi nesse cenário de moléstias e novas mudanças que os cemitérios municipais passaram a ser construídos no século XIX. Eles proporcionariam dois tipos de separação entre vivos e mortos. Uma seria física, pois os espaços ocupados seriam diferentes e distantes. Outra seria simbólica, visto que a morte e os mortos deixariam de fazer parte do cotidiano das pessoas (RODRIGUES, 2002).

Mas a população não estava preparada, ou não queria estar, para essa separação. Fato é que uma revolta ocorreu na Bahia como forma de protesto e na tentativa de barrar tal acontecimento nos sepultamentos que aconteciam em Salvador. Conhecida como Cemiterada, ela aconteceu em 25 de outubro de 1836 e provocou grande vandalismo. Segundo Reis (1991), a revolta foi iniciada pelo descontentamento das irmandades, padres e outras pessoas que eram contra a

separação cemitério-igreja. Isso porque as atividades mortuárias passariam a ser realizadas por uma empresa privada.

Ficou evidente que o interesse daqueles que foram contra não era o de garantir que uma tradição perpetuada há séculos e que se disseminou pelo Brasil permanecesse. O que as ordens religiosas não queriam era perder a renda que obtinham com todos os ritos após a morte, como missas, doações, cortejos e enterramentos. Além disso, se elas não podiam mais organizar todas as celebrações desde o falecimento até o sepultamento das pessoas, corriam o risco de deixar de ter irmãos associados às suas ordens. Esses fatores somados levaram à revolta contra a instalação do campo santo.

Um grupo composto de pessoas que pertenciam, e de algumas que não pertenciam, às ordens religiosas marchou até o cemitério ainda inacabado e começou a destruí-lo. Para isso, utilizaram ferramentas que encontraram pelo caminho e outras existentes no local (REIS, 1991). Mesmo demonstrando todo esse descontentamento com a proibição de inumações dentro de igrejas e com a possibilidade de ocorrerem apenas nos cemitérios municipais, a Cemiterada não obteve sucesso. O campo santo foi reconstruído e passou a receber os defuntos da cidade de Salvador.

Esse modelo de exéquias se difundiu pelo Brasil e passou a ser repetido nas demais cidades e vilas que existiam. A Corte no Rio de Janeiro experimentou a mudança no ano de 1832, quando um surto de febre amarela levou à separação entre vivos e mortos (REIS, 1997). Os cemitérios não foram os únicos a sofrer com as modificações a favor da saúde pública perpetuadas no século XIX. Instituições como hospitais, prisões e hospícios receberam o mesmo tratamento e foram banidos do contato com as cidades. Isso tudo porque eram focos de doenças e traziam perigo aos centros urbanos (RODRIGUES, 1997), como era conhecido através da teoria miasmática.

Os lugares onde as necrópoles foram instaladas deveriam seguir três determinações básicas. Teriam de ser edificadas em locais altos e arejados, longe de lençóis freáticos e afastados dos centros urbanos, conforme o discurso que era vigente no século XIX e que dizia respeito à propagação de doenças (SILVA, 2008). O cemitério público surgiu como uma garantia de que os locais de vivos e de mortos haviam sido delimitados, em um processo no qual os defuntos saíram de espaços privados e debaixo das igrejas para ocupar outros destinos (SCHWARCZ, 2002).

Definitivamente os cadáveres foram expulsos do convívio com os habitantes da urbe. A separação que se verificou com a Lei das Doze Tábuas séculos antes e com o crescimento das cidades tornava a se repetir. Mas a relação entre os restos mortais não era igualitária. As diferenças sociais continuaram a existir, pois a sociedade projetava nos cemitérios “seus valores, suas crenças, estruturas socioeconômicas e ideológicas” (BELLOMO, 2008a, p. 13). A mesma segregação que ocorreu dentro das igrejas e dos campos santos junto a elas continuou a se perpetuar nos cemitérios públicos.

Além de ser um campo santo, a nova necrópole representava um moderno modelo de cidade, mas que seria ocupado apenas pelos falecidos. Seria como a Laudômia dos mortos, uma urbe construída ao lado da Laudômia dos vivos e que pertencia aos domínios de Kublai Khan (CALVINO, 1990). A cidade cemiterial surgiu nesse contexto de cemitérios públicos. Ela não seria uma exclusividade dos mortos, considerando que os vivos iriam até ela nos momentos de inumações e para prestarem alguma homenagem posterior.

Mas o espaço seria predominantemente dos defuntos. E essa cidade teria um administrador. Uma confraria se destacaria entre as demais e passaria a ocupar o lugar de importância frente aos ritos mortuários em diversas cidades do Brasil. A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia garantiu essa conquista pelo fato de ser uma instituição dedicada à caridade e à assistência às pessoas. Ela estava presente nas maiores povoações e, além de ajudar os trabalhadores pobres, se tornou responsável pelos sepultamentos.

A assistência social permitiu que a Irmandade da Santa Casa explorasse o mercado funerário em diversas cidades com o passar dos anos (MEGRAVIS, 1972). E esse privilégio levaria a associação religiosa a fazer o possível para que suas ambições fossem atendidas a partir da segunda metade do século XIX. Tanto que, ao ser designada para a instalação definitiva das necrópoles, a confraria fez uso de seu poder para garantir seus anseios. Assim como quando passou a ser responsável pela ereção da cidade cemiterial em Pelotas.

2 PELOTAS E SEUS CAMPOS SANTOS

2.1 Cidade de Pelotas

Apesar de a cidade de Pelotas ter recebido esse nome apenas no ano de 1835, quando foi elevada à condição de cidade, sua origem remonta a um período anterior a essa data. No final do século XVIII principiavam acontecimentos que trariam novas mudanças para o local. Iniciou-se o processo de instalação de uma atividade ligada a salga de carnes, e que teria grande importância na fixação da área urbana.

A partir de 1780, nas margens do arroio Pelotas e do Canal de São Gonçalo foram doadas 19 datas de terras⁸ que ao longo do século XIX transformaram-se em pelo menos 30 estabelecimentos charqueadores (GUTIERREZ, 2011). Com a facilidade de escoamento do charque pelas águas, foi possível o desenvolvimento e aumento da produção escravista da salga das carnes e de seus subprodutos, o couro, a graxa e o sebo (ARRIADA, 1994).

Em 7 de julho de 1812 foi instalada a Freguesia de São Francisco de Paula. Esse era um título que possibilitava a autonomia religiosa de um povoado, o qual passava a possuir uma paróquia própria (MAGALHÃES, 1993). Com a elevação do povoado, uma capela deveria ser construída para garantir que os registros de nascimentos, casamentos e sepultamentos, bem como as atividades religiosas, não necessitassem mais ser realizadas na vila de São Pedro.

Gutierrez (2004) ressalta que para isso acontecer, o arcebispado deveria conceder sua autorização, a qual só ocorria se o local da instalação não fosse despovoado. Como havia sido acolhida a solicitação dos charqueadores para a instalação da freguesia, havia a necessidade de escolher uma parcela de terreno que pudesse receber o templo religioso. Com a edificação da capela, parcelamentos do solo, caminhos comuns e vias surgiram (MARX, 1991). No entorno da igreja seriam construídas a praça, o cemitério e as primeiras casas (MAGALHÃES, 1993).

Três propostas adviram como possíveis localizações da capela destinada ao padroeiro da freguesia, São Francisco de Paula. Uma delas compreendia as terras de Dona Isabel de Pelotas, entre o Arroio Pelotas e a Laguna dos Patos, e onde muito tempo depois se instalou o bairro Laranjal (MOREIRA, 1988). A segunda

⁸ A definição de datas de terra pode ser encontrada no GLOSSÁRIO (p. 181).

opção era uma várzea, onde foi construído o Asilo de Órfãos décadas depois; e a terceira era nas terras do capitão Antônio Francisco dos Anjos (ARRIADA, 1994).

Como o parcelamento do solo para a instalação da freguesia seria uma atividade lucrativa, houve divergência entre os proprietários de terras. Entre as discussões que se estenderam de 4 de outubro de 1812 até fevereiro de 1813, o capitão Antônio Francisco dos Anjos entrou em acordo com o Padre Felício e principiaram a construção da capela de São Francisco de Paula (Figura 14), cabendo a Antônio dos Anjos parcelar e vender os lotes (GUTIERREZ, 2004).

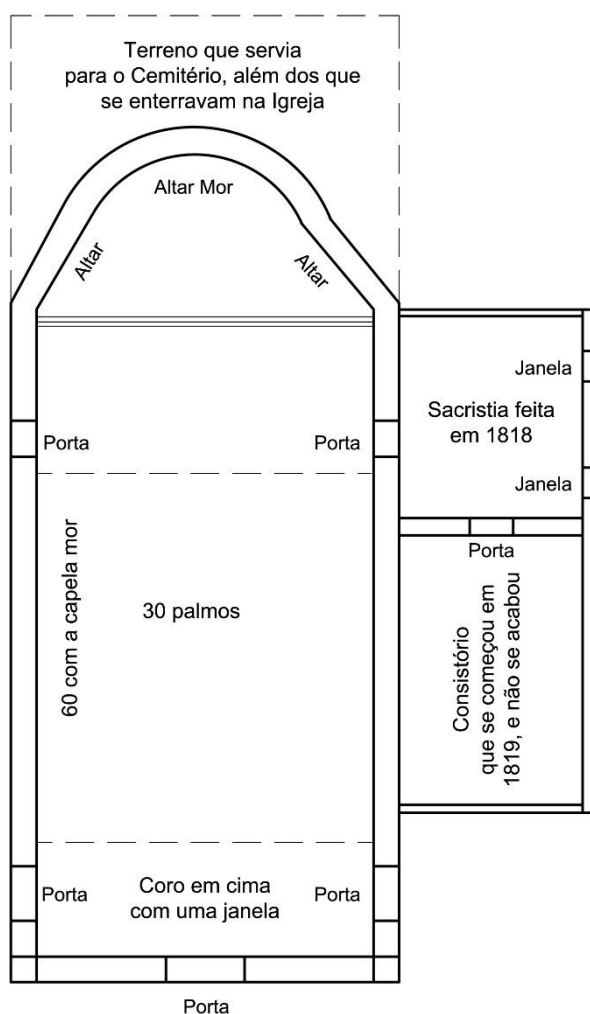


Figura 14: Planta da Capela de São Francisco de Paula.
Fonte: Redesenho feito por Anderson Pires Aires a partir da
Planta da Primeira Igrejinha (OSÓRIO, 1997, s.p.). 2018.

Após a construção da igreja e a demarcação de quadras e ruas, a construção das primeiras residências da Freguesia de São Francisco de Paula ocorreria entre os anos de 1813 e 1814 (CUNHA, 1928c). Elas começavam a formar o espaço

Anos	nº de prédios urbanos	nº habitantes urbanos	%	nº habitantes rurais	%	nº total de habitantes
1811	-	-	-	-	-	2.119 ^a
1814	-	-	-	-	-	2.419 ^b
1818	107 ^c	-	-	-	-	-
1820	153 ^d	1.000 (+)	31,25	2.200	68,75	3.200 ^e
1822	217 ^f	1.700	50,00	1.700	50,00	3.400 ^g
1830	500 ^h	3.000	69,77	1.300	30,23	4.300 ⁱ

Figura 16: Crescimento populacional da freguesia de São Francisco de Paula (1811-1830).
Fonte: Gutierrez (2004, p. 145).

O número elevado de africanos e afrodescendentes estava ligado ao fato de a mão de obra ser escravizada nas charqueadas. Essa frequência faria com que associações destinadas a escravos e ex-escravos surgissem anos depois. Frente ao aumento populacional, com o tempo seria preciso expandir os domínios da freguesia. Isso ocorreu sobre as terras de Mariana Eufrásia da Silveira (ARRIADA, 1994).

A partir da expansão, a freguesia aproximou-se dos cursos d'água que existiam. Ao sul com o Canal São Gonçalo e a oeste com o Arroio Santa Bárbara (CUNHA, 1928b). Com o aumento no número de habitantes que a localidade experimentava, aliado à ampliação de seu território, houve a pretensão de elevar a freguesia à condição de vila. O decreto imperial de 7 de dezembro de 1830 garantiu isso. Mas a instalação realizou-se em 7 de abril de 1832 (ARRIADA, 1994). A Vila de São Francisco de Paula não dependia mais da Vila de São Pedro.

Três anos após a freguesia ter recebido o título de vila passou a ser conhecida como a cidade de Pelotas através da Lei de 27 de junho de 1835. Com a criação, uma nova planta foi levantada pelo arquiteto de Câmara de Vereadores, Ernesto Eduardo de Krestechmar (ARRIADA, 1994). A nova planta (Figura 17) demonstrou a expansão sobre os terrenos de Mariana Eufrásia da Silveira, junto ao São Gonçalo porto da cidade. Um detalhe dessa planta é que nela estava marcado o cemitério municipal (indicado na figura 17 pela letra c) que funcionava ali desde o ano de 1825.

Segundo Arriada (1994), o espaço onde se localizava o campo santo tornara-se pequeno para atender à população e, por isso, precisaria ser transferido. Esta

preocupação, que se faria presente alguns anos depois, demonstrava que as mudanças na história das necrópoles pelotenses começavam a ser escritas. O cemitério da Rua do Passeio deixaria de ser utilizado em 1855 com a chegada da cólera à cidade. O campo santo estava há algum tempo lotado e não tinha condições de receber mais corpos. Além disso, existia o medo da propagação da doença. Foi nesse ano que passou a funcionar o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia, a cidade cemiterial de Pelotas, no atual bairro Fragata.

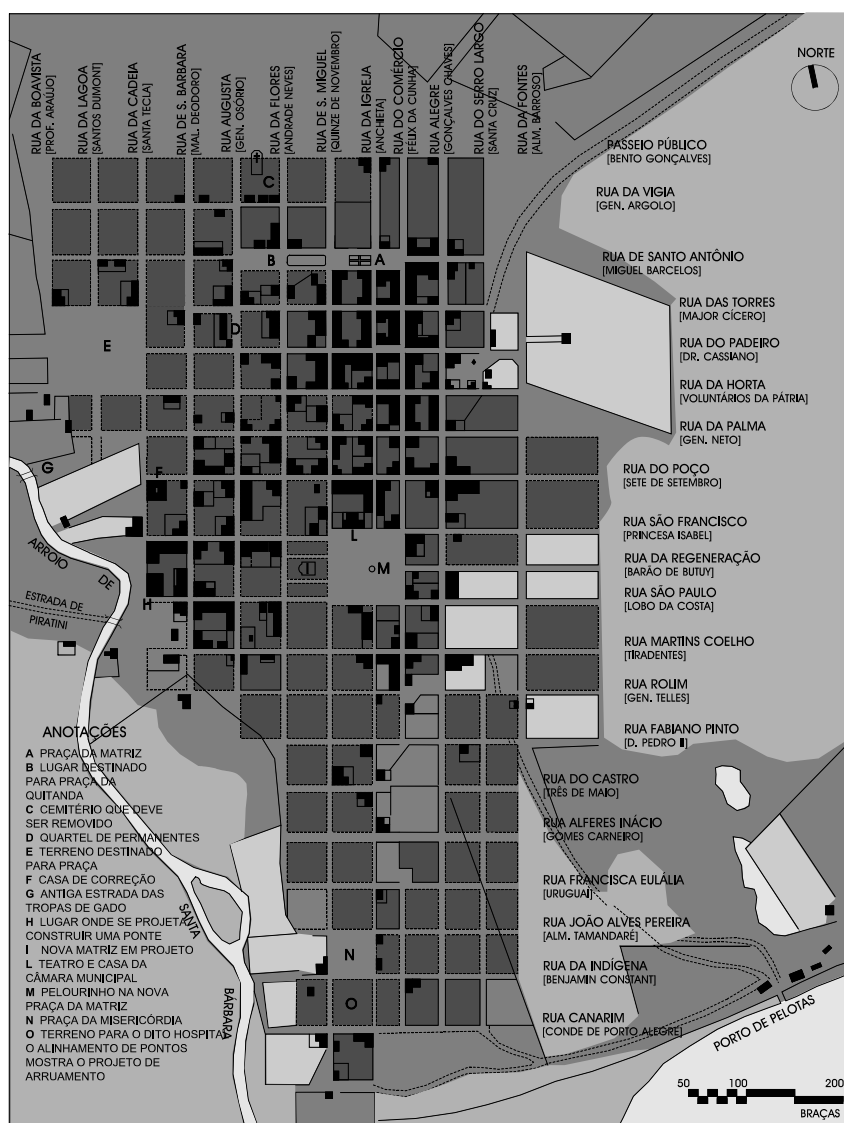


Figura 17: Planta da cidade de Pelotas (1835).
Fonte: Gutierrez (2004, p. 211).

Com o passar dos anos e o aumento populacional que Pelotas presenciava, novas expansões do traçado urbano ocorreriam. Paulo Roberto Rodrigues Soares trata dessa questão em sua tese de doutorado. Soares tratou a produção do espaço através das vilas populares que foram construídas e das empresas que estiveram

ligadas a essas mudanças. O crescimento esteve vinculado ao grande número de moradores urbanos de Pelotas. Sua população que era de 18.000 habitantes no ano de 1872, passaria para 26.312 em 1900 e para 45.000 em 1920 (SOARES, 2002).

A cidade havia passado por duas ampliações. A primeira no ano de 1858, quando seu limite norte ultrapassou a Rua do Passeio, com a criação do Bairro da Luz. E na década de 1870 se expandiu para leste com a criação do Bairro da Várzea (Figura 18) (MAGALHÃES, 1993). Com os aumentos, o tecido urbano recebeu cinco ruas transversais e mais quatro longitudinais. Além disso, outras do traçado existente foram ampliadas.

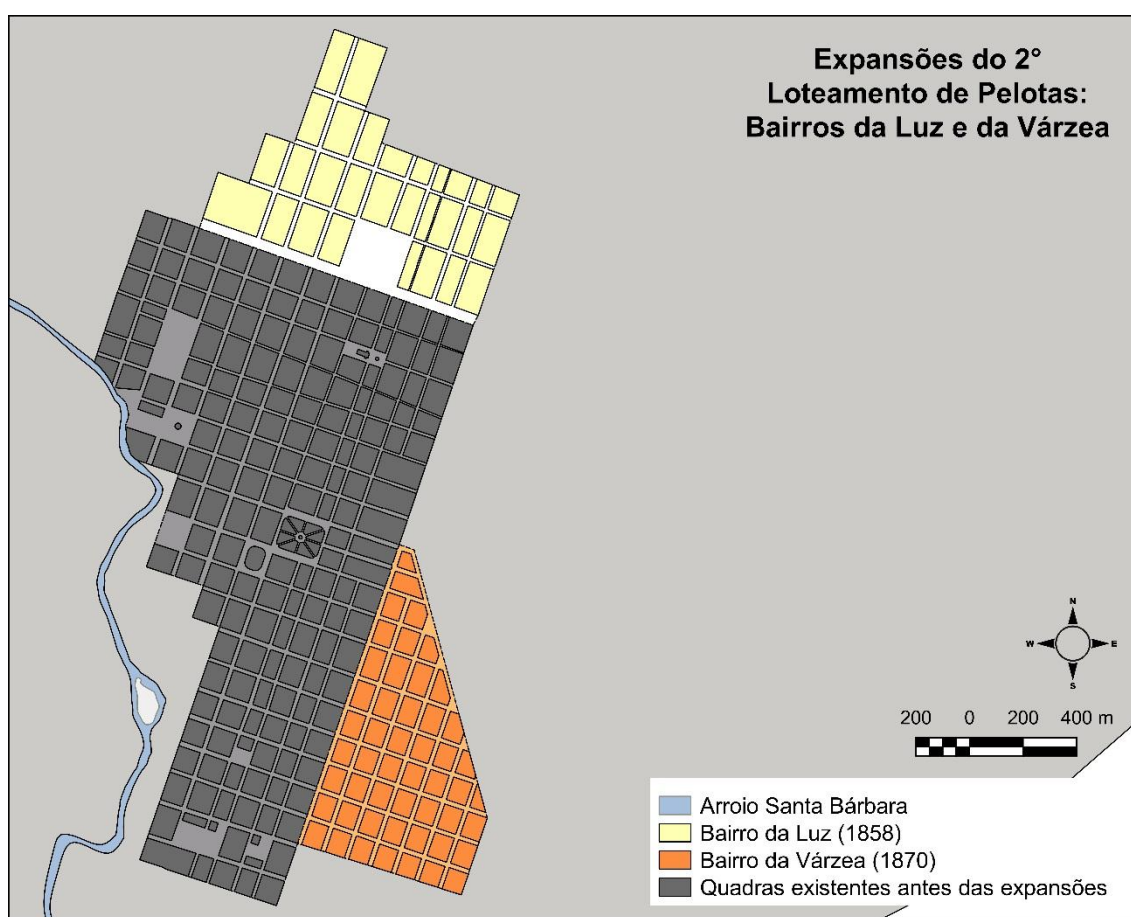


Figura 18: Expansões do 2º loteamento – Bairro da Luz (ao norte) e Bairro da Várzea (a leste).
Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base em Magalhães (1993, p. 73), no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017) e na Planta da Cidade de Pelotas (PLANTA..., 1882). 2018.

Com o tempo, as vilas populares foram incorporadas ao núcleo urbano. Elas caracterizaram a periferia da cidade e destinavam-se a pessoas de baixa renda ou vindas de áreas rurais. Não possuíam infraestrutura básica e seu traçado não acompanhava a retícula de Pelotas (SOARES, 2002). As expansões ocorreram nas direções que eram possíveis, como as terras que existiam nas zonas norte, leste e

oeste da cidade. Ao sul não eram possíveis ampliações pois o traçado urbano havia alcançado o Canal de São Gonçalo.

As primeiras vilas foram construídas na década de 1910, com a criação das vilas Prado e Gotuzzo. Ambas se localizaram na zona oeste da cidade, no bairro Fragata. Além dessas vilas, o bairro Simões Lopes foi construído entre os anos de 1914 e 1916. Nele foram levantadas casas baratas e com aluguel reduzido (MOURA, 2006). Esses acréscimos ao tecido urbano pelotense fizeram com que a cidade crescesse em direção à zona oeste, indo além da margem esquerda do Arroio Santa Bárbara e chegando próxima ao Parque Souza Soares e ao Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, em atividade desde 1855.

No decênio de 1920 decorreram mais expansões da malha urbana. Em 1922 a Vila Florentino Vieira foi criada na zona norte. Um ano depois, foi implantada a Vila Proletária São Francisco de Paula, no Fragata. A zona leste também teve ampliações na década de 1920. Ao norte, o bairro Areal recebeu as vilas Caruccio do Areal (1926), Gastão Duarte (1927) e a Proletária Trápaga (1928). O ano de 1928 foi marcado pelo aumento ao oeste com a Vila Castilhos e ao norte com a Vila Caruccio das Três Vendas e o Bairro Santa Terezinha de Jesus (SOARES, 2002).

O crescimento até 1929 teve três expansões a leste, três ao norte e mais duas a oeste. No decênio de 1930 a cidade cresceu em direção ao bairro Areal. Nele foi criada a Vila Bom Jesus (1930-31) e se realizou a segunda etapa da Vila Caruccio do Areal. Ao norte do Areal ainda foi criado o Bairro Jardim Europa (1930). Ele foi planejado conforme o modelo dos bairros jardins, com ruas curvas e largas (MOURA, 2006). Durante a década de 1940 as ampliações cessaram. Sua retomada aconteceu no decênio seguinte.

As expansões recebiam novos habitantes que gradativamente chegavam a Pelotas e aqueles que haviam sido expulsos da área urbana. Após a ampliação das redes de saneamento da cidade, a proibição de alguns tipos de construções e o aumento nas taxas de aluguéis, a população mais pobre foi obrigada a abandonar o centro e morar na periferia. Os custos de vida seriam mais baixos nesses locais, pois não havia serviços de saneamento que atendessem as áreas mais afastadas e proibições quanto aos tipos de construções (MOURA, 2006).

Frente ao crescimento populacional, às melhorias de saneamento e às proibições construtivas na área central, a periferia passou a ser ocupada. Novas vias foram abertas e vazios urbanos entre o centro e a periferia foram verificados. Eles

seriam preenchidos futuramente. Segundo Soares (2002), a década de 1950 foi o período de maiores expansões. Loteamentos, bairros e vilas foram construídos nas zonas norte, leste e oeste de Pelotas. Segundo o autor, algumas como a Vila Princesa (1953) e a vila Sítio Floresta (1960) foram instaladas fora do perímetro da cidade.

Todas essas expansões do tecido urbano não ficaram restritas a Pelotas. A cidade cemiterial que surgiu no ano de 1855 após o surto de cólera também experimentaria aumentos em suas zonas norte, leste e oeste. Diferentemente do município que não cresceu para o sul devido à presença do Canal de São Gonçalo, o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas não aumentou sua ocupação ao sul devido à presença de um jardim que foi cultivado em seu terreno e servia como uma separação entre os vivos que passavam pela Estrada do Fragata (atual Av. Duque de Caxias) e os mortos que habitavam a cidade cemiterial.

2.2 Primeiros cemitérios urbanos

Entre a fundação da freguesia em 1812 até se tornar cidade em 1835, a área urbana de Pelotas sofreu transformações. Foram mudanças quanto ao traçado das ruas, ao cenário arquitetônico, aos costumes, às práticas religiosas, etc. A história não mudou apenas para os habitantes que estavam vivos. Aqueles que haviam falecido também faziam parte das mudanças. Foi a partir de suas moradas sepulcrais, as quais apresentavam características de outros períodos da história mortuária, que novos espaços foram construídos desde os primeiros anos da freguesia.

Os moradores do povoado conhecido como São Francisco de Paula realizavam suas práticas religiosas junto à igreja existente na vila de São Pedro do Rio Grande. Tais acontecimentos estavam relacionados a casamentos, batizados, missas, comemorações destinadas ao culto de santos e às encomendações feitas quando algum dos habitantes falecia, como também o registro de óbito. Quando esse fato ocorria, os moradores utilizavam o cemitério da vila para a inumação dos corpos. Entretanto, nem sempre os cadáveres eram levados para lá.

Essa prática de encomendações foi adotada por pessoas de posse. Aqueles que não dispunham de recursos para o transporte do corpo até a vila e para realizar o culto mortuário, eram obrigados a executar as inumações em algum lugar do povoado. Apesar disso a localidade não possuía um cemitério destinado a esse fim. Segundo Cunha (1928a), os habitantes realizavam os sepultamentos em um campo próximo ao povoado, mas afastado da residência do falecido. Lembrava os terrenos da pré-história, sem uma localidade específica.

Foi ao se referir a esse período que Hoebel (1961) disse que não existia uma maior preocupação com a manutenção da memória do morto e com o local onde ele era enterrado. Após aberta a sepultura e a inumação ter sido feita, pedaços de paus e algumas pedras eram colocados sobre o local. Dessa forma, era feita uma demarcação de onde havia sido enterrado o corpo. Mesmo não sendo algo novo e tendo acontecido em outros momentos da história e em outras povoações, o costume foi utilizado de maneira quase igual à que ocorria na pré-história.

O que o diferenciava desta era o fato de que no século XIX as pessoas haviam desenvolvido uma preocupação em garantir a manutenção da memória dos mortos e do lugar onde eram sepultados. Provavelmente, não eram mais utilizados paus e pedras para precisar o local, mas sim cruzeiros ou outro símbolo religioso que

caracterizavam a existência de uma sepultura naquele lugar. Essa execução de inumações em terrenos baldios passou por algumas mudanças quando a área se tornou freguesia. Foi necessária a construção de uma igreja que atendesse às necessidades religiosas dos fregueses. Uma pequena capela foi então levantada com doações de moradores locais em 1813 (NASCIMENTO, 1982)

Junto à nova ermida foi destinado um espaço aos mortos. O cemitério passou a atender as necessidades fúnebres dos moradores. Até o local ter sido concluído, outro espaço foi destinado aos sepultamentos. Dessa vez não era um terreno baldio qualquer, e sim um com destino específico para as inumações. Ele situou-se no encontro da Rua do Passeio com a Rua das Fontes (respectivamente, as atuais Av. Bento Gonçalves e Rua Alm. Barroso). Nesse período o cemitério que ali existia (Figura 19) não possuía uma denominação, passando a ser chamado de Cemitério da Santa Cruz somente em 1846 (CUNHA, s.d. – a).

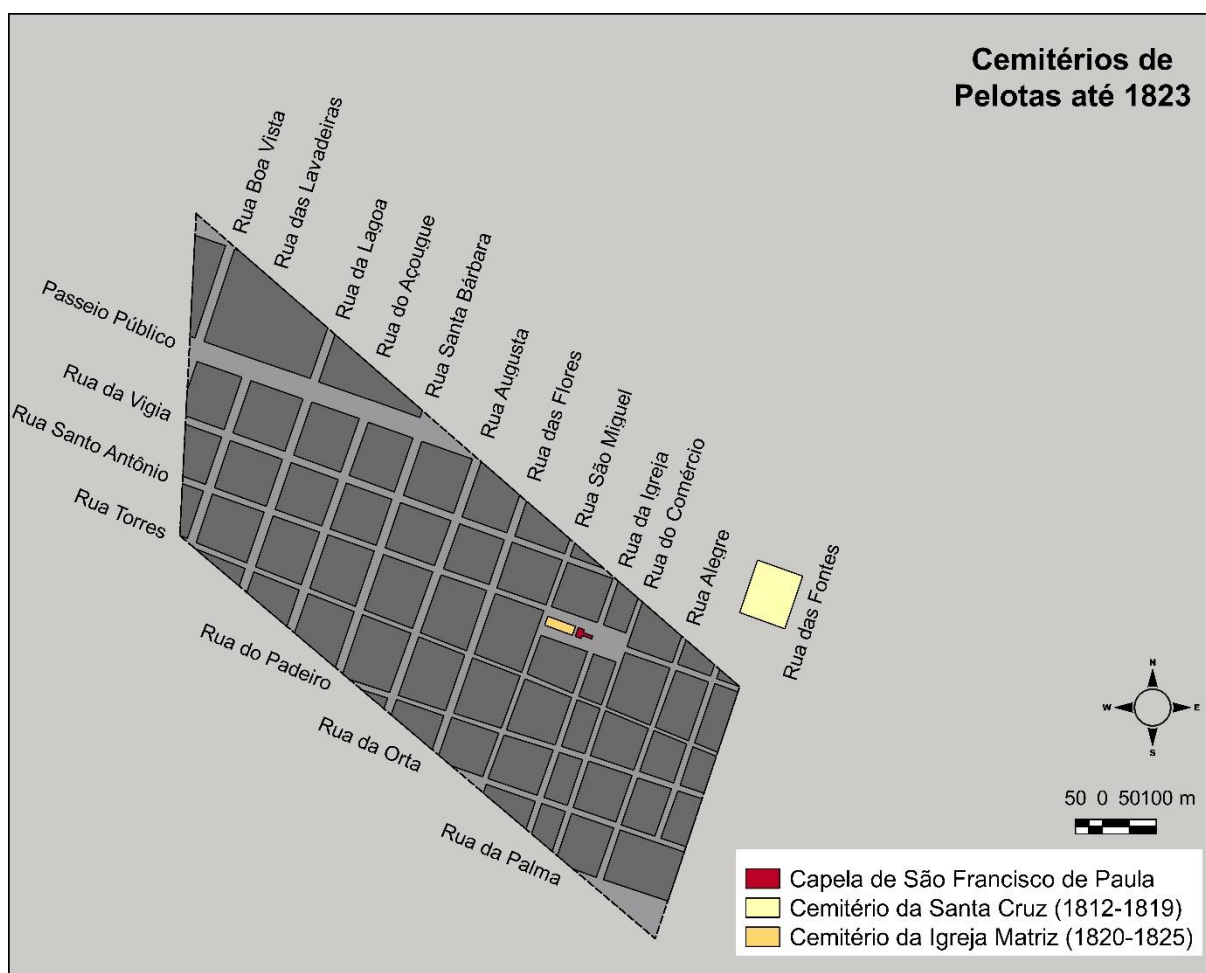


Figura 19: Cemitérios de Pelotas até 1823.

Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base em Cunha (s.d. – a), no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017) e na planta da Freguesia de São Francisco de Paula (PLANTA..., 1815). 2018.

Junto à igreja construída na freguesia de São Francisco de Paula, algumas catacumbas foram construídas para que fossem realizados os sepultamentos. Também provindo de doações para sua construção (NASCIMENTO, 1982), o campo santo junto à igreja marcava um local no qual as práticas mortuárias da população podiam ser atendidas (Figura 19). Esse novo lugar de inumações passou a receber os moradores que não eram enterrados no interior da capela. No local havia duas formas para os sepultamentos. Uma delas eram as catacumbas. A outra eram sepulturas rasas.

Segundo Cunha (s.d. – a), a partir de 1820 o campo santo da igreja passou a receber enterramentos, visto que o cemitério da Santa Cruz deixou de acolher inumações em 1819. Porém, os sepultamentos no interior da capela ocorriam desde alguns anos antes. Eles iniciaram em 1814 e continuaram a ser praticados paralelamente àqueles feitos no campo santo durante vários anos (NASCIMENTO, 1982). O local ainda apresentou peculiaridades de outros momentos da história. O uso de catacumbas foi uma delas.

Esse tipo de sepultamento era característico do povo romano. Na época do cristianismo, os mortos eram enterrados dentro de sarcófagos em locais subterrâneos. Isso era feito nas catacumbas, que permitiam a colocação dos corpos uns acima dos outros (BELLOMO, 2008b). Mais uma vez o cemitério local fez uso de uma característica antiga na sua utilização. Houve uma mudança na maneira como as inumações eram feitas.

Ao invés de utilizarem locais subterrâneos para que os mortos fossem colocados, as catacumbas foram construídas acima do nível do solo. Elas foram erguidas conforme eram feitas em Roma, mas sem a necessidade de ficarem ocultas. Eram visíveis àqueles que visitavam o local. Não foi possível identificar como eram feitos os sepultamentos nesses locais. Os corpos poderiam ser envoltos em algum tecido ou apenas colocados nos compartimentos destinados aos enterramentos. As inumações eram feitas individualmente, assim como nas sepulturas realizadas no chão.

Apesar de ter sido construído no século XIX, o complexo mortuário da capela de São Francisco de Paula e seu campo santo, de certa forma, reproduziam o passado cristão dos lusitanos. Foram observadas características de três momentos distintos da história: o período pré-histórico, o cristianismo romano e a Idade Média. Cada um deles apresentando aspectos que foram preservados com o passar das

centúrias, mas também recebendo modificações para se adequarem ao intervalo e contexto histórico no qual estavam inseridos.

Não foram apenas esses os cemitérios que existiram na freguesia. Outro campo santo foi erguido junto à igreja de Nossa Senhora da Luz em 1823. A capela foi construída por José Bernardino Vitória dos Santos em homenagem à Virgem e afastada do centro urbano da época (NASCIMENTO, 1982). Foram erguidas catacumbas no campo santo da capela (Figura 20) e que serviriam aos sepultamentos, provavelmente, para os irmãos que frequentavam a igreja. Entretanto, não foi possível afirmar esse fato, visto que a Irmandade de Nossa Senhora da Luz foi fundada apenas no ano de 1854 (CUNHA, s.d. – b).

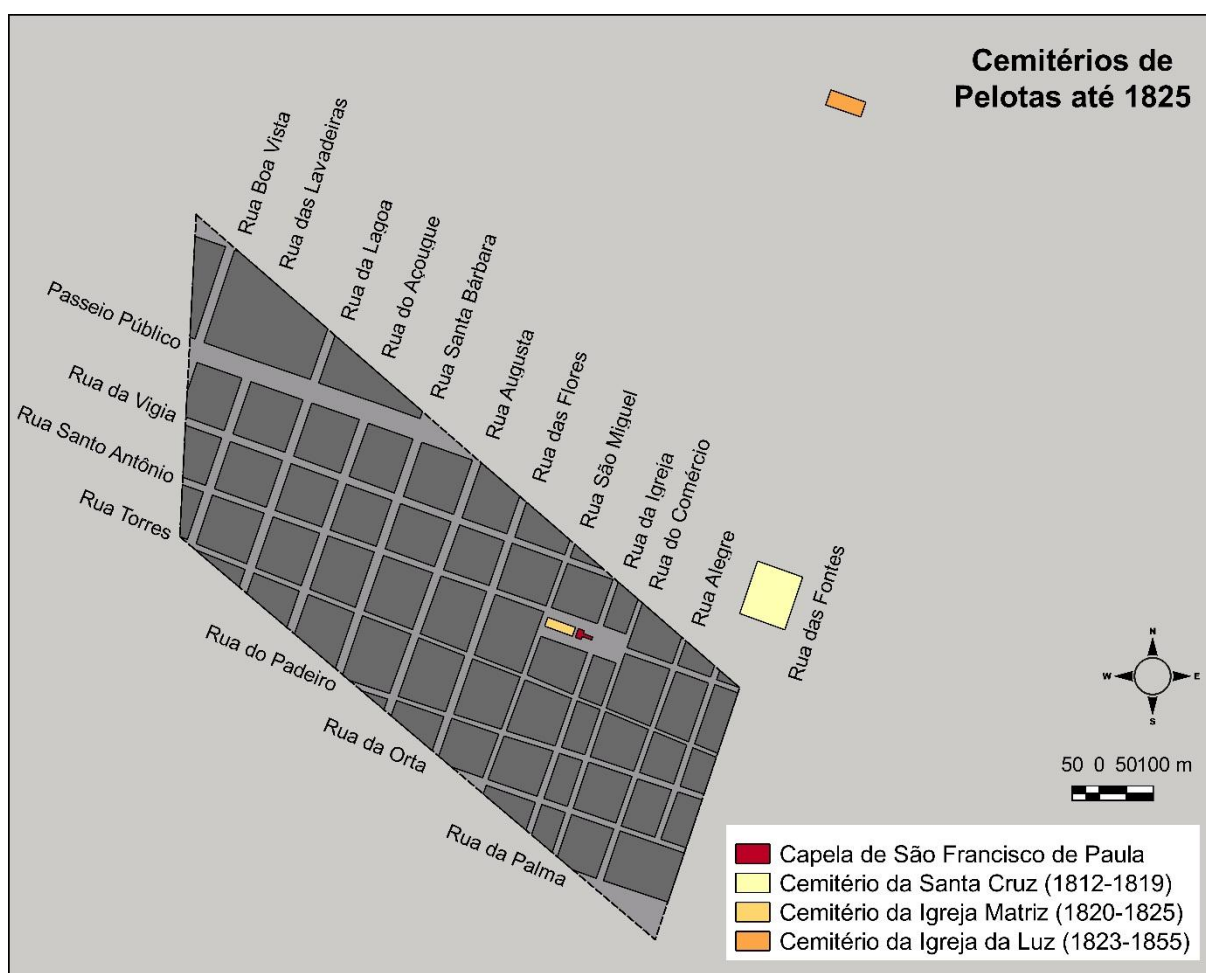


Figura 20: Cemitério de Pelotas até 1825.

Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base em Cunha (s.d. – a), no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017) e na planta da Freguesia de São Francisco de Paula (PLANTA..., 1815). 2018.

Mesmo que José Bernardino Vitória dos Santos não tenha buscado inspiração na Antiguidade para construir as catacumbas, elas acabaram sendo uma representação daquelas existentes no início do cristianismo. Mais uma vez os

campos santos da freguesia de São Francisco de Paula reuniram características de outros locais de sepultamentos ao longo da história. Os cemitérios diferenciavam-se entre si, mesmo tendo sido construídos com intervalos de tempo curtos entre um e outro.

Passados alguns anos, as inumações continuaram a ser realizadas nos campos santos da igreja de São Francisco de Paula e da capela de Nossa Senhora da Luz. Esses lugares não seriam suficientes para atender à população nos próximos anos. Assim como o número de habitantes da freguesia crescia, consequentemente o de mortos também viria a aumentar. Diante disso, outro espaço deveria ser dedicado ao acolhimento dos sepulcros de modo que não ficasse rapidamente exausto.

Em 1825 um novo destino foi dado aos enterramentos dos moradores locais. Nesse ano foi construído outro cemitério e ficava próximo ao campo santo da igreja. Sua localização ocorreu na Rua do Passeio Público, hoje Avenida Bento Gonçalves. O terreno que compreendia o novo cemitério (Figura 21) ocupava um quadrilátero delimitado por mais três ruas. Suas demais faces situavam-se junto a Rua das Flores, a Rua da Vigia e a Rua Augusta (respectivamente, as atuais ruas Andrade Neves, General Argolo e General Osório) ⁹. Dessa vez o campo santo não ocupava um espaço contíguo a um templo religioso. Ele abrangia o lugar referente a um quarteirão de edificações. Tais construções foram destinadas apenas aos mortos.

Mesmo tendo sido diferenciado em relação ao espaço que ocupou, o novo cemitério teve uma organização igual aos anteriores. Seu ambiente de sepultamentos foi composto de covas no chão e de catacumbas. Ele apresentou as características dos demais, retratando referências de outros períodos da história na sua concepção e conformação. Dessa vez as catacumbas não foram construídas subterraneamente como na Igreja da Luz. Elas ficariam visíveis como na capela de São Francisco de Paula.

Pouco a pouco o terreno foi ocupado com os corpos daqueles que faleceram nos anos seguintes à construção do novo campo santo. Novas catacumbas foram

⁹ Fernando Osório afirma em seu livro **A Cidade de Pelotas** que o terreno seria além do limite norte da freguesia. Segundo o autor, o cemitério teria como face sul a Rua do Passeio e como face norte um terreno baldio existente na época. As faces leste e oeste eram as mesmas. Mesmo havendo essa divergência, adotou-se a localização formada pelas ruas do Passeio Público, das Flores, da Vigia e Augusta e que foi especificada por Alberto Coelho da Cunha e outros autores. Além disso, o Cemitério da Rua do Passeio aparece indicado na Planta de 1835 (Figura 17) no quarteirão adotado nesta dissertação.

erguidas e novas sepulturas cavadas. Mas esse novo local de enterramentos passaria por mudanças em alguns anos. Segundo Nascimento (1982), no ano de 1844 algumas doações foram feitas para a construção de outras catacumbas e de uma pequena capela no terreno do cemitério. Essa transformação implicaria em uma mudança nos ritos mortuários de Pelotas.

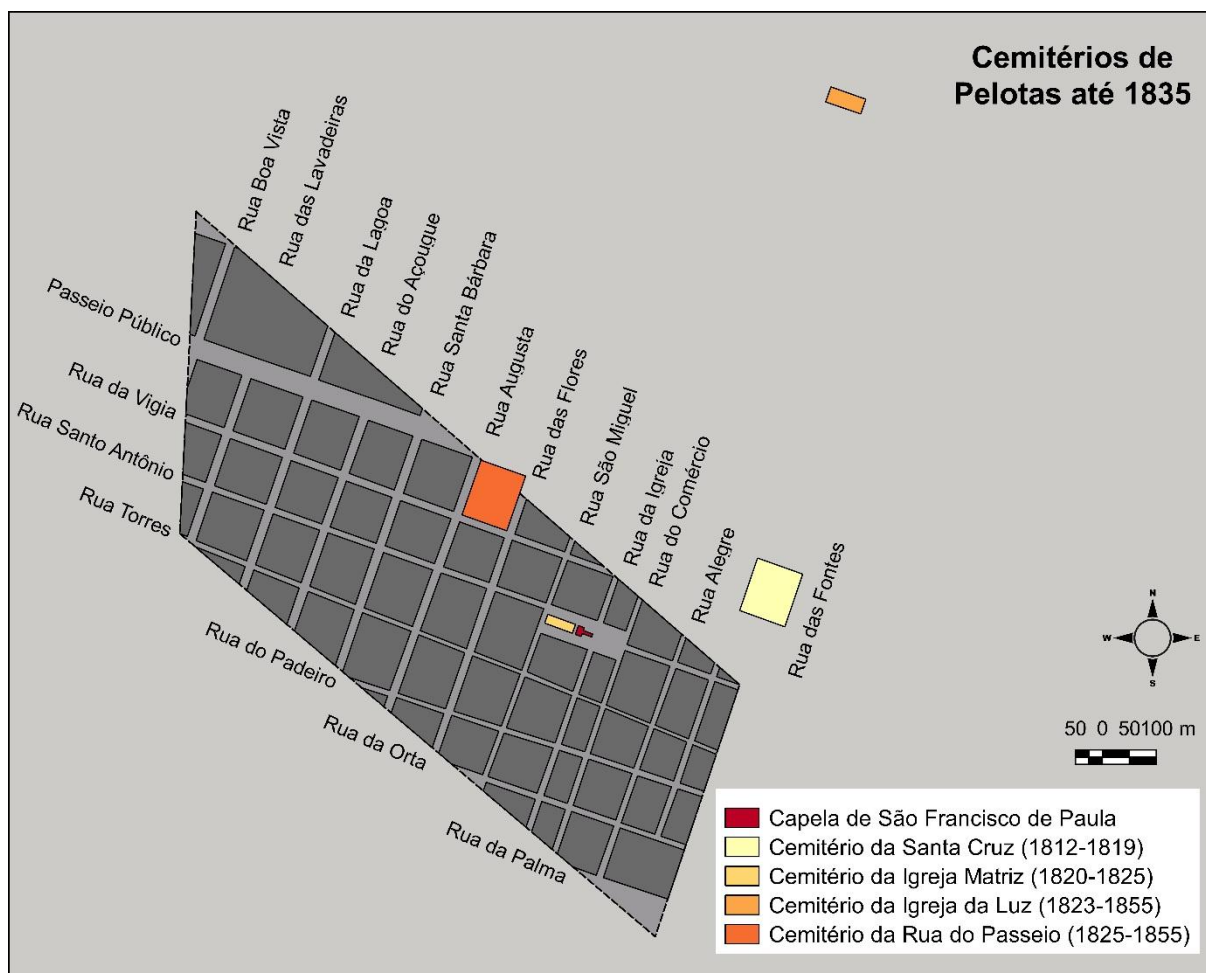


Figura 21: Cemitérios de Pelotas até 1835.

Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base em Cunha (s.d. – a), no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017) e na planta da Freguesia de São Francisco de Paula (PLANTA..., 1815). 2018.

Com a presença de uma capela junto ao cemitério, as missas e encomendações poderiam ser realizadas nesse local. Os corpos não teriam mais que sair da Igreja Matriz ou da Capela de Nossa Senhora da Luz e ir até a Rua do Passeio. Toda a cerimônia pós-morte seria feita diretamente no cemitério. Tendo em vista que a capela seria usada para fins relacionados às encomendações e às inumações, isso traria certa autonomia religiosa dos mortos em relação aos vivos. A edificação da ermida dentro dos limites do campo santo não ocorreu logo após as

doações realizadas no ano de 1844. Tal feito demorou aproximadamente 10 anos para ser iniciado.

Frente à chegada do *cholera morbus* em Pelotas, a construção nunca seria finalizada. O cemitério deixaria de ser usado em 1855 (NASCIMENTO, 1982). Ele era o único em atividade no perímetro urbano, levando em conta que o da Igreja da Luz foi fechado em abril deste ano e os ossos de lá transportados para o cemitério da cidade (LIVRO..., [entre 1849 e 1861])¹⁰ e ¹¹. As transformações que transcorreram na década de 1830 junto à corte no Rio de Janeiro, aliadas à condenação dos sepultamentos junto às igrejas e próximos aos centros pela Comissão de Salubridade Geral da Sociedade de Medicina (RODRIGUES, 1997), mudaram a história mortuária também em Pelotas¹². A cidade dos mortos passou a existir afastada da cidade dos vivos.

¹⁰ Cf. Ata do dia 10 de abril de 1855.

¹¹ As referências de livros de atas da Câmara Municipal de Pelotas, do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas e da Catedral São Francisco de Paula presentes nos próximos capítulos serão feitas dessa maneira. Indicadas com a palavra “Livro” em caixa alta seguida de reticências e da data, entre parênteses, dos anos entre os quais foi redigido, conforme orienta a NBR 6023/2002, no item 8.6.2. Também serão indicadas em Nota de Rodapé através da abreviatura “Cf” (confira/confronte, da NBR 10.520/2002) as respectivas atas presentes nos livros e que tratam dos assuntos abordados.

¹² Além dos cemitérios da Santa Cruz, de Trás da Igreja e da Rua do Passeio, Fernando Osório (1997) contemplou em seu livro **A cidade de Pelotas** a existência de um cemitério protestante que teria sido construído entre 1851 e 1852 em um campo de várzea ao norte da cidade e próximo ao cemitério da Rua do Passeio. Ele não foi tratado nessa dissertação por não ter sido encontrado material suficiente que permitisse um estudo sobre sua existência. É possível que os corpos sepultados nele tenham sido transferidos para o Cemitério da Santa Casa após a sua instalação em 1855.

2.3 Irmandades e os campos santos

Assim como a história mortuária esteve ligada às Irmandades Religiosas Católicas no mundo e no Brasil, não poderia ter sido diferente em Pelotas. A cidade contou com a presença de algumas dessas associações durante muitos anos. Elas estiveram ligadas ao culto de santos, a execução de missas e outras atividades religiosas e também às práticas de inumações que ocorreram no século XIX. Suas primeiras aparições foram observadas no decênio de 1810, antes do tempo da freguesia. Aos poucos foram aumentando em número e perpetuaram suas existências.

Com a instalação da Freguesia de São Francisco de Paula no ano de 1812, e a construção de uma capela dedicada ao santo que dava nome à localidade, passou a existir também uma ordem religiosa. Era a Irmandade de São Francisco de Paula¹³. Assim como ocorreu na história das associações religiosas, quando elas eram criadas e seus compromissos demoravam algum tempo para serem aprovados, o mesmo aconteceu com a de São Francisco de Paula. Criada em 07 de julho de 1812, seu compromisso obteve aprovação apenas alguns anos depois.

Existe na bibliografia uma divergência quanto à data da aprovação do compromisso. Nascimento (1982) assegura que tal fato tenha transcorrido no dia 15 de novembro de 1824. A autora afirmou que isso poderia ser confirmado através do Livro de Registro Geral de Visitas da Freguesia de Pelotas. Cunha (s.d. – b) alegou que a aprovação ocorreu no dia 17 de agosto de 1847. São possíveis duas interpretações para identificar a divergência nas datas. A primeira analogia compete ao fato de que as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia determinavam que compromissos em desacordo com as normas eclesiásticas deveriam retornar para o arcebispado a fim de serem refeitos (VIDE, 2011).

Se tal desacordo realmente existiu, a afirmação de Alberto Coelho da Cunha poderia ser tomada como válida. Mas há um detalhe que também pode explicar a diferença nas datas. Heloísa Assumpção Nascimento fez referência à Irmandade de São Francisco de Paula, enquanto o autor referiu-se a uma ordem religiosa conjunta, a Irmandade do Santíssimo Sacramento (Figura 22) e São Francisco de Paula. A união das duas irmandades leva a crer que um novo compromisso foi aprovado para que ambas pudessem atender aos seus irmãos.

¹³ Consultar o Anexo A para mais informações sobre essa e as demais irmandades.



Figura 22: Brasão da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Relevo em um túmulo do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (1948) (E). Estandarte presente na Catedral do Amazonas (D). Brasil. 2014.

Fonte: Foto de Anderson Pires Aires. 2017. (E). Foto de Julia Pacheco. 2014. (D). Disponível em: <<http://catedralnsconceicao.org/uncategorized/irmandade-do-santissimo/>>. Acesso em: 6 ago. 2017.

Independentemente da data de aprovação do compromisso, a irmandade passou a existir no ano de 1812. E foi a partir dessa data que teve importância nas práticas mortuárias da freguesia. Como era uma irmandade de pessoas com destaque nas elites locais (AZZI, 1974), ela fazia parte das decisões que permearam o desenvolvimento da localidade. No tocante das transformações sepulcrais, a Irmandade de São Francisco de Paula foi responsável pelos primitivos lugares de inumações que existiram em Pelotas (RIBEIRO, 2014). O primeiro deles foi o Cemitério da Santa Cruz, que funcionou entre os anos de 1812 e 1819.

Esse campo santo recebeu os primeiros enterramentos da Freguesia de São Francisco de Paula e era administrado pela irmandade com o mesmo nome. Todas as encomendações e atividades religiosas referentes aos ritos mortuários estavam sob sua responsabilidade. Era a associação religiosa que definia qual local dentro do campo santo deveria receber o defunto. Além disso, ela também recebia todas as despesas resultantes das atividades pós-morte. Com o tempo, o número de corpos inumados aumentou (Figura 23 – coluna Sepulturas Cemitério) e o cemitério da Santa Cruz tornou-se pequeno. Esse fato fez com que Irmandade de São Francisco de Paula providenciasse a construção de outro local para os enterramentos.

O Cemitério da Igreja Matriz entrou em funcionamento no ano de 1820 (CUNHA, s.d. – b). Também administrado pela Irmandade de São Francisco de Paula, ele era a nova fonte de renda da irmandade e o novo destino dos mortos na freguesia. Foi também nesse ano que mais uma irmandade passou a fazer parte da

história de Pelotas. A Irmandade de Nossa Senhora da Conceição foi fundada no dia 26 de novembro de 1820 e teve seu compromisso aprovado em 13 de maio de 1848 (CUNHA, s.d. – b) e apresentava uma grande diferença da Irmandade de São Francisco de Paula.

Anos	Sepulturas Cemitério	Sepulturas Igreja	Total	Proporções Cemitério	Proporções Igreja
1814	33	12	45	73,11	26,89
1815	22	6	28	78,57	21,43
1816	20	13	33	60,60	39,40
1817	26	9	35	74,00	26,00
1818	35	19	54	64,77	35,25
1819	45	16	61	73,77	26,23
Total	181	75	256	70,70	29,30

Figura 23: Sepultamentos no Cemitério da Santa Cruz entre os anos de 1814 e 1819.

Fonte: Gutierrez (2004, p. 214).

A Irmandade de Nossa Senhora da Conceição era formada por homens pardos, pretos, livres e cativos (TOMASCHEWSKI, 2007). Segundo Lopes Neto (1912), ela foi criada para auxiliar irmãos e irmãs que empobreciam e também àqueles que solicitassem socorro, mesmo não sendo irmãos. Além disso, auxiliava no sepultamento de seus membros e dos necessitados. Era uma associação que se diferenciava da Irmandade de São Francisco de Paula. Enquanto essa seguia a tradição e era composta por homens brancos, aquela era frequentada por irmãos negros afrodescendentes. Era uma novidade na freguesia.

A partir do segundo decênio do século XIX, associações destinadas a atenderem irmãos brancos e negros provavelmente passaram a conviver no mesmo espaço religioso. Isso porque a Capela de São Francisco de Paula era o único edifício de ritos religiosos católicos existentes nesse período. Além de compartilharem a ermida, o campo santo também foi de uso comum às duas confrarias. Tudo sob a administração da Irmandade de São Francisco de Paula e no cemitério que ficava atrás da igreja

Com o aumento da população da freguesia, um novo espaço para os futuros enterramentos teve de ser pensado. A nova mudança ocorreu no ano de 1825, quando o Cemitério da Rua do Passeio entrou em funcionamento. Ele ficava próximo à Igreja Matriz e atendia às duas irmandades que existiam naquele período, a Irmandade de São Francisco de Paula e a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição. Mas elas não seriam as únicas a fazerem parte da história mortuária de

Pelotas ainda no tempo da freguesia. Mais duas irmandades dedicadas a pessoas negras livres e cativas (AL-ALAM, AVILA e SILVA, 2014) foram criadas.

Uma delas foi a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assumpção, fundada no ano de 1829. A outra foi a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, fundada em 6 de outubro de 1831 (CUNHA, s.d. – b). Um fato importante que pôde ser observado é que até o início da terceira década dos 1800 o número de confrarias frequentadas por negros era maior que o de associações religiosas dos brancos. Essas foram as três irmandades negras que existiram em Pelotas no século XIX.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário foi a mais tradicional que existiu no Brasil. Juntamente com a da Boa Morte e Assumpção e a de Nossa Senhora da Conceição, partilhavam de organizações e objetivos semelhantes, sendo o acompanhamento do cortejo fúnebre até a igreja e ao cemitério o de maior destaque (AL-ALAM, AVILA e SILVA, 2014). No ano posterior à criação da terceira irmandade negra em Pelotas, a de Nossa Senhora do Rosário, a freguesia foi elevada à condição de Vila de São Francisco de Paula. Entre 1832 e 1835 nenhuma outra irmandade foi fundada. Em 1835 a vila foi elevada e passou a ser conhecida como a cidade de Pelotas. Mais quatro irmandades seriam criadas nos próximos anos. Uma delas foi a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.

Fundada em 6 de maio de 1846, com aprovação de seu compromisso somente em 16 de maio de 1889. Até essa data, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas utilizava o documento da Irmandade de Lisboa, adaptado às suas necessidades. Segundo Sá (1997), isso ocorria com todas as confrarias que não possuíam compromisso. No mesmo ano a Irmandade de São Miguel e Almas também passou a existir, sendo criada em 5 de setembro de 1846. Todas as irmandades que foram instituídas até o decênio de 1840 partilhavam de um mesmo local para o sepultamento de seus irmãos. Era o Cemitério da Rua do Passeio. Ele ficou em atividade até o ano de 1855. Mas essas não foram as únicas a existirem até esse ano.

Em janeiro de 1854 entrou em atividade a Irmandade de Nossa Senhora da Luz (CUNHA, s.d. – b). Possivelmente ela não partilhou do campo santo administrado pela Irmandade de São Francisco de Paula. Isso porque existia um cemitério junto à Igreja da Luz desde o ano de 1823. Provavelmente os sepultamentos dos irmãos da Irmandade de Nossa Senhora da Luz eram efetuados

no campo santo junto à ermida que possuía o mesmo nome. A última a ser criada foi a Irmandade de Santa Bárbara, em dezembro de 1870 (CUNHA, s.d. – b).

A associação religiosa não chegou a partilhar do Cemitério da Rua do Passeio com as demais. Isso em decorrência de os sepultamentos terem cessado no local no ano de 1855. Com o tempo as irmandades foram se modificando, tendo concessões e até deixando de existir. Um exemplo foi a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assumpção, que em 10 de julho de 1862 obteve permissão para a construção de sua capela (LIVRO..., [entre 1812 e 1921]). Ela teve autorização para a construção de um cemitério¹⁴ no ano de 1893. A intendência permitiu que o campo santo fosse construído no Bairro Três Vendas (CORREIO MERCANTIL, 1893, p. 2).

Um exemplo de dissolução foi o da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, que se diluiu no dia 30 de junho de 1917 e doou as catacumbas que teve no Cemitério da Santa Casa para a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (Figura 24) (RELATÓRIO..., 1919). Ao total, a cidade de Pelotas contou com a presença de oito irmandades religiosas durante o século XIX¹⁵. Entre elas, três contaram com a presença de negros entre seus irmãos e uma foi comandada por mulheres (Apêndice A). A maioria delas partilhou do campo santo que existiu na Rua do Passeio para sepultar seus irmãos.



Figura 24: Tributo de gratidão à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, junto às catacumbas do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (1917).

Fonte: Foto de Anderson Pires Aires. 2017.

¹⁴ Não foi possível identificar durante a pesquisa se esse cemitério foi construído.

¹⁵ Agnaldo Leon Lucas citou em sua monografia **Os cemitérios no bairro Fragata: uma relação entre o antigo e o contemporâneo** (2006) que existiu ainda outra irmandade no século XIX. Foi a Irmandade São Vicente de Paula, que teria sido fundada em 1833. Como não foram encontrados outros registros sobre sua existência, a associação religiosa não foi tratada nessa dissertação.

Cunha (s.d. – b) realizou um levantamento (Anexo A) no ano de 1900 sobre as irmandades pelotenses e o patrimônio que possuíam. Apenas na relação de bens de quatro delas constavam posses referentes ao cemitério da cidade. A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, proprietária da necrópole, e as irmandades de São Miguel e Almas, de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora do Rosário. Duas compostas por negros e duas por brancos. Não há informações quanto às demais. Mesmo assim, o mais provável é que tenham inumado seus irmãos no campo santo, considerando que era o único permitido para enterramentos.

Dentre as associações religiosas, a que inicialmente obteve maior importância foi a Irmandade de São Francisco de Paula. Ela esteve envolvida desde a fundação da Igreja Matriz até a instalação e administração dos cemitérios que existiram nos tempos da freguesia. Com o passar dos anos, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas se destacaria no cenário das irmandades e dos cemitérios de Pelotas. Ela passou a comandar o monopólio de sepultamentos (TOMASCHEWSKI, 2007) e foi responsável pela instalação da cidade cemiterial em 1855, com a chegada da cólera em Pelotas.

2.4 Instalação da Cidade Cemiterial

A existência de um cemitério junto aos centros urbanos era algo que já preocupava os habitantes de algumas cidades brasileiras na primeira metade do século XIX. Em Pelotas não foi diferente. Na planta do ano de 1835 (Figura 17) o Cemitério da Rua do Passeio aparece marcado com a inscrição de que deveria ser removido. Isso ocorria porque o local poderia acarretar na transmissão de doenças entre as pessoas, resultado da decomposição dos corpos inumados em seu terreno. Além disso, com o tempo o cemitério ficaria lotado e seria necessário mais espaço para novos enterramentos.

Apesar de existir a intenção da transferência desde a década de 1830, até o final do decênio de 1840 nada mudou. Os sepultamentos continuaram a ser realizados no campo santo da Rua do Passeio. No dia 12 de janeiro de 1849 um dos assuntos que esteve em pauta na Câmara Municipal de Pelotas (CMP) foi um ofício do subdelegado da cidade. No documento, foi informado que havia sido exigido do vigário que tomasse providências quanto ao desleixo das inumações que eram realizadas e pedia-se o auxílio da Câmara para a construção de outro cemitério, levando em conta que o da Rua do Passeio era pequeno (LIVRO..., [entre 1844 e 1849])¹⁶.

A intenção da transferência existia desde 1835 parecia estar em rumos de ser continuada. Além disso, as determinações do Príncipe Regente e da Comissão de Salubridade Geral da Sociedade de Medicina, influenciados pela teoria miasmática, quanto ao afastamento dos campos santos das cidades passariam a ser cumpridas. A Câmara então solicitou uma planta para a localização do novo cemitério, um orçamento para a transferência do que estava em funcionamento e ficou determinado que o da Rua do Passeio não seria ampliado por estar em local impróprio (LIVRO..., [entre 1844 e 1849])¹⁷. Como resultado da reunião, foi solicitado auxílio financeiro à Assembleia Provincial (CORRESPONDÊNCIA..., 1849).

No final do mês a comissão encarregada da transferência do cemitério para um novo local apresentou seu parecer. O terreno escolhido ficava em uma coxilha entre as terras do tenente-coronel Aníbal Antunes Maciel e de Antônio Rodrigues de Almeida e apresentava as dimensões desejadas. Se o grupo não conseguisse um acordo com proprietário para tomar posse do terreno, outro local que atendesse às

¹⁶ Cf. Ata do dia 12 de janeiro de 1849.

¹⁷ Cf. Ata do dia 15 de janeiro de 1849.

condições necessárias deveria ser escolhido (LIVRO..., [entre 1844 e 1849])¹⁸. O assunto acabou caindo no esquecimento dos vereadores da Câmara Municipal de Pelotas e por mais de um ano não houve mais nenhuma manifestação quanto à transferência do cemitério.

Passados um ano e seis meses, o tema entrou novamente em pauta na CMP. Foi lido o ofício número 17 da Presidência da Província que informava que os cofres da província estavam com poucas provisões e que não seria possível auxiliar na mudança do cemitério. Além disso, instruía que deveriam ser estudadas outras formas de levar a obra adiante (LIVRO..., [entre 1849 e 1861])¹⁹. No final de setembro de 1850 foi decidido que a Assembleia Provincial deveria ser informada sobre a desistência do auxílio para a construção do novo cemitério. Isso só seria levado adiante caso a assembleia recebesse algum requerimento da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas com a mesma finalidade (LIVRO..., [entre 1849 e 1861])²⁰.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, que ainda não havia feito parte da história mortuária do município, parecia estar envolvida com a construção do novo campo santo. O fato antecedeu um acontecimento que permitiu à associação religiosa a construção e a gerência do novo campo santo que seria instalado em Pelotas. As leis provinciais nº 197, de 27 de novembro de 1850, e nº 199, de 5 de dezembro de 1850, determinaram que as irmandades da Misericórdia de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande ficariam responsáveis pela administração dos cemitérios que fossem construídos nessas cidades (LEGISLAÇÃO..., [entre 1846 e 1922]).

A confraria pelotense sabia das mudanças e trabalhava para garantir que o novo cemitério atendesse às suas exigências. Em 1850 a irmandade da Misericórdia principiou a procura por um local apropriado para a instalação do novo cemitério. Inicialmente ela encontrou duas possíveis localizações. A primeira foi um terreno próximo ao cemitério da Rua do Passeio e que pertencia a D. Ana Barcellos (Figura 25). Sem um acordo com a proprietária, a Irmandade da Santa Casa solicitou à CMP a desapropriação do terreno. Só que a instituição não recebeu uma resposta favorável ao pedido e desistiu da aquisição (TOMASCHEWSKI, 2007)²¹.

¹⁸ Cf. Ata do dia 24 de janeiro de 1849.

¹⁹ Cf. Ata do dia 11 de julho de 1850.

²⁰ Cf. Ata do dia 25 de setembro de 1850.

²¹ Os acontecimentos narrados no sub-capítulo 2.4 e que possuem como referência (TOMASCHEWSKI, 2007) foram assim indicados devido ao fato de a autora ter obtido autorização da

É possível que a CMP não tenha iniciado o processo de desapropriação do terreno de D. Ana Barcellos por ele ficar próximo ao centro urbano da época e, por isso, apresentar riscos à população. A segunda alternativa se deu por terras que pertenciam a José Vieira Pimenta, situadas além da margem esquerda do Arroio Santa Bárbara (Figura 25). Como o espaço era pequeno para acolher o novo cemitério, a mesa da Irmandade acabou desistindo da ideia (TOMASCHEWSKI, 2007). O terreno atenderia às determinações de construir o novo cemitério afastado da cidade. Porém suas dimensões não permitiram que isso ocorresse e um novo lugar deveria ser encontrado para acolher o campo santo.

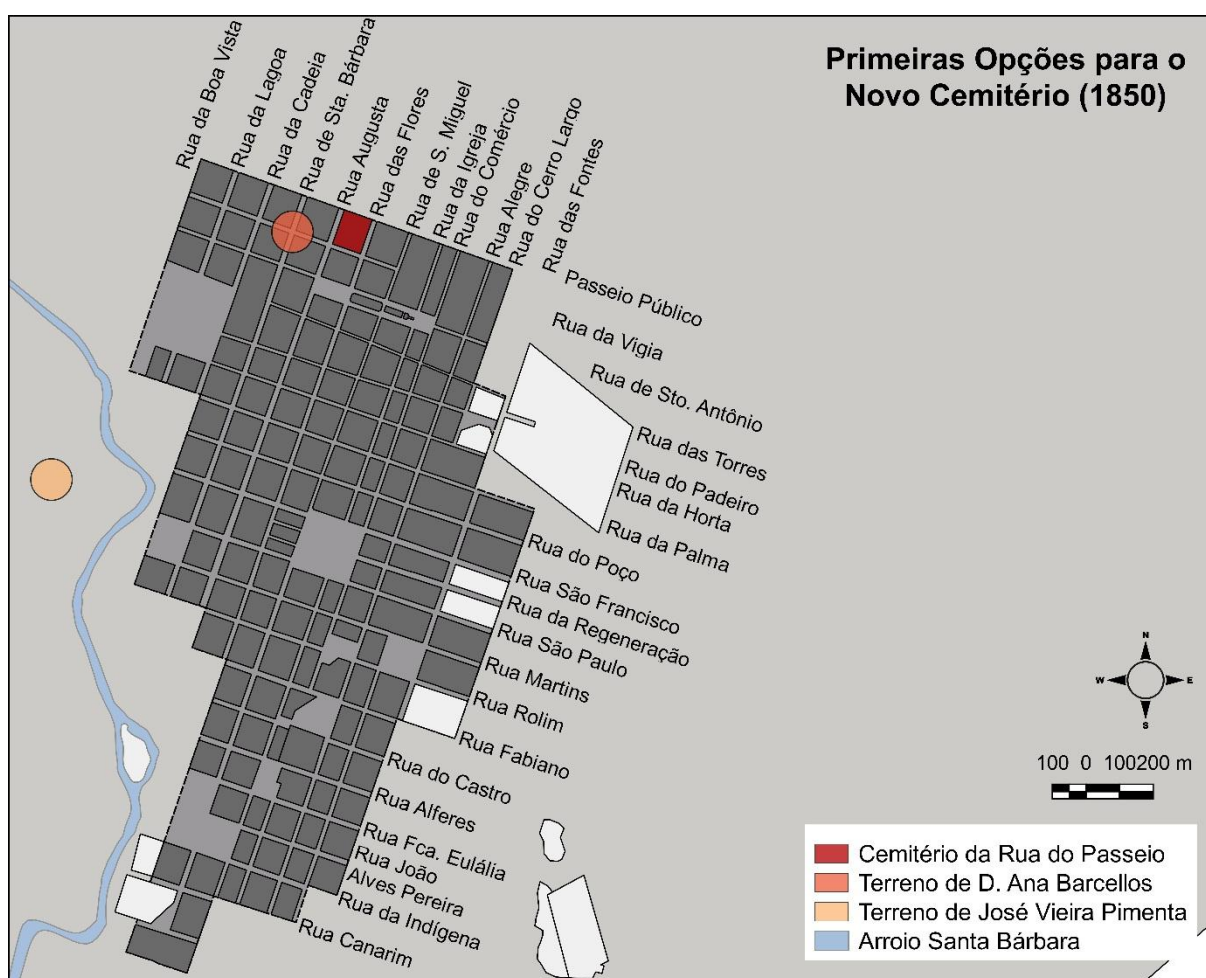


Figura 25: Primeiras opções para o novo cemitério.

Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017), em Nascimento (1987) e na planta de Pelotas (PLANTA..., 1835). 2018.

Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas para consultar os documentos da instituição quando desenvolveu sua dissertação de mestrado. Como a mesma licença não foi concedida pela Provedoria em exercício nos anos de 2016 e 2017, não foi possível a indicação direta de fontes primárias da irmandade nesta dissertação.

Em janeiro de 1851 foi nomeada uma comissão que, em conjunto com a mesa da Santa Casa, daria continuidade à construção do novo cemitério, considerando o local para a sua instalação e os meios necessários para que o projeto fosse levado adiante (LIVRO..., [entre 1849 e 1861])²². A escolha de outro local para o campo santo que seria administrado pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas principiava sua iminência. A comissão e a mesa da Santa Casa iniciaram uma nova procura e a escolha tendeu às terras que ficavam na margem esquerda do Santa Bárbara, assim como as do Irmão José Vieira Pimenta, mas que haviam sido descartadas.

No final do primeiro semestre de 1851 o assunto voltou à pauta com uma decisão mais concreta. Havia sido encontrado um local para a instalação do cemitério. O terreno ficava ao lado direito de uma estrada denominada Manoel Alves (Figura 26) e estava situado além de uma olaria que existia. Como a propriedade apresentava proporções adequadas para a construção do novo campo santo, após votação ficou decidido que aquele seria o melhor local. O único vereador que se opôs foi o senhor Nascimento Filho, que defendia a instalação do lado esquerdo da estrada (LIVRO..., [entre 1849 e 1861])²³.

A Presidência da Província foi informada, e ficou clara a escolha pelo terreno do lado direito da Estrada Manoel Alves (OFÍCIO..., 1851). Ela era conhecida por esse nome por ficar nas terras que pertenciam ao senhor Manoel Alves de Moraes e que futuramente pertenceriam a Thomaz José Xavier²⁴. Em meados de setembro de 1851 a CMP recebeu um ofício da mesa da Santa Casa solicitando a desapropriação do terreno além da margem esquerda do Arroio Santa Bárbara para a edificação do novo cemitério.

A resposta ao ofício foi de que a mesa da irmandade se dirigisse à Presidência da Província para garantir que a determinação da Lei Provincial de 27 de junho de 1835 fosse cumprida (LIVRO..., [entre 1849 e 1861])²⁵. Apesar do não

²² Cf. Ata do dia 16 de janeiro de 1851.

²³ Cf. Ata do dia 30 de junho de 1851.

²⁴ Nascimento (1987) publicou que na administração da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas entre os anos de 1847 e 1850 havia sido escolhido um terreno que pertencia aos herdeiros de D. Rita Alves. Ela considerou o primeiro sobrenome Manoel Alves de Moraes. O nome correto da esposa do senhor Manoel era D. Rita Leocádia de Moraes. Com a morte de Manoel Alves de Moraes em 1844, a viúva principiou o processo de inventário de seus bens para que a partilha fosse feita entre ela e suas filhas. Assim, Augusta Moraes das Chagas Xavier, casada com Thomáz José Xavier, tomou posse do terreno (INVENTÁRIO..., 1844).

²⁵ Cf. Ata do dia 15 de setembro de 1851.

entendimento entre o Poder Legislativo Municipal e a associação religiosa quanto à transferência da posse do terreno, o local para o novo cemitério estava escolhido. Seria questão de tempo até que a construção fosse efetivada. Mas a história não decorreu dessa maneira.

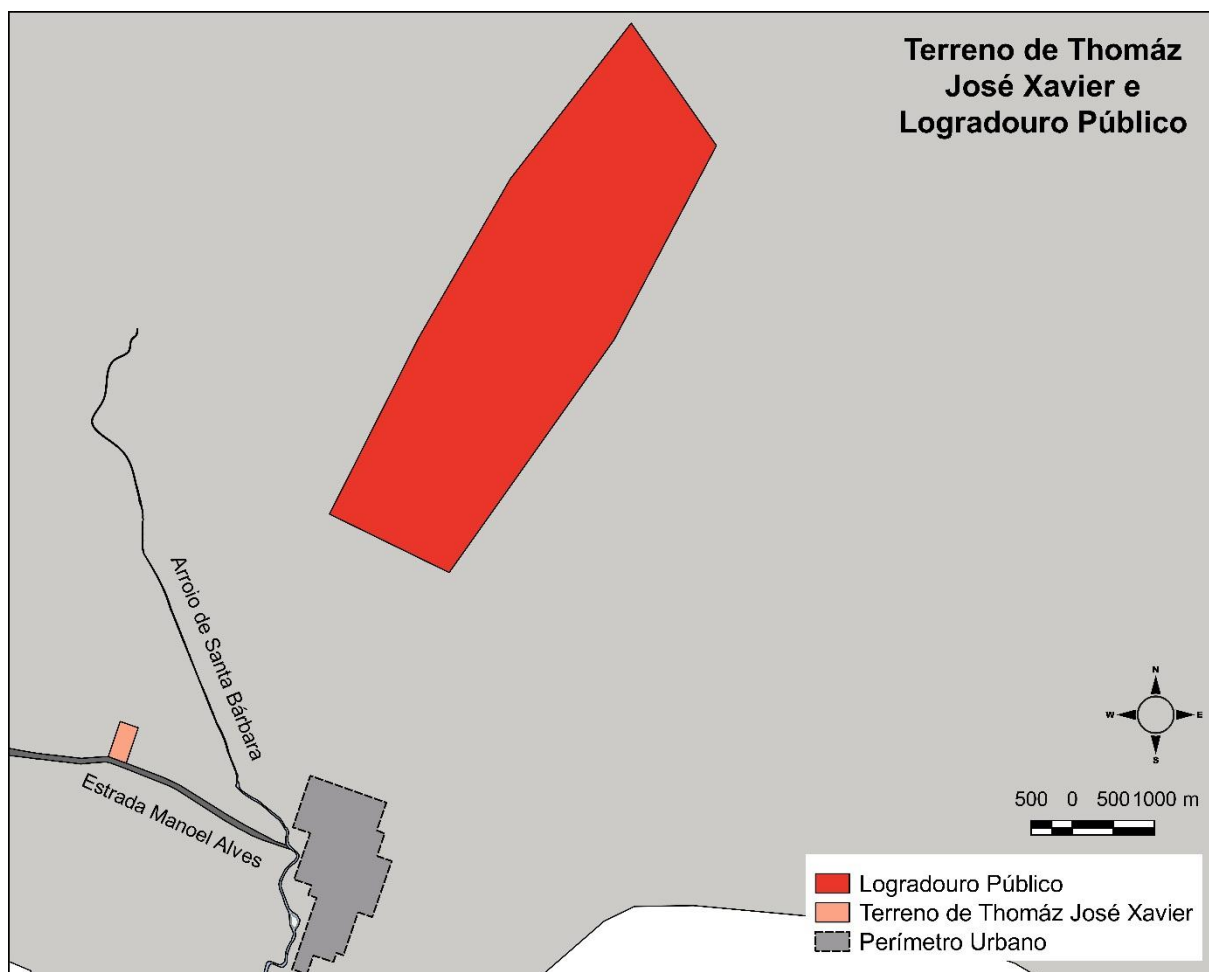


Figura 26: Terreno de Thomáz José Xavier e Logradouro Público.

Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base em Cunha (s.d. – a), em Gutierrez (2004), no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017), na planta de Pelotas (PLANTA..., 1835) e em Nascimento (1987). 2018.

Passariam muitos anos até a ereção do novo campo santo, levando a muitas discussões sobre o assunto. Em janeiro de 1852 foi proposta a instalação do cemitério no Logradouro Público²⁶ (Figura 26), desde que fosse autorizado pela Presidência da Província e possuísse as mesmas características do escolhido anteriormente. Isso porque a Santa Casa não estava obtendo sucesso quanto à posse do terreno escolhido (LIVRO..., [entre 1849 e 1861])²⁷. As terras eram as

²⁶ Local resultante das sobras de terra das sesmarias que foi estabelecido em 1825, destinado ao comércio do gado e que ficou conhecido como Tablada (GUTIERREZ, 2011).

²⁷ Cf. Atas dos dias 17 e 31 de janeiro de 1852.

pertencentes a Manoel Alves de Moraes e agora administradas por Thomáz José Xavier.

Além disso, a Câmara Municipal considerou que o terreno do Logradouro Público facilitaria o deslocamento de mortos da Costa de Pelotas, do Arraial da Boa Vista e da Serra dos Tapes sem ter que passar por dentro da cidade. Feita a demarcação do local, o Vice-Presidente da Província deveria ser informado da nova localização. Se ele autorizasse, a Irmandade da Santa Casa deveria ser comunicada (LIVRO..., [entre 1849 e 1861])²⁸. A escolha protegeria a população pelotense do contato com os corpos em decomposição e evitaria a transmissão de doenças. Mas a escolha pelo Logradouro seria para atender ao interesse dos charqueadores.

A história da cidade de Pelotas quanto à melhor localização para a instalação da Freguesia de São Francisco de Paula no ano de 1812 passou a se repetir. Dessa vez as discussões não eram quanto ao melhor local para os vivos, mas sim o que melhor satisfaria a criação de uma cidade dedicada aos mortos. E essas divergências proporcionariam ulteriores desacordos entre os responsáveis por garantir que a melhor decisão seria tomada e que o novo cemitério satisfaria as necessidades exigidas.

A Santa Casa foi informada no dia 11 de março de 1852 sobre a decisão de instalar o cemitério no Logradouro Público e dois dias depois informou à Presidência da Província que não tinha desistido da desapropriação do terreno que pertencia a Thomaz Xavier (TOMASCHEWSKI, 2007). Passados alguns dias, a Irmandade emitiu um ofício recusando a marcação de um terreno no Logradouro Público e foi comunicada que deveria examinar o local e suspender as negociações para evitar “trabalho e despesas inúteis” (LIVRO..., [entre 1849 e 1861])²⁹.

No final de março os ânimos exaltaram-se e os vereadores consultaram o Presidente da Província sobre a utilização do Logradouro Público através de um requerimento. A intenção era evitar “a repetição de cenas desagradáveis” (LIVRO..., [entre 1849 e 1861])³⁰. Tal fato pode ter feito referência a uma declaração do charqueador Domingos José de Almeida ao jornal **O Pelotense** no dia 21 de fevereiro de 1852.

²⁸ Cf. Ata do dia 31 de janeiro de 1852.

²⁹ Cf. Ata do dia 18 de março de 1852.

³⁰ Cf. Ata do dia 29 de março de 1852.

O vereador alegou publicamente que o novo cemitério deveria ser instalado no Logradouro Público devido a sua proximidade à Costa de Pelotas, ao Arraial da Boa Vista, à Serra dos Tapes e ao Monte Bonito. Além disso, a distância a ser percorrida entre os terrenos em discussão e a cidade era praticamente a mesma, o que não acarretaria em problemas quanto à transferência. Ainda argumentou que havia a intenção de se construir uma freguesia na Costa, na margem direita do Arroio Pelotas, e que o cemitério construído no Logradouro Público garantiria um fácil acesso aos moradores de Pelotas e da Costa (O PELOTENSE, 1852).

Para finalizar, o vereador verbalizou que na decorrência de alguma epidemia, se o terreno escolhido fosse o que ficava além do Santa Bárbara, quer dizer, na margem esquerda do curso d'água, o cortejo deveria atravessar a cidade. Optando pelo Logradouro Público, tal problema não ocorreria e os ritos mortuários poderiam ser realizados na capela do cemitério (O PELOTENSE, 1852). Os argumentos de Domingos José de Almeida possuíam fundamentos que pareciam favoráveis à sua opinião. Mas poderia haver algum outro tipo de interesse na escolha do local ao norte da cidade.

A instalação ao norte da cidade facilitaria o transporte dos defuntos e evitaria gastos excessivos por parte dos charqueadores quanto aos cortejos. Tomaschewski critica a postura do vereador. Para a autora, Domingos José de Almeida parecia não se preocupar “com os efeitos nocivos que poderia causar o cemitério em meio aos trabalhadores que traziam os gados e os produtos da colônia” (2007, p. 167). Seu interesse era por ter o novo cemitério perto das terras onde o charque era produzido. Sobretudo na margem direita onde as salgas se concentravam e onde Almeida era proprietário de um dos estabelecimentos, independente de outros problemas que a decisão poderia acarretar.

Domingos José de Almeida não era o único favorável à instalação do cemitério no Logradouro Público. E isso ficou claro em abril de 1852, quando moradores da margem direita, no lugar chamado da Costa de Pelotas, enviaram um comunicado ao Presidente da Província informando que eram contra a instalação do cemitério no terreno que pertencia a D. Rita (OFÍCIO..., 1852). Ficou evidente que os charqueadores possuíam os mesmos interesses, ponderando que a Costa era o local onde se encontrava a “maior densidade de charqueadas” de Pelotas (GUTIERREZ, 2011).

A discussão permaneceu no mês de abril quando foi apresentado o parecer do engenheiro Luiz Manoel Martins da Silva sobre os terrenos de D. Thomáz José Xavier e do Logradouro Público. Após uma análise dos ventos dominantes durante o ano e dos períodos de cheias e possíveis alagamentos em ambos os locais, o engenheiro considerou o Logradouro Público como a melhor opção, porque não corria o risco de alagar durante todo o ano e os ventos que por lá passavam não levariam os odores dos corpos em decomposição para a cidade. Segundo ele, o outro terreno apresentaria esses problemas (LIVRO..., [entre 1849 e 1861])³¹.

O engenheiro afirmou que o Logradouro era o melhor local porque ele seria conservado como uma “vastíssima praça” e de lá nunca seria removido. Ainda ponderou que as terras de Thomáz Xavier seriam cercadas por construções com o tempo, o que prejudicaria a salubridade da população. Diante disso foi demarcado no Logradouro Público o terreno para a construção do cemitério e ficou decidido que o Vice-Presidente da Província deveria ser comunicado para deliberar sobre a decisão (LIVRO..., [entre 1849 e 1861])³¹.

O informe aconteceu dias depois e os vereadores enfatizaram que qualquer um dos locais escolhidos seria público e não de propriedade da Irmandade da Santa Casa. Os moradores da Costa foram favoráveis a essa decisão, pois eram contra a utilização de dinheiro dedicado à beneficência para a compra das terras além da margem esquerda do Santa Bárbara (OFÍCIO..., 1852a, 1852b). Um detalhe que chamou a atenção era que ambos os ofícios possuíam a assinatura de Domingos José de Almeida. O que deixa claro que o charqueador estava realmente interessado na construção do cemitério no Logradouro Público, independentemente da vontade da Santa Casa e dos problemas que a escolha acarretaria.

Mesmo que a confraria tenha comunicado ser contrária ao terreno no Logradouro (OFÍCIO..., 1852c), o Vice-Presidente da Província demonstrou-se favorável à escolha. Ele fundamentou sua decisão no fato de não serem permitidas construções no local, diferentemente do que ocorreria nas terras de Thomáz Xavier, garantindo a salubridade pública. Além disso, o terreno do Logradouro garantiria um menor deslocamento de qualquer extremo da cidade e o que ficava à esquerda do Santa Bárbara seria de difícil acesso devido à falta de ponte sobre o arroio e dos

³¹ Cf. Ata do dia 21 de abril de 1852.

problemas causados por sua cheia. Finalizou a declaração ordenando o fim das negociações (LIVRO..., [entre 1849 e 1861])³².

Com a determinação provincial parecia estar decidida a localização do novo cemitério. Mas a Santa Casa não acatou a decisão da Presidência da Província e desaprovou a escolha do terreno no Logradouro Público e informou isso aos vereadores. Em 1853 a irmandade faria o possível para que sua decisão fosse atendida. Para isso, ela declarou à CMP, à Presidência da Província e ao seu procurador no Rio de Janeiro que deveria ser levada adiante a desapropriação do terreno do dr. Xavier (TOMASCHEWSKI, 2007).

Mesmo que Santa Casa tencionasse levar adiante a expropriação, a CMP deixou claro que o campo santo deveria ser instalado no Logradouro Público e que não poderia mais intervir no assunto (LIVRO..., [entre 1849 e 1861])³³. Para evitar a construção do campo santo no Logradouro Público, a irmandade alegava nunca possuir condições para levar o projeto adiante. Essa era uma forma de ganhar tempo para poder conseguir a desapropriação do terreno além de Thomáz José Xavier. O que aconteceu em novembro de 1853 (TOMASCHEWSKI, 2007).

Com a recusa do proprietário em vender parte de suas terras para a construção do cemitério, o local foi expropriado em favor da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas após duas instâncias judiciais (CUNHA, s.d. – a). A medição do terreno em favor da Irmandade da Santa Casa só foi realizada no ano seguinte. O local possuía 100 braças de frente e 200 de fundo (o que correspondia a 220 metros de frente e 440 metros de fundo). Fazia limite com a Estrada Manoel Alves e com as demais terras do Dr. Xavier (MEDIÇÃO..., 1854).

Mesmo com a medição do terreno e a elaboração de uma planta do local (RELATÓRIO..., s.d.), o cemitério não teve sua construção principiada. Em 1855 essa situação mudaria. No final da primavera desse ano de 1855, a cólera chegou à Província do Rio Grande do Sul (NASCIMENTO, 1982). Após ter surgido às margens do Rio Ganges, na Ásia, se espalhou pelos demais continentes e pelo Brasil (AIRES e GUTIERREZ, 2016), causando várias mortes na cidade de Pelotas. Segundo Cunha (s.d. – a), o *cholera morbus* alastrou-se rapidamente pelo município e mudanças foram colocadas em prática para garantir a manutenção da saúde dos moradores.

³² Cf. Ata do dia 26 de junho de 1852.

³³ Cf. Ata do dia 12 de abril de 1853.

O Delegado da Comissão de Higiene Pública de Pelotas pediu ao Provedor da Santa Casa que o novo cemitério fosse construído (LIVRO..., [entre 1849 e 1861])³⁴. A partir do dia 23 de novembro de 1855 principiaram-se as inumações no terreno que pertenceu ao Dr. Thomáz José Xavier. A cólera fez com que a instalação do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (Figura 27) ocorresse de fato. Desse dia em diante os mortos teriam um novo endereço na cidade. O cemitério da Rua do Passeio foi fechado e o da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas passou a ser o único autorizado a receber enterramentos daquela data em diante na cidade de Pelotas.

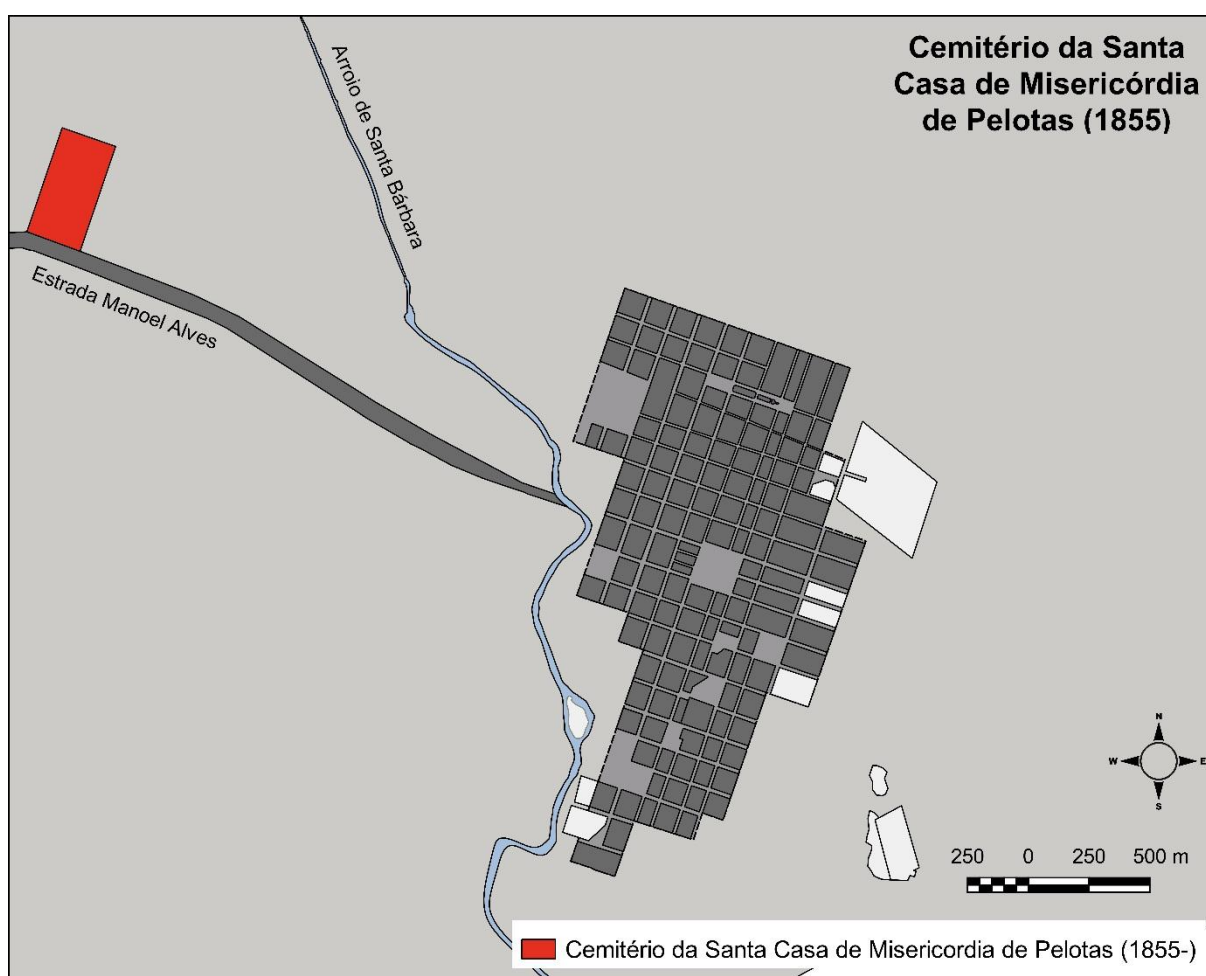


Figura 27: Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, junto à Estrada Manoel Alves e afastado do centro urbano da cidade de Pelotas.

Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base em Cunha (s.d. – a), no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017) e na planta de Pelotas (PLANTA..., 1835). 2018.

Depois de muita discussão, ações judiciais e outros problemas que a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia enfrentou desde a decisão de construir o novo campo santo, a efetiva instalação aconteceu no final do segundo semestre de

³⁴ Cf. Ata do dia 13 de novembro de 1855.

1855. O cenário se repetiu pelo Brasil e outras cidades também expulsaram os mortos de perto dos vivos. A história mortuária de Pelotas tomou um novo rumo. Nesse contexto, surgiu a Cidade Cemiterial, que passou por expansões e melhoramentos nos anos seguintes à sua instalação.

3 URBANISMO NA CIDADE CEMITERIAL

3.1 De arraial a cidade

Em Pelotas, o local no qual se instalou a freguesia que deu origem à cidade não foi o mesmo onde principiou a povoação. Enquanto a divisão de terras que deu origem aos estabelecimentos charqueadores ocorreu às margens do Arroio Pelotas e do Canal de São Gonçalo, a freguesia iniciou sua trama urbana um pouco afastada desses cursos d'água. Com seu aumento populacional, suas expansões territoriais e a importância regional que a localidade passou a vivenciar, o aglomerado urbano tornou-se uma cidade.

Na urbe dos mortos isso se deu de forma distinta. Após as divergências entre os Vereadores e a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas quanto ao local de instalação do cemitério e as dificuldades em conseguir a posse do terreno do dr. Xavier, a cidade cemiterial só começou a ser ocupada a partir de 1855. Isso porque a cólera acelerou o processo de instalação da necrópole. Diante da necessidade de um local para inumar os corpos contaminados pela doença e da falta de tempo para organizar e preparar o terreno, um arraial cemiterial foi construído a partir de 23 de novembro de 1855.

Os primeiros povoadores do local foram os coléricos oriundos de Pelotas. Eles eram levados para o Cemitério da Santa Casa de modo que não ficassem mais em contato com os vivos. Influenciada pela teoria miasmática, a tradição foi deixada de lado em favor da saúde e isso levou à ereção de algumas catacumbas provisórias (Figura 28). Constituindo-se como a morada dos primeiros mortos, elas foram construídas no centro do terreno (LIVRO..., [1859-1863])³⁵, evitando assim o contato com qualquer um de seus limites e com quem se aproximasse deles.

Ao se formar, o arraial dos vivos necessitava de terrenos para que os primeiros moradores e suas famílias se estabelecessem (MARX, 1991). Na necrópole ocorreu de forma similar. A demarcação de lotes foi necessária para que os corpos pudessem ser depositados. Uma parcela da gleba de terra pertencente à Santa Casa proporcionou a instalação dos coléricos. A comunidade sepulcral passou a se desenvolver e a ocupar outras parcelas da futura cidade cemiterial. A irmandade que comandava o espaço ficou responsável por permitir as expansões e por organizar a cidade dos mortos.

³⁵ Cf. Ata do dia 4 de agosto de 1859.

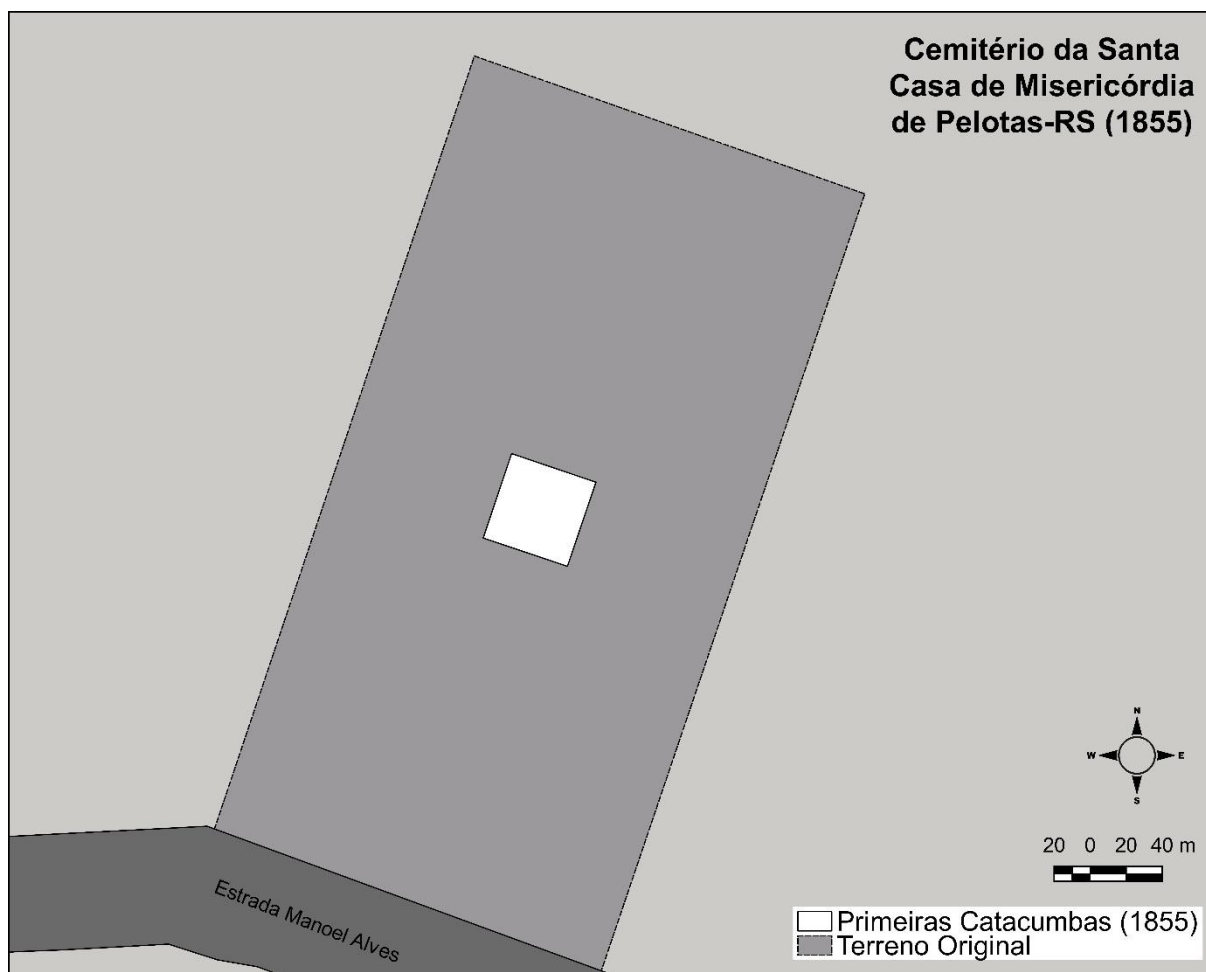


Figura 28: Catacumbas provisórias no arraial cemiterial.

Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017) e na Medição do Terreno de Thomáz José Xavier (MEDIÇÃO..., 1854). 2018.

Gradativamente o arraial expandiu-se, fixou-se e um povoado passou a se desenvolver. Tal fato foi acompanhado pelas determinações da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia para que o cemitério proporcionasse “a melhor fonte de renda” à confraria, através do transporte e da inumação dos defuntos (CUNHA, s.d. – a; LIVRO..., [1859-1863] ³⁶). A associação religiosa atuou como a loteadora do povoado cemiterial. Igualmente ao que acontecia na cidade dos vivos, onde os proprietários de terra que cediam terrenos para a construção da igreja e da casa do padre e comercializavam os espaços no entorno. Além disso, regras para a ocupação ordenada do terreno seriam estabelecidas.

O interesse da Irmandade não era o de criar uma estrutura urbana para o desenvolvimento do povoado cemiterial. Ela buscava uma fonte de renda com o serviço prestado e que lhe garantiria bons rendimentos. Tal fato também ocorria na

³⁶ Cf. Ata do dia 26 de novembro de 1855.

cidade dos vivos. Quando da instalação da Freguesia de São Francisco de Paula, o capitão Antônio Francisco dos Anjos fez o mesmo. Ao doar as terras para a construção da igreja matriz e da casa do vigário, ele pôde comercializar os lotes do entorno. O desenvolvimento do cemitério assemelhou-se ao de Pelotas.

Entre os anos de 1812 e 1855, a Irmandade do Santíssimo Sacramento esteve à frente dos sepultamentos em Pelotas e arrecadou o faturamento com o transporte dos mortos e suas inumações nos campos santos da cidade. Essa era uma de suas fontes de renda. Tanto que ela permitia enterramentos fora dos cemitérios apenas em alguns casos que não prejudicassem seus ganhos (AIRES; GUTIERREZ, no prelo).

A Irmandade da Santa Casa pôde tirar proveito das situações. Por ser a responsável pelo único local permitido para sepultamentos em Pelotas, a associação religiosa recebia pagamentos toda vez que prestava serviços às famílias dos mortos e quando cedia terrenos para as irmandades instalarem as catacumbas que receberiam seus irmãos. O povoado cemiterial não possuía autonomia religiosa ou administrativa. Era como Eusápia, pertencente ao império de Kublai Khan, onde uma confraria era responsável pela gestão da cidade dos mortos (CALVINO, 1990).

Assim como nos povoados dos vivos, onde as regras a serem seguidas provinham de um povoado autônomo, o aglomerado urbano dentro dos limites do cemitério ficava condicionado às determinações oriundas de Pelotas. E essas normas decorriam da Mesa da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia. As leis que existiam na cidade não eram específicas quanto ao que deveria ocorrer dentro da necrópole. A determinação era que os corpos fossem carregados para esse local e nele fossem inumados.

Com isso, em 1867 foi criado o Regulamento para o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (Anexo B), o qual foi aprovado em 1872 pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (LEGISLAÇÃO..., [1846-1922])³⁷. O povoado dos mortos ganhava suas primeiras leis. Elas não estavam ligadas às determinações das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia ou de uma vila ou cidade. Seguiam o que era favorável à associação religiosa que geria o lugar da morte.

³⁷ Cf. Lei nº 816 de 30 de outubro de 1872.

Os dois capítulos e os 31 artigos do regulamento conduziram os faturamentos e as regras que deveriam ser seguidas a partir da sua aprovação. Possuir suas próprias leis era uma característica das cidades dos vivos já experimentada pelo povoado cemiterial. Mesmo sem haver uma capela que lhe conferisse uma autonomia religiosa parcial, o lugar dos mortos foi passando por ampliações com a ereção de catacumbas pelas confrarias de Pelotas e com a divisão do terreno original em quadras. Tudo seguindo a geografia social dos mortos, onde a sociedade dos vivos era representada nos cemitérios (REIS, 1991; BELLOMO, 2008a).

A partir de 1880 o espaço de sepultamentos passou a experimentar características que lembravam uma freguesia. Isso verificou-se após a finalização das obras da Capela de Nosso Senhor do Bonfim (Figura 29). O templo religioso foi erigido através de doações de d. Zeferina Gonçalves da Cunha, com a promessa de que a benfeitora seria sepultada no interior da ermida (NASCIMENTO, 1987). Com a bênção da capela pelo vigário D. Augusto Canabarro em 17 de outubro de 1880 (Anexo C) (LIVRO..., [1812-1921]), o aglomerado urbano cemiterial passou a ter alguma autonomia religiosa da cidade de Pelotas. Contudo, essa independência não foi absoluta.



Figura 29: Capela de Nosso Senhor do Bonfim (1880).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Foto de Anderson Pires Aires. 2017.

Na cidade dos vivos, quando uma freguesia era instalada, um pároco ficava responsável pela capela e nela realizava as missas, os registros cartoriais e as atividades relacionados a batizados, casamentos e óbitos. No cemitério era diferente. A ereção de uma igreja garantia autonomia apenas nas missas e encomendações dos corpos dos mortos. Os serviços de registros ficavam a cargo da igreja. Levando os corpos para a capela cemiterial, a separação definida pela legislação ficava garantida. A instalação da capela junto aos mortos era uma aspiração dos vivos. Assim, suas saúdes ficariam protegidas e a ermida seria frequentada esporadicamente.

Mesmo parcialmente, a capela marcou uma independência. Ela foi erigida segundo as condições determinadas pelo terreno e não através das determinações eclesiásticas que regiam a instalação das freguesias. Um local de destaque, alto, livre de umidade e longe de locais imundos (VIDE, 2011) não configurava uma determinação para a ereção de capelas nos cemitérios. A necessidade era de que o templo religioso estivesse dentro dos limites da necrópole.

Quando a capela foi erigida e as missas passaram a ser realizadas junto ao espaço sepulcral, o terreno original apresentava uma maior ocupação urbana (Figura 30). Parte dele havia sido destinada à organização do Quadro Velho, onde foram erigidas as catacumbas das irmandades de Pelotas a partir de 1857 e comercializados terrenos com concessão perpétua nas quadras formadas pelas grandes avenidas traçadas (NASCIMENTO, 1987). Além disso, a parcela de terreno destinada a pessoas de diferentes religiões havia sido delimitada conforme o Artigo 2º do Regulamento para o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (LEGISLAÇÃO..., [1846-1922])³⁸.

Com o tempo, o espaço ficou conhecido como Cemitério dos Alemães (ou Protestante), considerando que nele foram inumados os corpos de pessoas oriundas das regiões que vieram a formar a Alemanha. Pouco a pouco mais moradores chegaram à necrópole nos anos posteriores e o terreno continuou ampliando sua ocupação. Diante das mudanças que ocorriam, tornou-se necessário um local junto à área cemiterial que auxiliasse na organização do espaço e no cumprimento das determinações feitas pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Foi

³⁸ Cf. Lei nº 816 de 30 de outubro de 1872

então que entre os anos de 1888 e 1889 a secretaria do cemitério foi instalada (NASCIMENTO, 1987).

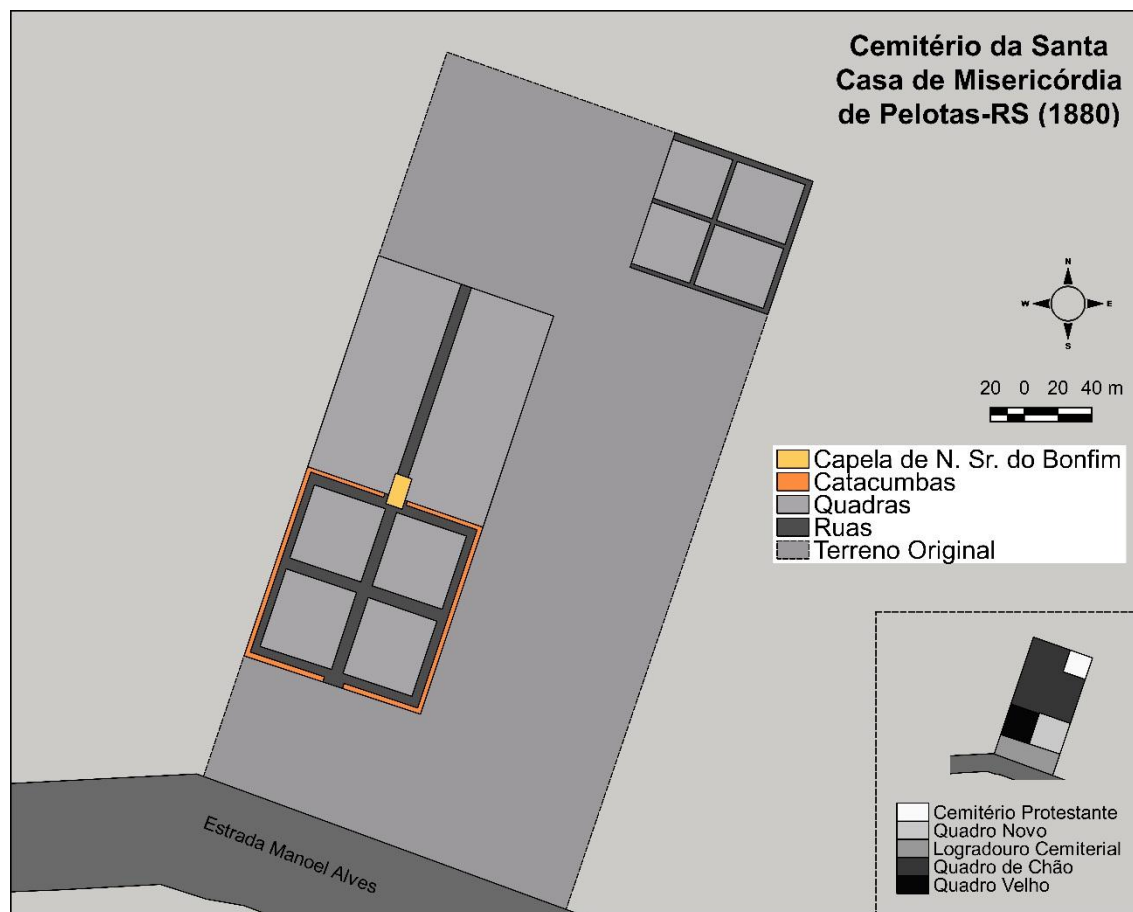


Figura 30: Freguesia cemiterial, após a ereção da capela em 1880.

Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base nas atas do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (LIVRO..., [entre 1859 e 1863]), na imagem de satélite do Cemitério da Santa Casa (IMAGEM..., 2012), no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017), na Medição do Terreno de Thomáz José Xavier (MEDIÇÃO..., 1854) e em Nascimento (1987). 2018.

Semelhante ao que acontecia nas elevações das freguesias em vilas, com a consequente eleição de vereadores, uma mudança foi verificada quando o cemitério recebeu a diretoria. Assim como ocorria na vila dos vivos, onde a Câmara de Vereadores era construída para receber as pessoas que criariam leis e auxiliariam na gestão do aglomerado urbano, na necrópole esse papel era representado pela secretaria. O poder central permanecia fora dos limites do cemitério. A Irmandade da Santa Casa continuava ditando as normas. Mas decisões que influenciariam na organização do lugar ocupado pelos moradores da necrópole passariam a ser discutidas dentro dos limites do espaço sepulcral.

A localização exata da secretaria não pôde ser identificada a partir dos dados coletados. Possivelmente ela tenha sido construída em uma parcela do terreno que

ainda não havia sido ocupada. Ela ficava entre a Estrada do Fragata (antiga Estrada Manoel Alves) e a entrada para o Quadro Velho. O espaço representava uma sobra de terras sem loteamento e permitia a expansão para futuros sepultamentos, além de configurar uma separação entre os vivos e os mortos. Era similar ao Logradouro das cidades, embora estivesse em um terreno privado.

A vila cemiterial (Figura 31) contemplou a existência de um logradouro cemiterial que por muito tempo permaneceu sem ser dividido para que os mortos pudessem ocupá-lo. Ele possuía apenas caminhos que levavam ao Quadro Velho e aos demais espaços do terreno e permitiam o transporte dos defuntos até os túmulos, além de representar uma transição entre os domínios dos vivos e dos mortos. Diante da presença da secretaria e da possibilidade de discutir as decisões sobre o campo santo, não demoraria muito para que o cemitério crescesse e se tornasse praticamente uma cidade.

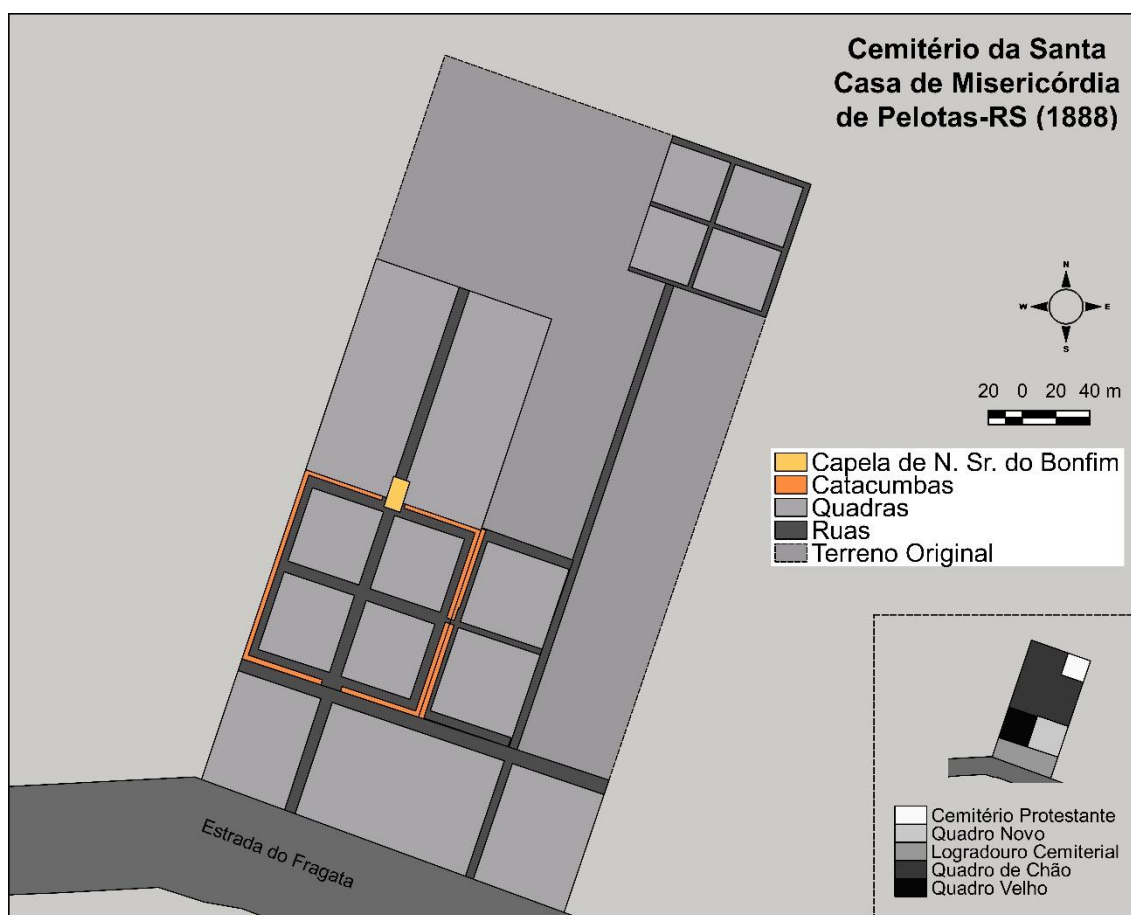


Figura 31: Vila cemiterial, após a construção da secretaria em 1888.

Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base no Aerofotogramétrico de Pelotas (AERO..., 1965), nas atas do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (LIVRO..., [entre 1859 e 1863]), na imagem de satélite do Cemitério da Santa Casa (IMAGEM..., 2012), no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017), na Medição do Terreno de Thomáz José Xavier (MEDIÇÃO..., 1854) e em Nascimento (1987). 2018.

Foi o que ocorreu no início do século XX. Antes disso, algumas melhorias foram realizadas e decisões tomadas para permitir que o espaço cemiterial acolhesse da melhor forma possível os defuntos e os vivos que frequentassem o local em algum momento. Situações como o escoamento do terreno, construção de casa para o coveiro e de um forno para incineração dos ossos, a ereção das primeiras catacumbas no Quadro Novo e a cessão de uma faixa de terreno para que o Cemitério Protestante (ou dos Alemães) pudesse ser acessado pela Estrada do Guabiroba foram realizadas entre os anos de 1892 e 1896 (NASCIMENTO, 1987).

Segundo Nascimento (1987), em 1901 a direção do cemitério e a Mesa da Provedoria da Irmandade da Santa Casa cogitaram transferir o cemitério para um novo terreno. Mas a decisão acarretaria em grandes investimentos para o traslado dos corpos e toda a estrutura urbana organizada teria que ser refeita em outro lugar. A ideia foi deixada de lado e o cemitério permaneceu em atividade no mesmo local em que recebia os mortos desde 1855. A decisão foi por comprar terrenos vizinhos e ampliar o terreno.

Com a importância que o local tinha no primeiro distrito de Pelotas por ser o único permitido para inumações desde os surtos de cólera, o terreno passou a figurar como uma cidade cemiterial a partir do início do século XX e foi gradativamente sendo ampliado e melhorado. Seus limites urbanos mudaram, assim como ocorreu em Pelotas. Novos terrenos foram adquiridos, drenagens foram feitas, portões para separar e dar acesso aos diferentes quadros de sepultamentos foram colocados, o terreno do logradouro cemiterial tornou-se um jardim, diversas catacumbas foram erigidas ao longo dos anos subsequentes e as ruas foram calçadas e arborizadas (NASCIMENTO, 1987).

Pouco a pouco a cidade cemiterial consolidou-se em uma trama urbana. Ela foi abarcando outras mudanças, como a construção de um bairro judeu, o Cemitério do Centro da Sociedade Israelita Pelotense, em 1922 após a compra do terreno por Miguel Galanternick (GALANTERNICK, s.d.). Além disso, um monumento e espaços restritos a apenas alguns grupos, como os condomínios, foram erigidos, como o Quadro das Irmãs Franciscanas em 1875 (NASCIMENTO, 1987) e a Mansão dos Pobres (Figura 32).

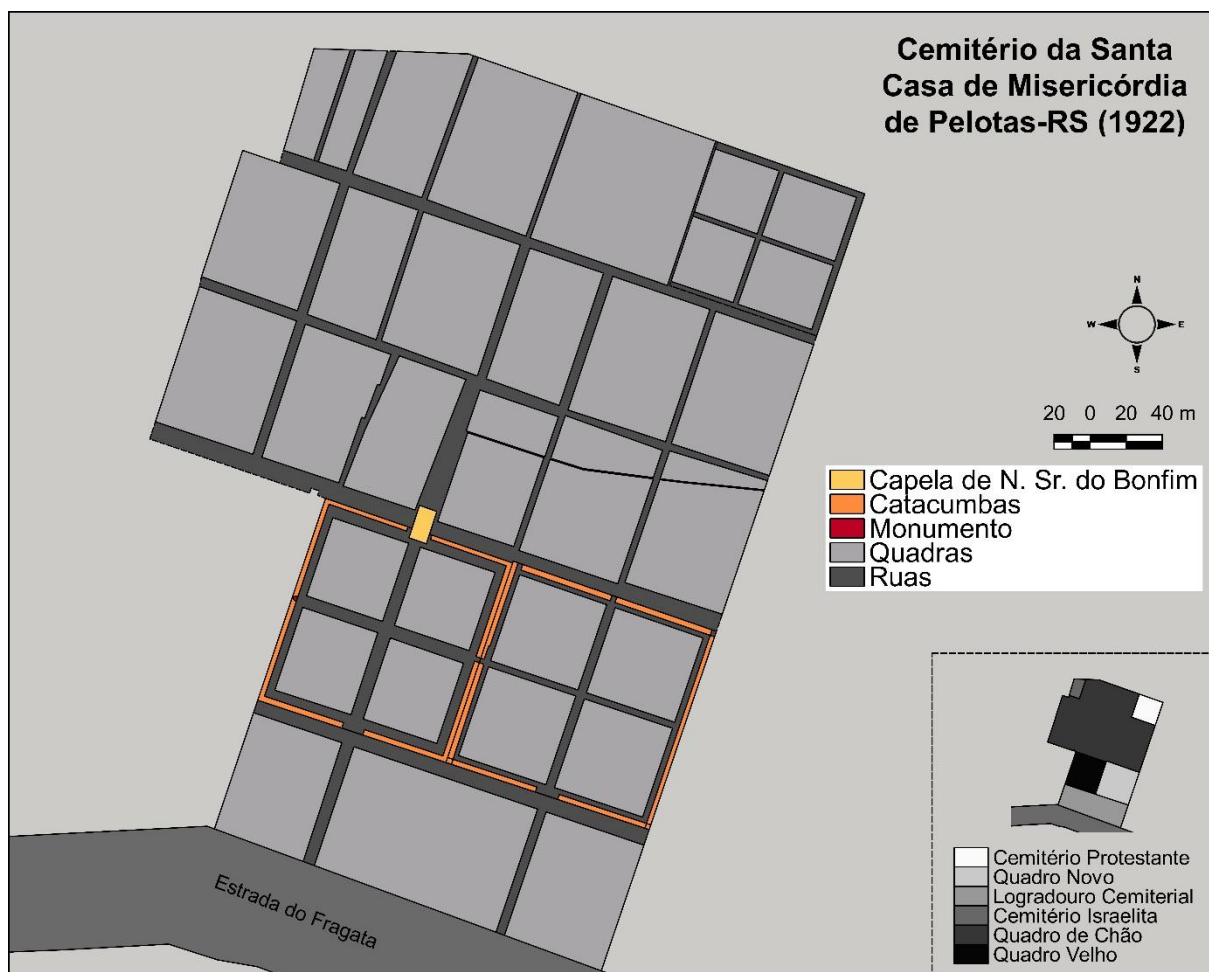


Figura 32: Cidade cemiterial, após a instalação do bairro judeu em 1922

Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base no Aerofotogramétrico de Pelotas (AERO..., 1965), na imagem de satélite do Cemitério da Santa Casa (IMAGEM..., 2012), no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017), na Medição do Terreno de Thomáz José Xavier (MEDIÇÃO..., 1854) e em Nascimento (1987). 2018.

Ao longo de 121 anos, o arraial cemiterial foi ampliando-se e consolidando-se. Gradativamente cresceu como um povoado, uma freguesia, uma vila e uma cidade. Seus limites iniciais foram alterados de modo que novos corpos pudessem ser recebidos e instalados (Figura 33). As ruas, os bairros e toda a urbanidade foram sendo percebidos e organizados para possibilitar o acolhimento dos mortos e a visita dos vivos. A independência da cidade cemiterial só não foi completa porque ela continuava seguindo as ordens e as determinações da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.

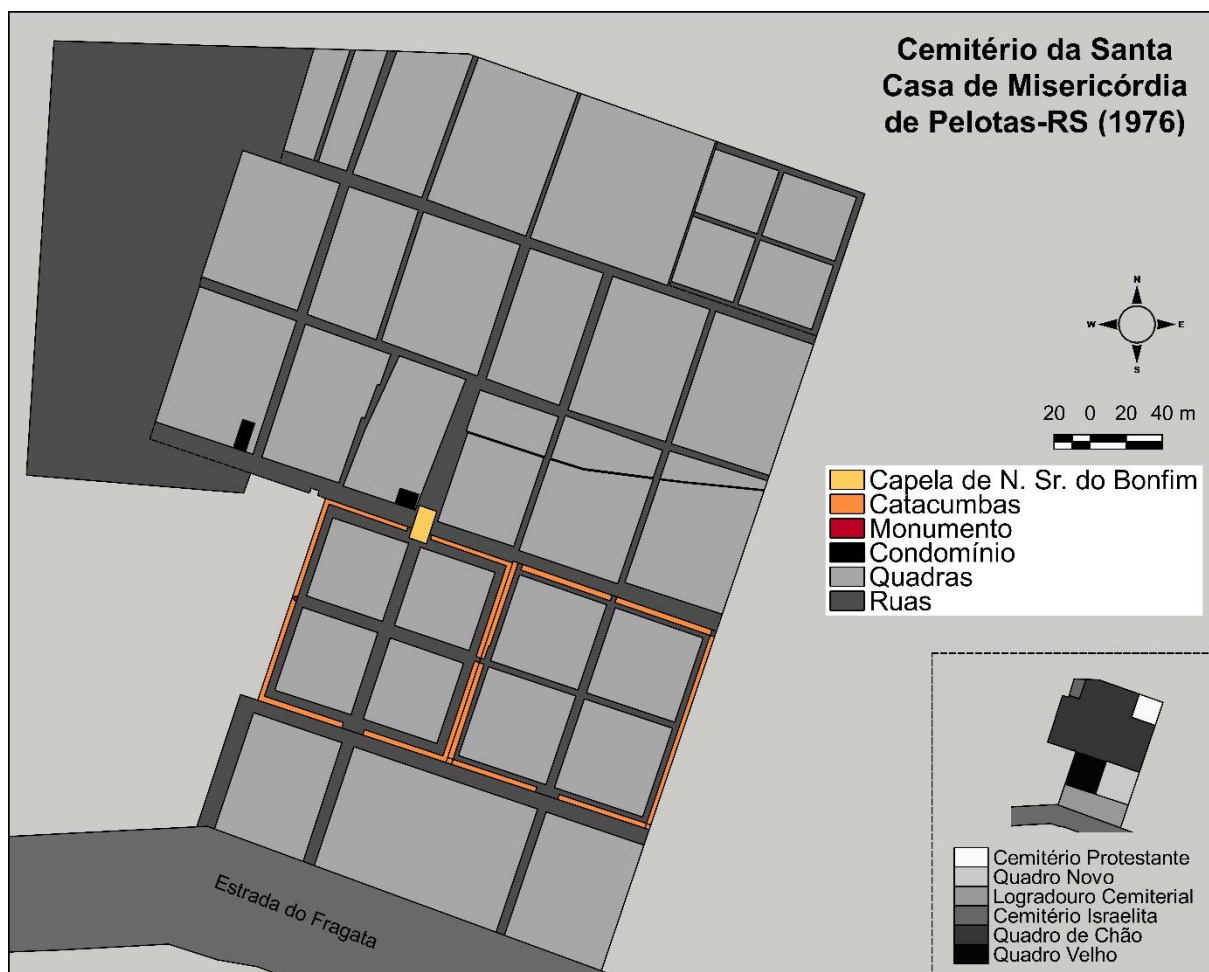


Figura 33: Cidade cemiterial, após 121 anos de expansões.

Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base no Aerofotogramétrico de Pelotas (AERO..., 1965), na imagem de satélite do Cemitério da Santa Casa (IMAGEM..., 2012), no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017), na Medição do Terreno de Thomáz José Xavier (MEDIÇÃO..., 1854) e em Nascimento (1987). 2018.

As leis que conduziram o dia a dia no cemitério existiam desde o início da ocupação do terreno e foram perpetuadas durante o desenvolvimento da cidade cemiterial. A aspiração dos vivos se tornou uma realidade. Os falecidos foram levados para longe e condicionados a um lugar deles. Não era como a Saqqara no Egito antigo, destinada ao faraó Djoser após a sua morte. Era um aglomerado urbano afastado, mas dedicado àqueles que deixavam a urbe e iam para a necrópole. Similar a Laudômia dos mortos, onde os moradores possuíam os mesmos nomes daqueles que habitavam a cidade (CALVINO, 1990).

3.2 Dimensão setorial

Durante os 121 anos pelos quais a cidade cemiterial de Pelotas desenvolveu-se, lugares foram criados e organizados de maneira que propiciassem a separação entre pessoas de diferentes classes sociais e religiões. Esses locais ficavam próximos ou afastados uns dos outros sobre o terreno da necrópole e eram interligados por um sistema de vias com gabaritos distintos. Cada uma delas tinha uma importância e facilitava o deslocamento do defunto até a sua última morada e de seus parentes no momento do enterro e em visitas posteriores.

Segundo Lamas (2000), a rua foi responsável pela disposição de residências e quarteirões e permitiu a ligação entre os diversos espaços da cidade. O autor ainda afirmou que a rua está contida na dimensão setorial da urbe, juntamente com o edifício, o traçado, a árvore, o desenho do solo e o mobiliário urbano. Apesar de existirem todos esses elementos na cidade dos vivos, na necrópole a rua e o edifício tornaram-se os mais representativos dessa dimensão. Isso porque ambos ordenaram a organização do terreno desde o período do povoado cemiterial.

O traçado adotado no Brasil não foi aleatório e inovador. Ele seguiu a disposição de ruas que era adotada nos cemitérios da Europa. Na França, por exemplo, o Père-Lachaise foi arranjado segundo a presença de duas avenidas largas que se cruzavam e dividiam o terreno em quatro quadras (MOTTA, 2009). Essa foi a mesma disposição seguida pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas durante a ereção dos quadros de sepultamentos de seu cemitério e buscava proporcionar a circulação dos vivos e dos ventos dentro da cidade dos mortos.

Mesmo que o modelo de ruas tenha sido utilizado pelos povos europeus na necrópole durante o século XIX, ele remetia a um recurso adotado anteriormente na Antiguidade e que foi adaptado. Os romanos erigiam suas cidades a partir de duas avenidas principais, o *cardus maximus* e o *decumanus maximus*. Elas seguiam, respectivamente, a movimentação do sol (eixo norte-sul) e o eixo do céu (eixo leste-oeste) e seu encontro formava uma cruz (RYKWERT, 2006; LAMAS, 2000). Paralelas ao *cardus* e ao *decumanus*, outras vias se desenvolviam dentro das quadras da necrópole, facilitando a inserção de lotes mortuários e criando uma estrutura urbana igual a presente na cidade dos vivos, com ruas e travessas.

A escolha por este traçado foi devida ao fato de que ele facilitava a circulação dos ventos dentro dos cemitérios e, assim, evitava o acúmulo de miasmas pútridos e

a propagação de doenças. Além disso, as travessas permitiam o deslocamento dos vivos junto às moradas dos mortos. Mas a orientação das ruas sobre os eixos cardeais não era um consenso quanto a circulação dos ventos na Antiguidade. O médico romano Oribásio era favorável a essa disposição, pois ela facilitaria a iluminação da cidade e a propagação do vento, sem que obstáculos alterassem o seu curso. Considerando que as construções mudariam os ventos e dificultariam a propagação de enfermidades, o arquiteto romano Vitrúvio dizia que as vias deveriam evitar essa orientação (RYKWERT, 2006).

Ambos possuíam a mesma preocupação, proporcionar a movimentação dos ares. E isso auxiliava a evitar que as doenças temidas pelos vivos, e que levaram ao afastamento dos mortos, se disseminassem através das cidades e dos cemitérios. Contudo, a orientação da necrópole ficava condicionada ao terreno escolhido para recebê-la. Independentemente disso, ambos consentiam ao fato de que as travessas paralelas às duas grandes avenidas eram a melhor escolha para a organização da cidade. A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas não pensou de forma distinta e seguiu essa disposição no terreno do campo santo.

Ao organizar o Quadro Velho no povoado cemiterial (Figura 34), a associação religiosa dispôs sobre a primeira parcela do terreno a ser loteada duas grandes avenidas que dividiram o espaço em quatro quarteirões. As vias permitiram que os defuntos fossem levados às suas moradas e que os vivos se deslocassem pelo espaço. Estes realizando o trajeto caminhando e aqueles utilizando carros (carruagens puxadas por cavalos) (Figura 35) que transportavam os cadáveres da cidade dos vivos até a cidade dos mortos.

O principal acesso aos quarteirões se daria pelas avenidas, mas não somente por elas. Após a construção das catacumbas para as irmandades no entrono do Quadro Velho, conformou-se outra via de circulação entre as quadras e essas sepulturas. O espaço lembrava o *poemerium* que era um local no entorno das muralhas da cidade romana que não contemplava nenhum tipo de construção, tanto dentro quanto fora da urbe (MUMFORD, 1982). Como essa via de circulação remetia ao espaço sem ereção de edificações, as catacumbas lembravam as muralhas.

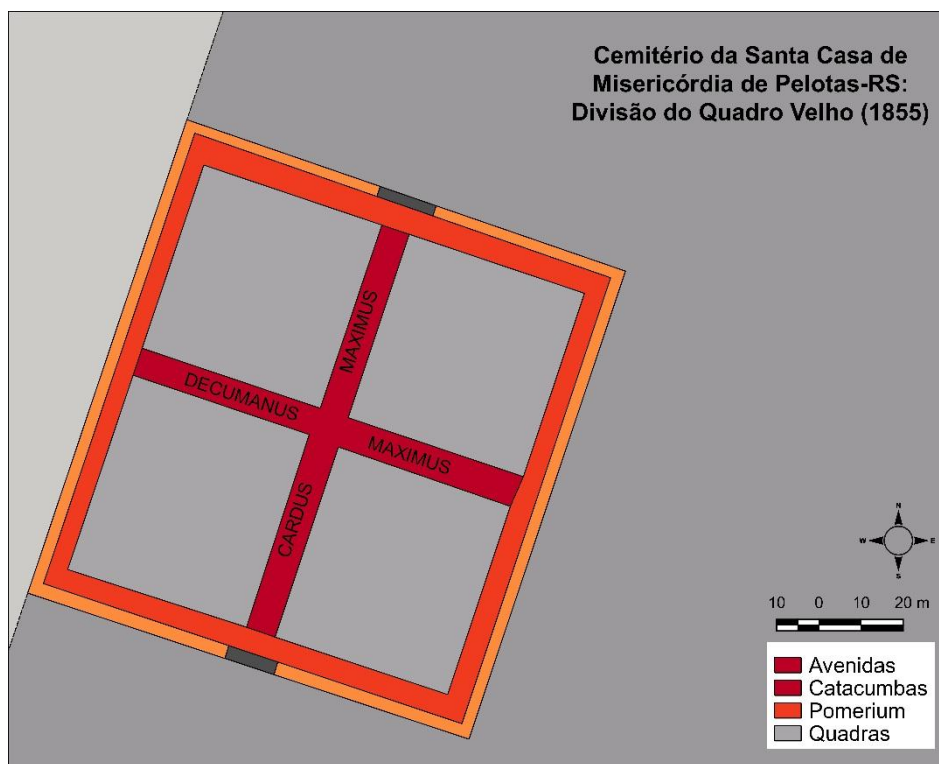


Figura 34: Ruas do Quadro Velho no povoado cemiterial.

Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base na imagem de satélite do Cemitério da Santa Casa (IMAGEM..., 2012), no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017) e em Nascimento (1987). 2018.



Figura 35: Carruagens fúnebres.

Preta (E) destinada aos adultos e branca (D) destinada às moças virgens e às crianças.

Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2014.

Na cidade romana, os muros amparavam o local contra possíveis invasores. Na necrópole, as catacumbas protegiam os vivos da presença dos mortos. A partir da adaptação e da disposição do *cardus*, do *decumanos*, do *poemerium* e da muralha dentro do povoado cemiterial, a malha urbana passou a se desenvolver no cemitério. Representando um modelo que vinha dando certo nos campos santos

européus, a organização das ruas continuou sendo feita dessa maneira nas futuras expansões da necrópole.

Quando houve um aumento de 60 braças [132 metros] no ano de 1859 além do Quadro Velho, uma das avenidas principais foi prolongada para que pudesse separar as duas quadras que se formaram (Figura 36). A da direita destinada às “pessoas livres” e a da esquerda aos “escravos” (LIVRO..., [entre 1859 e 1863])³⁹. A expansão ocorreu de forma análoga à ocorrida em Pelotas, com a ampliação de vias existentes. Também ao acréscimo à malha urbana da cidade com a demarcação e ocupação do Bairro da Luz ao norte (Figura 18) no mesmo período.

No povoado cemiterial o prolongamento deu-se em direção ao lado nordeste do terreno, local onde outro espaço de sepultamentos foi demarcado. O traçado adotado no Quadro Velho, e que era utilizado na cidade dos vivos, esteve presente no Cemitério Protestante. O local que, segundo o regulamento do cemitério (Anexo B), deveria ser destinado a pessoas que não seguissem a Religião Católica seguiu a mesma divisão em quatro quarteirões formados pelo cruzamento de duas avenidas principais. Também houve a utilização de uma circulação no entorno das quadras, lembrando o *poemerium*, mesmo sem a presença de catacumbas (Figura 36).

Sem significativas mudanças nas ruas, gradativamente o campo santo se expandiu e igualou-se a uma freguesia cemiterial. No decênio de 1880, o sistema viário já havia passado por alterações (Figura 37). A construção do Quadro Novo tinha iniciado e um caminho de acesso ao Cemitério Protestante estava traçado. Além disso, o logradouro cemiterial foi organizado para facilitar o deslocamento dos mortos, ao serem transportados às suas casas mortuárias, com acessos diretamente ao Quadro Velho ou ao Cemitério Protestante.

A replicação do antigo traçado romano prevalecia e ia se espalhando pelo terreno do cemitério. Isso permitia a separação entre aqueles que em vida haviam praticado diferentes religiões ou pertencido a grupos sociais de distintos poderes aquisitivos. A cidade dos mortos ia fixando-se de maneira que pudesse sempre representar a urbe dos vivos e, possivelmente, demonstrar que nada mudaria mesmo após a morte. As mesmas diferenças que existiam seriam perpetuadas e as ruas levariam a locais mais ou menos afastados do acesso à necrópole.

³⁹ Cf. Ata do dia 4 de agosto de 1859.

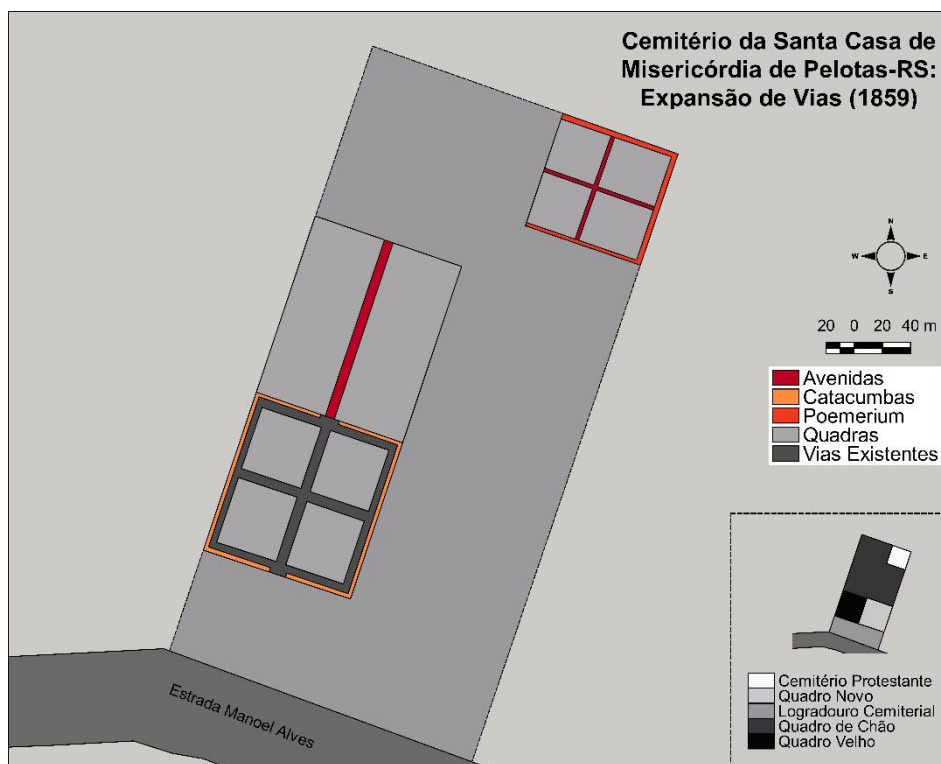


Figura 36: Expansão de vias em 1859.

Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base nas atas do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (LIVRO..., [entre 1859 e 1863]), na imagem de satélite do Cemitério da Santa Casa (IMAGEM..., 2012), no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017) e em Nascimento (1987). 2018.

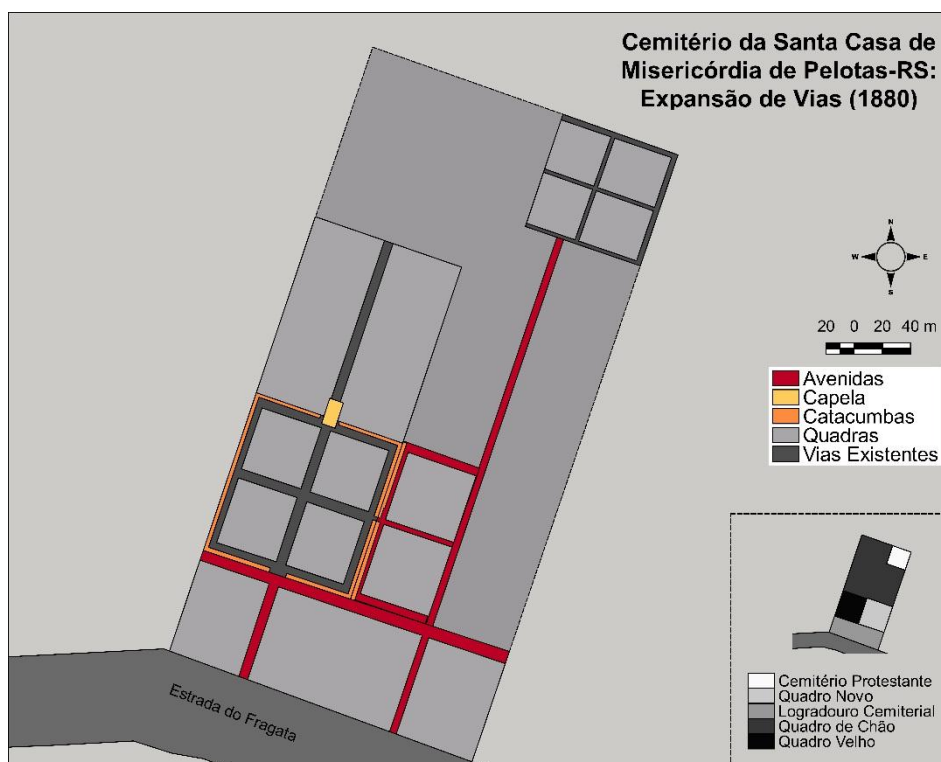


Figura 37: Expansão de vias a partir de 1880.

Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base no Aerofotogramétrico de Pelotas (AERO..., 1965), nas atas do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (LIVRO..., [entre 1859 e 1863]), na imagem de satélite do Cemitério da Santa Casa (IMAGEM..., 2012), no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017) e em Nascimento (1987). 2018.

A cidade cemiterial teve avenidas organizadas sempre da mesma maneira. O *cardus* e o *decumanus* continuaram sendo reproduzidos sobre o terreno ampliado do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. O Quadro de Chão teve a mesma organização. Mesmo que as ruas não tenham seguido o mesmo alinhamento em alguns momentos, é possível identificar o cruzamento das avenidas que geraram os demais quarteirões (Figura 38) e permitiram o deslocamento aos diferentes pontos da morada dos mortos.

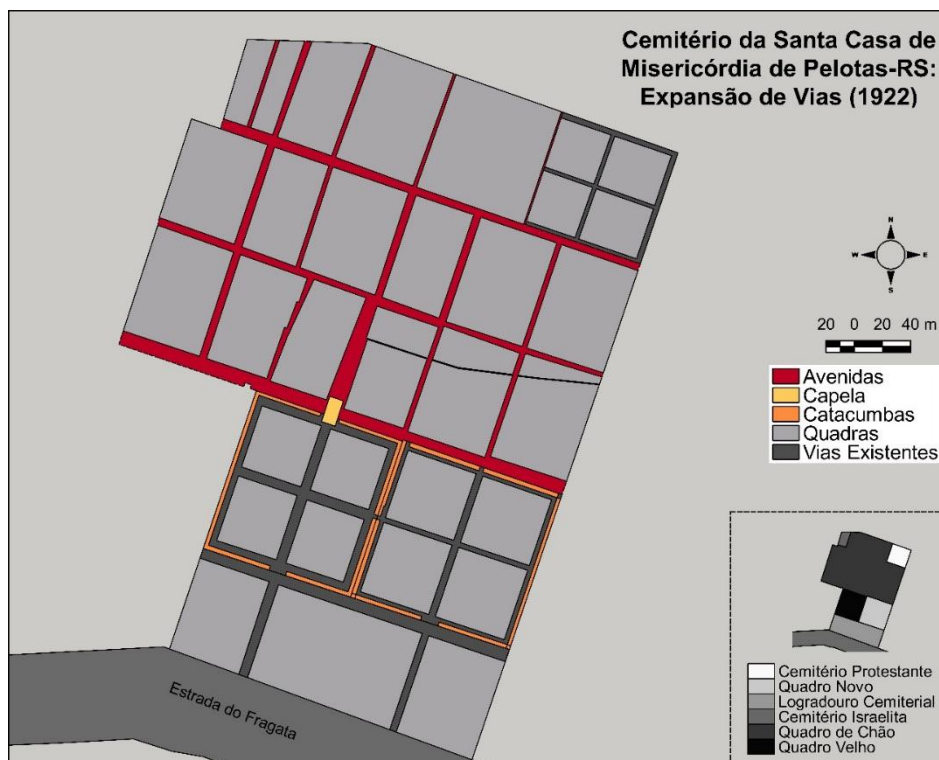


Figura 38: Expansão de vias até 1922.

Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base no Aerofotogramétrico de Pelotas (AERO..., 1965), na imagem de satélite do Cemitério da Santa Casa (IMAGEM..., 2012), no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017) e em Nascimento (1987). 2018.

A única parcela do terreno que não seguiu esse modelo de urbanização foi a ocupada pelo Cemitério Israelita, ao norte do terreno. Criado em 1922, após a proclamação da República no Brasil, em um período no qual a Igreja Católica interferia menos nas decisões do país, a necrópole dos Judeus seguiu a tradição desse povo. Para eles, homens e mulheres deveriam ficar em lados separados nos quadros de sepultamentos, sendo eles à direita e elas à esquerda (Cardoso *et al*, 2008). Com isso, apenas uma avenida foi necessária (Figura 39).

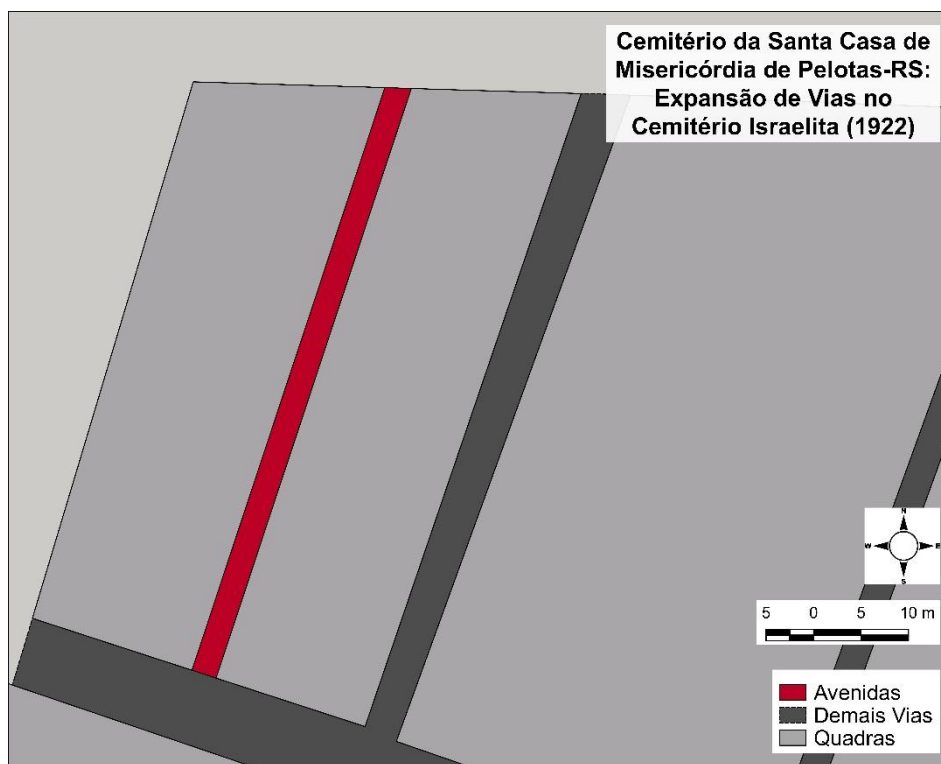


Figura 39: Avenida no Cemitério Israelita.

Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base, na imagem de satélite do Cemitério da Santa Casa (IMAGEM..., 2012), no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017) e em Nascimento (1987). 2018.

Toda essa organização lembrava as divisões de circulação que Santos (1988) identificou nas cidades. O *cardus*, o *decumanos* e o *poemerium* representavam funções análogas às vias coletoras e arteriais. Por serem mais largas, elas permitiam um grande fluxo de veículos. Na necrópole, as dimensões das avenidas auxiliavam na circulação das carruagens, e de carros anos depois, e dos cortejos fúnebres (Figura 40) que acompanhassem o defunto após percorrer as ruas das cidades e se dirigir ao terreno da sua última morada. Tais acontecimentos seguiam as determinações do Regulamento do Cemitério (Anexo B), quanto ao uso exclusivo de carros da Santa Casa para condução dos corpos ao campo santo.

Mas a organização das vias na cidade cemiterial não ocorreu apenas em relação às avenidas que foram replicadas seguindo o *cardus maximus* e o *decumanus maximus*. Ela também se fez internamente aos quarteirões de sepultamentos. Só que dessa vez não houve um projeto completo por parte da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. As vias que se formariam quadro a quadro durante os 121 anos estudados da cidade cemiterial resultariam da construção das casas dos mortos em locais aproximados aos indicados pela diretoria do cemitério.

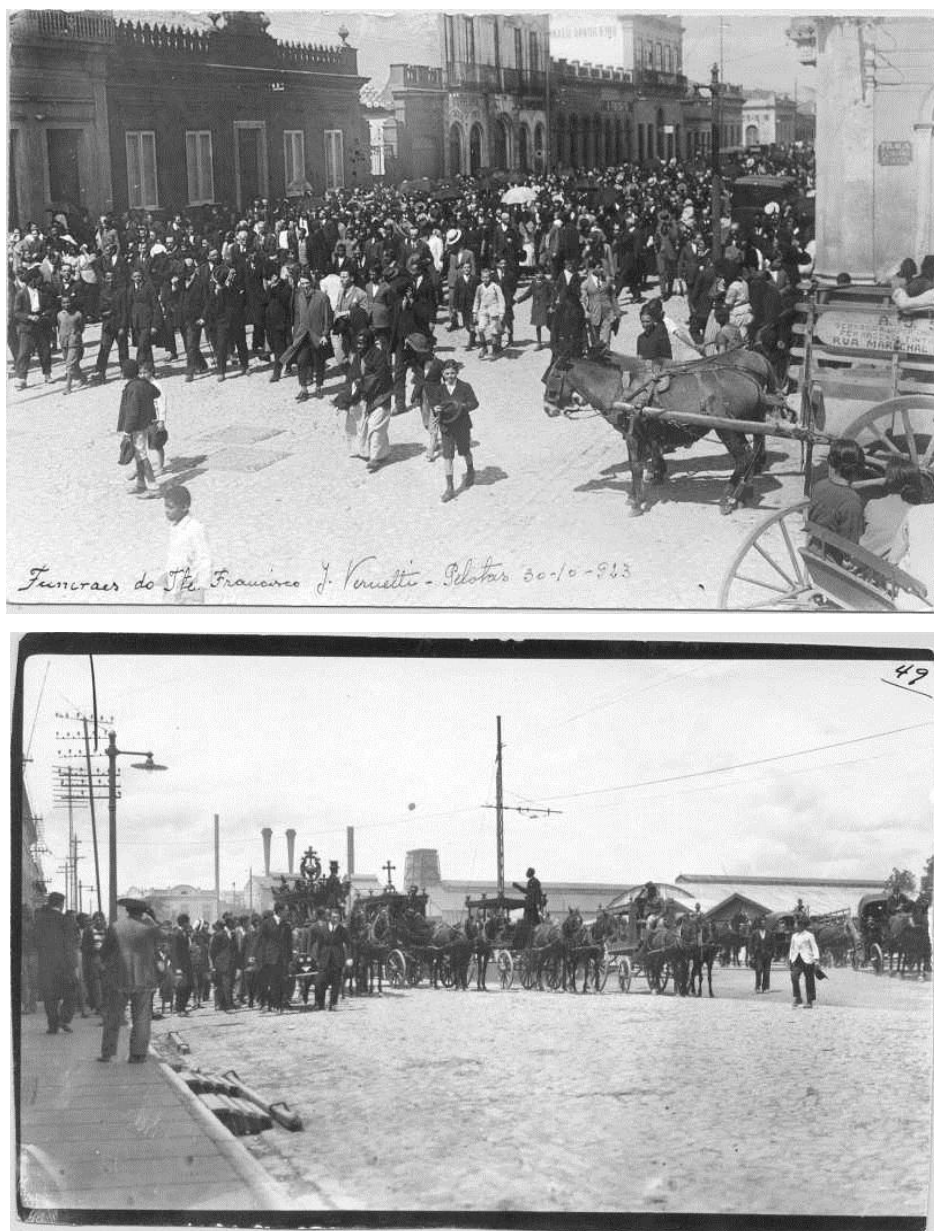


Figura 40: Cortejos fúnebres. Acima é possível ver o funeral do tenente Francisco J. Vernetti. 1923.
 Abaixo, as carruagens fúnebres pelas ruas de Pelotas. 1923.
 Fonte: Michelin e Santos (2000, p. 110 e 111).

A comercialização dos lotes para que as famílias pudessem sepultar seus defuntos em jazigos construídos no chão não previu uma ordenação com ruas de mesma largura e lotes de dimensões iguais. Pelo contrário, as famílias que possuíam um maior poder aquisitivo adquiriam terrenos maiores e rompiam com a malha dentro das quadras. As travessas da cidade cemiterial se desenvolveram a partir da ocupação que lembrava a história do início da colonização brasileira, quando a edificação era o fator determinante nas ruas.

Segundo Reis Filho (2014), no Brasil colônia, as vias eram conformadas a partir da construção das casas no alinhamento predial e nos limites laterais do terreno. Nos quadros de sepultamento da necrópole ocorreu o mesmo. Após a venda do lote mortuário e da indicação de onde a sepultura deveria ser construída, o túmulo era erigido por pessoas contratadas pelas famílias do finado. Sem um gabarito a ser seguido, os jazigos ficavam desalinhados e iam formando travessas da mesma maneira. No Quadro Velho, por exemplo, pode-se identificar que as ruas internas aos quarteirões não seguiram um alinhamento preciso (Figura 41).

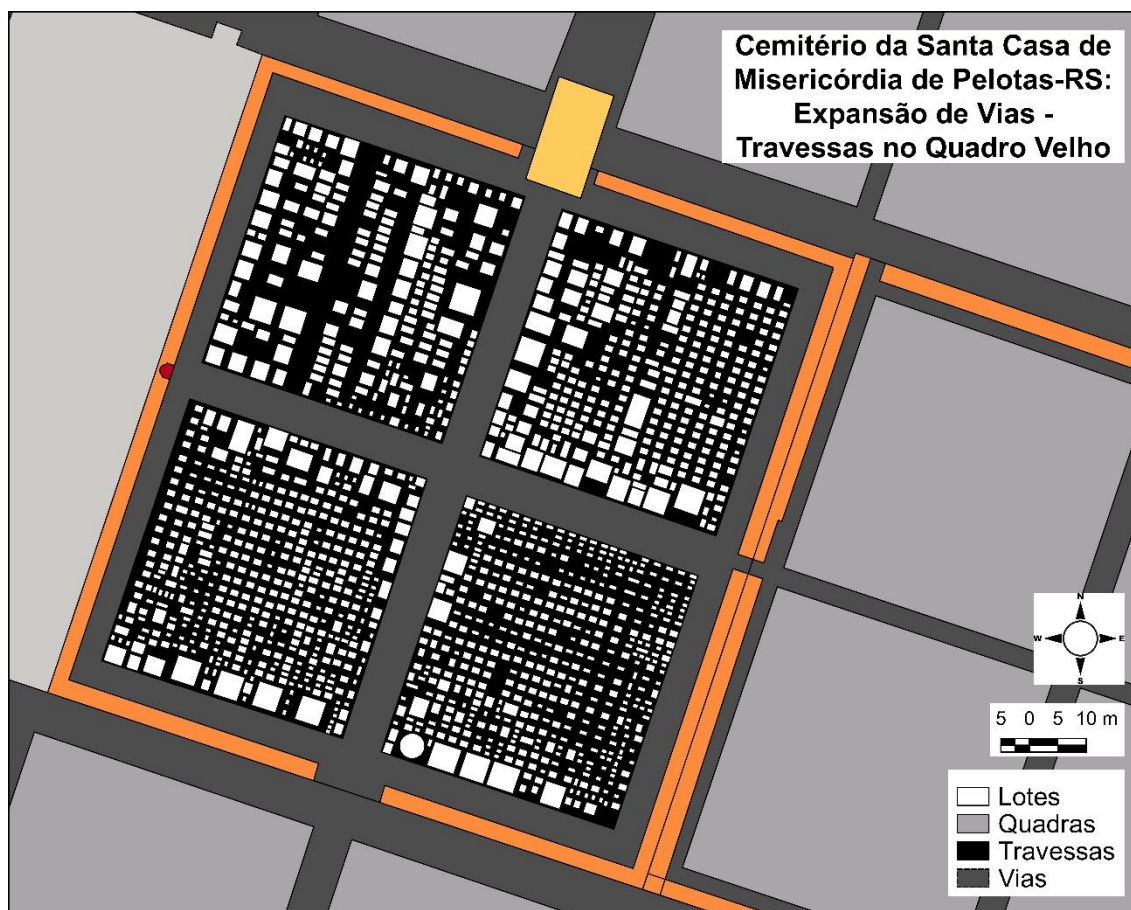


Figura 41: Travessas no Quadro Velho, formadas após a construção dos túmulos.
 Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base, na imagem de satélite do Cemitério da Santa Casa (IMAGEM..., 2012), no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017) e em Nascimento (1987). 2018.

A variação no tamanho dos túmulos, bem como seus desalinhamentos, acarretou na conformação de travessas com larguras diversas. Elas eram paralelas às avenidas principais, mas acabavam sofrendo variações. Isso provocava a interrupção de algumas ruas dentro dos quarteirões, o surgimento de outras que não possuíam uma ligação direta com as avenidas e algumas que contornavam as sepulturas e seguiam seu trajeto com pequenas variações. Além disso, sua largura

reduzida lembravam as vias locais identificadas por Santos (1988). Nelas, o tráfego se daria por pedestres e veículos com velocidade reduzida. Na necrópole, as travessas seriam utilizadas pelos familiares dos mortos sem o uso de veículos ao carregarem os caixões até o sepulcro.

A mesma organização se fez presente no restante da cidade cemiterial. Ela pôde ser vislumbrada no Quadro de Chão, no Cemitério Protestante e no Cemitério Israelita, que preservaram os sepultamentos em jazigos no solo sem o uso de catacumbas em seus quarteirões (Figura 42). Em algumas quadras com travessas mais definidas que em outras devido à maior ou à menor presença de sepulturas. A cada novo morador que chegava na necrópole, novos lotes eram inseridos nas quadras e novas travessas se formavam. Isso fez com que as ruas se constituíssem e os espaços de ricos, pobres, católicos e não católicos se interligassem na dimensão setorial da urbe.

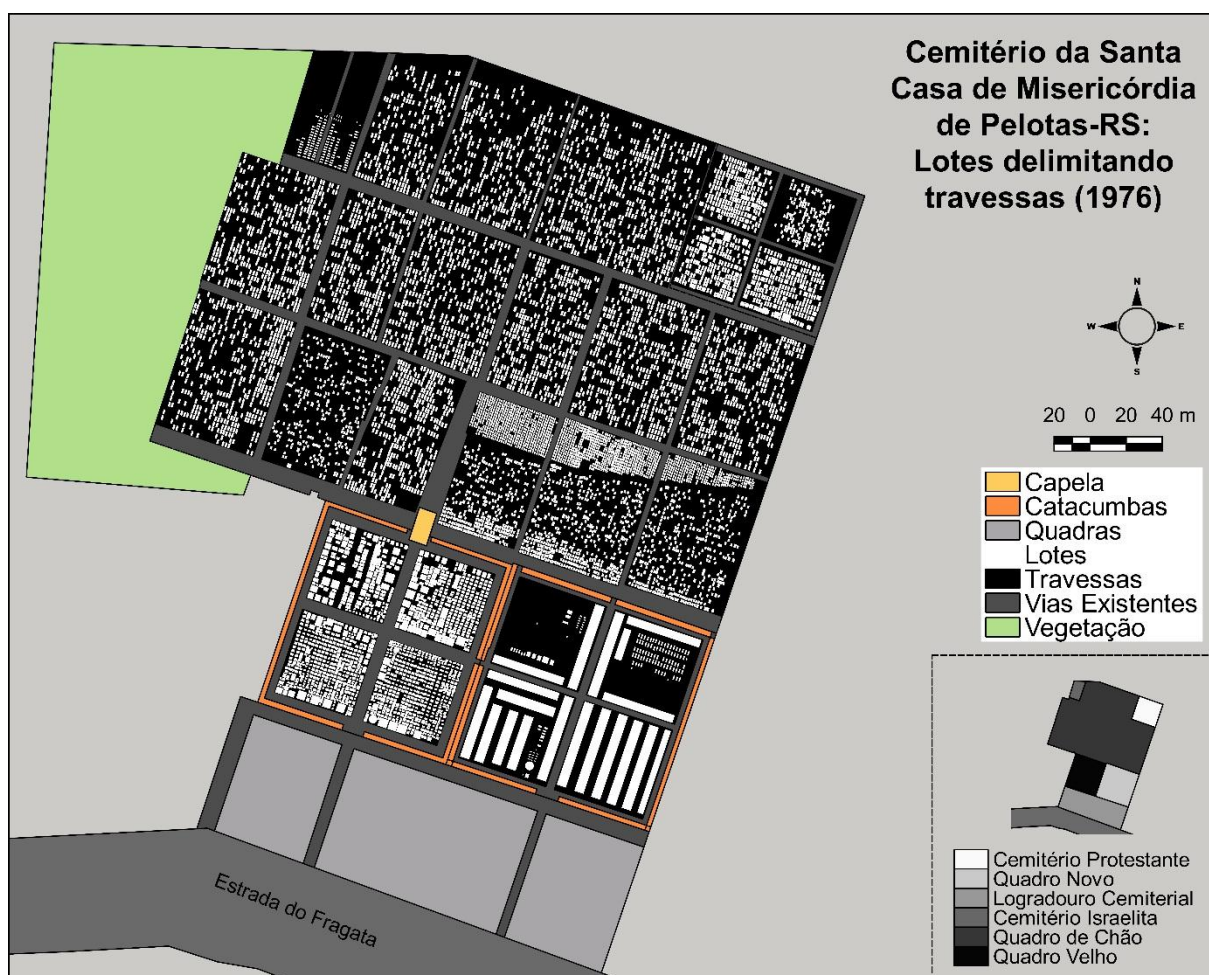


Figura 42: Lotes delimitando travessas em 1976.⁴⁰

Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base no Aerofotogramétrico de Pelotas (AERO..., 1965), na imagem de satélite do Cemitério da Santa Casa (IMAGEM..., 2012),

⁴⁰ Consultar Apêndice B para uma melhor visualização da imagem.

no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017) e em Nascimento (1987). 2018.

A cidade dos mortos desenvolveu-se em sua dimensão setorial tendo como referência a antiga cidade romana. Utilizando avenidas mais largas que se cruzaram e formaram quarteirões destinados aos sepultamentos, além de vias de circulação entre os quarteirões e as catacumbas, os lugares da necrópole foram interligados. Começando no povoado e chegando à cidade cemiterial, as ruas expandiram-se e ocuparam o terreno do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia. Algumas apresentando características de vias de maior fluxo e outras de menor circulação.

Internamente aos quarteirões, travessas também se formaram. Elas ficaram paralelas às avenidas e permitiram a circulação junto às casas dos mortos. Sofrendo variações devido ao desalinhamento, às dimensões e à presença dos túmulos, essas ruas menores não seguiram um plano urbano semelhante ao determinado pela Irmandade da Santa Casa para o restante da necrópole. Sua conformação ocorreu a partir das construções feitas para os defuntos. Tanto as avenidas quanto as travessas permitiram que a cidade dos mortos se desenvolvesse na escala da rua, assim como na cidade dos vivos.

3.3 Dimensão urbana

Após a instalação do arraial cemiterial e as sucessivas transformações que o tornaram um povoado e tempos depois uma cidade, o sistema viário que se formou pelo terreno do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas passou a delimitar espaços a partir do cruzamento das ruas. Assim como ocorria na cidade dos vivos, onde o encontro de no mínimo três vias gerava um quarteirão, no cemitério verificou-se o mesmo. Ao se interseccionarem, as ruas originaram as diversas quadras que foram destinadas ao sepultamento dos moradores da necrópole.

O quarteirão foi um dos elementos identificados por Lamas (2000) para poder analisar a cidade na escala de bairro. Juntamente com a quadra, o autor também utilizou o traçado, a praça, o monumento, os jardins e as áreas verdes para suas investigações. Contudo, para o estudo da cidade dos mortos, apenas alguns desses elementos são relevantes. O quarteirão, por possibilitar o loteamento da cidade cemiterial desde o seu princípio e por ordenar o espaço sepulcral juntamente com as ruas, e as áreas verdes que se formaram, seja para uma separação entre as áreas ocupadas do cemitério e as vias que se formavam no entorno do terreno, seja como um espaço sem divisão e que serviria para loteamentos futuros.

Uma das primeiras modificações que a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia fez no terreno do cemitério foi a divisão do Quadro Velho. O parcelamento pretendia garantir um faturamento mensal à associação religiosa e também que as diferenças sociais existentes em vida se perpetuassem após a morte entre os defuntos. Resultante do cruzamento das duas avenidas inspiradas no *cardus maximus* e no *decumanus maximus*, os quatro primeiros quarteirões que existiram no povoado cemiterial seguiram uma conformação ortogonal com dimensões que os aproximavam de quadrados (Figura 43).

A ortogonalidade e a similaridade entre os quatro quarteirões lembravam uma retícula. Esse tipo de traçado passou a ser utilizado no século XIX como uma forma de contrapor a irregularidade do urbanismo da cidade colonial no Brasil (YUNES, 1995). Ao mesmo tempo, essa ortogonalidade sugeria a planta da Freguesia de São Francisco de Paula de 1815 (Figura 15), onde parte das primeiras quadras construídas possuíam a conformação próxima a um retângulo, resultando na trama heterogênea ressaltada por Yunes.

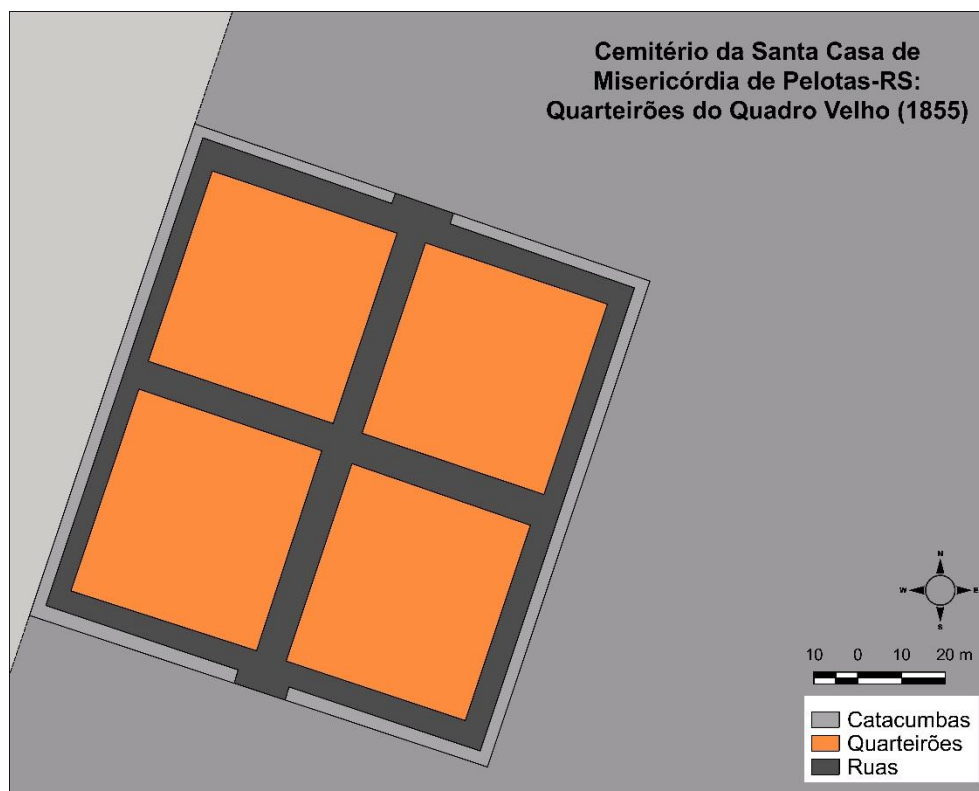


Figura 43: Quarteirões do Quadro Velho.

Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base na imagem de satélite do Cemitério da Santa Casa (IMAGEM..., 2012), no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017) e em Nascimento (1987). 2018.

Embora as primeiras quadras da cidade dos mortos sejam similares as da cidade dos vivos, elas diferenciaram-se por não terem sido originadas da mesma maneira. Segundo Marx (1991), a malha urbana dos aglomerados urbanos no Brasil resultava do cruzamento de ruas longitudinais mais largas com ruas transversais mais estreitas. Isso fez com que os quarteirões fossem distintos em seu comprimento e largura. O que resultava em formas retangulares, mesmo que com pequenas variações.

No povoado cemiterial, o uso de duas avenidas iguais para dividir o espaço destinado ao Quadro Velho gerou quadras semelhantes. Não havia a diferença entre ruas longitudinais e transversais como na cidade de Pelotas, por exemplo. Isso se daria internamente às quadras após a ereção dos túmulos. O Cemitério Protestante, situado a nordeste do terreno e delimitado desde as primeiras décadas da ocupação do terreno, seguiu a mesma organização que a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas adotou no Quadro Velho (Figura 44).

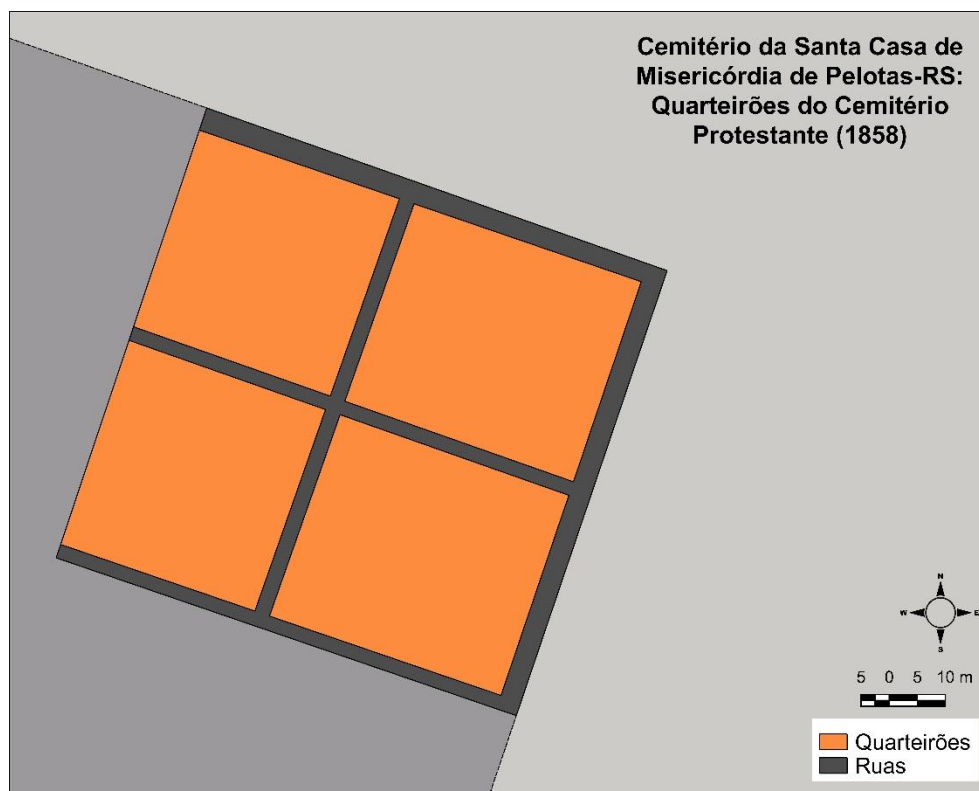


Figura 44: Quarteirões do Cemitério Protestante.

Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base na imagem de satélite do Cemitério da Santa Casa (IMAGEM..., 2012), no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017) e em Nascimento (1987). 2018.

Contudo, os quarteirões que se formaram não foram idênticos. Os que ficaram mais a leste do terreno possuíam sua largura maior que o comprimento. Os que ficavam a oeste mantiveram a similaridade entre as dimensões. Embora a intenção da confraria tenha sido de repetir o traçado do Quadro Velho, a malha urbana seguiu a organização vislumbrada no Brasil e na cidade de Pelotas. As quadras foram definidas pelo cruzamento de ruas diferentes. No caso do Cemitério Protestante, isso se deu pela localização do encontro das avenidas fora do centro da parcela do terreno destinado aos não católicos.

A diferenciação entre os quarteirões se tornou mais evidente quando a ocupação do terreno do cemitério passou por ampliações para atender pessoas livres e escravizadas. O aumento de 60 braças [132 metros] de comprimento que ocorreu além das catacumbas do Quadro Velho no ano de 1859 (LIVRO..., [entre 1859 e 1863])⁴¹, originou dois quarteirões que possuíam comprimento superior à largura (Figura 45). Essas quadras mais extensas lembravam a expansão que havia acontecido no ano anterior ao norte da Rua do Passeio, em Pelotas.

⁴¹ Cf. Ata do dia 4 de agosto de 1859.

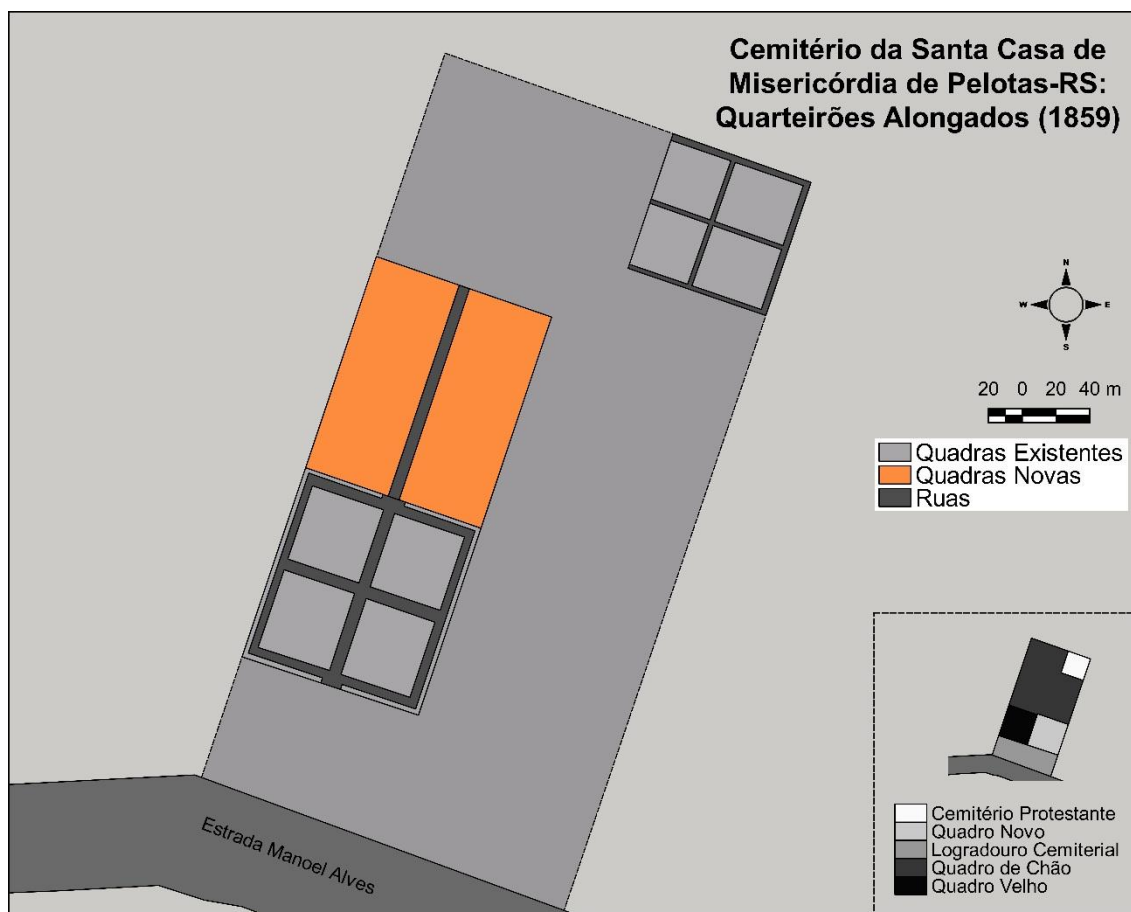


Figura 45: Quarteirões alongados (1859).

Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base nas atas do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (LIVRO..., [entre 1859 e 1863]), na imagem de satélite do Cemitério da Santa Casa (IMAGEM..., 2012), no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017) e em Nascimento (1987). 2018.

Com a criação do Bairro da Luz em 1858 (Figura 18), as quadras que foram projetadas apresentaram uma diferença das demais existentes até aquele momento. A extensão dos quarteirões permitiu uma variação no parcelamento do solo, com a inserção de lotes mais largos a leste da Rua Augusta (atual Rua General Osório) e mais estreitos a oeste. Além disso, a distinção entre as dimensões dos terrenos seria uma manifestação das diferenças sociais entre as pessoas que passaram a ocupar o Bairro da Luz (SOARES, 2002).

No povoado cemiterial, a organização de quarteirões mais extensos não apresentaria as diferenças no futuro. Essa expansão para o recebimento dos mortos foi feita, como mencionado, para separar aqueles que eram ricos daqueles que eram pobres ou escravos. A colocação dos túmulos destinados aos menos afortunados atrás das catacumbas das irmandades religiosas deixou essa diferenciação evidente. As casas dos defuntos pobres seriam apenas vistas por aqueles que ultrapassassem o limite do Quadro Velho.

Os dois tipos de quarteirões evidenciados na organização do Cemitério da Santa Casa, o mais próximo de um quadrado e o mais retangular e extenso, foram repetidos diversas vezes sobre o terreno da cidade dos mortos. A cada intersecção que as ruas formavam, novas quadras se originavam e novos habitantes podiam ser recebidos para ocuparem sua última morada. As expansões ocorridas a partir de 1888 para a ereção de túmulos, seguiram em parte o modelo de quarteirões do Quadro Velho, aproximando-se de um quadrado (Figura 46).

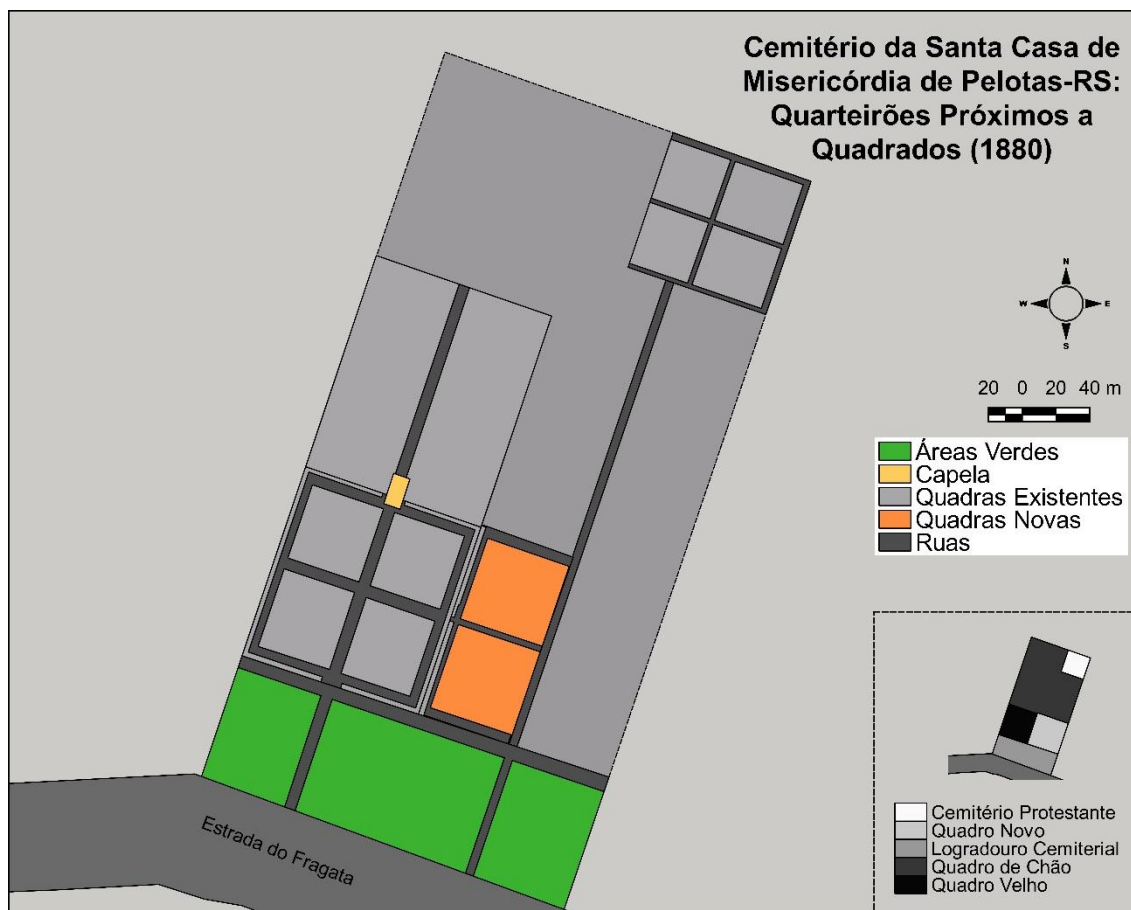


Figura 46: Quarteirões da vila cemiterial.

Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base Aerofotogramétrico de Pelotas (AERO..., 1965), nas atas do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (LIVRO..., [entre 1859 e 1863]), na imagem de satélite do Cemitério da Santa Casa (IMAGEM..., 2012), no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017) e em Nascimento (1987). 2018.

As duas quadras que originaram o Quadro Novo se assemelharam aos quarteirões existentes no Quadro Velho. Elas lembraram o segundo loteamento de Pelotas, onde a quadrícula da malha urbana foi preservada com o aumento das ruas longitudinais e o acréscimo de ruas transversais. Além dessa ampliação, outra também se deu no cemitério. As vias que foram demarcadas no logradouro

cemiterial caracterizaram o aparecimento de áreas verdes que por muito tempo não seriam ocupadas por sepulcros.

As três quadras que resultaram das ruas que permitiam o acesso aos diferentes pontos da necrópole a partir da Estrada do Fragata destinaram-se ao plantio de flores e tornaram-se um jardim em frente ao cemitério. O espaço arborizado deteve a atenção da Mesa da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas nos anos de 1903, 1907 e 1927, quando melhorias e cuidados com o local foram discutidos em reuniões que tinham como assunto o cemitério administrado pela organização religiosa (NASCIMENTO, 1987).

A presença dessas áreas verdes não teve a mesma função que os espaços arborizados presentes em Pelotas. Na cidade dos vivos, as praças e parques que existiam serviam, por exemplo, para que os moradores pudessem utiliza-los em momentos de lazer. Na vila cemiterial a função era outra. Ao mesmo tempo que local era arborizado para proporcionar certo tipo de embelezamento aos quarteirões do logradouro, eles serviam como uma barreira visual a quem estivesse fora do terreno, desde que as vegetações possuíssem altura favorável a essa finalidade.

No início do século XX, a urbanização da necrópole havia sido ampliada. O quadro novo recebeu duas outras divisões (Figura 47). Treze outros quarteirões foram demarcados no Quadro de Sepultamentos no Chão. Diferentemente dos demais, ele seguiu sua expansão com quadras mais retangulares, que possuíam extensão maior que a largura, obedecendo as parcelas iniciais desse espaço do terreno cemiterial. A exceção se fez presente apenas em um quarteirão a oeste do Cemitério Protestante, que possuía dimensões mais próximas de um quadrado.

A regularidade, no entanto, foi deixada de lado em alguns momentos. Duas quadras localizadas ao lado esquerdo dos fundos da capela de Nosso Senhor do Bonfim apresentaram uma de suas faces formando ângulos diferentes de 90 graus. A falta de ortogonalidade pode ter resultado de uma adequação realizada ao alinhar os túmulos. Como alguns dos sepulcros foram construídos fora do espaço destinado às quadras, era necessário incluí-los no alinhamento dos quarteirões.

A cidade cemiterial não possuía um plano de construção para as travessas, apenas para as ruas. Diante disso, os vivos edificavam a morada dos mortos em locais aproximados aos indicados pela administração do cemitério. Assim, alguns túmulos foram erigidos sobre as vias de circulação externas aos quarteirões. Sem uma fiscalização adequada, o fato acabou provocando o rompimento da

ortogonalidade das duas quadras. Com a tentativa de alinhar as construções existentes em um espaço delimitado, como foi feito em Fortaleza, as faces desses dois lugares e a rua que passava entre eles diferenciaram-se das demais.

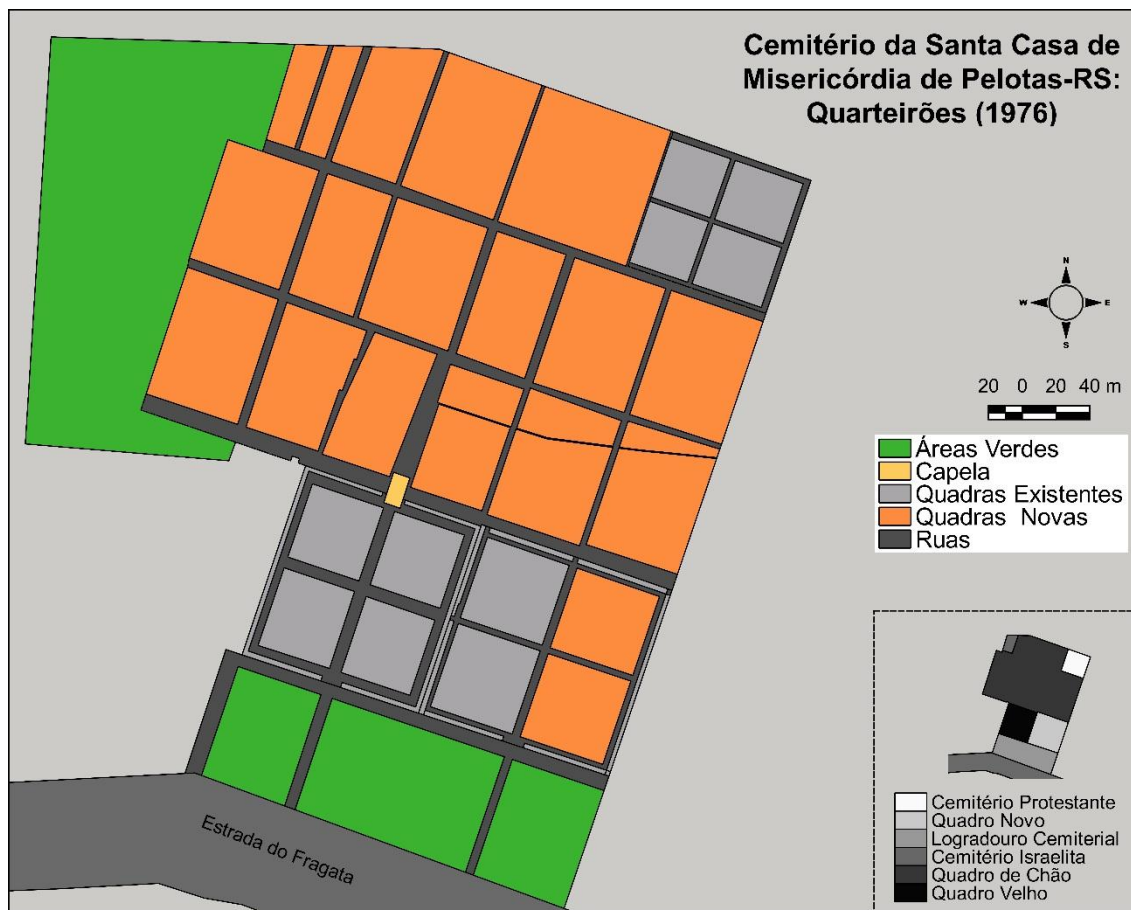


Figura 47: Quarteirões da cidade cemiterial.

Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base Aerofotogramétrico de Pelotas (AERO..., 1965), na imagem de satélite do Cemitério da Santa Casa (IMAGEM..., 2012), no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017) e em Nascimento (1987). 2018.

Além do Quadro de Sepultamentos no Chão, o Cemitério Israelita também foi conformado com quarteirões mais extensos e menos largos. Não com o mesmo intuito de proporcionar a pessoas de menor poder aquisitivo um espaço para a construção das moradas dos mortos, mas como uma representação da cultura do povo judeu. A disposição da quadra em forma retangular facilitaria a construção de futuras casas para os mortos tão logo preciso e obedeceria a separação entre homens e mulheres.

As transformações na cidade cemiterial de Pelotas desde seu surgimento em 1855 resultaram em uma organização urbana na escala de bairro que lembrou a cidade dos vivos. A utilização de quadras em forma de retícula empregada em Pelotas e outras cidades brasileiras no século XIX também conformou os quarteirões

da necrópole. Ainda no povoado cemiterial, o Quadro Velho foi dividido em quatro parcelas iguais, com largura e extensão semelhantes e seguindo a ortogonalidade obtida através da intersecção de ruas com dimensões análogas.

A mesma organização foi utilizada no Cemitério Protestante, com pequena variação e consequente alteração na largura de duas quadras. Contudo, a diferença entre as dimensões se tornou mais evidente na expansão ocorrida além das catacumbas das irmandades religiosas. Os quarteirões foram conformados com extensões maiores que as larguras, formando figuras retangulares sobre o terreno da necrópole. As duas formas de quadras vislumbradas foram então repetidas nas futuras divisões. O Quadro Novo foi ampliado com quarteirões mais quadrados enquanto que o Quadro de Sepultamentos no Chão seguiu a forma retangular.

O Cemitério Israelita fez uso do retângulo em suas quadras como forma de perpetuar a tradição judaica após a morte. Além dos locais destinados aos sepultamentos, os quarteirões também conformaram o logradouro cemiterial como um espaço destinado a uma área verde. Com isso, a retícula foi usada com pequenas variações durante os 121 anos de expansões da cidade cemiterial permitindo que a dimensão urbana da necrópole fosse organizada a partir do encontro das ruas que levavam os defuntos às suas sepulturas.

3.4 Dimensão territorial

As expansões pelas quais as cidades passaram anos após ano criaram espaços com determinadas características que auxiliaram a identificá-los. Isso ocorreu, por exemplo, através de seus usos, de fatos históricos ou a partir da identidade que as pessoas imbricaram nesses locais (CASTELLO, 2007). Quando tais fenômenos passaram a ser percebidos, os espaços puderam ser identificados como lugares, visto que possuíam particularidades que os diferenciavam de outros. Os bairros são um exemplo dessa distinção.

A cidade como um grande espaço composto de outros menores que representam diversos usos e significados aos quais está ligada (ARGAN, 2014) diferenciou seus moradores através dos bairros. Eles poderiam possuir desenhos urbanos mais ou menos elaborados; ser dedicados ao comércio, à indústria ou à moradia; possuir construções com materiais e acabamentos de maior ou menor qualidade; e tantos outros fatores. Isso fez com que seus moradores fossem identificados como habitantes de determinados lugares e ocasionou uma segregação social entre os vivos.

Na necrópole isso não transcorreu de forma distinta. Após a morte, as diferenças sociais se acentuavam. A igualdade existia apenas no discurso, pois os vivos projetavam na necrópole suas crenças, estruturas socioeconômicas e delimitavam os espaços dos ricos, da classe média, dos pobres e daqueles que possuíam diferentes religiões (BELLOMO, 2008a). Essa distinção se fez presente através dos bairros cemiteriais que se formaram com a evolução da malha urbana e a chegada de novos moradores aos campos santos.

Na cidade cemiterial de Pelotas, a segregação não ocorreu de imediato. Contudo, não tardou a acontecer. Quando o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas foi aberto em 1855, as catacumbas provisórias construídas para receber as pessoas acometidas pela cólera não diferenciaram ricos de pobres, católicos de não católicos ou brancos de negros. O que se buscava nesse primeiro período de existência da necrópole era levar os mortos para o local mais longe possível e, assim, tentar minimizar a propagação da doença e suas consequências sobre a população pelotense.

Enquanto os sepultamentos eram feitos às pressas, foi possível verificar uma igualdade após a morte, mesmo que temporariamente. Porém, as diferenças começaram a aparecer em pouco tempo. Quando a associação religiosa deu início a

divisão do terreno do cemitério, o primeiro espaço organizado foi o Quadro Velho (Figura 48). Com vias de circulação amplas entre os quarteirões, ele foi ocupado por moradores que, em vida, dispuseram de grande poder aquisitivo. Tal fato permitiu que suas famílias comprassem terrenos perpétuos para a construção dos túmulos.

Os valores despendidos para as aquisições variavam conforme a posição que a parcela fundiária ocuparia dentro das quadras, e poderiam chegar a 1 conto de réis se a ocupação fosse de 200 palmos quadrados (44 metros quadrados) ou terem seus valores reduzidos a até 100:000 réis, dependendo do tempo de concessão e da localização (Anexo B) (LEGISLAÇÃO..., [entre 1846 e 1922])³⁷. As altas taxas cobradas pela Irmandade da Santa Casa não permitiam que qualquer defunto habitasse o Quadro Velho. A segregação socioeconômica passava a prevalecer após a morte.

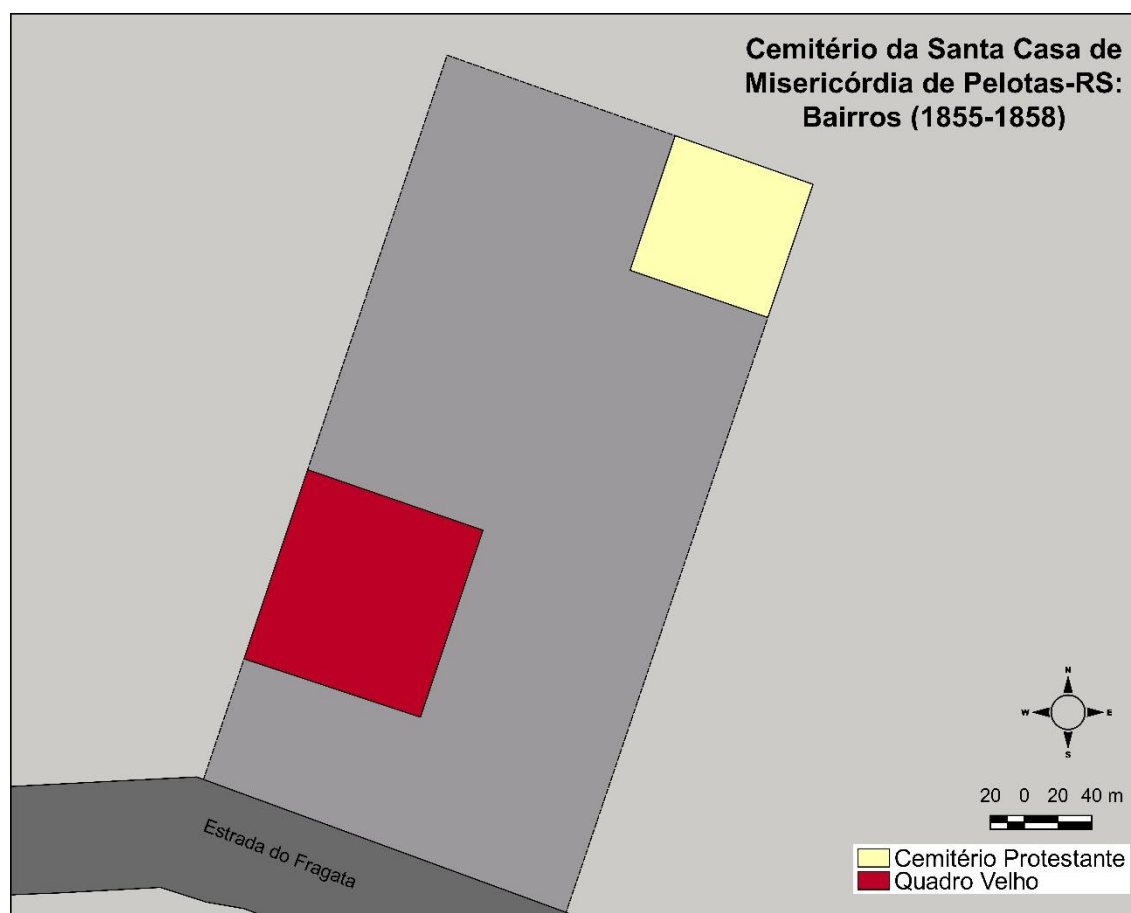


Figura 48: Quadro Velho e Cemitério Protestante.

Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base na imagem de satélite do Cemitério da Santa Casa (IMAGEM..., 2012), no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017) e em Nascimento (1987). 2018.

O local, que com o tempo ficou conhecido como Cemitério das Elites⁴², se diferenciou por apresentar avenidas amplas e arborizadas como a que dava acesso à Capela de Nosso Senhor do Bonfim (Figura 49). A intenção era reproduzir na cidade dos mortos ruas com vegetações que garantissem locais mais aprazíveis e a purificação do ar através das árvores. Assim, possivelmente as doenças não se propagariam e não acometeriam os vivos que fossem ao cemitério. Mesmo que o plantio de palmeiras tenha sido realizado em 1929, em 1858 foram colocados umbus e outras vegetações frutíferas no campo santo (NASCIMENTO, 1987).

Além das avenidas e da vegetação, o Quadro Velho também se destacou por possuir túmulos com grandes dimensões e com diversas ornamentações. Isso permitia que as famílias demonstrassem seu poder econômico. O resultado foi a ereção de mausoléus e monumentos funerários como morada para os finados conforme os terrenos eram comercializados (Figura 50). A ideia de construções grandiosas foi copiada anos depois em outro quadro de sepultamento. Mas antes, a separação oriunda de diferentes religiosidades se fez presente na cidade cemiterial.

Juntamente com a segregação que determinava um local específico para o sepultamento dos ricos, outro bairro foi demarcado. Dessa vez para separar aqueles que seguissem diferentes religiões. O Cemitério Protestante (Figura 48) refere-se à parcela de terreno que consta no regulamento do cemitério como destinada a quem não fosse católico (Anexo B) (LEGISLAÇÃO..., [entre 1846 e 1922])⁴³. Deveria, portanto, receber pessoas que frequentassem as demais religiões. Mas a alta concentração de moradores que seguiam os ensinamentos de Martin Lutero caracterizou o lugar como sendo vinculado apenas ao protestantismo.

As sepulturas construídas para receberem os defuntos do Cemitério Protestante foram menos luxuosas. Elas tinham pouca altura, eram mais horizontalizadas e não faziam muito uso de estátuas (Figura 51), embora algumas sepulturas as possuíssem. Mesmo que existissem catálogos com ornamentações e estatuárias para serem colocados nos túmulos, a preocupação dos descendentes de

⁴² A referência ao Quadro Antigo do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas sofreu variações de acordo com o cemiteriólogo que desenvolveu o estudo. Carvalho (2005) utilizou os termos “Cemitério dos Ricos”, “Parte Antiga do Cemitério” e “Quadro Antigo”. Lucas (2006) faz referência ao “Cemitério Antigo das Elites. Já Costa (2015) refere-se ao espaço como “Quadro Antigo”. Segundo Bellomo (2008a), os túmulos maiores e mais ricos pertencem às elites locais. O que fica evidente no Quadro Velho do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Por isso, em alguns momentos da dissertação, foi utilizada a designação “Cemitério das Elites”.

⁴³ Cf. Lei nº 816 de 30 de outubro de 1872.

alemães era de preservar o *Kultur*⁴⁴ (ARAÚJO, 2008). E isso ocorria inclusive após a morte, com inscrições feitas na língua alemã nas lápides dos jazigos.



Figura 49: Avenida de acesso à Capela de Nosso Senhor do Bonfim. Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Foto de Anderson Pires Aires. 2017.



Figura 50: Túmulos no Cemitério das Elites – Mausoléu da família Curi Hallal (s.d.) (E) e monumento funerário da família Sica (s.d.) (D). Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Mas as construções desse espaço apresentavam outra diferenciação em relação aos demais lugares do cemitério. O uso de “cabeceiras proeminentes”

⁴⁴ Representado pela perpetuação da linguagem e da cultura alemã.

(Figura 52) (CASTRO; VIANA, 2008) nas sepulturas rasas imbricava um destaque a esses jazigos. Mesmo que utilizassem outros elementos como cruzes ou construíssem mausoléus, o uso das cabeceiras permitia que a paisagem cemiterial alemã possuísse um nivelamento dos túmulos e, ao mesmo tempo, o destaque frente aos que não faziam uso desse elemento construtivo (CASTRO; VIANA, 2008).



Figura 51: Sepulturas do Cemitério Protestante.
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Foto de Anderson Pires Aires. 2017.



Figura 52: Cabeceiras proeminentes em túmulos alemães.
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Foto de Anderson Pires Aires. 2017.

Destinado a ser um bairro marginalizado na organização da necrópole, o Cemitério Protestante fez uso dessa exclusão para se diferenciar e fortificar a cultura de seus mortos. Além desses dois bairros, outro foi organizado a partir de 1893. O Quadro Novo (Figura 53) foi demarcado ao lado do Cemitério das Elites e destinado a pessoas de classe média. Os defuntos desse espaço provavelmente foram pessoas de médio poder aquisitivo e que não desejavam ou não podiam arcar com as despesas necessárias para a compra de um lote perpétuo conforme as determinações do regulamento do cemitério.

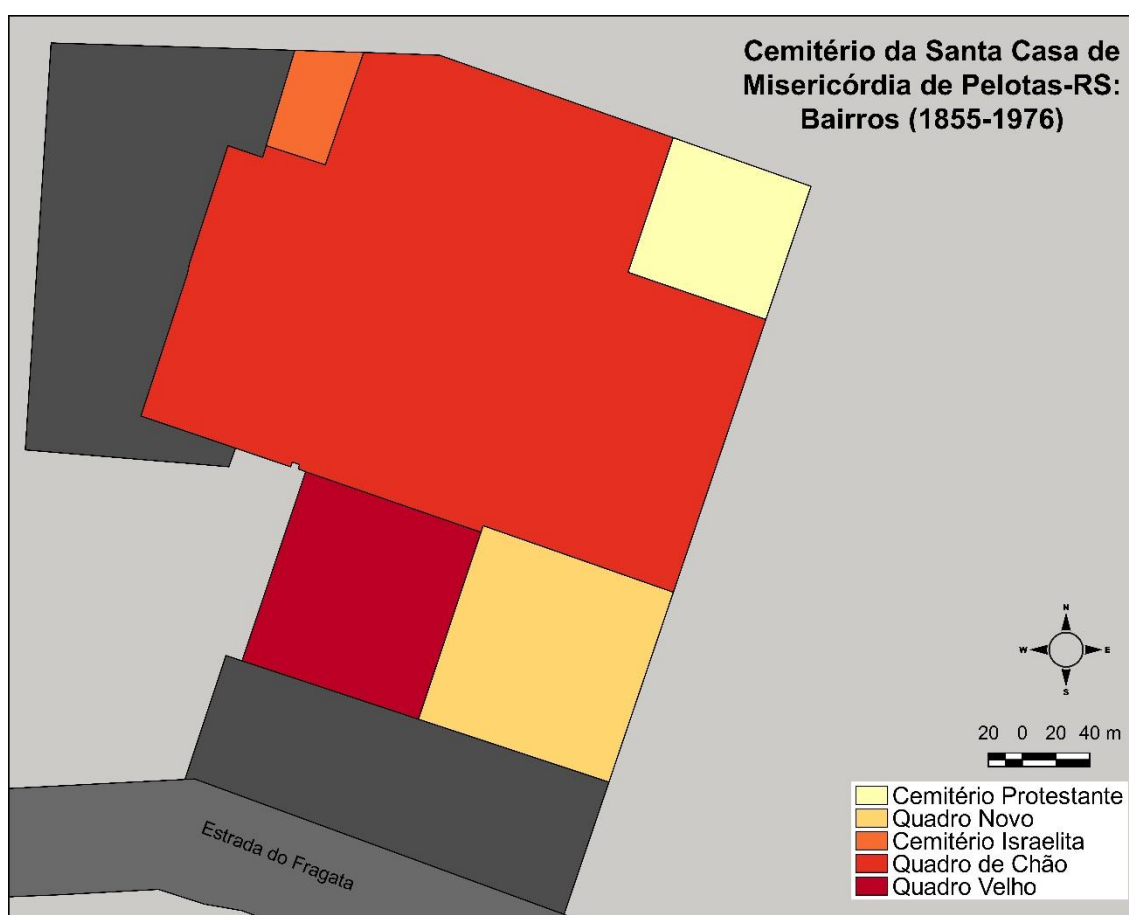


Figura 53: Quadro Novo, Cemitério de Chão e Cemitério Israelita, juntamente aos demais.
 Fonte: Elaborado por Anderson Pires Aires com base Aerofotogramétrico de Pelotas (AERO..., 1965), na imagem de satélite do Cemitério da Santa Casa (IMAGEM..., 2012), no MUB de Pelotas (MAPA..., 2017) e em Nascimento (1987). 2018.

Como o regulamento previa a venda de terrenos por 20 ou 50 anos, com valores de 600:000 e 800:000 réis respectivamente (Anexo B) (LEGISLAÇÃO..., [entre 1846 e 1922])⁴⁵, essa deve ter sido a alternativa encontrada pela classe média da cidade de Pelotas para garantir aos falecidos um local no campo santo. O fato de

⁴⁵ Cf. Lei nº 816 de 30 de outubro de 1872.

não possuírem terrenos perpétuos não a impediu de investir em ornamentações nos túmulos de seus mortos. Assim como os sepultados do Quadro Velho, os do Quadro Novo fizeram uso de catálogos para erigirem seus sepulcros.

A partir da Figura 54 é possível observar que os túmulos mais modestos da classe média lembravam os dos ricos. Na parcela ao fundo da imagem pode-se perceber as alturas das construções e suas semelhanças com as do Quadro Velho, que estão em primeiro plano. Mesmo que a tentativa de copiar os ricos tenha sido realizada, ela deixou de acontecer conforme as concessões acabavam e não eram renovadas. Tal fato permitiu que as sepulturas do Quadro Novo fossem destruídas e o espaço reedificado de outra forma.



Figura 54: Sepulturas no Quadro Velho (em primeiro plano) e no Quadro Novo (ao fundo).
Fonte: Carriconde (1922). [Imagem cortada e ampliada para facilitar a visualização]

Diante da necessidade de locais para receber corpos, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas aproveitou o fim das concessões para erigir novos sepulcros no bairro da classe média e assim obter um maior faturamento. As mudanças ocorreram entre os anos de 1929 e 1972, período no qual foram construídas 2.024 novas catacumbas (NASCIMENTO, 1987). Isso fez com que o Quadro Novo passasse a ser conhecido por essas edificações. Além desses três bairros, a cidade cemiterial também foi ocupada por pessoas pobres, cujos sepultamentos realizavam-se em túmulos mais simples.

O Quadro de Chão (Figura 53) representou o bairro cemiterial com maior ocupação no terreno do cemitério. Ele começou a ser organizado no ano de 1859 com a demarcação de duas quadras para sepultamento de livres e negros (NASCIMENTO, 1987) e desde então foi ampliado por diversas vezes. Ocupando um total de 15 quadras, o bairro dos pobres não contou com a presença de grandes construções ornamentadas com as diversas possibilidades que se apresentavam nos catálogos oferecidos às famílias dos ricos e da classe média.

Os sepultamentos desse bairro podiam ocorrer diretamente no chão, sem que nenhuma edificação fosse feita sobre ela, ou recebiam construções de traços simples, com materiais mais populares e de qualidade inferior aos usados nas demais construções. O desenho urbano seguia o exemplo dos outros quadros, mas sem a utilização de calçamentos nas vias de circulação (Figura 55). Com isso, o crescimento de vegetações entre as sepulturas ocorria de forma descontrolada e, muitas vezes, eles ficavam escondidos.



Figura 55: Quadro de Chão, o bairro dos pobres.
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Foto de Anderson Pires Aires. 2017.

De certa forma, o crescimento desordenado dessa vegetação seria um possível foco de doenças e iria contra as determinações que deram origem à cidade cemiterial em 1855. O local não partilhou de maiores preocupações por parte da administração do campo santo. Sua manutenção ficou a cargo dos parentes daqueles que eram sepultados nesse bairro. Com o tempo, os corpos foram esquecidos nessa parcela da necrópole e as limpezas passaram a acontecer apenas

em datas como o Dia de Finados. Com isso, os moradores do Quadro de Chão viram suas moradas serem destruídas pela ação do tempo ano após ano.

Apesar de ter sido destinado aos pobres, possivelmente os negros também continuaram sendo enterrados nesse espaço. E isso pode ter proporcionado a ereção de uma cruz destinada ao culto das práticas religiosas afrodescendentes. Uma cruz de concreto (Figura 56) foi erguida a oeste das quadras ampliadas em 1869. Assim, as oferendas e pedidos às entidades passaram a ser depositados sobre o patamar que sustentava o objeto. Isso permitiu que a presença do negro, muitas vezes esquecida na história de vivos e de mortos se tornasse presente aos olhos daqueles que andassem pelas ruas do cemitério.

O último bairro a se formar na cidade cemiterial foi o Cemitério Israelita (Figura 53). Assim como o Cemitério Protestante, ele ficou na periferia da cidade cemiterial. Sua construção transcorreu após a compra do terreno por Miguel Galanternick no ano de 1922 e o primeiro enterramento foi de sua irmã, Ida Galanternick, no mesmo ano (GALANTERNICK, s.d.). O lugar destinado aos judeus representou uma parcela a parte da necrópole onde as tradições judaicas foram seguidas e garantiram uma identidade ao espaço.



Figura 56: Cruz para práticas religiosas afrodescendentes.
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Foto de Anderson Pires Aires. 2017.

Com construções que não possuíam grandes diferenciações entre si, o Cemitério Israelita se desenvolveu em duas quadras de modo que a igualdade entre os mortos ficasse garantida e que homens e mulheres ficassem separados, conforme a tradição do povo judeu. Os túmulos não possuíam ornamentações, tinham pouca altura e traziam grafados neles inscrições em *idish*⁴⁶, hebraico ou português (Figura 57). Diferentemente do Cemitério de Chão, o dos judeus teve sua avenida principal calçada e a manutenção das quadras e dos túmulos ficou a cargo do Centro da Sociedade Israelita Pelotense.

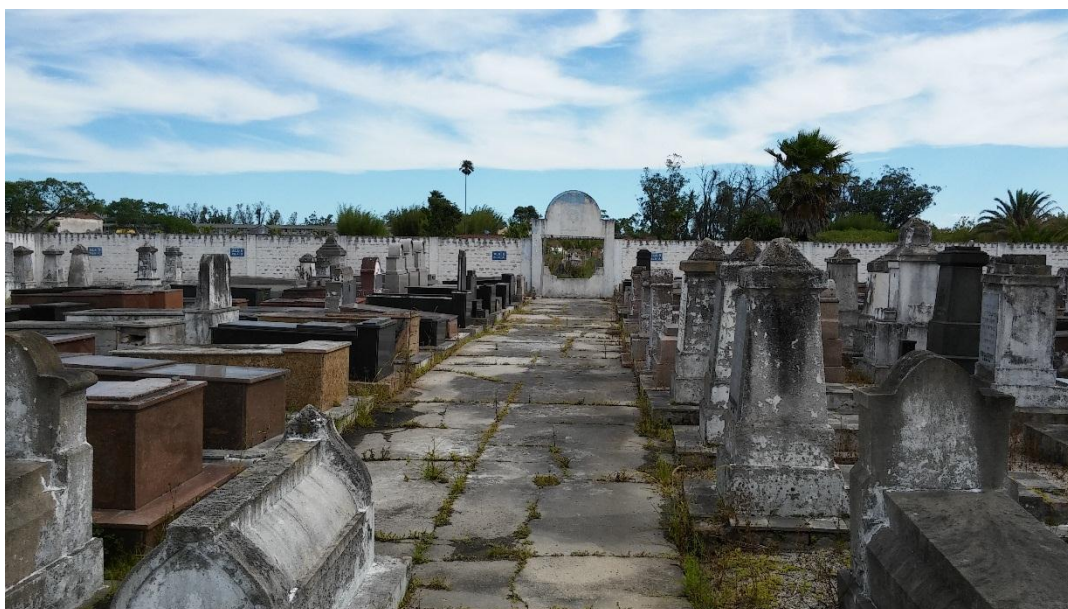


Figura 57: Cemitério Israelita.
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Foto de Anderson Pires Aires. 2016.

Assim como o bairro dos alemães, o dos judeus buscou na sua marginalização uma maneira de garantir que a tradição dos mortos fosse respeitada e seguida geração após geração. Assim, o lugar teria características que o diferenciaria dos demais quadros de sepultamento do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Com entrada inicial que era alcançada passando pelo Cemitério de Chão, com o tempo os frequentadores do Centro da Sociedade Israelita Pelotense passaram a acessar o cemitério dos judeus através de uma rua externa ao cemitério, individualizando o contato entre os moradores desse e dos demais quadros.

Um pouco diferente do que se realizou em cidades como Pelotas, onde os bairros se formaram após planos de higienização dos centros das metrópoles, na

⁴⁶ Língua falada pelos judeus na Europa Oriental.

cidade cemiterial pelotense isso ocorreu conforme o terreno foi sendo ocupado e de maneira que garantisse a separação entre pessoas de diferentes classes sociais e religiões. Não houve empresas que trabalharam no loteamento e comercialização de terrenos como nos empreendimentos que deram origem a bairros como o Py Crespo, o Cruzeiro, o Lindóia, o Fragata e as diversas vilas que se formaram em Pelotas após o ano de 1950 (SOARES, 2002; MOURA, 2006).

Os bairros da cidade cemiterial foram construídos conforme a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas recebia os corpos e buscava, além de lucrar com os enterramentos, garantir que as diferenças socioeconômicas e religiosas permanecessem. Garantindo que primeiramente os ricos fossem instalados no terreno, a associação religiosa criou o Quadro Velho. Após, marginalizou os não católicos com criação do Cemitério Protestante nos arrabaldes do terreno. E reservou uma parcela aos livres e escravos que, anos depois, resultou no Quadro de Chão e foi destinado aos pobres.

Além desses bairros, outro dedicado aos defuntos de classe média foi construído, destruído e reconstruído. Isso decorreu em virtude de concessões temporárias de sepultamentos feitas no Quadro Novo e cujas construções puderam ser desfeitas. Por fim, os judeus também foram marginalizados no terreno do campo santo e utilizaram essa exclusão para erigir um bairro que mantivesse a tradição desse povo e que apresentou características próprias que o diferenciou dos demais bairros da cidade cemiterial pelotense.

A partir das expansões propostas por parte da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, os cinco bairros que foram construídos buscaram diferenciar seus finados conforme ocorria na cidade dos vivos. Ricos foram inumados separados dos pobres. Católicos ocuparam lugares distintos dos não católicos. O tratamento dado às vias de circulação e às edificações não foi o mesmo. Com isso, as famílias representaram na cidade cemiterial as características que os distinguiam em vida e que permaneceram após a morte.

4 ARQUITETURA DA CIDADE CEMITERIAL

4.1 Tipologias tumulares⁴⁷

Juntamente com as mudanças que proporcionaram o crescimento urbano da necrópole, transformações na arquitetura foram experimentadas, fazendo com que diferentes casas sepulcrais fossem erigidas e replicadas. Podiam ser horizontalizadas ou verticalizadas e ser exemplares construídos a partir de catálogos ou cópias feitas através da observação do que já havia sido feito. Algumas eram mais ornamentadas que outras e ocupavam lotes variados. A diversidade de construções que existiu possibilitou a identificação de 20 tipologias arquitetônicas tumulares na cidade cemiterial. A diferença resultou do anseio dos vivos de representar no campo santo variações semelhantes às que aconteciam na urbe.

Em Pelotas, por exemplo, existiam casas de um pavimento, sobrados, grandes residências pertencentes aos endinheirados cuja finalidade era a habitação. Além dessas variedades, havia construções como bancos, teatros, igrejas e lojas destinados ao comércio, ao lazer e à prática religiosa. Assim como se deu na urbe, caberia às famílias construir no cemitério distintas arquiteturas para a última morada dos mortos. Porém, isso não ocorreu inicialmente. A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas foi responsável pela primeira tipologia arquitetônica erigida.

A catacumba⁴⁸ (Figura 58) era utilizada pelas confrarias para o enterramento de seus irmãos e circundava os quadros de sepultamentos dos cemitérios. Composta por um módulo que se repetia horizontalmente, era composta por três ordens verticais. A mais inferior e a intermediária destinadas aos adultos e a superior, dividida em duas, às crianças. Seu ponto mais alto recebia a identificação da irmandade à qual pertencia ou uma cruz para representar a religiosidade cristã. Com o tempo, passou a apresentar três ou quatro ordens verticais sobrepostas, sem a diferenciação entre adultos e crianças.

Essa tipologia sofreu uma variação e passou a ser construída no interior dos quadros de sepultamento, sem estar vinculada a uma irmandade. A catacumba unitária (Figura 58) constituiu-se a partir de um módulo vertical de catacumbas.

⁴⁷ As tipologias arquitetônicas abordadas nesse capítulo foram também tratadas no artigo **Arquitetura tumular na necrópole oitocentista**. Variações tipológicas na cidade cemiterial de Pelotas-RS, publicado na **Arquisur Revista**, ano 7, nº 12, dez. 2017.

⁴⁸ Essa e as demais tipologias arquitetônicas variaram quanto ao tipo de inumação (primária e secundária). Para evitar a repetição ao longo do texto, os tipos de sepultamentos foram especificados no Apêndice C.

Mantendo as três ordens sobrepostas verticalmente, ela não proporcionou uma diferenciação entre adultos e crianças. A construção recebia em seu ponto mais alto a presença de uma cruz e podia ter quatro ordens sobrepostas.



Figura 58: Catacumba (s.d.) (E) e catacumba unitária (1961) (D).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

A partir da venda de terrenos na cidade cemiterial, as famílias puderam erigir diferentes sepulcros. Um exemplo foi a sepultura rasa (Figura 59), edificação tumular retangular com pouca altura, de linhas simples e sem o uso de ornamentações. Se estas ocorriam, estavam em objetos secundários. Sua campa era livre de elementos ou com a presença de inscrições de identificação do defunto. Podia receber pedestais com uma cruz e floreiras ou pedras fundamentais verticais com a identificação do morto e palavras como “aqui jaz” (ARIÈS, 2012).

Nem sempre os mortos ficavam diretamente nas sepulturas rasas. Eles podiam estar sob a forma de aluguel nas catacumbas e, por fim, irem para os ossários. Construções que muitas vezes se apresentavam como pequenas casas (Figura 60). Eles representavam um depósito de ossos com forma retangular e menor dimensão em seu comprimento se comparada à sepultura rasa. Com altura menor que um metro, podia apresentar sua campa disposta de forma horizontal ou inclinada. Nela estavam as identificações do defunto, além de desenhos que remetiam à religiosidade cristã. Com o tempo, altares com cruzes e floreiras com motivos cristãos foram colocadas sobre as campas.



Figura 59: Sepultura rasa – com floreiras (s.d.) (E) ou pedra fundamental (s.d.) (D).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Como na arquitetura luso brasileira, onde casas térreas receberam um segundo pavimento e tornaram-se sobrados (REIS FILHO, 2014), o ossário ganhou um acréscimo que lhe garantiu altura maior e a inserção de uma cobertura de duas águas. O ossário casa (Figura 60) manteve a dimensão retangular, com mais de um metro de altura. Possuía uma abertura lateral para que os ossos pudessem ser colocados no interior da sepultura. Assim, a campa, agora representada pela cobertura, não precisava ser movimentada para a realização da inumação.



Figura 60: Ossário (1962) (E) e ossário casa (s.d.) (D).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Além das variações do ossário, outra tipologia de pequenas dimensões foi erigida no quadro de sepultamentos dedicado aos membros do Centro da Sociedade

Israelita de Pelotas. A carneira judaica (Figura 61) foi um tipo de edificação tumular de pouco comprimento e menor altura. Ela não recebia sepultamentos em seu interior. Era colocada sobre o solo após um ano judaico⁴⁹ do falecimento, seguindo as tradições israelitas. Seguindo as tradições judaicas de manter uma relação igualitária entre os judeus após a morte, ela não apresentava ornamentações (CARDOSO et al, 2008).



Figura 61: Carneira judaica (1922).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Foto de Anderson Pires Aires. 2017.

As quatro tipologias apresentaram-se com a ocupação de pequenas dimensões e sem elementos ou formas que permitissem grandes diferenciações entre elas. Mas os vivos endinheirados não buscavam uma igualdade através das edificações. Eles pretendiam evitar o nivelamento social após a morte (BASTIANELLO, 2016). Muitas vezes faziam isso em testamentos ou oralmente, deixando claro como queriam que seus sepulcros fossem edificados. Isso fez com que construções mais verticalizadas fossem arquitetadas, diferenciando os mais e os menos ricos e os pobres.

O jazigo capela compreendeu uma edificação composta de três volumes verticais. O central representou o corpo de uma igreja. Os laterais lembravam as torres do templo religioso. Suas coberturas variavam conforme a construção. Podiam ser com duas águas no volume central e planas nos laterais ou possuírem cúpulas em alguma das partes verticais (Figura 62). Esses volumes podiam receber cruzeiros perpendiculares a eles. O jazigo capela não apresentou local interno destinado à colocação de cruzeiros ou pequenos altares.

⁴⁹ Período de mais ou menos onze meses do calendário cristão.



Figura 62: Jazigo capela – com coberturas (s.d.) (E) e cúpula (s.d.) (D).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

O jazigo oratório (Figura 63) foi uma variação do jazigo capela, que contemplava um espaço no corpo central onde eram colocados elementos sacros como cruzes e imagens de santos. O local não se prestava para práticas religiosas por pessoas que visitavam a edificação tumular. Servia como receptor de velas e outros objetos, como flores, que fossem deixados na sepultura. Assim como o jazigo capela, a construção do jazigo oratório podia apresentar-se com coberturas de duas águas ou com cúpulas. Em ambos os casos, a presença da cruz dava-se em algum dos volumes.



Figura 63: Jazigo oratório – com coberturas (1901) (E) e cúpula (s.d.) (D).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Aos poucos, as construções mais horizontalizadas foram adquirindo características verticais. Ao mesmo tempo, as variações nas alturas das construções provocaram mudanças visuais. O predomínio da arquitetura mais baixa gradativamente diminuiu e edificações com alturas maiores destacaram-se aos olhos do observador na paisagem da necrópole oitocentista. Os sepulcros tornaram-se construções que lembravam monumentos arquitetônicos. Mesmo assim, sem proporcionar grandes projeções verticais sobre o lote mortuário.

A sepultura torre (Figura 64) apresentava um componente arquitetônico verticalizado sobre o túmulo, que podia chegar a dois metros de altura e não possuía elementos sobre ele. O espaço dedicado ao morto ficava abaixo da terra, com a torre acima da campa. Assim, o destaque da construção remetia ao elemento perpendicular e não ao lote mortuário. A tipologia variava quanto à presença da campa mais elevada do solo, sobreposta a uma construção retangular de pequena altura (Figura 64), comum no cemitério de origem judaica.



Figura 64: Sepultura torre (1939) (E) e sua variação (1948) (D).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Através do modelo básico da sepultura torre, mais dois exemplares foram construídos. Um deles foi a sepultura sacra (Figura 65), resultante da inserção de uma torre sobre a campa. A diferença foi que o ponto mais alto da construção recebeu uma cruz ou outras esculturas que representassem a religiosidade. Mesmo com pouca diferenciação da sepultura torre, a sepultura sacra permitiu a distinção entre arquiteturas que os vivos buscavam perpetuar nas ruas do cemitério.

A partir da sepultura sacra, outra modificação aconteceu. Isso fez com que a verticalização ficasse mais acentuada e fosse criada a sepultura oratório (Figura 65). Ela caracterizou-se pela inserção de um espaço sobre a torre que lembrava as capelas laterais das igrejas. Possuía uma cavidade interna onde imagens de anjos ou outras figuras sacras eram inseridas. A construção apresentava as quatro laterais abertas, com cobertura sustentada por quatro colunas dispostas nos cantos da base.



Figura 65: Sepultura sacra (1955) (E) e sepultura oratório (1876) (D).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Igualmente como na cidade dos vivos, com o tempo, e como último suspiro da arquitetura eclética⁵⁰, elementos como o pináculo da linguagem neogótica começaram a aparecer no cemitério. Eles foram utilizados nas quatro extremidades da cobertura que se apresentava sobre o oratório. Sem muitas ornamentações, garantiam maior verticalidade ao elemento de destaque da sepultura. O ponto central da cobertura da torre não seguiu a mesma referência neogótica. As agulhas não foram inseridas na construção. Um elemento pouco mais alto que o pináculo foi colocado para garantir o fechamento do oratório e receber uma cruz. Em alguns casos, a figura dos anjos era substituída por bustos do falecido na sepultura oratório.

As tipologias arquitetônicas apresentadas representaram, em sua maioria, túmulos utilizados por uma pessoa ou uma família. Exceto as catacumbas, destinadas aos irmãos das confrarias. Mesmo que as entidades tenham perdido associados após a proibição de sepultamentos dentro das igrejas e a instalação dos cemitérios municipais durante o século XIX, as catacumbas continuaram sendo

⁵⁰ Arquitetura que permitia a utilização de duas ou mais linguagens de outros períodos.

utilizadas. Fato observado na segunda metade dos 1800, quando as irmandades solicitavam novos terrenos para a construção de catacumbas no Cemitério da Santa Casa (Nascimento, 1987).

Com pedidos menos frequentes e a perda de pessoas associadas, algumas irmandades acabaram dissolvendo-se. Essa foi uma situação enfrentada pela Irmandade de São Miguel e Almas, que comunicou seu fechamento em uma Assembleia Geral Extraordinária (LIVRO..., s.d.)⁵¹. A decisão foi oficializada junto ao 1º Tabelionato de Pelotas e seus bens foram doados ao Asilo de Mendigos da cidade em 12 de junho de 1990 (CERTIDÃO..., 1990).

Com a extinção da irmandade, foi necessária a construção de um local para o sepultamento dos ossos dos irmãos que estavam nas catacumbas e que passaram a pertencer ao patrimônio do Asilo de Mendigos. O fato acarretou na ereção de uma nova tipologia arquitetônica tumular. Ela não podia ser de pequenas proporções para que pudesse receber todos os ossos que seriam transferidos para seu interior. Essa arquitetura poderia variar suas dimensões, sem que sua utilização fosse modificada.

O jazigo ossuário (Figura 66) surgiu como uma releitura do local de enterramentos das irmandades religiosas. Com linhas mais simples, possuía altura maior que dois metros. Seu ponto mais alto recebeu uma cruz. A identificação da irmandade à qual os mortos pertenceram ficava localizada na campa ou em outro local da construção. O jazigo ossuário destinou-se a receber os mortos em seu interior, como transcorreu nas catacumbas de onde os ossos foram transferidos, e não abaixo do solo, como em outras tipologias.

Gradativamente os elementos horizontais das sepulturas deram destaque e os verticais sobressaíram aos olhos do observador. Isso fez com que outras tipologias fossem construídas. Elas originaram-se nas sepulturas torre e sacra. As torres deixaram de ser observadas sobre as campas e garantiram um local destinado apenas aos elementos verticais. O espaço proposto aos túmulos diminuiu, pois não existia mais o enterramento no solo. Com isso, os defuntos, passaram a ocupar o interior das construções verticalizadas.

A tipologia torre (Figura 67) se deu de maneira que a edificação tumular reduzia sua projeção sobre o solo e direcionava-se ao céu. Com linhas simples, essa edificação podia ultrapassar os três metros de altura em alguns casos. Seu

⁵¹ Cf. Ata do dia 29 de abril de 1990.

ponto mais alto não recebia cruzes, estátuas ou outro elemento religioso. Essas representações ocorriam em alguma das faces da edificação, juntamente com as identificações daqueles que haviam sido inumados na construção.



Figura 66: Jazigo ossuário – Irmandade de São Miguel e Almas (1950) (E) e Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1932) (D).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Por fim, algumas mudanças deram origem à torre sacra (Figura 67). Ela apresentou-se mais verticalizada em relação à torre pelo fato de possuir em seu ponto mais alto a presença de alguma escultura de anjo ou outro símbolo religioso ou da cruz, recorrente nos sepulcros. Ela preservou as linhas simples e a projeção horizontal tornou-se cada vez mais reduzida em comparação à vertical. Com as transformações pelas quais as construções tumulares passaram, a paisagem cemiterial foi alterada e túmulos com maiores dimensões foram arquitetados.



Figura 67: Torre (1911) (E) e torre sacra (1889) (D).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

As construções tenderam à verticalidade para proporcionar maior destaque à arquitetura do que ao local de sepultamento e ao defunto. Os enterramentos no solo deixaram de ser praticados paulatinamente e os ossos passaram a ocupar o interior das construções, acima do nível do solo. Elas ocuparam locais de destaque, junto às grandes alamedas e avenidas centrais que surgiram com a urbanização dos cemitérios brasileiros (MOTTA, 2009). Além de estarem em lugares de realce, as edificações ocupavam terrenos maiores dentro das quadras.

O obelisco (Figura 68) foi uma dessas manifestações cemiteriais com maiores dimensões. Representado por linhas simples, seu espaço de ocupação horizontal adquiriu maiores proporções em comparação às tipologias torre. Chegava a quatro metros de altura e seu ponto mais alto não possuía nenhuma cruz ou outra escultura. Em alguns casos recebia a representação de um tecido entalhado na mesma pedra do monumento.

Mais uma vez a torre variou e deu origem a outra tipologia, apresentando sobre ela uma pequena capela, caracterizando a torre oratório (Figura 68). Apresentando ornamentações que lembravam o neogótico, ultrapassou cinco metros de altura. O oratório, aberto nos quatro lados e com cobertura sustentada por colunas, não era acessível pelo observador. O destaque do conjunto da obra deixava de lado a função principal da construção, que era receber enterramentos secundários. A tipologia podia variar com a inserção de anjos ou bustos no oratório.



Figura 68: Obelisco (s.d.) (E) e torre oratório (1871) (D).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Em certo momento da história, a verticalidade da arquitetura tumular abriu espaço para construções que resgatavam a ocupação dos terrenos cemiteriais de forma horizontal, sem perder significação na altura. Bellomo (2008a) observou a presença de construções denominadas mausoléus nos cemitérios do Rio Grande do Sul e as categorizou em duas terminologias também identificadas no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Aproximando suas formas às edificações que existiam na cidade dos vivos, os mausoléus foram amplamente utilizados para sepultamentos entre pessoas com maior poder aquisitivo (MOTTA, 2009).

O mausoléu capela⁵² (Figura 69) foi uma das tipologias. Ele permitia às famílias garantir à memória dos mortos uma maior proximidade com elementos que fizeram parte de suas vidas. Podia chegar a alturas entre quatro e cinco metros. Sua fachada principal recebia uma platibanda que era tripartida em elementos que representavam o corpo central e as torres de igrejas. O central, mais alto que os laterais, recebia uma cruz sobre ele. Podendo variar quanto à sua forma e a maneira como a platibanda era trabalhada, a tipologia mausoléu capela apresentava traços que remetiam às ermidas.

A outra variação identificada por Bellomo (2008a) foi o mausoléu casa (Figura 69). Assim como a anterior, a construção destinou-se ao sepultamento de pessoas com alto poder aquisitivo. A diferença se deu por suas formas não lembrarem mais uma igreja e sim uma casa. A platibanda não remetia mais às torres de igrejas e a construção apresentou-se de diversas formas. A tipologia mausoléu casa podia ser identificada como um túmulo pela presença da cruz na platibanda ou sobre a cumeeira de um telhado. Se esse símbolo fosse removido, a edificação lembrava uma casa e era confundida por quem a observava rapidamente. Principalmente se a visualização ocorresse através de uma fotografia e fora do contexto cemiterial.

Mas as tipologias de mausoléus existentes não contemplaram uma diferença que existia na construção dessa arquitetura cemiterial. Com a difusão de ornamentações do período eclético, muitas características dos templos greco-romanos foram reutilizadas na ereção de edificações nas cidades. Isso também se refletiu na necrópole. Os cemitérios passaram a receber monumentos arquitetônicos

⁵² Muitas vezes as construções eram idênticas a igrejas, apresentando corpo central e torres, como atendeu Bellomo (2008). No Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, tal variação não foi identificada.

que possuíam frontões definidos, colunas com capitéis em suas fachadas e outras ornamentações que remetiam ao período clássico da arquitetura.

Foi nesse contexto que surgiu o mausoléu templo (Figura 69), representando templos greco-romanos em tamanho reduzido nas vias de maior circulação dentro dos cemitérios. Ele diferenciava-se da construção do período clássico pela presença de uma cruz acima do frontão. E isso o caracterizava como um exemplar da religiosidade católica. Representante do ecletismo dentro da cidade dos mortos, o mausoléu templo possuía o frontão e as colunas bem marcados em sua fachada principal e no frontão ficavam as informações sobre a propriedade do sepulcro.



Figura 69: Mausoléu capela (s.d.) (E), casa (1954) (C) e templo (1923) (D).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

O monumento funerário (Figura 70) representou uma arquitetura que se sobressaiu frente às demais por suas grandes dimensões. Com altura que podia chegar a oito metros, sua largura compreendia até três tipologias de mausolésus alinhadas lado a lado. A representação de uma grande escultura, ficava acima de uma torre ou sobre uma grande plataforma retangular, proporcionando destaque para a obra e não mais para o defunto. A tipologia ocupou grande espaço dentro dos quadros de sepultamentos dos cemitérios e se destacava na paisagem da necrópole.



Figura 70: Monumentos funerários (s.d.)
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

As mudanças na arquitetura da cidade cemiterial auxiliaram os vivos a diferenciarem os mortos e, assim, garantir a distinção social dentro do campo santo. As construções variaram suas alturas e suas ocupações horizontais dentro dos lotes cemiteriais. Inicialmente mais baixas e organizadas de maneira que não projetavam muito realce nos bairros cemiteriais, foram adquirindo maior altura e dando espaço de destaque às construções. Isso diferenciou os lugares ocupados nas avenidas e alamedas dos cemitérios⁵³.

Garantidas as diferenciações entre os mortos, assim como quando estavam vivos, a pretensão das famílias era alcançada. Isso propiciou que particularidades, sinais de reconhecimento e de pertencimento a grupos (NORA, 1993) fossem observados nos cemitérios. Assim, indivíduos reconhecidos como iguais por suas posições sociais e de destaque na cidade dos vivos usufruíram de arquiteturas tumulares que lembravam as edificações que habitaram e que seriam suas casas a partir de seus enterramentos.

⁵³ As 20 tipologias arquitetônicas tumulares estão organizadas no Apêndice C em uma tabela que resume suas denominações e características.

4.2 Linguagens arquitetônicas

A partir das variações tipológicas que aconteceram na necrópole, outra manifestação para diferenciar os mortos ocorreu no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. A utilização de linguagens arquitetônicas variadas auxiliou os endinheirados a se distinguirem dos menos afortunados. Com isso, sepulcros de determinada tipologia tumular variavam entre si e em relação às demais. Um pouco distinto do que ocorreu com a nobreza, que utilizava diferentes coroas (Figura 71) para se distinguirem nos túmulos (LEITE, 2008), passou-se a modificar ornamentações e formas através de variantes do ecletismo e outras linguagens arquitetônicas nas quadras do cemitério.



Figura 71: Coroas nobiliárquicas (E) e túmulo do Visconde de Jaguarari (s.d.), com a coroa em relevo (D).

Fonte: (E) Autoria não identificada. Disponível em:

<<https://www.geralforum.com/board/showthread.php/519779-titulos-nobiliarquicos>>.

Acesso em: 28 jan. 2018. (D) Foto de Anderson Pires Aires. 2017.

Uma das possibilidades foi a utilização do neoclássico (linguagem que reviveu a arquitetura clássica greco-romana). Segundo Salgueiro (1987), ele seria uma representação da linguagem utilizada durante o Império no Brasil, opondo-se ao Barroco do período colonial. A partir de um resgate dos elementos do período clássico, soluções utilizadas pelos gregos e pelos romanos fizeram parte das construções sepulcrais. Essa opção garantiu às fachadas dos mausoléus templo a aparência de grandes construções da Antiguidade em tamanho reduzido (Figura 72).



Figura 72: Mausoléus templo com linguagem neoclássica. Pertencentes às famílias do Barão de Santa Tecla (s.d.) (E), de José Augusto Burlamaque (1950) (C) e de João Luiz Pereira da Silva (1923) (D). Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Ao listar as diferentes características das arquiteturas grega (1500 a.C. – 350 a.C.) e romana (753 a.C. – 476 d.C.), Glancey (2012) verificou o uso de frontões e colunas em ambos os períodos. Além disso, a autora identificou a utilização de inscrições na fachada como um elemento da construção romana. A partir dessa listagem, foi possível verificar o uso do neoclássico nos três mausoléus. Isso porque em todos eles, a face principal da construção era marcada pela presença desses elementos.

O uso das colunas sustentando a arquitrave⁵⁴ e o frontão não deixou dúvidas quanto à referência ao clássico. Mas os elementos não eram idênticos nos três sepulcros. Nos que receberam os despojos das famílias do Barão de Santa Tecla e de João Luiz Pereira, as colunas eram simples, sem ornamentações (**Erro! Fonte de referência não encontrada.a** e **Erro! Fonte de referência não encontrada.b**). Elas lembravam a ordem grega dórica, cujo capitel era simples e formado por uma moldura convexa (equino) e pelo ábaco quadrado sobre ela (COLE, 2013). No túmulo dos familiares de José Augusto Burlamaque, ela era coríntia (**Erro! Fonte de referência não encontrada.c**), ordem mais rica e elaborada onde o capitel imitava a folha de acanto (COLE, 2013)⁵⁵.

⁵⁴ Este e outros termos utilizados no capítulo podem ser observados no GLOSSÁRIO (p. 179).

⁵⁵ As três ordens gregas variavam entre si segundo seus capitéis. A dórica é a mais antiga, sem ornamentações no topo da coluna. Na jônica, o capitel recebeu pares de volutas em ambos os lados

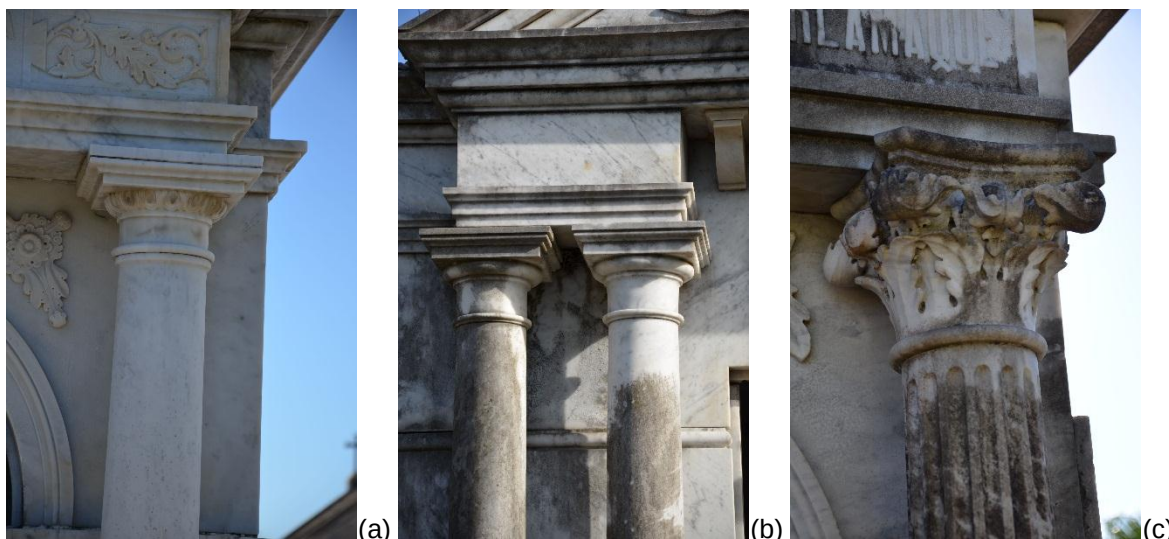


Figura 73: Colunas dóricas (s.d.; 1923) (a e b) e coríntia (1950) (c).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Assim como nos templos, na necrópole existia um elemento similar a uma viga sobre as colunas, a qual recebia inscrições que identificavam o sepulcro. Nas arquitraves contínuas (Figura 74a e Figura 74b), os túmulos possuíam a nomenclatura do patriarca da família. Quando o elemento era seccionado, as informações ficavam dispostas em uma placa inserida na fachada (Figura 74c). Os frontões marcando a entrada principal também seguiram o uso decorado nos tímpanos que tiveram na Antiguidade. Na necrópole, foram colocadas a identificação nobiliárquica para o Barão de Santa Tecla (Figura 75a) e de laços e elementos florais nos demais (Figura 75b e Figura 75c).

O uso da linguagem neoclássica na cidade cemiterial não foi distinto do praticado em Pelotas. A edificação da Escola Eliseu Maciel (1883) foi classificada por SCHLEE (1993) como um exemplar do neoclássico pertencente ao primeiro período eclético na cidade. Na construção (Figura 76) observa-se o uso de colunas coríntias, assim como a arquitrave que recebeu a identificação da escola e o tímpano do frontão ornado com um globo, alguns instrumentos de trabalho e a inscrição em latim *Fiat Lux* (Faça-se a luz).

da coluna. Mais ornamentada que as demais, a coríntia representava um cesto com folhas de acanto (GLANCEY, 2012).



Figura 74: Arquitrave contínua com inscrição (s.d.; 1950) (a e b) e placa de identificação em arquitrave seccionada (1923) (c).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

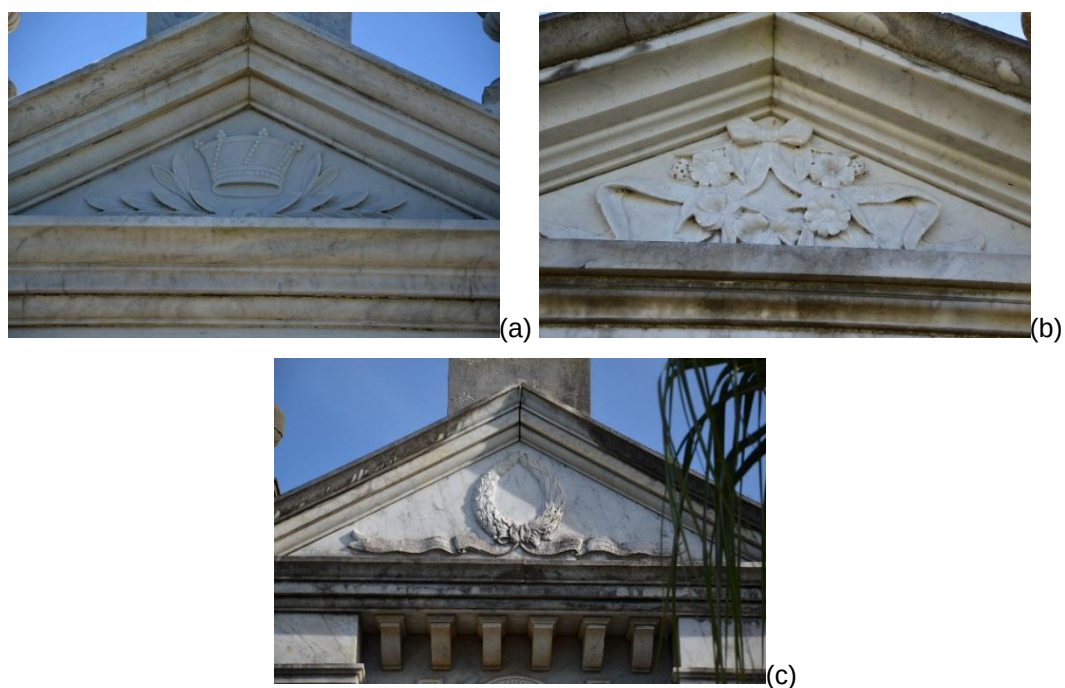


Figura 75: Frontões com coroa nobiliárquica (s.d.) (a) e laços e elementos florais (1950; 1923) (b e c).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.



Figura 76: Escola Eliseu Maciel em linguagem neoclássica (1833). Pelotas.
Fonte: Foto de Anderson Pires Aires. 2013.

Além do Neoclássico, foi possível vislumbrar no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas diversas variações do ecletismo. Segundo Pateta (1987), essa seria uma linguagem do século XIX e que acolheu diversos elementos de todas as épocas e regiões. Ainda conforme o autor, o ecletismo era aplicado conforme princípios ideológicos de composição estilística, historicismo tipológico e pastiches compositivos. A partir dessa classificação, as diversas variações do ecletismo foram contempladas.

A composição estilística, por exemplo, utilizava formas que haviam pertencido a um único estilo arquitetônico do passado, compreendendo os estilos “neos” (PATETA, 1987). Um exemplo foi o neogótico, que representou uma releitura dos elementos da linguagem gótica e que pôde ser observado na cidade de Pelotas em construções como a Igreja do Redentor (Figura 77), construída em 1909. Essa linguagem fez parte da arquitetura tumular em detalhes ou predominando no conjunto da obra.

Nas minúcias encontradas nos túmulos, foi recorrente a utilização de diferentes tipos de arcos da linguagem gótica. Possivelmente por ela ter função religiosa (SILVA, 1987) e pelo fato dos familiares procurarem representar na cidade cemiterial o interior das igrejas, como os oratórios laterais. Tanto que o neogótico tumular foi bastante empregado em tipologias como a sepultura oratório e a torre oratório. Koch (2009) identificou a existência de 12 arcos que representam a linguagem gótica (Figura 78), e muitos deles foram usados nas laterais dos túmulos, em relevo ou definindo espaços.



Figura 77: Igreja do Redentor (1909), construída em linguagem neogótica. Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2008 (E) e 2013 (D).

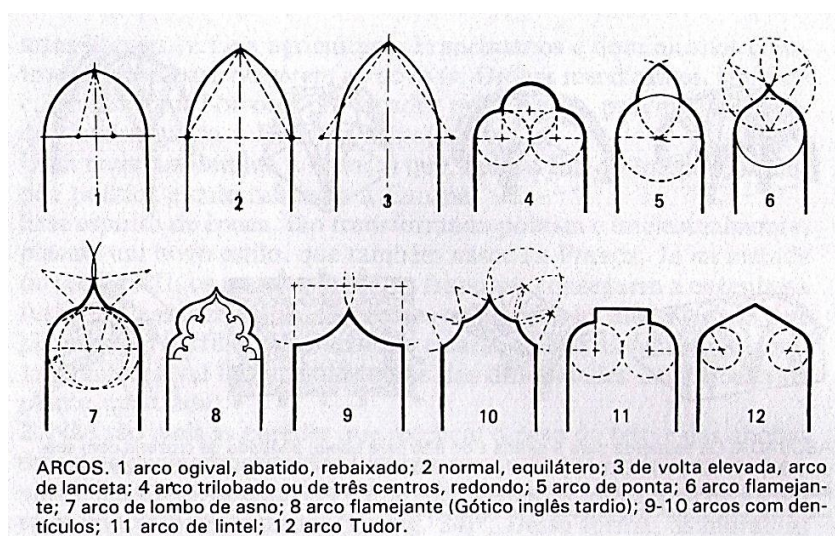


Figura 78: Arcos góticos.
Fonte: Koch (2009, p. 34).

Alguns exemplos são os arcos ogival abatido (Figura 79a), equilátero (Figura 79b), de lanceta (Figura 79c), trilobado (Figura 79d), de ponta (Figura 79e), de lombo de asno (Figura 79f) e flamejante (Figura 79g). Além deles, outros elementos da arquitetura neogótica como o pináculo, a flecha, a rosácea, o cogulho e o rendilhado fizeram parte da arquitetura neogótica tumular (Figura 80). Mesmo que muitas vezes eles aparecessem isolados, em outros casos eles se uniam e permitiram classificar os túmulos como pertencentes à linguagem neogótica através da predominância dos elementos.

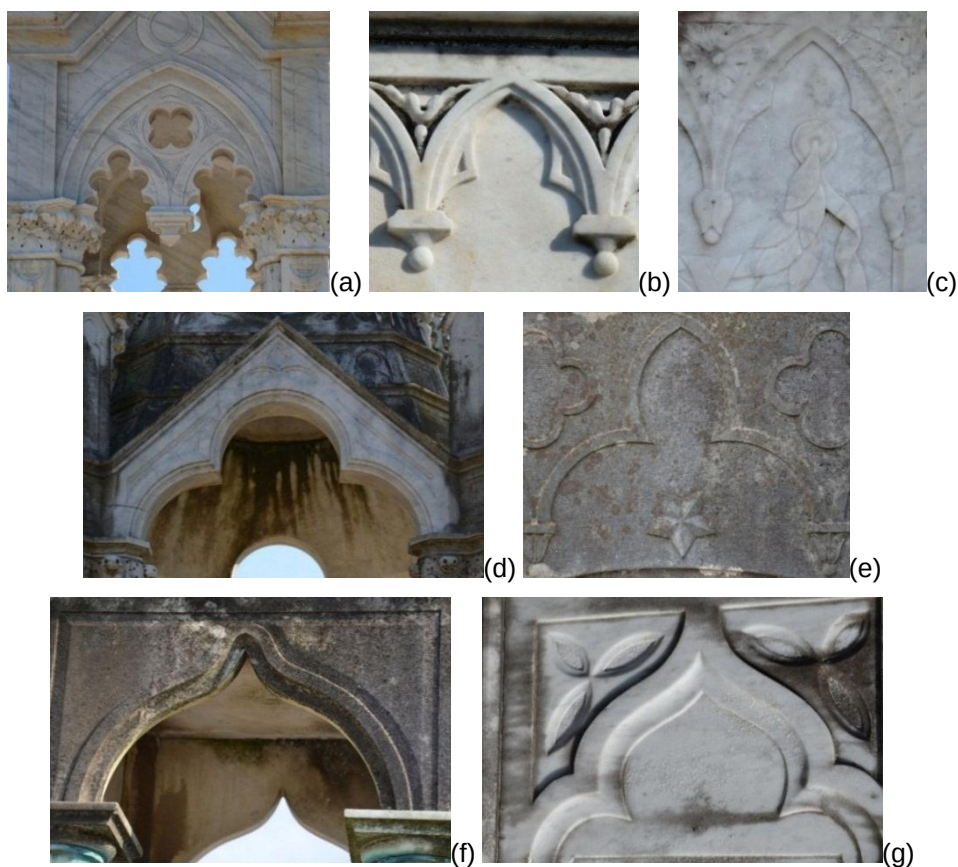


Figura 79: Arcos neogóticos tumulares: a – ogival abatido (1909) , b – equilátero (1889), c – de lanceta (s.d.), d – trilobado (1874), e – de ponta (1874), f – de lombo de asno (1864), g – flamejante (1874). Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

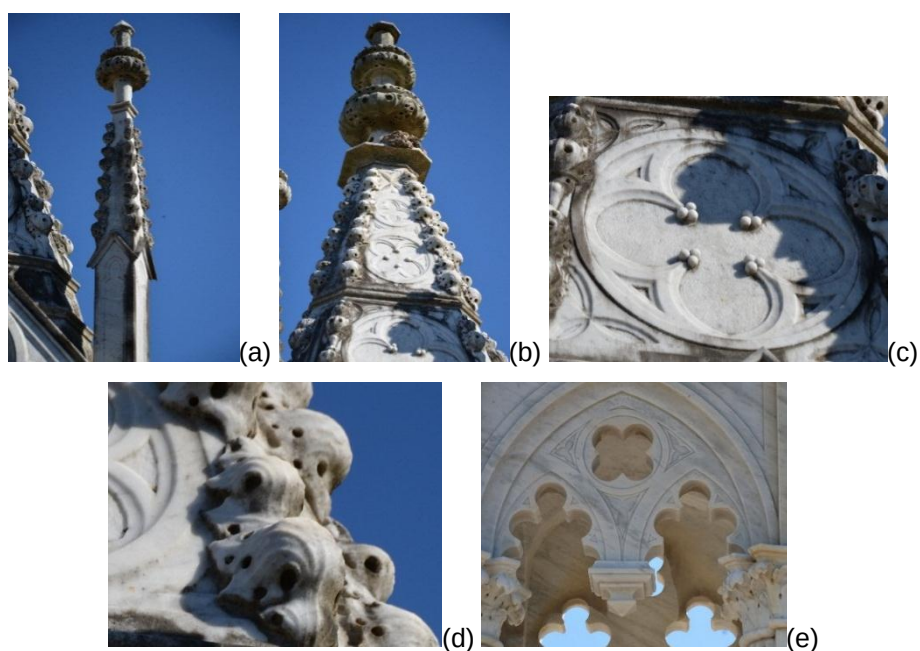


Figura 80: Elementos da arquitetura gótica: a – pináculo (1874), b – flecha (1874), c – rosácea (1874), d – cogulho (1874), e – rendilhado (1909). Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Como exemplos podem ser citados a torre oratório da família do coronel Annibal Antunes Maciel (Figura 81), onde foram observados o uso do arco trilobado, do pináculo, da flecha, da rosácea (acima do arco) e do cogulho (nos pináculos, na flecha e nas colunas), e a sepultura oratório da família de Vicente Martines Castinheira (Figura 81), que difere da anterior pela substituição da flecha por uma cruz e pela presença de rendilhados nas quatro faces. Além dos elementos do gótico serem empregados em relevos ou em conjunto, eles estiveram presentes em outras sepulturas, associados a outras linguagens e determinando o ecletismo tumular.



Figura 81: Torre oratório (1874) (E) e sepultura oratório (1909) (D) em linguagem neogótica. Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Outras linguagens “neos” também foram observados na cidade dos mortos. Foi o caso do neobarroco, presente em capelas com duas torres e cúpulas sobrepostas a alguns túmulos e no mausoléu casa da família de Fernando Rodrigues da Cruz, onde a cabeça de uma figura humana dramatiza a tristeza da morte através de sua fisionomia triste (Figura 82). Também do neopersa, através da ereção de um Chatri sobre um túmulo, ou do neoindiano, com um domo que lembrava uma Stupa (Figura 83).

Seguindo a categorização de Pateta (1987), após a composição estilística foi observada a presença do historicismo tipológico dentro do ecletismo. Ele seria uma analogia de que a arquitetura deveria orientar a linguagem a qual se destinava, como na Idade Média (religiosidade e igrejas), na renascença (edifícios públicos), no barroco e nos estilos orientais (equipamentos de lazer) e no classicismo do coríntio romano (parlamentos, museus e ministérios) (PATETA, 1987). Ainda segundo o

autor, após teria ocorrido o período dos pastiches compositivos, que utilizavam soluções artísticas que não eram admitidas pela história Para Schlee (1993), esse período teria sido verificado em Pelotas entre os anos de 1900 e 1930.

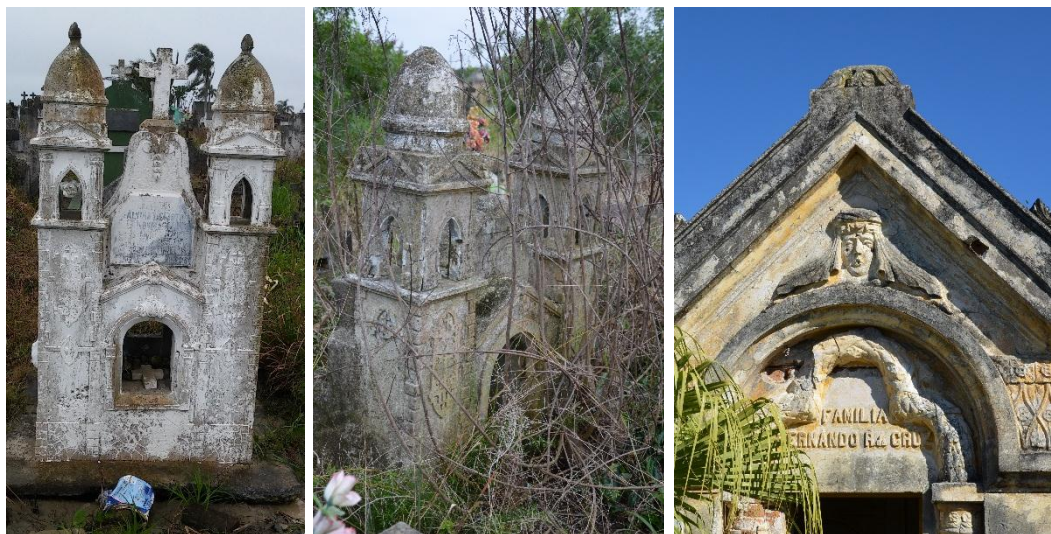


Figura 82: Neobarroco em capelas sobre os túmulos (1938; s.d.) (E e C) e no mausoléu casa da família de Fernando Rodrigues da Cruz (1915) (D).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.



Figura 83: Neopersa (s.d.) (E) e Neoindiano (s.d.) (D) tumulares.
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Essa teria sido a representação do ecletismo, já que a linguagem fez um uso criativo de soluções acertadas do passado, tendo como inspiração diferentes épocas e distintas civilizações (SANTOS, 2014; WEIMER, 1987). Sendo assim, as construções dessa linguagem tenderam a utilizar mais de duas culturas. Assim, particularidades de linguagens como o neoclássico do capitel coríntio, o neogótico

dos pináculos e o *art nouveau* dos elementos florais foram associadas na sepultura oratório de Domingos Rodrigues Ribas e Marianna Alves Ribas (Figura 84).

Também na torre oratório da família de Manoel Fernandes Bolleto, (Figura 84) com o Neoclássico das colunas, o frontão de topo redondo da arquitetura romana (753 a.C. – 476 d.C.) e a cobertura com arestas arredondadas e topo plano dos quiosques abertos das antigas construções indianas (1700 a.C. – 1800 d.C.). E na sepultura oratório da família de Christobal do Leon (Figura 84), com as colunas dóricas neoclássicas, os arcos neogóticos e a dramatização com o uso de querubins do neobarroco.



Figura 84: Túmulos em linguagem eclética: famílias de: a – Domingos Rodrigues Ribas e Marianna Alves Ribas (1876), b – Manoel Fernandes Bolleto (1912), c – Chistobal do Leon (s.d.). Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Assim, o ecletismo que se propagou em diversas construções de Pelotas durante a segunda metade do século XIX, como a residência de Francisco Antunes Maciel (1878) e a antiga sede do Banco do Brasil (1926) (Figura 85), passou a compor diversas construções na cidade cemiterial. Fugindo à linguagem dos “neos” e à associação de outras, houve ainda uma que remetia à natureza e outra que fazia uso de elementos geometrizados nas suas composições. A primeira foi o *art nouveau* e a segunda o *art déco*.

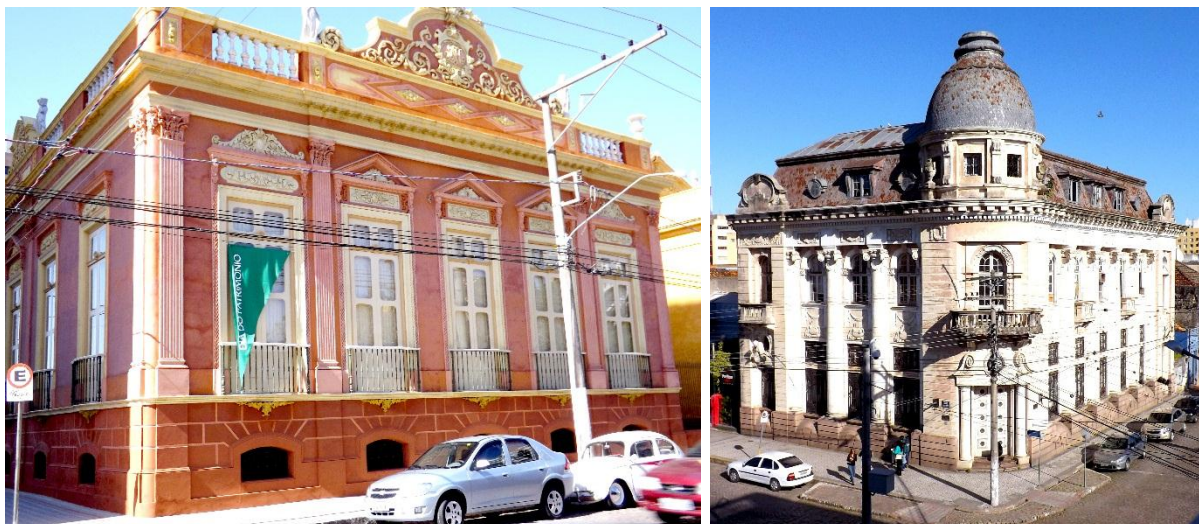


Figura 85: Residência de Francisco Antunes Maciel (1878) (E)
e antiga sede do Banco do Brasil (1926) (D).

Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2008 (E) e 2013 (D).

Argan (1992) caracterizou o *art nouveau* através do uso, sobretudo, de elementos da natureza (flores e animais), da arte japonesa, da curva e rejeitando a simetria e o equilíbrio. Embora a linguagem pudesse ser pensada para influenciar a arquitetura interna e externamente, em muitos casos ela representava apenas ornamentações nas fachadas, em portas, em janelas ou em gradis (BASSALO, 2008). E foi dessa forma que o *art nouveau* foi empregado na arquitetura tumular. Seus detalhes ficaram condicionados a cruzes e floreiras.

A aplicação em cruzes se deu por mais de uma maneira. Uma delas foi a ornamentação do objeto envolvido por flores, geralmente rosas, ou sua colocação sobre um pedestal que representava uma pedra (Figura 86). A cruz também podia ser trabalhada para que simulasse a natureza através da casca de uma árvore. Em muitos casos isso ocorria apenas com a inserção de sulcos que demonstrassem a irregularidade da casca. Em outros o trabalho era mais detalhado e a cruz passava a representar uma árvore da qual os galhos foram cortados, ficando apenas uma parte deles presa ao caule (Figura 87).

A inspiração na natureza não se limitou às cruzes. As floreiras também foram ornamentadas através da linguagem *art nouveau*. Em sua maioria, elas ficavam sobre os túmulos. Possuindo pequenas dimensões, eram esculpidas para representarem flores em sua base, lembrando as folhas de acanto do capitel coríntio ou envolvendo todo o objeto, como se fosse uma flor desabrochando (Figura 88). O uso da natureza na cidade cemiterial foi o mesmo adotado por Manoel Itaquí em

1912, quando reformou o Mercado Central de Pelotas e inseriu a linguagem *art nouveau* na edificação (Figura 89) (SANTOS, 2014).



Figura 86: Cruz *art nouveau* envolvida com flores (s.d.) (E) e sobre uma pedra (1891) (D).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.



Figura 87: Cruzes representado árvores, através da casca (1891) (E) e do galho cortado (1902) (D).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.



Figura 88: Floreira *art nouveau*, com folhas na base (s.d.) (E) e envolvendo o objeto (s.d.) (D).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.



Figura 89: Mercado Central de Pelotas. Reformado em 1912 com linguagem *Art Nouveau*.
Fonte: Foto de Anderson Pires Aires. 2013.

O *art déco* desenvolveu-se no Brasil entre os anos de 1930 e 1950, sofreu influência de movimentos das artes plásticas como cubismo, futurismo e expressionismo e propagava a volumetria marcada por formas geométricas, simetria, fachada composta por base, corpo e coroamento. Além disso, propunha a utilização de elementos de outras linguagens de forma geométrica e simplificada, marcação do acesso principal e uso de prismas retangulares, elementos cilíndricos e volumes arredondados (CORREIA, 2008).

Na cidade cemiterial a linguagem esteve presente no mausoléu capela da família de Diophanes Duarte de Lemos (Figura 90). No sepulcro, foi possível observar alguns dos elementos do *art déco*, como a marcação base/corpo/coroamento, a geometrização de uma rosácea, a entrada evidenciada, o uso de diversos prismas para compor a volumetria e um gradil simétrico e com pouca ornamentação. Mesmo que o túmulo tenha floreiras que lembram troncos de árvores e remeta ao *art nouveau*, a predominância é de formas geometrizadas.



Figura 90: Linguagem *Art Déco* tumular (1944).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Através das variações nas construções da necrópole, o uso de diferentes linguagens arquitetônicas foi observado⁵⁶. Com algumas variantes do ecletismo, os sepulcros lembravam a arquitetura brasileira. As representações se deram por meio do neoclássico, levando para a necrópole os elementos greco-romanos. Eles foram utilizados em colunas, frontões, capitéis e arquitraves. Houve ainda o emprego de componentes da natureza através do *Art Nouveau*, presente nos detalhes dos túmulos. Similar ao que ocorreu nas edificações da urbe.

Na tentativa de aproximar as edificações do cemitério aos templos religiosos, o Neogótico foi amplamente usado. Seus elementos podiam estar associados a outras representações, formando o ecletismo tumular, ou predominando no conjunto da obra. Além disso, a releitura da arquitetura oriental permitiu que algumas linguagens “neos” pudessem ser reproduzidas. Por fim, a geometrização dos elementos conferiu às construções da cidade cemiterial mais uma das aproximações entre a arquitetura do campo santo e da urbe pelotense.

⁵⁶ Uma síntese das linguagens arquitetônicas pode ser observada no Apêndice D.

4.3 Detalhes construtivos

Na tentativa de deixar os sepulcros mais parecidos com as habitações dos vivos, alguns detalhes foram incorporados às construções. Não minúcias ornamentais que podiam ser obtidas através de catálogos como o *Grabschmuck*, (CATÁLOGO..., 1919), o qual possibilitava a escolha de estátuas, letras e objetos a serem colocados nos túmulos (Figura 91). Mas particularidades que permitiam, por exemplo, a transição entre o mundo dos vivos e o dos mortos. Ou a separação entre o público e o privado aos olhos do passante.



Figura 91: Catálogo *Grabschmuck*, com exemplos de estátuas (E), letras (C) e objetos (D).
Fonte: Catálogo *Grabschmuck* (CATÁLOGO..., 1919, s.p.).

A partir desse pensamento as sepulturas passaram a receber portas, janelas, degraus, gradis e identificações. Com isso, o espaço cemiterial se pareceria mais com o casario das ruas de Pelotas. Essas particularidades eram empregadas de forma clara ou disfarçada nas edificações tumulares. Segundo Cole (2013), os portais eram responsáveis pela definição do caráter e da função de um edifício. Ainda conforme a autora, por representarem a passagem do exterior para o interior, em geral eram articulados com portas e portões que permitiam essa transição. Estes dois elementos protegiam a entrada de cidadelas, proporcionavam o fechamento de muralhas e castelos ou garantiam a privacidade das residências.

Também foram utilizados em edificações tumulares da Antiguidade, como as Pirâmides e as Mastabas do Egito, ou o Mausoléu de Halicarnasso, na atual Turquia, por exemplo. Mas o uso de portas nos sepulcros como catacumbas não tomava a atenção das irmandades. Nem na catacumba unitária houve essa preocupação. Isso porque a passagem do corpo ao interior de ambas se dava pela

parede frontal, que era removida e recolocada após a inumação. Igual às primeiras sepulturas rasas, levando em conta que era costume remover a campa para sepultar os cadáveres.

Com o uso de materiais mais nobres na construção da sepultura rasa, um acesso foi pensado para o transpasse do corpo ao seu interior. Principalmente quando fosse um jazigo familiar (Figura 92). Assim, a obra não corria riscos de ser danificada. Para não destoar da unidade, as portas eram colocadas em locais de menor destaque, como laterais e face posterior da construção (Figura 92). O mesmo verificou-se com o ossário, quando sua campa deixou de ser removida após o emprego de diferentes materiais construtivos e a entrada foi camuflada em uma das laterais da morada dos mortos (Figura 93).



Figura 92: Sepultura rasa (E) e sua porta na face posterior (D) (s.d.).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.



Figura 93: Ossário (E) e sua porta em uma das faces laterais (D) (1907).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Outras tipologias foram pensadas para possuírem portas sem que a sepultura necessitasse ser violada. Assim, não haveria o risco de danificar o túmulo. O ossário casa recebeu o acesso em uma das faces laterais para evitar a destruição da cobertura (Figura 94). O mesmo ocorreu com o obelisco, as torres (Figura 95) e os oratórios presentes em algumas construções erigidas na cidade cemiterial. Sempre usadas de maneira disfarçada, as entradas pelas quais passavam os mortos ocupavam locais de menor destaque na arquitetura sepulcral.



Figura 94: Ossário casa (E) e sua porta em uma das faces laterais (D) (s.d.).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.



Figura 95: Torre (E) e sua porta na face posterior (D) (1911).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Embora as portas ficassem evidentes em diversos túmulos, mesmo estando em fachadas menos importantes, em alguns casos elas eram trabalhadas para que

se confundissem às ornamentações do sepulcro (Figura 96). Houve vezes em que as entradas receberam fechaduras, ficando mais próximas das portas existentes nos aglomerados urbanos (Figura 96). As aberturas eram mais evidentes na tipologia mausoléu, pois permitiam o acesso dos mortos e de suas famílias ao interior do sepulcro, aproximando-se da arquitetura dos vivos (Figura 97).



Figura 96: Fachada principal do sepulcro (E) e sua porta com ornamentações e fechadura (D) (s.d.). Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.



Figura 97: Portas de mausoléus (s.d.; s.d.; 1968). Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Também nas tipologias mausoléus as famílias repetiram outra particularidade de sua arquitetura na morada dos mortos. As janelas, que inicialmente não possuíam fechamentos – e que passaram a receber vidros através dos romanos em

65 d.C., com difusão nas residências a partir do século XVI – (COLE, 2013), possuíam funções específicas nas cidades. A ventilação e a iluminação dos espaços internos, bem como a separação entre o público e o privado e a possibilidade de vislumbre do exterior por quem encontrava-se no interior das casas são alguns exemplos.

O uso de janelas garantiu a ventilação dos mausoléus e, com isso, uma das premissas para a remoção dos cemitérios do centro das cidades se realizava. Com a constante circulação de ar, o acúmulo de miasmas pútridos que atormentava os vivos seria evitado. Além disso, a projeção do espaço santo do interior das igrejas junto às sepulturas poderia acontecer se vitrais fossem instalados nos vãos que comportavam as janelas, como observaram Tomazi e Dullius (2008) nos cemitérios de Porto Alegre.

Apresentando vidros ou sendo apenas vãos, as janelas foram replicadas nos cemitérios de diversas maneiras. Poderiam lembrar uma rosácea, uma cruz ou uma figura geométrica (Figura 98). Além disso, dependendo da altura do parapeito, permitiam que quem estivesse do lado de fora dos mausoléus pudesse vislumbrar seus interiores e a maneira como os vivos organizavam esses espaços ocupados pelos mortos. Os quais poderiam receber desde objetos para representar a religiosidade até móveis.



Figura 98: Janelas de mausoléus (1944; s.d.; 1962).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Como atenta Reis Filho (2014), no caso das vivendas da segunda metade do século XIX, os espaços sob as construções elevavam a habitação em relação à via e

indicavam que a ocupação era residencial e não comercial. Para vencer a diferença de nível entre o exterior e o interior dos domicílios, degraus e escadarias em acessos frontais ou laterais nos terrenos eram utilizados. O ato de elevar as edificações separava o público e o privado. Mas também determinava que os habitantes possuíam poder aquisitivo (REIS FILHO, 2014).

A distinção entre classes sociais foi levada para o interior da cidade cemiterial. Sepulcros como torres, obeliscos, oratórios, mausoléus e monumentos funerários, receberam degraus para elevá-los do nível das ruas e das travessas. Nos mausoléus um degrau era o suficiente para separar a via de circulação do interior da edificação (Figura 99). Isso porque a suntuosidade da construção determinava que os mortos pertenciam a famílias endinheiradas. Mesmo assim, alguns eram erigidos sobre uma plataforma que concebia maior altura do nível da rua (Figura 99).

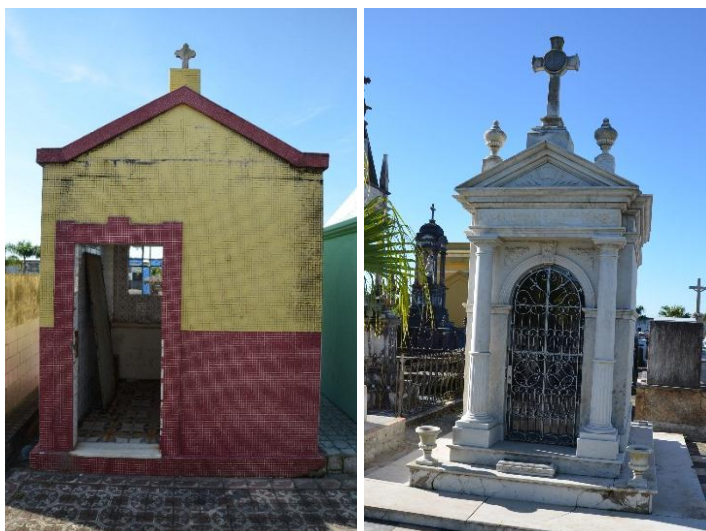


Figura 99: Mausoléu com um degrau (s.d.) (E) e um degrau e uma plataforma (s.d.) (D) .
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.

Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Em outras tipologias, os túmulos chegavam a possuir três ou mais degraus, associados ou não a plataformas. Quanto mais degraus, mais verticalizada e destacada seria a edificação na paisagem cemiterial. Assim, torres, torres oratórios e monumentos funerários (Figura 100) permitiram que os falecidos perpetuassem sua distinção social nas ruas e travessas da necrópole. Além do uso de portas, janelas e degraus nas edificações tumulares, outros detalhes foram contemplados. Algumas tipologias arquitetônicas tumulares fizeram o uso de gradis para delimitar o lote e o que era privado nas travessas do campo santo. Isso porque nem sempre os jazigos chegavam às quatro faces do terreno destinado a eles.

Dessa vez não havia uma especificação quanto ao seu uso como aconteceu nas janelas dos mausoléus. Tipologias com dimensões pequenas, como o ossário, médias, como a torre sacra, ou grandes, como a torre oratório, contemplavam gradis (Figura 101). Suas formas e alturas variavam. Muitas vezes eram substituídos por correntes. Seja qual fosse a opção, a função não sofria alteração. O espaço do morto ficava delimitado e o privado era separado do público.



Figura 100: Torre (1896) (E), torre oratório (1878) (C) e monumento funerário (s.d.) (D) elevados por degraus.

Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.

Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.



Figura 101: Gradis em tipologias ossário (1901) (E), torre sacra (1889) (C) e torre oratório (1878) (D). Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.

Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Mesmo que o uso de portas, janelas, degraus e gradis tenha assemelhado as moradas dos vivos e dos mortos, isso não foi suficiente. Um sistema que propiciasse

a localização dos túmulos deveria ser utilizado para que as pessoas pudessem encontrar os sepulcros. Saber em que quadro havia sido realizado o sepultamento era algo vago. E não havia uma regra como o Código de Endereçamento Postal utilizado nas cidades. A maneira encontrada foi inserir os nomes dos falecidos nas campas, nas laterais ou em placas fixadas junto a alguma das faces da edificação, podendo ser do patriarca ou da matriarca em jazigos familiares (Figura 102).



Figura 102: Identificação dos mortos em campas (1907) (E),
faces laterais (1908) (C) e placas fixadas (1954) (D).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Foi construído para os falecidos um lugar parecido com a realidade que experimentaram em vida. Portas foram inseridas nos túmulos quando o uso de materiais distintos alterou o modo de construí-los. Para evitar que as edificações fossem danificadas, as aberturas foram colocadas em faces laterais, ficando disfarçadas aos olhos de quem transitasse pelas ruas da necrópole. As portas representaram a separação e a transição entre os mundos dos vivos e dos mortos. Podiam ser simples, ornamentadas e receberam fechaduras como nas cidades.

As janelas utilizadas nas tipologias de mausoléus auxiliaram na separação entre o público e o privado. Sobretudo, permitiram que os espaços internos das construções permanecessem ventilados, evitando o acúmulo de miasmas. Algumas edificações receberam degraus que elevavam as sepulturas do nível da rua e demonstravam a importância do defunto. Além disso, permitiam uma maior verticalização das construções. Para separar o que era comum à necrópole e o que era particular ao morto, gradis foram inseridos no entorno dos lotes, como os que eram erigidos em Pelotas, além dos muros, nas fachadas principais dos terrenos.

Como nas cidades, no cemitério houve a identificação das sepulturas. Neste caso, feita através de nomes inseridos nas campas, nas laterais ou em placas junto às edificações. Com isso, o uso de detalhes construtivos junto aos sepulcros permitiu que quem jazesse nos bairros do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas estivesse em locais parecidos com os que haviam habitado antes de falecerem⁵⁷. Assim, as urbes dedicadas aos defuntos aproximavam-se daquelas experimentadas pelos vivos.

⁵⁷ Uma síntese dos detalhes construtivos dos sepulcros e de suas características pode ser observada no Apêndice E.

4.4 Religiosidade e cultura

O uso de distintas minúcias na arquitetura tumular permitiu que o nivelamento social que a morte provocava fosse evitado (BERTOLLI FILHO, 1983). No entanto, os diferentes tratamentos que os túmulos recebiam não representaram as únicas alternativas encontradas para tentar igualar o lugar habitado em vida e após a morte. Distinguir a religiosidade e a cultura dos falecidos de cada bairro foi outra alternativa adotada. Ao existirem defuntos que tinham seguido religiões como a católica, a protestante e a judaica, por exemplo, as formas de representar as devoções nos túmulos variavam. Seja através de simbolismos ou de tipografias empregadas.

A religiosidade junto aos cemitérios passou a ser observada quando os sepultamentos deixaram de ser realizados no interior das igrejas. Como atenta Rocha (2005), além de benzer as necrópoles, elementos sagrados deveriam ser reproduzidos junto aos túmulos. Para os católicos, o modelo mais recorrente foi a utilização de cruzes nas sepulturas. Adentrar um cemitério oitocentista brasileiro dirigido por uma irmandade religiosa e não vislumbrar a presença desse símbolo era algo que parecia ser inconcebível. Isso porque o objeto era uma representação da santidade dos católicos.

Geralmente, a cruz era colocada perpendicularmente sobre o sepulcro e, assim projetava-se aos olhos daqueles que andassem pelas ruas do campo santo. Podia ser simples, ou apresentar objetos lapidados junto a ela. Uma das possibilidades era a presença de folhas e flores, com significados distintos (Figura 103). O ramo de palma indicava paz, vida eterna, triunfo e ressurreição. A presença da videira representava o sangue de Cristo. A rosa lembrava a Virgem Maria (DALMÁZ, 2008). A cruz também aparecia em baixo ou alto relevo nas campas de alguns túmulos ou em objetos como floreiras (Figura 104).

Ainda que ela fosse a maneira mais evidente de representação da religião católica na arquitetura tumular, essa não foi a única alternativa. A alegoria de Jesus Cristo ou de anjos também foi representada. O que ocorria sob a forma de relevo ou de esculturas (Figura 105). Os anjos, por exemplo, podiam apresentar tamanhos variados junto aos túmulos (Figura 105). Independentemente das dimensões da estátua ou da representação que ela trazia, era importante ornamentar os túmulos com representações da religião católica.



Figura 103: Cruz com ramo de palma (1908) (E), videira (s.d.) (C) e rosas (s.d.) (D).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.



Figura 104: Cruz em baixo relevo na campa (1927) (E) e em alto relevo na floreira (s.d.) (D).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.



Figura 105: Escultura de Jesus Cristo (1925) (E), de anjo maior (s.d.) (C) e de anjo menor (s.d.) (D).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Mesmo a cruz e as esculturas sendo modelos recorrentes e evidentes nas tipologias arquitetônicas tumulares, outros detalhes da fé cristã apareciam, muitas vezes, em locais ocultos ao campo visual imediato. Foi o caso das letras “X” e “P” associadas. De acordo com Zilles (1996) elas seriam na verdade as letras *chi* (χ) e *rho* (ρ) do alfabeto grego, e que iniciam a palavra *Christós* ($\chi\rho\iota\sigma\tau\omicron\varsigma$). Sua tradução indicava Cristo ou Messias, sendo este uma tradução do hebraico (DALMÁZ, 2008). Estando em locais como cruzes ou portas (Figura 106), significava que o corpo estaria esperando pelo retorno de Jesus Cristo para salvar a humanidade.

O domínio católico no campo santo ficou claro com a presença de objetos e símbolos que demonstravam a religião da administradora da necrópole, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Contudo, outro bairro indicou sua crença na arquitetura cemiterial. Mais que sua fé, os mortos do Cemitério Judaico tiveram sua identidade mantida. Como atenta Scliar-Cabral (1998), a ela compreende a capacidade de representar a si próprio através de símbolos. Assim, as figuras de alguns objetos foram desenhadas junto aos túmulos.



Figura 106: X e P presentes em uma cruz (s.d.) (E) e uma porta (1956) (D).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Os judeus não utilizavam a cruz para demonstrar sua religiosidade. A Estrela de Davi tinha a mesma importância do símbolo cristão (CARDOSO et al, 2008) dentro do bairro da Sociedade Israelita de Pelotas. Suas formas de utilização variavam (Figura 107). Podia estar em relevo ou pintada e ter uma fotografia ou outra simbologia no centro da figura. Além da Estrela de Davi, outros símbolos também eram usados nas arquiteturas tumulares judaicas. Ainda na Figura 107 é

possível observar duas delas. A *yad*, palavra hebraica que significa mão e força, foi representada através de duas mãos com alguns dos dedos em contato.

Na tradição judaica, essa seria a representação de benção sobre a pessoa (CARDOSO *et al*, 2008). No bairro cemiterial, o ato ocorreria sobre o corpo em decomposição. Houve também a presença da *Menorá*, um candelabro de sete braços que representa a força da identidade cultural judaica (CARDOSO *et al*, 2008). Fosse através de um ou de outro, ou da Estrela de Davi, a religião seguida pelos membros do Centro da Sociedade Israelita de Pelotas era perpetuada na periferia da necrópole.



Figura 107: Estrela de Davi em baixo relevo (1947) (A) e em alto relevo e pintada com fotografia (1964) (C) e em alto relevo, contendo o Castiçal de Sete Braços ao centro (1940) (B).

Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.

Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Não só a crença era verificada. A cultura também. Como atentou Sanchez (2007), a identidade estava ligada ao pertencimento a um mesmo grupo. Neste caso, ela se dava através das escritas feitas nas lápides. O *idish*, língua falada pelos judeus da Europa Oriental (GALANTERNICK, s.d.), era empregado em textos para identificação do defunto no cemitério judeu. A escrita podia estar toda em *idish* ou parte assim e parte em português (Figura 108). Embora a ideia fosse perpetuar a cultura israelita, a utilização de palavras em outra língua auxiliava a quem não conhecia o idioma a identificar os túmulos.

Outro exemplo de cultura propagada através dos sepulcros se deu no Bairro Protestante. Os descendentes de germânicos que erigiam construções nesse lugar muitas vezes repetiam o uso de cruzes ou flores em alto ou baixo relevo. A diferença dos bairros católicos ocorria através da escrita. Da mesma forma que os judeus, mas

com o uso do idioma alemão (Figura 109). Isso para perpetuar a *kultur*, assim como era feito nas escolas, e garantir que a língua alemã não fosse perdida ao entrar em contato com outras (ARAÚJO, 2008).



Figura 108: Lápides com escritas apenas em *idish* (s.d.) (E) e com o uso do português (1922) (D).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Tanto judeus quanto protestantes fizeram o possível para manter suas culturas na necrópole. Isso como reflexo do que acontecia na cidade dos vivos. Nela, os israelitas construíam uma Sinagoga ao organizarem um Minian⁵⁸ (BENDJOUYA, s.d.) e os alemães formavam associações com forte caráter étnico (SEYFERTH, 1994). Assim, podiam manter suas crenças e tradições e mantê-las junto aos seus corpos após a morte. Em ambos os casos seria fácil identificar tais características. Já outras civilizações destacaram suas origens através dos túmulos.

Em meio às sepulturas católicas, pelo menos três construções foram erigidas para receber os corpos de pessoas que descendiam da França. Elas apresentaram escritas em francês na campa de dois ossários e na lateral de um ossário casa (Figura 110). A identificação da nacionalidade não ocorria através do sobrenome dos moradores das casas sepulcrais, mas sim pela presença das palavras *Tombeau de la famille* (túmulo da família). A pretensão era a mesma dos judeus e dos protestantes, utilizar a escrita para perpetuar a cultura.

⁵⁸ Número mínimo de dez homens com mais de treze anos.



Figura 109: Lápides com escritas em alemão (1920).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Foto de Anderson Pires Aires. 2017.



Figura 110: Escrita em francês no túmulo: na campã de dois ossários (1880; 1887) (acima – E e C) e na lateral de um ossário casa (1904) (D).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

Entre religiosidades e culturas, os membros da Maçonaria erigiram um mausoléu capela para poderem sepultar seus mortos e praticarem suas tradições. Sendo uma organização fraterna secular, a Ordem Maçônica não representa um grupo religioso, mas sim uma filosofia religiosa (MACNULTY, 2014). Sua identificação na arquitetura cemiterial ficou evidente através de alguns detalhes como o compasso e o esquadro (Figura 82). Geralmente associados à letra “G”⁵⁹, os instrumentos auxiliavam o maçom a viver uma vida com retidão⁶⁰.

⁵⁹ Ela representa a geometria, que permite progredir de um ponto a uma linha e, posteriormente, a um plano e a um sólido (MACNULTY, 2014).

⁶⁰ Nesse caso, retidão significa viver com moralidade (MACNULTY, 2014).

Embora fosse mais comum associar à maçonaria o compasso e o esquadro com a letra G no centro, o símbolo podia aparecer sem esse caractere. O que ocorreu no Monumento aos Ignorados (Figura 111), inaugurado em 29 de outubro de 1922 (RELATÓRIO..., 1923). Ainda nessa construção, outra representação de símbolos maçônicos foi utilizada. O malho e cinzel (neste caso dois) são ferramentas do Primeiro Grau maçônico e que auxiliam o aprendiz a moldar a pedra bruta que o associado representa (MACNULTY, 2014; COUTO, 2009).

Esses símbolos eram facilmente percebidos ao visualizar as arquiteturas tumulares. Porém, outros não chamavam a atenção de quem estivesse nos bairros cemiteriais. Foi o caso da coluna dupla, utilizada em um mausoléu templo (Figura 111). A maçonaria emprega esses dois pilares como bases para a sustentação das esferas celeste e terrestre (MACNULTY, 2014). Elas podem ou não estar acompanhadas das letras “B” e “J”, que simbolizam respectivamente norte e sul (COUTO, 2009). Ao passar pelas duas colunas, juntamente com os globos, o maçom inicia sua jornada (MACNULTY, 2014). Associadas ao túmulo, elas podem representar a transição entre os planos terrestre e celestial.



Figura 111: Símbolos maçônicos – Compasso e esquadro com (s.d.) (E) e sem (C) a letra G (1922), malho e cinzel (C) e coluna dupla (1923) (D).
Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.
Fonte: Fotos de Anderson Pires Aires. 2017.

A partir do uso de elementos para diferenciar as religiões e as culturas dos inumados nos bairros da cidade cemiterial, os túmulos foram imbricados de manifestações simbólicas⁶¹. Os católicos fizeram uso de cruzes, esculturas de anjos

⁶¹ No Apêndice F encontra-se um resumo das manifestações religiosas e culturais identificadas nas construções cemiteriais do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.

e de Jesus Cristo e de letras do alfabeto grego para demonstrarem a crença dos vivos na arquitetura dos mortos. Assim, reforçavam a ideia de ser essa religião a dominante nos cemitérios oitocentistas. Os judeus fizeram o mesmo com a utilização de símbolos que evidenciavam suas crenças no bairro que lhes foi destinado na periferia do cemitério.

Ao invés de cruzes e esculturas, a Estrela de Davi, a *yad* e a *Menorá* foram replicadas sobre as construções erigidas nessa parcela da necrópole. Mas os israelitas também confirmaram sua cultura através da escrita nos túmulos, utilizando o *idish* de forma parcial ou total nas lápides. A mesma atitude foi adotada em outro bairro periférico. Os descendentes de germânicos levaram para o campo santo a ideia de perpetuar sua cultura como era feito na cidade que habitavam. Assim, utilizaram a grafia na língua alemã para identificarem os moradores.

Ainda com a mesma função, a escrita foi utilizada por alguns descendentes de franceses para identificar suas culturas em seus túmulos. Igual ao que fizeram judeus e alemães, utilizando palavras na língua de origem. Com distintas culturas e religiões, os membros da Maçonaria perpetuaram sua filosofia religiosa na necrópole. Para isso, utilizaram simbologias que identificavam suas crenças. Os signos podiam ser mais ou menos evidentes, mas sem deixar de demonstrar os ensinamentos que os maçons seguiam em vida.

Seja através de símbolos ou da escrita, os povos enterrados na cidade cemiterial puderam diferenciar-se uns dos outros mais uma vez. As diversas demonstrações das crenças que os vivos praticavam foram levadas aos túmulos. Juntamente com representações culturais distintas, cada bairro foi adquirindo sua identidade. Diferente das identificadas com relação aos grupos sociais com maior ou menor poder aquisitivo. Mas sim como uma maneira de compor distintas culturas e religiões e criar um mosaico do que existia na cidade dos vivos no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como a história das civilizações passou por períodos de transformações, desde a pré-história até os séculos mais recentes, com a história mortuária não foi diferente. A maneira como o morto era visto, tratado e lembrado apresentou variações no decorrer das centúrias. As mudanças se relacionaram às formas com as quais as pessoas foram se organizando em grupos e aos costumes oriundos dessas associações. A partir disso, o defunto deixou de ocupar um local qualquer até chegar a receber como morada final um espaço urbano dedicado àqueles que haviam falecido.

As primeiras manifestações quanto à maneira de sepultar as pessoas se deu na pré-história. No continente europeu, o período apresentou uma forma rudimentar de inumações, quando eram utilizados paus e pedras para cobrir o corpo em estágio inicial de decomposição. A mentalidade, aliada ao nomadismo que as civilizações experimentavam naquele tempo, não permitia que uma manifestação mais cerimoniosa e ligada à religiosidade fosse praticada. Dessa forma, os enterramentos pré-históricos apresentaram-se como os mais simples da história mortuária.

A simplicidade abriu espaço para a monumentalidade séculos depois. Na Antiguidade, grandes construções foram erguidas para demonstrar àqueles que estavam vivos e às futuras gerações a importância de determinadas pessoas em grupos sociais que existiram. No norte da África, as pirâmides do Egito e o mausoléu de Halicarnasso representaram essa grandeza arquitetônica tumular. Os locais de sepultamentos deixaram de ocorrer em um terreno qualquer por onde um grupo teria passado e ocuparam um espaço de destaque nos centros urbanos do Egito e da Grécia, respectivamente, na África e na Europa.

Além da diferenciação do local onde as pessoas foram sepultadas, essas construções demonstraram que as distinções sociais se fariam presentes desde então no momento das inumações. E isso se perpetuou por diversos centenários da história mortuária. Além das diferenciações sociais, a Antiguidade presenciou uma separação entre os vivos e os mortos. Foram definidos espaços longe das cidades para evitar o contato. Apesar dessa inovação, a distância desapareceu com a expansão das cidades e os mortos retornaram ao convívio com os vivos.

Séculos depois, novas práticas mortuárias aconteceriam. No continente europeu os mortos passaram a estar presentes nos eventos cotidianos dos vivos. Os enterramentos começaram a ser realizados dentro de igrejas. E essa prática

perdurou por muitos séculos. Após esse período, as questões de organização espacial deixaram de existir. Isso porque as pessoas demonstravam atitudes individualistas quanto aos seus sepultamentos. E utilizavam o testamento como forma de garantir determinadas atitudes após os falecimentos.

O documento buscava que a inumação garantisse um lugar junto ao Paraíso Cristão. E para que as indicações do falecido fossem atendidas, passaram a ser utilizadas placas nas igrejas. Elas traziam escritas as informações do testamento e eram fixadas nas paredes das ermidas. Durante a Idade Média os sepultamentos passaram a representar a proximidade a Deus. E isso era feito através dos enterros *ad sanctos* (perto dos santos). Essa maneira de inumar as pessoas foi mais uma forma de representar a distinção social. Quanto mais dinheiro o defunto possuía em vida, mais próximo dos santos ele era colocado.

Os ricos tiveram como última morada os espaços próximos aos altares e os pobres ficaram do lado de fora das igrejas. Com o tempo, o contato físico entre os corpos sepultados e os templos religiosos foi comprometido. Isso ocorreu quando as igrejas passaram por expansões ainda no século XVII e os cemitérios foram levados para terrenos afastados. A separação se deu apenas para os que eram pobres. O sepultamento dos ricos continuou a acontecer dentro das igrejas. Isso perdurou até o século XVIII. A partir daí os mortos deixaram de ser bem vistos pelo fato de seus corpos em decomposição causarem a propagação de doenças.

Foi nesse contexto que se iniciou a separação definitiva entre vivos e mortos. Mas somente no início do século XIX é que os cemitérios municipais na Europa foram implantados. A mudança no local onde inumar os mortos resultou de políticas de higiene pública que buscavam garantir a preservação da saúde dos habitantes das cidades. Mas as mudanças não se restringiram apenas ao continente europeu. Com a criação de novas colônias no continente americano a partir do final do século XV, os costumes mortuários da Igreja Católica Romana chegaram ao Brasil.

Antes da instalação da colônia outras práticas de sepultamentos ocorreram no Brasil. No período pré-histórico, os enterramentos aconteciam em formações naturais da paisagem. Cavernas encontradas em sítios arqueológicos demonstraram como aconteciam os ritos. Os corpos eram depositados no interior das formações rochosas, diferentemente da pré-história europeia, que utilizava paus e pedras para cobrir os mortos. Muito tempo depois o nomadismo deu lugar à fixação em um local

específico e os índios se organizaram em aldeias. Eles ocupavam o território e possuíam costumes e rituais que eram praticados no momento dos enterramentos.

Os nativos utilizaram sambaquis para poder inumar os mortos em locais próximos e separados de suas aldeias. Além disso, a prática pré-histórica de sepultamentos com paus que ocorreu na Europa também se fez presente junto aos índios. Os rituais indígenas determinavam a distinção social de seus membros. Quem possuía mais destaque recebia um enterramento distinto. Semelhante ao que se verificou no continente europeu. Com a chegada dos portugueses, a história dos sepultamentos continuou as tradições europeias no atual território nacional. Assim, as inumações passaram a ser realizadas dentro das igrejas.

A tradição do contato entre vivos e mortos se deu por diversos centenários. E a distinção social prevaleceu. Ricos eram inumados no corpo das igrejas e os pobres nos adros. Aqueles ficavam abaixo dos pisos das capelas e estes em covas no chão ao redor dos santuários. No século XIX as mudanças também chegaram ao Brasil e os mortos deixaram de ser bem vistos junto aos vivos. Os cemitérios tiveram de ser afastados dos centros urbanos para evitar o surto de doenças. Isso ocorreu de fato em meados do século XIX.

A fim de garantir a mudança, leis e decretos foram expedidos para que o objetivo fosse alcançado. Em Pelotas, a alteração só foi efetivada quando uma associação religiosa se tornou responsável pela ereção e administração do campo santo. A cidade contou com a presença de oito irmandades em sua história. A primeira a ser criada foi a do Santíssimo Sacramento e São Francisco de Paula. Ela esteve ligada à administração dos cemitérios que existiram nos períodos da freguesia e da vila. Assim como outras, era comandada por homens brancos. Mulheres podiam ser irmãs, mas não participar das decisões.

Homens e mulheres afrodescendentes ficavam de fora das ordens religiosas. Isso fez com que três irmandades negras fossem criadas para minimizar as diferenciações sociais na hora da morte. Duas delas seguiram a organização das existentes de serem comandadas por homens. Mas uma delas se destacou, sendo dirigida e tendo suas decisões tomadas por mulheres. A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte representava as Iyás do Candomblé e permitia que as tradições africanas fossem seguidas através de vestimentas e rituais no momento de enterrar seus irmãos.

As organizações religiosas de negros se diferenciaram das demais na cidade dos vivos, ao aceitarem, sobretudo, pessoas de origem africana e permitir a elas tomar decisões. Na cidade dos mortos, as irmandades teriam lugares específicos para sepultar seus associados. Os brancos continuariam separados dos negros nas segregações sociais futuras da cidade cemiterial, comandada pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Antes disso, existiram outros cemitérios no centro urbano da freguesia. Eles estiveram em atividade em locais distintos.

O primeiro funcionou próximo aos limites da freguesia, sendo substituído por outro junto à capela alguns anos depois. Com o crescimento da população mais um teve de ser construído um pouco afastado da igreja, mas junto ao perímetro urbano. Com as primeiras expansões de Pelotas e as políticas higienistas do século XIX o campo santo teve que ser removido da proximidade com os vivos. A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas colocou em funcionamento o seu cemitério no final de 1855, após um surto de cólera que provocou várias mortes no município.

Com a instalação do campo santo, um modelo urbano surgiu no município. Uma cidade dedicada aos mortos principiou sua criação e passou a desenvolver-se durante as décadas seguintes. Conforme a cidade de Pelotas crescia em seu número de habitantes e as determinações higienistas forçavam os pobres a viverem longe do perímetro urbano, novas ruas, bairros e vilas foram sendo criados para abrigar a população. Suas expansões se deram em direção ao norte, ao leste e ao oeste. Ao sul havia o impedimento do Canal de São Gonçalo.

As transformações também ocorreram na cidade cemiterial. O terreno foi modificado com o crescimento do número de mortos e o traçado urbano foi sendo organizado. Isso formou ruas, bairros e parcelamentos urbanos na cidade cemiterial, conforme aconteceu em Pelotas. Assim como na cidade dos vivos, a dos mortos cresceria para o norte, o leste e o oeste e não para o sul. Essas mudanças se fariam presentes nas décadas seguintes à instalação do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, entre os anos de 1855 e 1976.

A cidade cemiterial passou a desenvolver sua trama urbana em novembro de 1855, de modo que lembrava as expansões e a organização política das cidades brasileiras, em geral, e, em especial, em Pelotas. Suas primeiras construções foram catacumbas provisórias para o sepultamento de pessoas acometidas pela cólera. Isso fez com que um pequeno arraial cemiterial fosse constituído. Contudo a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia começou a delimitar espaços em 1858

para que pudesse destinar terrenos às inumações e lucrar com as concessões perpétuas ou temporárias.

Isso foi determinado pelo regulamento do cemitério, criado em 1867. O povoado cemiterial ganhou suas primeiras leis. Após alguns anos, a ereção da Capela de Nosso Senhor do Bonfim no ano de 1880 possibilitou que o campo santo experimentasse características que lembravam uma freguesia. A ermida não garantiu uma autonomia religiosa como ocorreu em Pelotas e outras cidades luso-brasileiras. Ela seria utilizada para missas e outras atividades relacionadas aos sepultamentos.

O cemitério continuou expandindo-se e uma secretaria foi instalada no terreno entre os anos de 1888 e 1889. Ela lembrava a Câmara de Vereadores que entrava em atividade com a elevação das freguesias a vilas. As leis do campo santo eram criadas pela Irmandade da Santa Casa e não pelos políticos pelotenses. Gradativamente a vila cemiterial recebeu novas quadras e vias de circulação, expandiu seu território e adquiriu importância para as inumações feitas. Assim, tornou-se uma cidade cemiterial.

Simultaneamente a tais mudanças, o traçado urbano da necrópole se desenvolveu. Inicialmente, o Quadro Velho foi organizado de forma que lembrava a cidade romana da Antiguidade. Com o cruzamento de avenidas que remetiam ao *cardus maximus* e ao *decumanus maximus*, o espaço foi delimitado e quatro quadras foram destinadas aos enterramentos. Além das duas avenidas, uma via de circulação no entorno das quadras, e que lembrava o *Poemmerium* romano, auxiliou na circulação dentro do campo santo.

A organização do Quadro Velho foi replicada sobre o terreno do cemitério. Em 1858 já ocorria no quadro destinado aos não católicos e em uma faixa de terreno para receber pessoas livres e escravos. Em 1880 o Quadro Novo começava a ser demarcado e não fugiu ao que vinha sendo feito. O mesmo se deu no logradouro cemiterial, e no Quadro de Chão. A única parcela que se diferenciou foi o Cemitério Israelita onde mulheres e homens eram separados por uma única avenida. As ampliações se deram também internamente aos quarteirões.

A construção dos túmulos proporcionou o surgimento de travessas paralelas às avenidas. Realizou-se de forma análoga ao período colonial brasileiro, quando as ruas eram delimitadas pelas casas. As travessas do campo santo variaram suas dimensões e alinhamentos conforme os sepulcros eram construídos. Isso fez com

que se diferenciavam internamente aos quarteirões dos locais de sepultamentos durante os 121 anos de expansões da cidade cemiterial. A demarcação de ruas acabou conformando quadras sobre o terreno do campo santo. Inicialmente elas seguiam formas que se aproximavam de quadrados. Isso se deu no Quadro Velho a partir de 1855 e no Cemitério Protestante em 1858.

A uniformidade foi rompida com a expansão ocorrida em 1859. Dois quarteirões mais alongados foram delimitados. Eles assemelharam-se às quadras do Bairro da Luz, em Pelotas, mais próximas de retângulos e construídas em 1858. Conforme o crescimento territorial do cemitério acontecia, a malha heterogênea era replicada. Em alguns momentos as quadras se aproximaram de quadrados e em outros períodos de retângulos. Contudo, algumas apresentaram faces irregulares devido à construção de túmulos fora do alinhamento dos quarteirões.

Com a demarcação de avenidas, travessas e quadras, alguns espaços adquiriram características que permitiram delimitá-los como bairros. E diferenciaram-se através das classes sociais, da religiosidade e da cultura. O Quadro Velho representou o bairro dos ricos. Possuía construções realizadas com materiais nobres e com dimensões que as destacavam. Além disso, o espaço era arborizado e possuía avenidas amplas. Diferentemente, o Cemitério Protestante representou um bairro periférico ao campo santo. Nele foram perpetuadas as tradições dos seguidores de Martin Lutero.

As sepulturas se destacavam por possuírem cabeceiras mais altas e proeminentes. As vias de circulação não recebiam calçamento e arborização. Outro bairro cemiterial foi representado pelo Quadro Novo, construído a partir de 1893. Ele era destinado à classe média e contemplava construções suntuosas como o Quadro Velho. As concessões para os túmulos nesse espaço podiam ser perpétuas ou por tempo determinado. Sem a renovação dos aluguéis, os sepulcros foram demolidos e catacumbas passaram a ocupar o local.

O Quadro de Chão representou o bairro cemiterial com maior ocupação por túmulos. Contemplou 15 quadras e possuía edificações com traços mais simples e materiais mais populares e de menor qualidade. Suas vias de circulação não eram calçadas, provocando um crescimento desordenado de vegetações. O bairro perpetuou a utilização inicial por afrodescendentes ao possuir uma cruz que passou a ser utilizada para as práticas religiosas de origem africana.

O bairro dos judeus foi criado em 1922, com a construção do Cemitério Israelita. Ele situou-se na periferia da necrópole. Nele, as tradições judaicas como a separação, inicial, entre homens e mulheres e a igualdade entre os mortos foi possível. Além disso, a representação da religiosidade e da cultura puderam ser mantidas. Sua única avenida era calçada e não possuía vegetações. Cada bairro foi sendo construído conforme novos mortos chegavam ao cemitério e a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas ampliava a ocupação do terreno. Aliado ao crescimento urbano, diferentes manifestações arquitetônicas foram contempladas.

Uma delas apresentou as variantes tipológicas construídas na necrópole. Vinte diferentes tipos de sepulcros ocuparam as ruas do cemitério e possuíam dimensões menores em alguns casos e maiores em outros. A primeira manifestação ocorreu por parte das catacumbas erigidas pelas irmandades e permitiam sepultamentos sobrepostos em três, e posteriormente em quatro, ordens. Com o tempo a tipologia foi replicada no interior das quadras e passou a ser representada por uma catacumba secundária, não mais ligada às irmandades religiosas.

Com dimensões menores, sepulcros como a sepultura rasa, o ossário, o ossário casa e a carneira judaica foram replicados nos lotes mortuários. Gradativamente as construções foram adquirindo dimensões mais verticalizadas e túmulos como o jazigo capela e o jazigo oratório, que lembravam ermidas, ocuparam as ruas do campo santo. Proporcionando mais destaque à verticalidade, foram construídas a sepultura torre, a sepultura sacra e a sepultura oratório, possuindo a última um espaço aberto para a colocação de imagens de anjos ou outras figuras sacras.

Após a dissolução de algumas associações religiosas, outra tipologia foi construída. O jazigo ossuário destinou-se a receber os ossos dos irmãos que ocupavam as catacumbas. Aos poucos as sepulturas reduziram suas dimensões horizontais e direcionaram-se ao céu. Isso ocorreu através da torre, da torre sacra, do obelisco e da torre oratório. Por fim, verticalidade e horizontalidade foram ampliadas e permitiram a ereção de sepulcros como os mausoléus casa, capela e templo e os monumentos funerários. Todos ocupando mais de um lote mortuário.

As diferenças nas construções não se deram apenas nas formas. Distintas linguagens arquitetônicas foram empregadas para diferenciar os túmulos. Uma delas foi a Neoclássica. Resgatando elementos da arquitetura greco-romana, o uso de frontões, colunas com diferentes capitéis, arquitrave com a identificação dos que

jaziam no local e tímpanos ornados lembravam construções da cidade de Pelotas. O Neogótico se deu de duas formas. Foi empregado em detalhes como os diferentes arcos góticos, o pináculo, a flecha, a rosácea, os cogulhos e o rendilhado. Quando aplicados em conjunto, garantiam uma linguagem neogótica ao túmulo.

Quando associados a outras manifestações como o Neoclássico, o *Art Nouveau* e o Neobarroco, competiam à arquitetura cemiterial uma linguagem eclética. Além delas, outras como a Neopersa (resgatando a arquitetura persa), a Neoindiana (remetendo às construções indianas), o *Art Nouveau* (aplicado nos detalhes, como na arquitetura pelotense, recebendo ornamentações em cruzes e floreiras, remetendo à natureza e fazendo uso de folhas, flores e cascas de árvores) e o *Art Déco* (representado pela geometrização das formas) contemplaram algumas edificações do campo santo.

Na constante busca por aproximar o espaço dos mortos ao dos vivos, alguns detalhes foram inseridos nas sepulturas. Umas receberam portas que eram camufladas nas laterais dos sepulcros e, muitas vezes, disfarçadas com ornamentações. Tornaram-se mais evidentes nas tipologias mausoléus e receberam fechaduras. Além dessa abertura, janelas com diferentes formas foram colocadas nas paredes dos mausoléus, garantindo a ventilação dos espaços e o vislumbre do espaço interno.

Para elevar os túmulos do nível da rua, degraus foram replicados na arquitetura tumular, podendo ocorrer junto a plataformas. Às vezes, o uso de artifícios para separar o público do privado se deu pelo uso de gradis. Tanto em terrenos pequenos como em outros maiores. E para facilitar a identificação dos túmulos, um sistema semelhante ao Código de Endereçamento Postal foi utilizado. Porém com a identificação dos nomes das matriarcas ou dos patriarcas em alguma das faces do sepulcro.

As religiosidades e as culturas não foram esquecidas na arquitetura tumular. Os católicos fizeram uso de cruzes em relevo, por vezes acompanhadas de flores e folhas, para perpetuarem sua fé. Também inseriram estátuas de anjos e de Jesus Cristo e as letras “X” e “P” representando Cristo em alguns detalhes das construções. Os judeus utilizaram a Estrela de Davi, a Yad e a Menorá para representarem suas crenças. E perpetuaram sua cultura através de inscrições em *idish* nos túmulos.

Os protestantes fizeram algo semelhante para perpetuar sua cultura. Utilizaram a escrita em alemão nas sepulturas. O mesmo que os descendentes de franceses adotaram ao escrever na língua francesa as informações sobre as campas. Os maçons utilizaram sua simbologia como o esquadro, o compasso, a letra “G”, o malho, o cinzel e a coluna dupla nas edificações e em alguns detalhes. Cada grupo garantindo que a cultura e a religiosidade experimentadas em vida estivessem na última morada dos mortos.

Com as ampliações que a necrópole experimentou sobre o terreno do campo santo, avenidas, travessas, quadras, bairros e organizações político-administrativas aproximaram a organização urbana do cemitério a que ocorreu em Pelotas. O mesmo transcorreu na arquitetura, que variou sua forma, linguagem, ornamentação e detalhes para se parecer com o casario dos vivos. Assim, a cidade cemiterial representada pelo Cemitério da Santa Casa de Misericórdia conformou durante seus 121 anos de expansões um aglomerado urbano similar a Pelotas, proporcionando aos mortos uma réplica da urbe que ocuparam quando vivos e garantindo a separação entre ricos e pobres ou entre católicos e não católicos.

REFERÊNCIAS

AEROfotogramétrico de Pelotas. 1965. In: Prefeitura Municipal de Pelotas [PMP]. Secretaria Municipal de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana [SMGCMU].

AIRES, Anderson Pires; GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. A instalação da cidade cemiterial em Pelotas no século XIX. In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 18., 2016, Pelotas. **Anais...** Pelotas: UFPel, 2016. s.p. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/enpos/anais/anais2016/>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. Irmandades Religiosas – decisões sobre os sepultamentos e as necrópoles de Pelotas-RS. In: ENCONTRO DE PESQUISAS HISTÓRICAS DA PUCRS, 4., 2017, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, no prelo.

AL-ALAM, Cuiá Cardoso; ÁVILA, Carla Silva de; SILVA, Fernanda Oliveira da. Africanos e afrodescendentes em Pelotas: experiências de sociabilidade e de afirmação política. In: RUBIRA, Luis (coord.). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas: economia, educação e turismo.** Pelotas: Ed. João Eduardo Keiber Me, 2014. p. 57-69. V. 3.

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. **Morte, cultura, memória - múltiplas interseções:** uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades de Porto e Belo Horizonte. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

ANais da Biblioteca Nacional. v. 66. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1944.

ARAÚJO, Thiago Nicolau de. Cemitérios como fonte de preservação histórico-cultural do Brasil. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia.** 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p. 243-247.

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **História da arte como história da cidade**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **Projeto e destino**. São Paulo: Ática, 2001.

_____. Tipologia. In: **Enciclopedia Universale Dell'arte**. Veneza-Roma: Istituto per la Collaborazione Culturale, 1996. Vol. XIV, p. 1-16.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

_____. **O homem diante da morte**. São Paulo: Unesp, 2014.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa Histórica: teoria e método**. Bauru: Edusc, 2006.

ARRIADA, Eduardo. **Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano**. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

AZARA, Pedro. *La casa y los muertos*. In: GILI, Mónica (Coord.). **La última casa**. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.

AZZI, Riolando. O movimento brasileiro da Reforma Católica durante o século XIX. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 34, p.646-662, set. 1974. Semestral.

BARUFFA, Antonio. **Las Catacumbas: la fascinación de un mundo desconocido**. 2 ed. Roma: Libreria Editrice, 1996.

BASSALO, Cecília Coelho. **Art Nouveau em Belém**. Brasília: IPHAN, 2008.

BASTIANELLO, Elaine Maria Tonini. **A memória retida na pedra: a história de Bagé inscrita nos monumentos funerários (1858-1950)**. Bagé: Ed. do Autor, 2016.

BELLOMO, Harry Rodrigues. A arte funerária. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p. 13-22.

_____. As origens da arte funerária. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p. 39-60.

BENDJOUYA, Flora. **A imigração judaica no Rio Grande do Sul: causas – aculturação – integração**. Monografia (Pós-graduação em História da Cultura) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, s.d. No prelo.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. Morte e sociedade em Lima Barreto. In: MARTINS, José de Sousa (org.). **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1983.

BOSCHI, Caio César. Os históricos compromissos mineiros: riqueza e potencialidade de uma espécie documental. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 1, p.61-82, jan. 1986. Semestral.

_____. **Os Leigos e o Poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.

BURDEN, Ernest. **Dicionário ilustrado de arquitetura**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARDOSO, Airton André Gandon *et al.* Cemitério judaicos de Porto Alegre: uma leitura sociocultural. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p. 257-268.

CARRICONDE, Clodomiro. **Álbun de Pelotas**. Centenário da Independência do Brasil. Pelotas: [s. n.], 1922.

CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke de. **O cemitério da Santa Casa**: Contribuições para história da arte funerária em Pelotas. Monografia (Especialização em Patrimônio Cultural e Conservação de Artefatos) - Centro de Artes, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.

CASTELLO, Lineu. **A percepção do lugar**: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo. Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2007.

CASTRO, Elisiana Trilha; VIANA, Alice de Oliveira. A morte nos detalhes: religiosidade e elementos da estética funerária dos cemitérios de imigrantes alemães na Grande Florianópolis (SC). In: **Anais do III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudo Cemiteriais**, Goiânia, 2008. Disponível em: <<https://elisianacastro.files.wordpress.com/2009/06/artigo-elisiana-a-morte-nos-detalhes-abec-2008.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

CATÁLOGO Grabschmuck II. Abteilung für galvanoplastia. Wüttembergische Metallqarenfabrik (WMF). 1919. [cópia digitalizada]

CERTIDÃO de Dissolução da Irmandade de São Miguel e Almas. Cópia. 1990. In: Asilo de Mendigos de Pelotas.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Dicionário de medicina popular**: M-Z. 2. ed. v. 3. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1851. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=iPAyAQAAMAAJ>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

COLE, Emily (Org.). **História Ilustrada da Arquitetura**. São Paulo: Publifolha, 2013.

COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil. **Parte Primeira**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário da Arquitetura brasileira**. São Paulo: EDART, 1972.

CORRÊA, Aureanice de Mello. Espacialidades do sagrado: A disputa pelo sentido do ato de festejar a Boa Morte e a semiografia do território encarnados da prática cultural afro-brasileira. In: SERRA, Angelo. **Espaços culturais**: vivências, imaginações e representações. Salvador: Edufba, 2008. p. 161-179.

CORREIA, Telma de Barros. *Art Déco* e indústria. Brasil, décadas de 1930 e 1940. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 47-104, jul-dez 2008.

Correio Mercantil. Pelotas, 20 ago. 1893.

CORRESPONDÊNCIA de 15 de janeiro de 1849. Expedida pela Câmara Municipal de Pelotas. 1849. In: Biblioteca Pública Pelotense [BPP]. Centro de Documentação e Obras Valiosas [CDOV]. CAMP 02.

COSTA, Bruna Frio. **Fios de memória**: rastros do manuscrito da família Rojas no Quadro Antigo do Cemitério Ecumênico São Francisco de Paula. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

COUTO, Sérgio Pereira. **Dicionário secreto da Maçonaria**. São Paulo: Universo dos Livros, 2009.

CUNHA, A. C. **Cemitérios da Cidade de Pelotas**: Santa Cruz, Recinto da Igreja, Detrás da Igreja, N. S. da Luz, Rua do Passeio, Estrada do Fragata. s.d. In: BPP. CDOV. Fundo Alberto Coelho da Cunha [FACC]. ACC-002.

_____. **Cidade de Pelotas**. s.d. In: BPP. CDOV. FACC. ACC-002.

_____. Antigualhas de Pelotas. **Opinião Pública**, Pelotas, 26 junho 1928. In: BPP. CDOV.

_____. Antigualhas de Pelotas. **Opinião Pública**, Pelotas, 13 outubro 1928. In: BPP. CDOV.

_____. Antigualhas de Pelotas. **Opinião Pública**, Pelotas, 30 outubro 1928. In: BPP. CDOV.

CYMBALISTA, Renato. **Cidade dos Vivos**: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2002.

DALMÁZ, Mateus. Símbolos e seus significados na arte funerária cristã do Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul**: arte, sociedade, ideologia. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p. 97-112.

DAVIS, Natalie. **Culturas do Povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DIAS, Taciana de Lemos; CÂMARA, Gilberto; DAVIS JR., Clodoveu A. Modelos Espaço Temporais. In: CASANOVA, Marco et al. **Banco de Dados Geográficos**. Curitiba: MundoGEO, 2005. p. 137-169.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

FORTES, João Borges. **Os casais açorianos**. Presença lusa na formação do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.

GALANTERNICK, Aida. **Entrevista nº 409**. s.d. In: Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Acervo de História Oral. Projeto: Preservação da Memória Judaica. Depoimento: História de Vida.

GLANCEY, Jonathan. **Arquitetura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

GONZÁLEZ, Justo. **E até os confins da Terra**: uma História ilustrada do Cristianismo. Volume 1: A Era dos Mártires. São Paulo: Vida Nova, 1995.

GRASSI, Clarissa. A necrópole como reflexo da polis: um estudo sobre a arquitetura tumular do Cemitério Municipal São Francisco de Paula. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM E DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS

DA IMAGEM, 5., 2015, Londrina. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2015. p. 85 - 100.

GUARINELLO, Luiz Norberto. História científica, história contemporânea e história cotidiana. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, p.13-38, 2004.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. **As atitudes perante a morte em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 1986.

GUERIN, Claude *et al.* **Toca da Janela da Barra do Antônio, São Raimundo Nonato, PI** – Rica fauna pleistocênica e registro da Pré-história brasileira. In: COMISSÃO BRASILEIRA DE SÍTIOS GEOLÓGICOS E PALEOBIOLÓGICOS. **Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil**. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, 2002.

GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. **Barro e sangue**: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888). Pelotas: UFPel, 2004.

_____. **Negros, charqueadas & olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. 3. ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2011.

HOEBEL, Edward Adamsom. **El hombre en el mundo primitivo**: Introducción a la antropología. Barcelona: Ômega, 1961.

HUIZINGA, Johan. **O declínio da Idade Média**: um estudo das formas de vida, pensamento e arte em França e nos países baixos nos séculos XIV e XV. Lisboa: Ulisseia, 1924.

IMAGEM de satélite do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. 2012. In: PMP. SMGCMU.

INVENTÁRIO de Manoel Alves de Moraes. 1844. In: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul [APERS]. Fundo Comarca de Rio Grande PJ005. Cartório de Órfãos e Provedoria. Autos n. 231. Estante 140A. Caixa 06.392.

KAVOURAS, M. Understanding and modelling spatial change. In.: FRANK, A; RAPER, J; CHEYLAN, J. P. **Life and motion of socio-economic units**. Londres: Taylor & Francis, 2001.

KIDDER, Daniel Parish; FLETCHER, James Cooley. **O Brasil e os brasileiros: esboço histórico e descritivo**. São Paulo: Nacional, 1941. V. 2.

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e desenho da cidade**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

LEGISLAÇÃO Provincial e Estadual. 1846-1922. In: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul [AHRS].

LE-GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: Edusc, 2002. V. 2.

LEITE, Daniel Teixeira Meirelles. Nobreza e morte. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p. 223-236.

LIMA, Tania Andrade. Nos mares do sul: a pré-história do litoral centro-meridional brasileiro. **Revista Clio-Arqueológica**, Recife, v. 2, n. 21, p. 217-227, 2006.

LIVRO de Atas da Câmara Municipal de Pelotas. [entre 1844 e 1849]. In: BPP. CDOV.

LIVRO de Atas da Câmara Municipal de Pelotas. [entre 1849 e 1861]. In: BPP. CDOV.

LIVRO de Atas da Irmandade de São Miguel e Almas. Cópia da ata nº 212, do dia 29 de abril de 1990. In: Asilo de Mendigos de Pelotas.

LIVRO de Atas do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. [entre 1859 e 1863]. In: Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Museu. ASCP3G01. Pelotas.

LIVRO Tombo da Catedral São Francisco de Paula. Início em 12 de outubro de 1812 e fim em 19 de outubro de 1921. [entre 1812 e 1921]. In: Catedral São Francisco de Paula. Pelotas.

LOPES NETTO, João Simões. **Revista do 1º centenário de Pelotas**, Pelotas, 2, 25 nov. 1911. In: BPP. CDOV.

_____. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**, Pelotas, 7 e 8, abr. e mai. 1912. In: BPP. CDOV.

LOUREIRO, Maria Amália Salgado. **Origem histórica dos cemitérios.** São Paulo: Secretaria de Serviços e Obras da Prefeitura Municipal de São Paulo, 1976.

LUCAS, Agnaldo Leon. **Os cemitérios no bairro Fragata:** uma relação entre o antigo e o contemporâneo. Monografia (Especialização em Patrimônio Cultural e Conservação de Artefatos) - Centro de Artes, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

MACNULTY, W. Kirk. **A Maçonaria:** símbolos, segredos, significado. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul:** um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: Mundial, 1993.

MAPA Urbano Básico de Pelotas. 2017. Versão Digital. Datum SIRGAS 2000. In: PMP. SMGCMU.

MARANCA, Silvia. A Toca do Congo I. Um abrigo com sepultamento no Estado do Piauí. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 23, p. 155-173, 1976.

MARTIN, Gabriela. A morte – o rito e a vida espiritual. **Revista Clio-Arqueológica**, Recife, v. 2, n. 21, p. 260-269, 2006.

_____. Os rituais funerários na pré-história do Nordeste. **Revista Clio-Arqueológica**, Recife, n. 10, p. 29-46, 1994.

MARX, Murilo. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo: Nobel, 1991.

MASTROMAURO, Giovana Carla. Alguns aspectos da saúde pública e do urbanismo higienista em São Paulo no final do século XIX. **Cadernos de História da Ciência – Instituto Butantan**, São Paulo, v. VI, n. 2, p. 45-63.

MEDIÇÃO do Terreno de Thomáz José Xavier. 1854. In: APERS. Fundo Comarca de Rio Grande PJ005. Cartório Civil e Crime. Autos n. 615. Estante 140C. Caixa 06.119.

MEGRAVIS, Laima. **A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo**: contribuições ao estudo da assistência social no Brasil. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MICHELON, Francisca Ferreira; SANTO, Anaizi Cruz Espírito. **Imagens da cidade**: Catálogo fotográfico – século XIX/1930. Acervo do museu histórico da Biblioteca Pública Pelotense. Pelotas: EdUFPel, 2000.

MOREIRA, Ângelo Pires. **Pelotas na tarca do tempo**: primeiros tempos e freguesia. Pelotas: s. ed., 1988.

MORENO, Tânia Maria. O Sagrado e o Profano: O cemitério na cidade de São Paulo. Cordis - **Revista Eletrônica de História Social da Cidade**: Cidade e Linguagens, São Paulo, v. 1, p.1-11, jul. 2008. Semestral.

MORSE, Richard. **De comunidade à metrópole**: biografia de São Paulo. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1954.

MOTTA, Antonio. **À flor da pedra**: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. Recife: Ed. Massangana, 2009.

MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. **Habitação popular em Pelotas (1880-1950)**: entre políticas públicas e investimentos privados. Tese (Doutorado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

NASCIMENTO, Heloísa Assumpção. **Arcas de Lembranças**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1982.

_____. **Santa Casa de Misericórdia de Pelotas**: histórico comemorativo aos 140 anos. Pelotas: Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, 1987.

NASCIMENTO, Mara Regina do. **Irmandades Leigas em Porto Alegre**: práticas funerárias e experiência urbana - séculos XVIII-XIX. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-27, 1993.

O Pelotense. Pelotas, 21 fev. 1852, p. 1-2. In: AHRS. Pasta Autoridades Municipais [A-MU] 105. DOC 330.

OFÍCIO de 19 de abril de 1852. Enviado ao Presidente da Província. 1852. In: AHRS. Pasta A-MU 105. DOC. 330.

OFÍCIO de 30 de junho de 1851. Enviado ao Presidente da Província. 1851. In: AHRS. A-MU 105. DOC. 330.

OFÍCIO de 20 de maio de 1852. Enviado pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas ao Presidente da Província. 1852. In: AHRs. Pasta A-MU 105. DOC. 330.

OFÍCIO de 24 de abril de 1852. Enviado pela Câmara Municipal de Pelotas ao Presidente da Província. 1852. In: AHRs. Pasta A-MU 105. DOC. 330.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. **Devoção e caridade:** Irmandades religiosas no Rio de Janeiro Imperial (1840-1889). 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

OSÓRIO, Fernando. **A Cidade de Pelotas.** 3. ed. Pelotas: Armazém Literário, 1997. v 1.

PATETA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira.** São Paulo: Nobel, 1987. p. 8-27.

PESSI, Anne-Marie. Um mergulho no passado: a renovação de um pacto. **Revista Clio-Arqueológica**, Recife, v. 2, n. 21, p. 196-203, 2006.

PLANTA da cidade de Pelotas de 1835. 1835. In: PMP. SMGCMU.

PLANTA da cidade de Pelotas. Ilustrada e litografada por Hugo Bergamini. 1882. In: Núcleo de Estudos da Arquitetura Brasileira. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas.

PLANTA de 1815. 1815. In: BPP. CDOV. Livro de registros de prédios e terrenos do município de Pelotas.

PRIORE, Mary del. **Festas e utopias no Brasil colonial.** São Paulo: Brasilienses, 2002.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros** – a pré-história do nosso país. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

REIMER, Ivone Richter. Perigo de morte e morte vivida no movimento de Jesus: teologia e imaginário gravados na arte das catacumbas. **Ciberteologia – Revista de Teologia e Cultura**. Ano VI, n. 29, p. 31-44, 2010. Disponível em: <<http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/index.php/artigos/perigo-de-morte-e-morte-vivida-no-movimento-de-jesus-teologia-e-imaginario-gravados-na-arte-das-catacumbas/>>. Acesso em: 04 de abr. de 2018.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. Prefácio. In: RODRIGUES, Claudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997. p. 11-15.

RELATÓRIO da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. correspondente ao biênio de 1917-1918 – Dr. Bruno Gonçalves Chaves. Pelotas: Oficina Tipográfica do Diário Popular, 1919. In: BPP. CDOV. Série Entidades Beneficentes. Sub Série Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. ENT-020.

RELATÓRIO da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. correspondente ao biênio de 1921-1922 (Dr. Bruno G. Chaves). Pelotas: Oficina Tipográfica d'”A Guarany”, 1923. In: BPP. CDOV. Série Entidades Beneficentes. Sub Série Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. ENT-020.

RIBEIRO, Caio Ricardo Duarte. "Nem mesmo o Papa pode dispor de bens de São Francisco". In: RUBIRA, Luis (coord.). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**:

Economia, Educação e Turismo. Pelotas: Ed. João Eduardo Keiber Me, 2014. p. 267-285. V. 3.

ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. **Transformações nas práticas de enterramento**: Cuiabá, 185-1889. Cuiabá: Central do Texto, 2005.

RODRIGUES, Claudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

_____. **Nas fronteiras do além**: o processo de secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

RYKWERT, Joseph. **A ideia de cidade**: a antropologia da forma urbana em Roma, Itália e no mundo antigo. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SÁ, Isabel dos Guimarães. **Quando o rico se faz pobre**: misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800. Lisboa: Comissão Nacional Para As Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/4311>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

SANCHEZ, Martha Judith. *La importancia del sistema de cargos en el entendimiento de los flujos migratorios indígenas*. In: ARIZA, Marina; PORTES, Alejandro (orgs.). **El país transnacional**. *Migración mexicana y cambio social a través de la frontera*. México: Universidad Autónoma de México, 2007.

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. O ecletismo historicista em Pelotas: 1870-1931. In: SANTOS, Carlos Alberto Ávila (org). **Ecletismo em Pelotas**: 1870-1931. Pelotas: EdUFPel, 2014.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, Klécio. **Mercado Central de Pelotas: 1846 – 2014**. Pelotas: Fructos do Paiz, 2014.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. **O ecletismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Apresentação: os mortos e a descoberta de ouro. In: CYMBALISTA, Renato. **Cidade dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2002. p. 11-14.

SCLIAR-CABRAL, Leonor. A memória sefaradita como exemplo de identidade judaica. In: SLAVUTZKY, Abrão (org.). **A paixão de ser**. Porto Alegre: Artes e ofícios, 1998. p. 193-198.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: NAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história**. Canoas: EDULBRA, 1994.

SILVA, Geraldo Gomes da. Arquitetura eclética em Pernambuco. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel, 1987. p. 176-207.

SILVA, Lucas Silva da. Cemitério da Matriz: a primeira necrópole de Porto Alegre. In: BELLOMO, Harry Rodrigues. **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p. 249-256.

SILVA, Sérgio Roberto Rocha da; SABALLA, Viviane Adriana. **Pelotas: a arte imortalizada**. Pelotas: UFPel, 1998.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da Cor**: Identidade, étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. **Del proyecto urbano a la producción del espacio**: morfología urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil (1812-2000). Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Doutorado Pensamento Geográfico e Organização do Território, Faculdade de Geografia e História, Universidade de Barcelona, Barcelona, 2002.

TAVARES, Mauro Dillmann. **Irmandades religiosas, devoção e ultramontanismo em Porto Alegre no Bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

_____. **O tempo dos compromissos**: uma abordagem sobre as irmandades dos leigos católicos no Rio Grande do Sul (1861-1869). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2004.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência**: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas-RS (1847-1922). Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TOMAZI, Eloi; DULLIUS, Fabio. A Maçonaria na arte funerária do Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry Rodrigues. **Cemitérios do Rio Grande do Sul**: arte, sociedade, ideologia. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p. 169-192.

VAUCHEZ, André. **A Espiritualidade na Idade Média Ocidental**: séculos VIII ao XIII. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**: Feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal, 2011.

WEIMER, Gunther. A fase historicista da arquitetura no Rio Grande do Sul. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel, 1987. p. 256-279.

YUNES, Gilberto Sarkis. **Cidades reticuladas**: a persistência do modelo na formação urbana do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

ZILLES, Urbano. **A significação dos símbolos cristãos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

GLOSSÁRIO

Agulha (Figura 112): estrutura alta, delgada e pontiaguda que se projeta de uma torre ou de um telhado (COLE, 2013; GLANCEY, 2012).

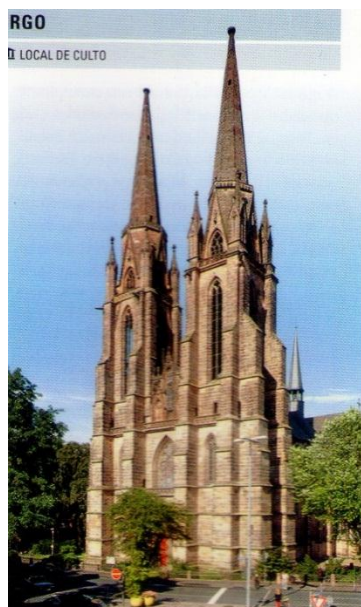


Figura 112: Agulhas sobre as torres da Igreja de Santa Elisabeth, Mamburgo, Alemanha.
Fonte: Glancey (2012, p. 263).

Arcos (Figura 113): estrutura curva construída com pedras em cunha ou retangulares (ligadas por argamassa), tijolos e outros materiais. Utilizado para transpor um vão, como uma abertura, e transferir a carga das paredes para colunas ou pilares. Pode apresentar-se de diferentes formas (COLE, 2013; GLANCEY, 2012; KOCH, 2009).

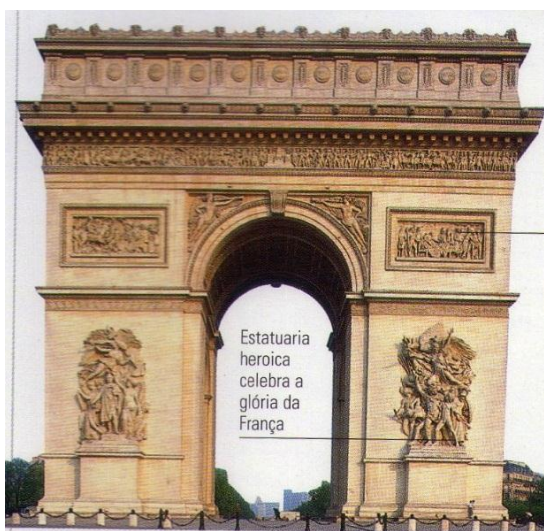


Figura 113: Arco do Triunfo, Paris, França.
Fonte: Glancey (2012, p. 346).

Arquitrave (Figura 114): estrutura semelhante a uma viga e que se apoia sobre as colunas, ampliando o espaço entre elas. Corresponde à parte inferior do entablamento (COLE, 2013; GLANCEY, 2012; KOCH, 2009).

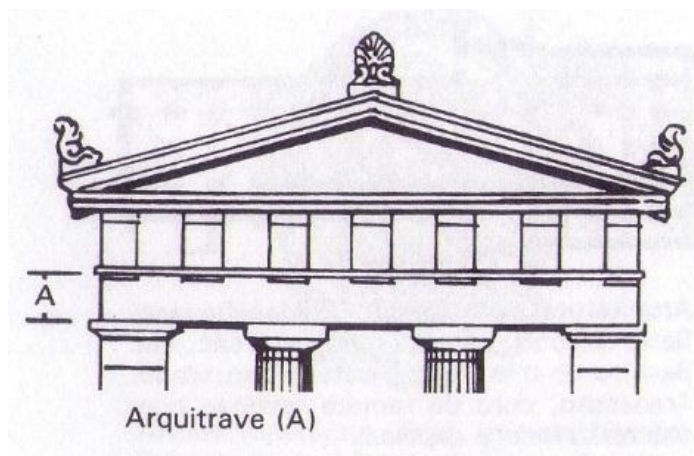


Figura 114: Arquitrave.
Fonte: Koch (2009, p. 108).

Base (Figura 115): compreende todo elemento que serve de apoio a outro. (CORONA; LEMOS, 1972). Nas fachadas, é representada pela faixa que corresponde internamente ao porão.



Figura 115: Base representada em uma fachada.
Fonte: Foto de Anderson Pires Aires. 2013.

Campa (Figura 116): pedra colocada sobre a sepultura que pode ou não receber inscrições que identifiquem o defunto (CORONA; LEMOS, 1972).



Figura 116: Campa sobre o túmulo de Zeferina Gonçalves da Cunha.
Fonte: Foto de Anderson Pires Aires. 2017.

Capitéis (Figura 117): parte superior de colunas e pilastras que recebe o peso do entablamento. Sua forma representa a ordem arquitetônica a qual pertence (COLE, 2013; GLANCEY, 2012; KOCH, 2009).

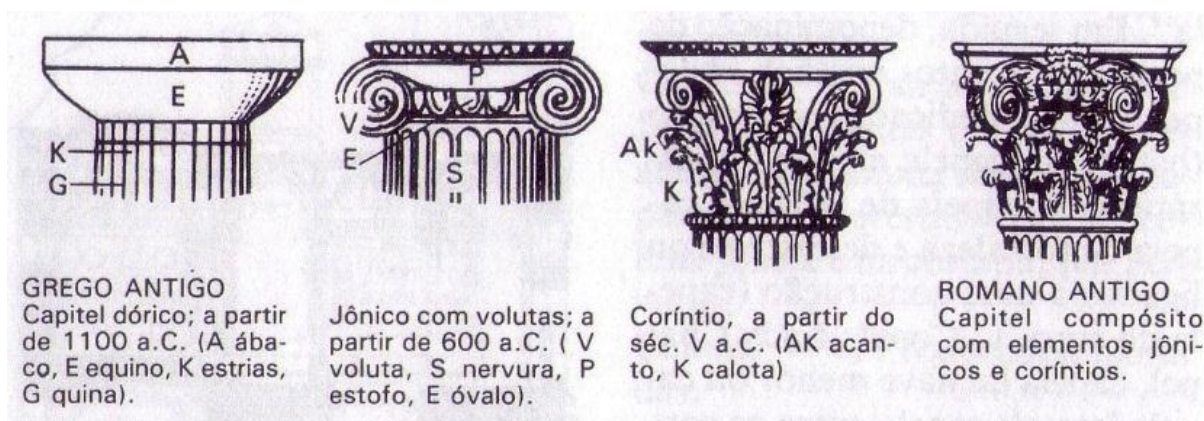


Figura 117: Capitéis.
Fonte: Koch (2009, p. 120).

Chatri (Figura 118): construção típica da arquitetura mogol e que se parece com um quiosque aberto e cobertura em forma de cúpula (COLE, 2013; GLANCEY, 2012).

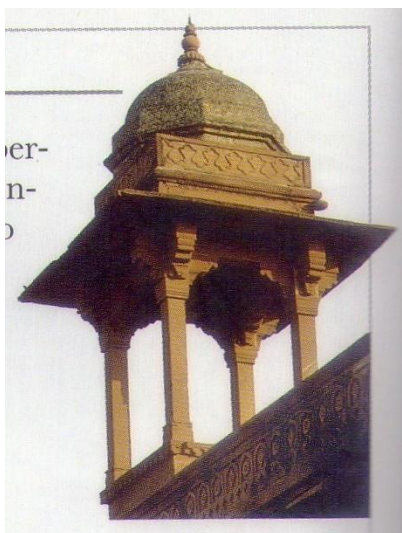


Figura 118: Chatri.

Fonte: Foto de Alamy/Chris George. In: Glancey (2012, p. 212).

Cogulho (Figura 119): ornamentos de pedra da arquitetura gótica, e de linguagens derivadas, utilizados em bordas verticais ou inclinadas de gabletes, pináculos e agulhas e podiam aparecer em capitéis. Muitas vezes assemelhavam-se a flores e folhas (BURDEN, 2006; COLE, 2013; GLANCEY, 2012).

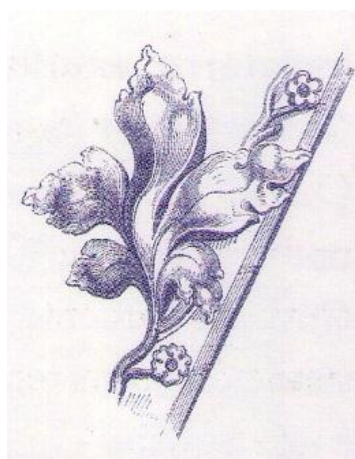


Figura 119: Cogulho.

Fonte: Cole (2013, p. 211).

Coroamento (Figura 120): elemento construtivo ou decorativo que coroa um edifício (CORONA; LEMOS, 1972). Nas fachadas, é representado pela faixa que corresponde à platibanda, podendo ter a presença de frontões.



Figura 120: Coroamento representado em uma fachada.
Fonte: Foto de Anderson Pires Aires. 2013.

Corpo (Figura 121): parte que se situa entre duas paredes paralelas (CORONA; LEMOS, 1972). Nas fachadas, é representado pela faixa situada entre base e coroamento, onde ficam dispostas as aberturas.



Figura 121: Corpo representado em uma fachada.
Fonte: Foto de Anderson Pires Aires. 2013.

Datas de terras (Figura 122): pequena propriedade (sítio ou chácara) destinado à agricultura e à indústria rural. Possuía um quarto de légua quadrada [272 hectares]. Através de seu povoamento propiciava a ereção de vilas e cidades brasileiras em curto espaço de tempo (FORTES, 1978).



Figura 122: Datas de terra.
Fonte: Gutierrez (2011, p. 210).

Flecha (Figura 123): agulha alongada colocada sobre torres, proporcionando um destaque horizontal à construção. Recebeu vasta ornamentação com cogulhos e folha de ouro durante o período Neogótico (COLE, 2013; GLANCEY, 2012).

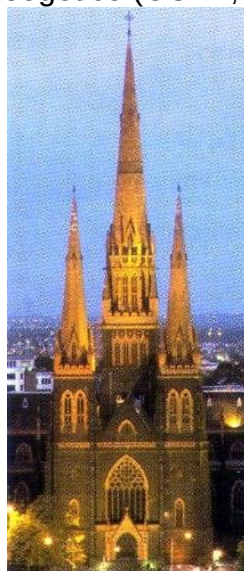


Figura 123: Flecha. Catedral de São Patrício, Melbourne, Austrália.
Fonte: Foto de Alamy/Bill Bachman. In: Glancey (2012, p. 398).

Frontão (Figura 124): elemento arquitetônico de forma triangular colocado na fachada principal compondo o coroamento do edifício ou marcando a uma abertura. Pode apresentar-se de variadas formas (COLE, 2013; GLANCEY, 2012; KOCH, 2009).

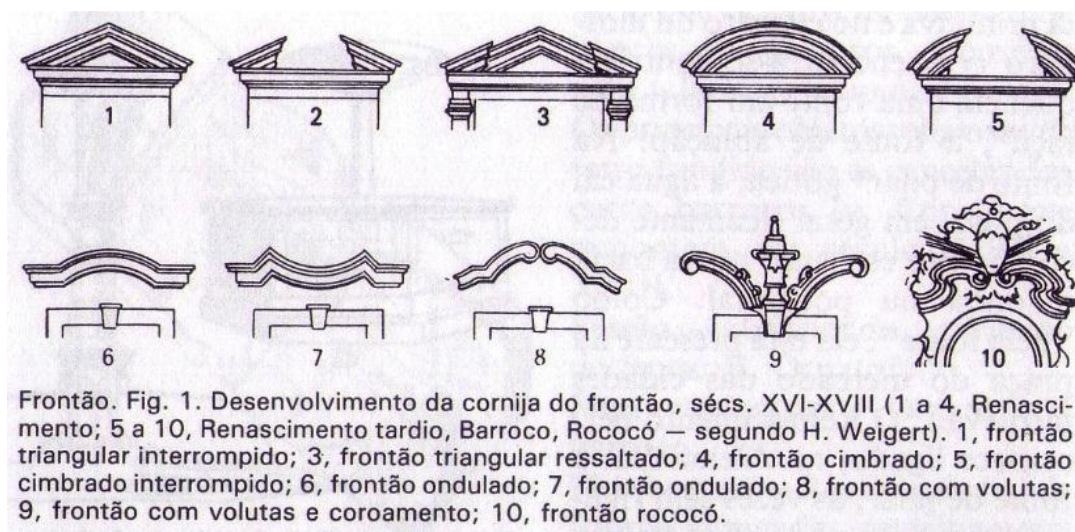


Figura 124: Frontão.
Fonte: Koch (2013, p. 152).

Pináculo (Figura 125): pequena torre ornamentada, fina e pontiaguda da linguagem gótica construída sobre pilares ou torres (KOCH, 2009).



Figura 125: Pináculo.
Fonte: Foto de Alamy/Bildarchiv Monheim GmbH. In: Glancey (2012, p. 247).

Rendilhado (Figura 126): ornamentação composta por formas geométricas e colocada na parte superior da janela gótica, podendo apresentar várias formas (GLANCEY, 2012; KOCH, 2009).

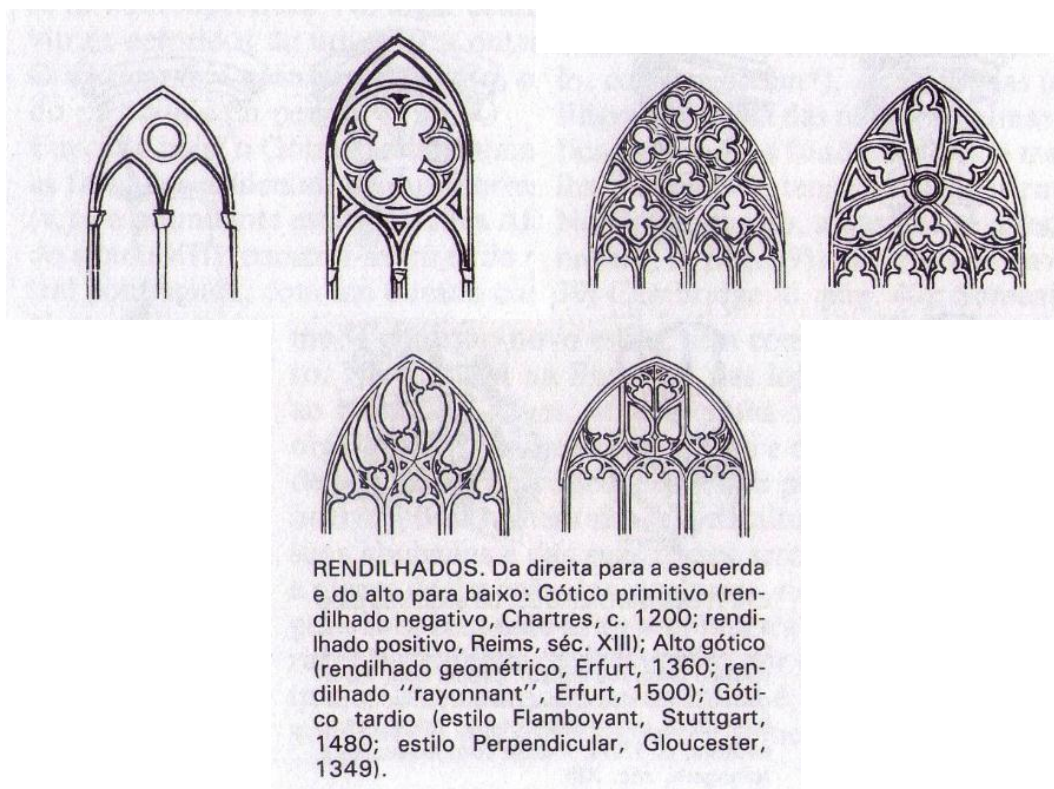


Figura 126: Rendilhado.
[Imagem editada. A ordem de leitura é da esquerda para a direita]
Fonte: Koch (2009, p. 34).

Rosácea (Figura 127): janela circular comum na arquitetura gótica, podendo receber vitrais ou ser vazada (COLE, 2013; GLANCEY, 2012).

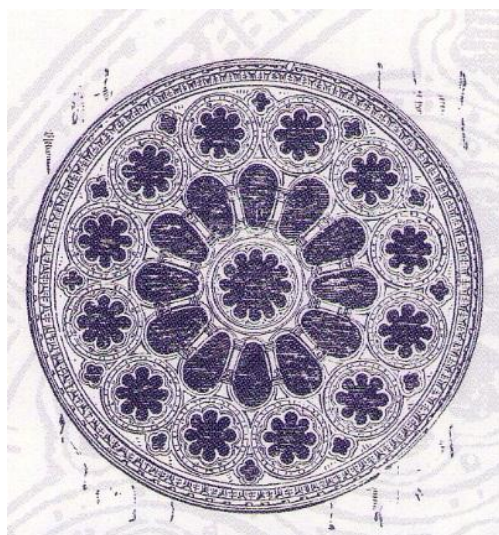


Figura 127: Rosácea. Catedral de Chartres, Paris, França.
Fonte: Cole (2013, p. 201).

Stupa (Figura 128): pequena colina artificial, em forma de domo, que representa um santuário budista, guarda as relíquias de Buda e é utilizado para homenageá-lo e aos seus ensinamentos (BURDEN, 2006; COLE, 2013; GLANCEY, 2012).

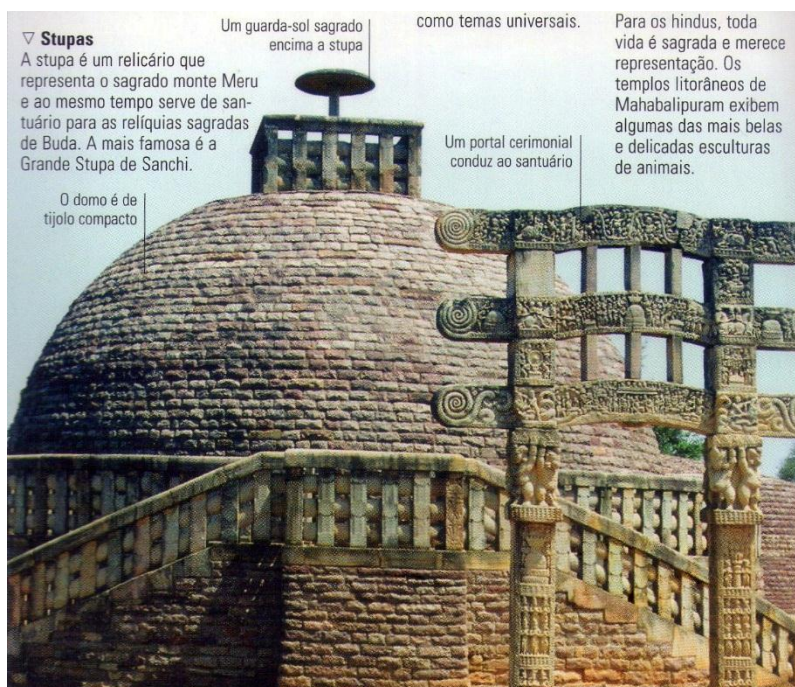


Figura 128: Stupa.

Fonte: Foto de Alamy/Profimedia CZ s.r.o.. In: Glancey (2012, p. 142).

Tímpano (Figura 129): superfície triangular do frontão delimitada pelas cornijas inclinadas e horizontais (COLE, 2013; GLANCEY, 2012).



Figura 129: Tímpano ornamentado.

Fonte: Foto de Alamy/Robert Harding Picture Library. In: Glancey (2012, p. 346).

ANEXOS

Anexo A – Quadro demonstrativo das irmandades religiosas na cidade de Pelotas em 1900

Fonte: CUNHA (s.d. – b).

Irmandade	Data de Fundação	Data do Compromisso	Nº de Irmãos	Contribuição		Patrimônio Espécie	Valor Calculado ⁶²
				Joia	Mensal		
Santa Casa de Misericórdia	6 de Maio de 1846	16 de Maio de 1889	459	50.000	-----	Imóveis, alfaías, carros, cemitério, dinheiro, apólices, etc.	726:466.710
Conjunta do Santíssimo Sacramento e São Francisco de Paula	7 de Julho de 1812	17 de Agosto de 1847	210	10.000	2.000	16 prédios entre as ruas I. Soares e C. de Piratiny, Andrade Neves e Praça da República. 1 prédio e 1 terreno na Praça 15 de Novembro. 1 terreno no fundo da Igreja, 1 apólice, alfaías e paramentos	200:000.000
São Miguel e Almas	5 de Setembro de 1846	28 de Fevereiro de 1849	150	8.000	2.000	149 catacumbas, alfaías, altar e utensílios.	8:000.000
Nossa Senhora da Conceição	26 de Novembro de 1820	13 de Maio de 1848	186	10.000	2.000	153 catacumbas, alfaías, altar e utensílios.	10:000.000
Senhora Virgem do Rosário	6 de Outubro de 1831	3 de Maio de 1852	291	10.000	2.000	120 catacumbas, alfaías, altar e utensílios.	10:624.000
Santa Bárbara	Dezembro de 1870	14 de Setembro de 1875	200	8.000	2.000	Alfaías e dinheiro.	24:000.000
Conjunta de Assunção e Boa Morte	1829	5 de Novembro de 1851	-----	10.000	2.000	Altar e alfaías.	-----
Nossa Senhora da Luz	Janeiro de 1854	13 de Julho de 1854	-----	10.000	2.000	Altar e alfaías.	-----

⁶² Valor em Réis.

**Anexo B – Lei nº 816, de 30 de outubro de 1872 – Regulamento para o
Cemitério Geral a cargo da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas**

Fonte: Legislação... ([1846-1922]).

O bacharel José Fernandes da Costa Pereira Júnior Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a assembleia legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1 – Fica aprovado o regulamento do cemitério geral a cargo da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Pelotas adotado pela irmandade da mesma Santa Casa e contendo dois capítulos e 31 artigos.

Art. 2 – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mando portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da referida lei pertencer que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O secretário desta província a faça imprimir, publicar e correr. Palácio do governo na leal e valorosa cidade de Porto Alegre aos 30 de outubro de 1872, 11º da independência do Império (L.S) José Fernando da Costa Pereira Júnior.

Nesta secretaria do governo foi selada e publicada a presente lei, aos 30 de outubro de 1872.

Francisco de Paula Araújo e Silva.

**Regulamento do Cemitério Geral a cargo da Santa Casa de Misericórdia da
cidade de Pelotas:**

O cemitério a cargo da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas foi criado pelas leis provinciais no 127 de 27 de novembro de 1850 e no 236 de 9 de dezembro de 1851, para nele se sepultarem todas as pessoas que falecerem na cidade e seus subúrbios, sendo proibida a inumação em outro e qualquer lugar depois de concluído o cemitério. Tendo sido edificado o cemitério principiaram nele os enterramentos em 23 de novembro de 1855, observando-se o que ordenam as leis citadas, mas sendo reconhecida necessidade de regulamento especial para este estabelecimento, submete-se à aprovação dos poderes competentes o seguinte:

Capítulo I

Art. 1º – Haverá no cemitério, jazigos, catacumbas e sepulturas rasas para contribuintes e para se darem gratuitamente à praças de pré, a marinheiros e pessoas livres pobres, aqueles com guia de seu comandante ou de alguma autoridade, e estes com atestado do pároco que o declare. Em lugar separado dentro do cemitério serão sepultados os escravos.

Art. 2º – Próximo ao cemitério em terreno separado e fechado serão sepultados os que professem diferentes religiões sob as mesmas condições de pagamento de carros e qualidade de sepulturas que pagam os católicos romanos.

Art. 3º – Haverá no cemitério uma igreja capela decente e casa destinada para os cadáveres cujos enterramentos as autoridades ou médicos julguem preciso demorar.

Art. 4º – Haverão carros cobertos para a condução dos corpos, pois que em nenhuns outros poderão ser conduzidos da cidade ao cemitério sem que paguem o que marca a tabela número 1.

Art. 5º – As irmandades que quiserem construir catacumbas para seus irmãos pagarão para a Santa Casa uma indenização pelo terreno conforme o lugar que escolherem, arbitrado pela mesa com recurso para o presidente da província, e suas obras serão inspecionadas pela administração do cemitério.

Art. 6º – Nenhuma ordem ou irmandade, nem mesmo a da Santa Casa poderá conservar por mais de três anos o cadáver na catacumba sendo de dois anos se for pessoa menor de 7 anos sem que pela demora pague a família à Santa Casa o que marca a tabela número 3, porém excetuadas as que tiverem falecido do cólera morbus cujas catacumbas se manterão fechadas durante nove anos.

Art. 7º – Todos os irmãos das irmandades ou a respectiva irmandade pagarão ao tesoureiro da administração do cemitério 4:000 réis pelo pessoal e material do fechamento da catacumba.

Art. 8º – As esposas dos irmãos das irmandades não gozam dos direitos dos maridos para obterem catacumbas e só se forem irmãs, os filhos dos irmãos gozam os direitos dos pais até a idade de 7 anos.

Art. 9º – Só à Santa Casa é permitida a alienação de terrenos para se construírem jazigos perpétuos ou temporários quando se pague o que marca a tabela número 2, como taxas por demora de catacumbas fechadas por mais tempo do marcado no artigo 6º. Pode, porém o provedor da Santa Casa por seu despacho permitir as irmandades a conservação quando não se ofereça motivo para negar, uma vez que

estas famílias ou irmandades paguem à Santa Casa o que marca a referida tabela. Estes benefícios para a Santa Casa acima declarados são a compensação dos compromissos a que está obrigada com a condução e enterramento gratuito às classes do artigo 1º, com as obras da igreja, casas, muros, gradis, conservação da decência do cemitério e do que também gozam as irmandades sem com isso nada dependerem.

Art. 10º – Nos jazigos só tem direito de ser conservados os restos de seu proprietário e de sua mulher, seus ascendentes e descendentes de terceiro grau inclusos seus maridos e esposas. Mesmos direitos terão os que obtiverem perpétuas.

Art. 11º – Acontecendo falecer algum proprietário de jazigo sem ascendente ou descendente que tenham direito a serem nele conservado e sem restos alguns do finado reverterá a propriedade para o cemitério, mas se tiver alguns restos como lápida ou monumento observar-se-ão as disposições seguintes:

Parágrafo 1º – Sendo a concessão perpétua será tudo conservado perpetuamente, enquanto existir em decente estado, mas se chegar a arruinar-se a ponto que obstrua os contornos se farão anúncios convidando as pessoas que se quiserem encarregar da sua reedificação, e caso ninguém apareça dentro de seis meses será tudo arrasado. Os restos dos finados colocados no depósito geral deles, lavrando-se auto em livro competente com todas as inscrições que tiverem escritas para perpetuar a memória da família a quem pertencer, precedendo ordem da mesa e recolhendo-se os materiais em benefício do cemitério sem direito à reclamação.

Parágrafo 2º – Se a concessão tiver sido temporária e ocorrer o que acima se diz será tudo conservado até finalizar o tempo. Findo ele se dentro de três meses não aparecer quem pague a prorrogação e reconstrução será tudo demolido revertendo os materiais e terreno para o cemitério,

Parágrafo 3º – Se no jazigo estiver algum grande benfeitor da Santa Casa na falta de quem dele cuide, à mesa pertence providenciar como julgar de justiça atentos os serviços ou esmolas do fiando para perpetuar sua memória, podendo fazer-se as despesas às custas dos cofres da Santa Casa.

Art. 12º – Dos terrenos concedidos temporariamente: os concessionários no fim do prazo entregarão o terreno desembaraçado e tudo demolido, sob pena do perdimento dos materiais em benefício do cemitério.

Art. 13º – Nenhum enterro terá lugar sem terem passado 24 horas do falecimento, salvo se for de moléstia contagiosa certificada pelo médico ou por estar o corpo em decomposição, e em todos os casos autorizado pelo delegado de polícia, subdelegado ou juiz de paz por escrito.

Art. 14º – A nenhum corpo de pessoa católica romana se dará sepultura sem que o reverendo vigário ou o seu coadjutor ateste ter-lhe feito encomendação, salvo se a autoridade tiver ordenado o enterro incontinentemente por seu estado de putrefação, e neste caso o capelão do cemitério a fará dando-se disso conhecimento ao pároco.

Art. 15º Se for levado ao cemitério algum corpo sem a guia do mordomo da administração do cemitério ou for encontrado às suas portas o encarregado do cemitério deve dar imediatamente parte ao dito mordomo e à autoridade policial, fazendo todos os esforços para trazer em sua companhia as pessoas que o conduziram.

Parágrafo – O corpo será conservado na casa do depósito até que a autoridade dê as providências, mas se estas se demorarem e o corpo estiver em estado de putrefação obterá bilhete do mordomo para o enterrar marcando a sepultura para ser exumado se a autoridade o vier a ordenar.

Art. 16º – É proibida a tirada de cadáveres do cemitério salvo os casos de exumação competentemente autorizados, bem assim qualquer outra violação das sepulturas, túmulos ou mausoléus, tiradas de roupas, mortalhas ou outros objetos em que os cadáveres fossem envoltos. Os contraventores ficarão sujeitos às penas que forem legalmente estabelecidas.

Art. 17º – As ossadas serão conservadas com decência em lugar apropriado e reduzidas a cinzas em uma noite de inverno marcada pela administração do cemitério e perante dois membros dela as cinzas depositadas em jazigo especial.

Art. 18º – É proibida a condução de cadáveres em redes, panos, esteiras e caixões abertos, não se compreendem os anjinhos e moças solteiras que forem levadas decentemente em caixões abertos.

Art. 19º – Para os enterros dos irmãos das irmandades e seus filhos até a idade de 7 anos que tiverem catacumbas no cemitério, será entregue ao mordomo do cemitério além do respectivo bilhete ou guia do pároco, um certificado passado pelo escrivão da respectiva irmandade com a declaração da data em que entrou para irmão, pois sendo a entrada em perigo de vida ou durante doença de que faleceu terá de pagar à Santa Casa a taxa da catacumba embora seja depositado na da irmandade, o

mesmo se entende para com os filhos se os pais entraram de irmãos durante a doença deles. A falta de isenção deste certificado autoriza a mesa da Santa Casa a reclamar judicialmente o dobro da taxa, além das despesas do processo.

Capítulo II – Da administração do cemitério – Deveres comuns

Art. 20º – A administração do cemitério é confiada a três irmãos da Santa Casa e ao escrivão da mesa sob a inspeção do irmão provedor. Os três irmãos serão eleitos na primeira reunião da nova mesa, sendo um para procurador, outro para mordomo e outro para tesoureiro. Seus atos são sujeitos à deliberação da mesa da Santa Casa, especialmente para a construção de obras novas e dispêndios maiores de 300:000 réis, concessões de terrenos para jazigos perpétuos ou temporários, concessão de catacumbas perpétuas, alienação de terrenos às irmandades e mais objetos de ponderação, pois, que todos estes dependem da resolução da mesa da santa casa mediante informações da administração do cemitério.

Art. 21º – Para a boa marcha dos negócios se reunirá a administração para sessão terminado cada trimestre, e as mais vezes que forem requeridas pelo irmão provedor, ou por algum dos membros da administração quando o provedor conheça a sua urgência. Do que deliberar lavrar-se-á ata.

Art. 22º – Pertence à administração do cemitério:

Parágrafo 1º – Tratar da compra de animais, dos utensílios, dos consertos, forragens, vestuário para o bolieiro; admitir e despedir coveiros, bolieiros e serventes e marcar os ordenados.

Parágrafo 2º – Examinar as contas do trimestre findo e ordenar a entrega do saldo disponível ao tesoureiro da Santa Casa ou ordenar suprimento pelo mesmo tesoureiro quando a receita não cobrir a despesa.

Parágrafo 3º – Examinarem em comissão o cemitério e conhecerem das obras necessárias para se providenciar ou para levar à deliberação da Mesa se a despesa a fazer exceder a 300:000 réis. Examinar os carros, os utensílios e os animais, ocorrendo aos melhoramentos precisos.

Art. 23º – Cada um dos membros da administração obrará por si nos casos de sua competência dando parte nas reuniões do que tiver feito e do que julgar conveniente fazer.

Art. 24º – Terá a administração os livros seguintes: de Receita e Despesa, dos enterramentos com todas as particularidades de naturalidade, qualidade, estado,

profissão, idade, moléstia de que faleceu e dia do falecimento; Livro para as atas das reuniões; termos de concessão de terrenos para lançar todos os depósitos nas catacumbas dos adultos outro para o dos anjinhos; um livro para o registro das catacumbas de cada irmandade e os mais livros que possam vir a ser necessários. Os primeiros três serão abertos e rubricados pelo provedor e os mais pelo escrivão da Mesa.

Art. 25º – No fim de cada ano compromissal a administração apresentará à Mesa os livros e as contas do ano para serem examinados e aprovados.

Das atribuições do Provedor:

Art. 26º – Presidir as reuniões, despachar as petições para as quais se pedir certidões de enterramento pelas quais se perceberá 1:000 réis por cada lauda para a Santa Casa, tomar informações dos membros da administração sobre as petições para concessões de terrenos para mausoléus e para obterem catacumbas perpétuas a fim de poder deliberar-se em mesa e despachar, nomear temporariamente irmão que preencha o cargo de algum que ficar impedido, exercer tudo o mais que compete à sua superintendência como Provedor.

Atribuições do Escrivão:

Art. 27º – Suprir o cargo nos impedimentos do provedor; lavrar as atas das reuniões; dirigir a escrituração do estabelecimento; passar as certidões com despacho do provedor; lavrar os termos das concessões dos terrenos e catacumbas perpétuas dando cópia ao cessionário assinada pelo provedor e por ele escrivão; examinar as contas das compras ordenadas dando-lhe confere estado exatas para depois serem pagas.

Atribuições do Procurador:

Art. 28º – Ter o maior zelo e vigilância no cumprimento dos deveres dos empregados do cemitério para que as sepulturas rasas tenham pelo menos seis palmos de profundidade para os adultos e cinco para os anjinhos, e que as catacumbas fiquem perfeitamente fechadas; fazer conservar o cemitério no maior asseio; fiscalizar a construção das catacumbas, especialmente na qualidade dos materiais; levar ao conhecimento nas reuniões o que julgar de urgência fazer-se no cemitério, afim de providenciar-se quando caiba na sua competência; fazer as compras ordenadas nas reuniões procurando em tudo a bem entendida economia; e visitar o cemitério o maior número de vezes que lhe for possível.

Atribuições do mordomo:

Art. 29º – Empregar todo o zelo e cuidado para que os empregados das cocheiras cumpram seus deveres, tanto na presteza das conduções dos corpos nas horas que lhes forem marcadas, como no asseio dos carros, arreios, alfaias e vestuários dos bolieiros e limpeza dos animais; vigiar no bom tratamento deles; passar as guias para os encarregados do cemitério fazerem os enterramentos nas catacumbas e nas sepulturas rasas nos lugares determinados para as diversas classes de indivíduos; não dar guia sem lhe ser apresentado o atestado do pároco com as devidas declarações inclusa a ordem policial para o enterro e um recibo do tesoureiro que mostre ter pago do carro e o importe da sepultura, salvo se o vigário declarar estado de pobreza, que em tal caso tudo se fará grátis. Se o enterramento for de irmão de alguma irmandade, além do que está referido se lhe entregará mais o certificado passado pelo respectivo escrivão dessa irmandade com atenção ao que marca o artigo 19º ; entregar diariamente ao respectivo empregado as guias e atestados do pároco e do escrivão da irmandade para fazer os devidos lançamentos; por o visto nas compras que por sua via se fizerem de forragens e do mais que for necessário para a cocheira e tiverem sido ordenadas nas reuniões afim do escrivão examinar as contas e com o seu confere serem pagas pelo tesoureiro.

Atribuições do tesoureiro:

Art. 30º – Pagar as contas das compras feitas pelos irmãos procurador e mordomo que tenham o confere do irmão escrivão e ordenadas pelas reuniões da administração; não fiar quantia alguma a contribuintes de aluguéis de carro, catacumbas e sepulturas etc., salvo se for sob sua responsabilidade; dar no fim de cada mês conta do que receber e pagar para o escrivão, fazendo os devidos lançamentos; apresentar no fim de cada trimestre nas reuniões o balanço para se conhecer e deliberar sobre o dinheiro que houver disponível ou a carência dele para acudir as despesas.

Art. 31º – Embora cada irmão preencha o cargo de sua competência nenhum fica privado de pedir coadjuvação aos seus companheiros da administração do cemitério, para que tudo marche com regularidade e com escrupulosa fiscalização.

Sala das sessões da Santa Casa de Misericórdia. Pelotas, 21 de agosto de 1867.

Visconde de Piratini – Provedor

José Vieira Pimenta – Escrivão

Manoel Vieira Braga – Tesoureiro

José Francisco Vieira – Procurador

Alexandre Vieira da Cunha, Felisberto Galdino do Amaral, João Jacintho de Mendonça, Antônio Raphael dos Anjos, Antero Leivas, Serafim José Rodrigues de Araújo, Domingos Antônio Félix da Costa, Manoel Lourenço do Nascimento e Felisberto Ignácio da Cunha.

Tabela I – Taxa para a condução dos corpos nos primeiros carros

Para adultos da cidade à Igreja e desta ao cemitério ou só da Igreja ao cemitério: 32:000

Até uma Léguas de Distancia fora da cidade: 50:000

Por cada léguas a mais até a proximidade da serra sendo isso possível: 10:000

Para anjinhos no primeiro caso acima: 24:000

No segundo dito: 40:000

Nos segundos carros

Para adultos da cidade à Igreja e ao cemitério ou da Igreja ao cemitério: 24:000

Até uma léguas fora da cidade: 32:000

Para cada léguas a mais até a proximidade da serra sendo isso possível: 8:000

Para anjinhos da cidade à Igreja e ao cemitério ou da Igreja ao cemitério: 12:000

Até uma Léguas fora da cidade: 18:000

Nos terceiros carros:

Para adultos da cidade à Igreja e ao cemitério ou da Igreja ao cemitério: 12:000

Até uma léguas fora da cidade: 18:000

Para cada léguas a mais até a proximidade da serra sendo isso possível: 6:000

Para anjinhos no primeiro caso: 4:000

No segundo dito: 10:000

Carro para escravos:

Da cidade à Igreja e ao cemitério ou da Igreja ao cemitério: 4:000

Para uma léguas além da cidade: 8:000

Para cada léguas a mais sendo possível: 4:000

Tabela II – Terrenos para túmulos, mausoléus, etc.

Concessão perpétua de 200 palmos quadrados que corresponde a vinte de comprimento e dez de fundos: 1 conto

Idem no mesmo terreno por cinqüenta anos: 800:000

Idem, idem por vinte anos: 600:000

Idem para colocar túmulo, urna, etc. perpétuos em linha nas ruas largas: 400:000

Idem, idem, no interior da quadras (em cinco palmos) quadrados e mais três palmos em contorno para a rua que podem ladrilhar de mármore: 200:000

Idem, idem, idem, da metade do terreno acima: 100:000

M.P. Fica reservada a primeira rua transversal para jazigos com engradamento à semelhança do que se acha já colocado, como também fica livre no centro de cada quadra 40 em quadra para mausoléus especiais.

Tabela III – Catacumbas para adultos

Concessão para catacumbas perpétuas: 600:000

Idem, idem por vinte anos: 200:000

Idem, idem por dez anos: 128:000

Idem, idem por cinco anos: 72:000

Do primeiro depósito por três anos: 24:000

Para anjinhos metade das taxas. Para adultos sendo o primeiro depósito por dois anos.

Catacumbas das irmandades:

Taxas que tem de pagar as famílias de desejarem conservar os restos nestas catacumbas com atenção aos artigos 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º.

Para adultos concessão para catacumba perpétua: dois terços dos 600:000, ficando metade para a respectiva irmandade de 200:000.

Idem, dito por vinte anos: um terço dos 200:000, idem 66:666

Idem, dito por dez anos: um terço dos 128:000, idem 42:666

Idem, dito por cinco anos: um terço dos 72:000, idem 24:000

Anjinhos metade das taxas acima. Por fechar cada catacumba de adulto ou anjinho pagará a família na falta da irmandade 4:000, sepulturas rasas pagar-se-á de taxa

seja adulto ou anjinho, em qualquer carro, ou conduzido à mão 4:000. Para colocar qualquer epitáfio, lápida ou outra obra além de uma cruz com a condição de desembaraçar o terreno, ou o que seja necessário, mas nunca antes de nove anos 4:000

Gratuito:

Condução e sepultura rasa para praças de preto,

Idem, idem para marinheiros,

Idem, idem para pessoas livres pobres,

Idem, idem para o escravo que o senhor seja pobre e não tenha outro que o sirva ou lhe dê jornal.

Discutido e aprovado pela mesa da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas aos 21 de agosto de 1867.

Sala das sessões da Santa Casa de Misericórdia. Pelotas, 21 de agosto de 1867.

Visconde de Piratiny – Provedor

José Vieira Pimenta – Escrivão

Manoel Vieira Braga – Tesoureiro

José Francisco Vieira – Procurador

Alexandre Vieira da Cunha, Felisberto Galdino do Amaral, João Jacintho de Mendonça, Antônio Raphael dos Anjos, Antero Leivas, Serafim José Rodrigues de Araújo, Domingos Antônio Félix da Costa, Manoel Lourenço do Nascimento e Felisberto Ignácio da Cunha.

Reconheço verdadeiras as assinaturas supra. Pelotas, 1º outubro de 1867, em testemunho da verdade, Israel Rodrigo de Carvalho. Pagou 1:400 réis. Pelotas 1º outubro de 1867. Alencar Passos, conforme o oficial maior João Batista de Oliveira.

Anexo C – Benção da capela do cemitério

Fonte: Livro... ([1812-1921], p. 157, verso).

Tendo tornado necessária uma capela no cemitério desta cidade, para nela serem depositados os cadáveres das pessoas falecidas de moléstias contagiosas, e celebrar-se as missas do dia de Finados a devota D. Zeferina da Cunha, viúva de José Ignácio da Cunha mandou construir à *[expensas]* a dita capela; que ocupa uma parte de terreno entre as catacumbas da Santa Casa de Misericórdia e N. S. do Rosário. Preparada essa capela marcou-se o dia para a benção; que teve lugar no domingo 17 do corrente. As dez horas da manhã achando-se presente o Provedor da Santa Casa Irm. Joaquim José de Assumpção, e toda a mesa Administrativa procedi a benção da mesma capela. Finda esta cerimônia *[aleluiei]* no altar que é dedicado ao Senhor do Bonfim o Santo Sacrifício da missa, pregando ao evangelho sobre a santidade do templo, *[e respeito]* que lhe é devido. A direita da porta principal da entrada da mesma capela acha-se colocada a sepultura onde deve ser depositado o corpo da ilustre fundadora, quando falecer.

Pelotas, 18 de outubro de 1880.

O Vigário Colado D. Augusto Joaquim de Siqueira Canabarro.

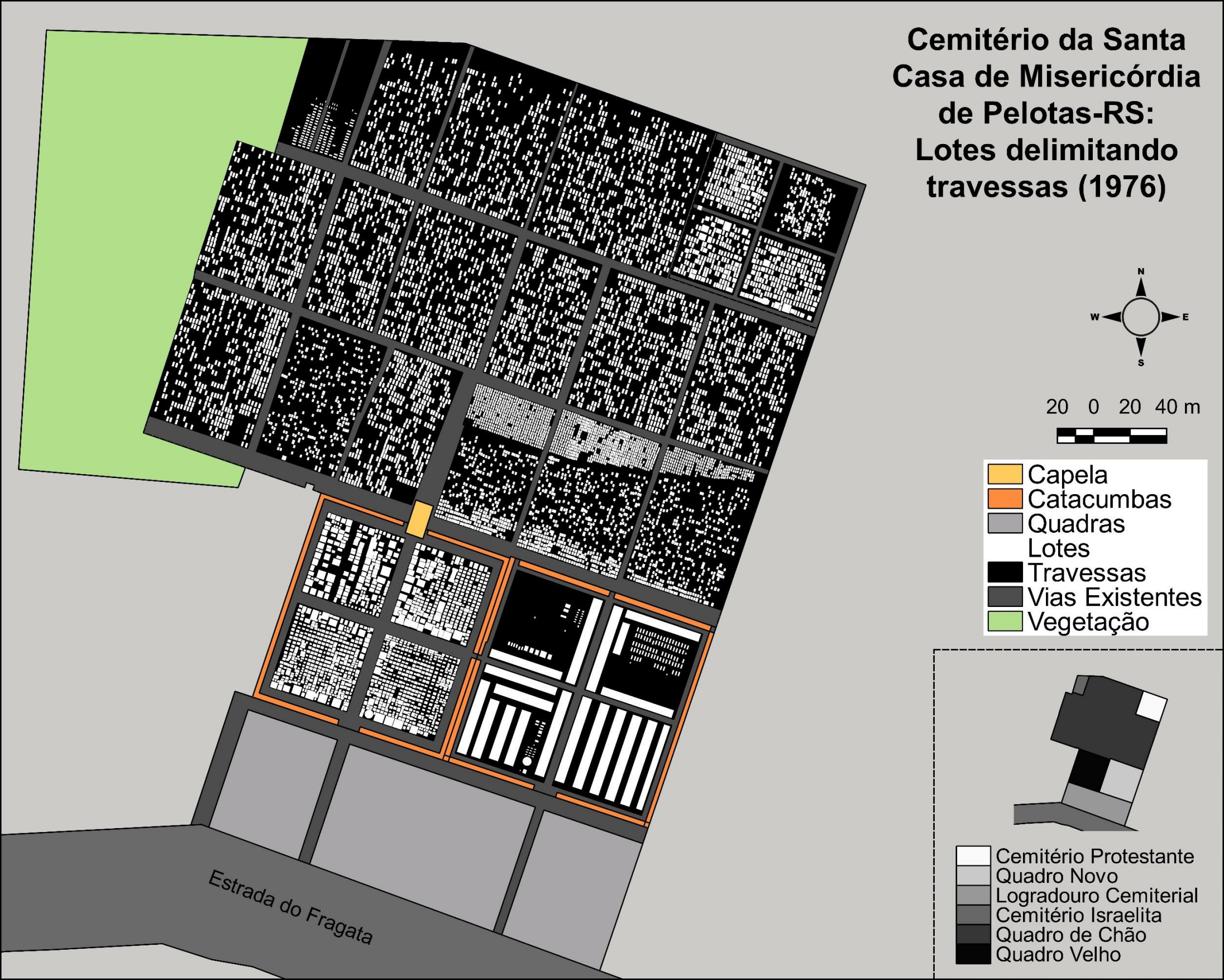
APÊNDICES

Apêndice A – Composição das irmandades de Pelotas por raça e gênero

Irmandade	Data de Fundação	Número de Irmãos	Comandada por Homens	Comandada por Mulheres	Presença de Negros	Presença de Brancos
Santa Casa de Misericórdia	6 de Maio de 1846	459	X			X
Conjunta do Santíssimo Sacramento e São Francisco de Paula	7 de Julho de 1812	210	X			X
São Miguel e Almas	5 de Setembro de 1846	150	X			X
Nossa Senhora da Conceição	26 de Novembro de 1820	186	X		X	X
Senhora Virgem do Rosário	6 de Outubro de 1831	291	X		X	X
Santa Bárbara*	Dezembro de 1870	-----				
Conjunta de Assunção e Boa Morte	1829	-----		X	X	X
Nossa Senhora da Luz	Janeiro de 1854	-----	X			X

* Os dados da Irmandade de Santa Bárbara não foram preenchidos por não terem sido encontradas informações sobre ela.

Apêndice B—Figura 42: Lotes delimitando travessas em 1976.



Apêndice C – Quadro resumo das tipologias arquitetônicas.

Tipologia	Dimensão Dominante	Tipo de Sepultamento	Características
Catacumba	Vertical	Primário	Era utilizada pelas irmandades para sepultamento de seus irmãos e circundava os quadros dos cemitérios. Podia ter três ou quatro ordens sobrepostas. No primeiro caso, a ordem inferior era destinada aos homens, a intermediária às mulheres e a superior (dividida em duas) às crianças. Recebia em seu ponto mais alto a identificação da ordem religiosa à qual pertencia.
Catacumba unitária	Vertical	Primário	Era construída no interior dos quadros de sepultamentos e composta de três ou quatro ordens verticais sem a diferenciação entre adultos e crianças. Seu ponto mais alto recebia uma cruz.
Sepultura Rasa	Horizontal	Primário	Possuía dimensão retangular com pouca altura e era construída nos terrenos das quadras da cidade cemiterial. Suas linhas eram simples e sem o uso de ornamentações. Se estas ocorressem, ficavam em objetos secundários. Suas campas eram livres de elementos ou recebiam alguma inscrição que identificasse o morto. Recebia pedestais com cruzeiros ou floreiras e pedras fundamentais.
Ossário	Vertical	Secundário	Representavam um depósito de ossos com altura menor que um metro. Sua campa podia ser horizontal ou inclinada com a identificação do defunto e desenhos que remetiam à religiosidade cristã. Além disso, recebiam altares com cruzeiros e floreiras com motivos cristãos.
Ossário Casa	Vertical	Secundário	Variação do ossário que recebeu uma cobertura com duas águas no local destinado à campa. Possuía mais de um metro de altura e recebeu uma abertura lateral para que os ossos pudessem ser depositados no seu interior sem que a cobertura precisasse ser removida.
Carneira Judaica	Horizontal	Nenhum	Construção característica do quadro de sepultamento dos membros do Centro da Sociedade Israelita de Pelotas e que não recebia inumações. Os mortos eram enterrados na terra e essa tipologia era colocada sobre o terreno após um ano judaico do falecimento. Não apresentava ornamentações e possuía pouca altura.

Tipologia	Dimensão Dominante	Tipo de Sepultamento	Características
Jazigo Capela	Vertical	Secundário	Composto por três volumes verticais, sendo que o central representava o corpo da igreja e os laterais as torres da ermida. Suas coberturas variavam conforme a construção, podendo ter duas águas no volume central e planas nos laterais ou possuir cúpulas nos volumes. Nestes eram colocadas cruzes. A tipologia não apresentou local interno para colocação de cruzes ou pequenos altares.
Jazigo Oratório	Vertical	Secundário	Variação do jazigo capela que possuía um espaço no corpo central onde eram colocados elementos sacros como cruzes e imagens de santos. Além disso, possibilitava a colocação de velas e flores por quem visitasse o túmulo. Apresentava coberturas com duas águas ou com cúpulas e a presença de uma cruz em algum dos volumes.
Sepultura Torre	Vertical/ Horizontal	Primário	Túmulo horizontal com quase dois metros de altura e que possuía um componente vertical sobre a campa sem elementos acima dele. O espaço dedicado ao morto ficava abaixo da terra e campa podia estar mais elevada do solo, sobre uma construção retangular de pequena altura.
Sepultura Sacra	Vertical/ Horizontal	Primário	Variação da sepultura torre que recebeu a inserção de uma torre sobre a campa, onde o ponto mais alto recebia uma cruz ou esculturas que representassem a religiosidade
Sepultura Oratório	Vertical	Secundário	Variação da sepultura sacra que apresentou um espaço sobre a torre que lembrava as capelas laterais das igrejas. Possuía uma cavidade interna destinada à inserção de imagens de anjos ou outras figuras sacras. Suas laterais eram abertas com cobertura sustentada por colunas dispostas nos cantos da base.
Jazigo Ossuário	Vertical	Secundário	Edificação tumular destinada ao recebimento dos ossos dos irmãos após o fechamento das irmandades religiosas e a venda ou doação de suas catacumbas. Possuía linhas simples com altura superior a dois metros. Seu ponto mais alto recebia uma cruz e a identificação da irmandade era colocada sobre a campa ou em outro local da construção.
Torre	Vertical	Secundário	Construção verticalizada com linhas simples e que podia passar dos três metros de altura. Seu ponto mais alto não recebia cruzes, estátuas ou outro elemento religioso. Essas representações ocorriam em alguma das faces laterais, juntamente com a identificação de quem havia sido inumado no local.

Tipologia	Dimensão Dominante	Tipo de Sepultamento	Características
Torre Sacra	Vertical	Secundário	Era mais verticalizada em relação à torre visto que possuía em seu ponto mais alto cruzeiros ou esculturas de anjos ou outros símbolos religiosos. Preservou o uso de linhas simples na sua construção.
Obelisco	Vertical	Secundário	Mais verticalizado que as tipologias torre, chegava a quatro metros de altura e não possuía cruzeiros ou outras esculturas em seu ponto mais alto. Em alguns casos, recebia um entalhe na pedra da construção que representava um tecido.
Torre Oratório	Vertical	Secundário	Possuía uma pequena capela sobre ela e recebia ornamentações que lembravam a linguagem arquitetônica neogótica. Podia ultrapassar os cinco metros de altura, o oratório era aberto em suas quatro faces, com cobertura sustentada por colunas, e não permitia acesso ao observador. Podia receber esculturas de anjos ou bustos no seu interior. O destaque do conjunto da obra deixava de lado a função principal da construção, o enterramento.
Mausoléu Capela	Vertical/ Horizontal	Primário	Podia chegar a alturas entre quatro e cinco metros. A platibanda da fachada principal era tripartida em elementos que representavam o corpo central e as torres de uma igreja. O central, mais alto que os laterais, recebia uma cruz. A platibanda podia ser trabalhada de diversas formas, mas sempre remetia a uma ermida.
Mausoléu Casa	Vertical/ Horizontal	Primário	Diferenciava-se do mausoléu capela por sua platibanda não remeter mais ao corpo central e as torres de uma igreja. A cruz era colocada sobre a platibanda ou sobre o telhado de duas águas existente sobre a construção.
Mausoléu Templo	Vertical/ Horizontal	Primário	Representava templos greco-romanos em tamanho reduzido nas vias de maior circulação dentro dos cemitérios. Diferenciava-se das construções do período clássico por possuir uma cruz sobre o frontão. Elementos como colunas e frontão eram bem marcados na fachada principal.
Monumento Funerário	Vertical	Primário	Arquitetura tumular que se sobressaiu às demais devido às suas grandes dimensões. Podia chegar a oito metros de altura, com larguras que compreendiam até três tipologias de mausoléus alinhadas lado a lado. A representação de uma grande escultura, ficava acima de uma torre ou sobre uma grande plataforma retangular, proporcionando destaque para a obra na paisagem e não mais para o defunto.

Apêndice D – Quadro resumo das linguagens arquitetônicas.

Linguagem Arquitetônica	Tipologia onde foi empregada	Características
Neoclássica	Mausoléu Templo	Fez uso de elementos dos templos gregos e romanos, permitindo com que o uso de frontões, colunas e arquitraves ficasse evidente em suas fachadas principais
Neogótica	Jazigo Oratório, Sepultura Oratório e Torre Oratório	Esteve presente através do uso de elementos como arcos, pináculo, flecha, rosácea, cogulho e rendilhado. Representava alguns detalhes ou o conjunto da obra.
Neobarroca	Jazigo Capela, Jazigo Oratório e Mausoléu Casa	Representado pelo uso de capelas com duas torres e cúpulas sobrepostas, além da dramatização de figuras humanas.
Neopersa	Jazigo Oratório	Túmulos nos quais a arquitetura lembrava construções persas, como o Chatri.
Neoindiana	Torre	Túmulos nos quais a arquitetura lembrava construções indianas, como a Stupa.
Eclética	Jazigo Capela, Jazigo Oratório, Sepultura Oratório e Torre Oratório	Era caracterizado pelo uso de mais de uma linguagem em um único sepulcro. Como exemplos, houve a utilização de elementos das arquiteturas romana e indiana e das linguagens neoclássica, neogótica, neobarroca e <i>art nouveau</i> associados em alguns túmulos.
<i>Art Nouveau</i>	Ossário, Ossário Casa, Jazigo Capela, Jazigo Oratório, Sepultura Torre, Sepultura Sacra, Sepultura Oratório, Torre, Torre Sacra, Torre Oratório, Mausoléu Capela, Mausoléu Casa e Monumento Funerário	Utilizava elementos da natureza, como flores e animais, e curvas para rejeitar a simetria e o equilíbrio. Ficou mais evidente em detalhes como cruzes e floreiras.
<i>Art Déco</i>	Mausoléu Casa	Influenciado pelas artes plásticas como o cubismo, o futurismo e o expressionismo, representava uma volumetria marcada por elementos geométricos, simetria, divisão da fachada em base, corpo e coroamento e marcação do acesso principal.

Apêndice E – Quadro resumo dos detalhes construtivos.

Detalhe Construtivo	Tipologia onde foi empregado	Características
Porta	Sepultura Rasa, Ossário, Ossário Casa, Jazigo Capela, Jazigo Oratório, Sepultura Torre, Sepultura Sacra, Sepultura Oratório, Jazigo Ossuário, Torre, Torre Sacra, Obelisco, Torre Oratório, Mausoléu Capela, Mausoléu Casa, Mausoléu Templo e Monumento Funerário	Elemento presente nas faces laterais das edificações tumulares para a colocação dos corpos ou dos ossos no interior dos sepulcros. Era mais evidente nas tipologias mausoléus.
Fechadura	Sepultura Rasa, Ossário, Ossário Casa, Jazigo Capela, Jazigo Oratório, Sepultura Torre, Sepultura Sacra, Sepultura Oratório, Jazigo Ossuário, Torre, Torre Sacra, Obelisco, Torre Oratório, Mausoléu Capela, Mausoléu Casa, Mausoléu Templo e Monumento Funerário	Utilizada para trancar e destrancar as portas que davam acesso ao interior dos túmulos.
Janelas	Mausoléu Capela, Mausoléu Casa e Mausoléu Templo	Permitia a circulação de ar dentro das construções, evitando o acúmulos de miasmas e permitindo a observação do interior dos túmulos.
Degraus e Plataformas	Jazigo Capela, Jazigo Oratório, Sepultura Torre, Sepultura Sacra, Sepultura Oratório, Jazigo Ossuário, Torre, Torre Sacra, Obelisco, Torre Oratório, Mausoléu Capela, Mausoléu Casa, Mausoléu Templo e Monumento Funerário	Elevavam o túmulo do nível de circulação das vias da necrópole, permitindo uma distinção social entre os mortos, como ocorreu nas casas brasileiras.
Gradis	Ossário, Ossário Casa, Jazigo Capela, Jazigo Oratório, Sepultura Torre, Sepultura Sacra, Sepultura Oratório, Jazigo Ossuário, Torre, Torre Sacra, Torre Oratório, e Monumento Funerário	Permitia uma separação entre o que era público (vias de circulação) e o que era privado (lotes cemiteriais) dentro das necrópoles. Em alguns casos eram substituído por correntes.
Identificação	Catacumba, Catacumba Unitária, Sepultura Rasa, Ossário, Ossário Casa, Carneira Judaica, Jazigo Capela, Jazigo Oratório, Sepultura Torre, Sepultura Sacra, Sepultura Oratório, Jazigo Ossuário, Torre, Torre Sacra, Obelisco, Torre Oratório, Mausoléu Capela, Mausoléu Casa, Mausoléu Templo e Monumento Funerário	Podia estar gravada nas campas e nas laterais ou ser feita através de placas fixadas nas faces dos túmulos. Auxiliava na localização dos sepulcros dentro do campo santo.

Apêndice F – Quadro resumo de representações de religiosidade e cultura.

Religiosidade e Cultura	Tipologia onde foi empregado	Características
Católica/Cristã	Catacumba, Catacumba Unitária, Sepultura Rasa, Ossário, Ossário Casa, Jazigo Capela, Jazigo Oratório, Sepultura Torre, Sepultura Sacra, Sepultura Oratório, Jazigo Ossuário, Torre, Torre Sacra, Obelisco, Torre Oratório, Mausoléu Capela, Mausoléu Casa, Mausoléu Templo e Monumento Funerário	Representada através de cruces que possuíam ornamentações (ramo de palma, videira, rosas) ou estavam em relevo, por estátuas de Jesus Cristo ou de anjos e pela presença das letras chi (χ) e rho (ρ) do alfabeto grego, e que iniciam a palavra Christós ($\chi\rho\iota\sigma\tau\omicron\varsigma$).
Judaica	Sepultura Rasa, Sepultura Torre e Jazigo Ossuário	Representada através da Estrela de Davi (pintada ou em relevo), da <i>Yad</i> , do Castiçal de Sete Braços e da escrita em <i>idish</i> .
Alemã	Sepultura Rasa	Representada através do uso de escritas no idioma alemão.
Francesa	Ossário e Ossário Casa	Representada através do uso de escritas no idioma francês.